

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE  
EMPRESAS DE SÃO PAULO

**NICOLE SPOHR**

DESENVOLVIMENTO PRA QUEM?

Uma análise dos impactos da atuação de uma multinacional brasileira em solo  
africano

SÃO PAULO  
2016

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE  
EMPRESAS DE SÃO PAULO

**NICOLE SPOHR**

DESENVOLVIMENTO PRA QUEM?

Uma análise dos impactos da atuação de uma multinacional brasileira em solo africano

Tese de doutorado apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas como requisito para obtenção do título de Doutora em Administração de Empresas.

Campo de conhecimento: Estudos Organizacionais.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Alcadipani.

SÃO PAULO  
2016

Spohr, Nicole.

Desenvolvimento pra quem? : uma análise dos impactos da atuação de uma multinacional brasileira em solo africano / Nicole Spohr. - 2016.  
221 f.

Orientador: Rafael Alcadipani da Silveira

Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Empresas multinacionais - África. 2. Responsabilidade social da empresa. 3. Indústria mineral. 4. Brasil - Relações exteriores. I. Silveira, Rafael Alcadipani da. II. Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 334.726

**NICOLE SPOHR**

**DESENVOLVIMENTO PRA QUEM?**

Uma análise dos impactos da atuação de uma multinacional brasileira em solo africano

Tese de doutorado apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como requisito para obtenção do título de Doutora em Administração de Empresas.

Campo de conhecimento: Estudos Organizacionais.

Data de aprovação:  
15/07/2016

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Rafael Alcadipani (Orientador)  
FGV-EAESP

---

Prof. Dr. Marcus Vinícius Peinado Gomes  
FGV-EAESP

---

Prof.Dr. Ilan Avrichir  
Escola Superior de Propaganda e  
Marketing - ESPM

---

Prof. Dr. Alexandre Reis Rosa  
Universidade Federal do Espírito Santo -  
UFES

SÃO PAULO  
2016

## DEDICATÓRIA

*Ao Dado e ao Guto, meus amores.*

## **AGRADECIMENTOS**

Diversas pessoas e instituições tornaram possível este trabalho. Agradeço, primeiramente, aos meus pais, por me ensinarem a amar os livros. Ao meu companheiro nessa vida, Dado, meu obrigada por... tudo! Foram muitas as aventuras que enfrentamos nestes quatro anos e meio: casamos, mudamos de casa, de país, coletamos dados, começamos tudo de novo e nos tornamos pais. Sem você não teria tido a menor graça! Ao Guto, que nasceu junto com a tese, agradeço por me fazer descobrir a força que tenho. Gratidão sem fim aos meus irmãos Priscila e Elton pela cama, comida, calor e amor durante o início do curso. Agradeço com todo o meu coração à Bianca por ser minha fiel escudeira durante todos esses anos. Como agradecer pelo ombro (mais do que) amigo sempre, pelas infinitas conversas, ideias e provocações?

Agradeço ao meu orientador Rafael pela parceria, por me inspirar, me conduzir pelos diversos caminhos deste mundo acadêmico e também por me enlouquecer às vezes com tantas possibilidades! Aos professores da linha, Maria José, Maria Ester, Isleide, Bertero, Ann, Amon, Marcus, Bill, obrigada por auxiliarem na minha formação. Aos meus colegas queridos, que bom que vocês existem! Rosana, Márcia, Maria Fernanda, Miriam, André, Rodolfo, Mangi, Jorge, Natália. Os nossos papos e cafés ajudaram a enfrentar as dificuldades destes anos.

Sou grata também à Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) pela oportunidade de me formar mestre e doutora nas suas dependências e à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) por me licenciar para que eu pudesse me dedicar integralmente ao curso. Meu muito obrigada à Queen Mary University London (QMUL) e à professora Sadhvi Dar por me receberem em Londres. Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por financiar este estudo. Por fim, gratidão aos entrevistados e a todos que, de algum modo, tornaram esta pesquisa possível.

*“Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas quando tocar  
em uma alma humana, seja apenas outra alma humana”.*

*Carl Jung*

## RESUMO

A literatura em Responsabilidade Social Corporativa (RSC) vem debatendo há décadas os impactos da atuação de empresas na sociedade. O paradigma clássico defende que a RSC só compensa se resultar em mais lucros do que os possíveis prejuízos de sua não utilização. As críticas a esta visão instrumental culminaram na emergência da perspectiva política de RSC, que sugere um modelo estendido de governança, em que empresas contribuem voluntariamente para o bem estar das sociedades em que operam. Apesar da virada política, a agenda de pesquisa em RSC não tem focado suficientemente em questões relevantes para países periféricos, a exemplo das assimetrias de poder entre corporações multinacionais e governos locais. Sendo a dimensão do poder um dos objetos do pós-colonialismo, defendo que esta abordagem pode contribuir para a discussão da RSC na periferia global. Assim sendo, a questão que este estudo pretende responder é: de que modo uma multinacional da semi-periferia faz negócios na periferia? Com vistas a responder esta pergunta, investiguei os impactos da atuação de uma multinacional brasileira em um país africano. A pesquisa de campo contou com 28 entrevistas em profundidade com membros da multinacional e da sociedade civil. Além disso, cerca de 2800 páginas de documentos foram analisadas para compor a análise do caso. Os resultados indicam que se entendermos a RSC como os impactos das atividades da multinacional, temos que o reassentamento de 5500 pessoas para dar espaço à extração de minérios sem legislação correspondente causou a violação dos direitos das comunidades em termos de informação, habitação, água, meios de subsistência e alimentação. Outro achado inclui a lógica de gestão da multinacional, à qual chamei de colonial e que incluiu o apoio da diplomacia brasileira de modo a obter o direito de extrair minérios, o relacionamento com o governo local marcado por ameaças e coerção, assim como a construção dos locais como subalternos em relação aos brasileiros. A análise das ações de RSC da corporação em estudo indica que a publicação de informações ambientais e sociais parece ser uma forma de justificar e atenuar os impactos da atuação da mesma na sociedade local. Além disso, a empresa parece querer impor um desenvolvimento a que chamei de brasileiro à sociedade africana, sem levar em conta o que esta última entende como tal. Assim sendo, esta tese contribui para o debate de RSC: ao destacar que a perspectiva política de RSC não dá conta de explicar a atuação da multinacional em estudo na periferia global, ao descortinar como a construção de subalternidade em termos de raça e cultura se revela e ao propor a ideia de uma hierarquia de subalternidades na periferia global. Por fim, defendo a necessidade de romper com a lógica colonial no que tange ao desenvolvimento local.

Palavras-chave: responsabilidade social corporativa, pós-colonialismo, indústria extrativa, multinacional brasileira.



## **ABSTRACT**

The literature of Corporate Social Responsibility (CSR) has been debating for decades the impact of corporations on society. The classic paradigm argues that CSR only pays off if it results in more profits than the possible losses of its non-use. Criticism of this instrumental view culminated in the emergence of the political perspective of CSR, that suggests an extended model of governance, in which companies voluntarily contribute to the welfare of the societies they operate in. Despite the political turn, the CSR research agenda has not been focusing enough on issues relevant to peripheral countries, such as the asymmetries of power between multinational corporations and local governments. As the dimension of power is one of the objects of study of postcolonialism, I argue that this approach can contribute to the discussion of CSR in the global periphery. Therefore, this study aims to answer the following question: how does a semi-peripheral multinational do business on the periphery? In order to answer this question, I investigated the impacts of the operations of a Brazilian multinational in an African country. The fieldwork included 28 in-depth interviews with members of the multinational and the local civil society. In addition, about 2,800 pages of documents were analyzed. The results indicate that if we understand CSR as the impacts of the multinational activities, the resettlement of 5,500 people to make room for the extraction of minerals without corresponding legislation caused the violation of their rights. Another finding includes the multinational management logic, which I have considered colonial. It has included the support of Brazilian diplomacy in order to obtain the right to extract minerals, the relationship with the local government marked by threats and coercion, as well as the construction of African peoples as subaltern compared to their Brazilian peers. The analysis of the CSR actions of the studied corporation indicates that the publication of environmental and social information seems to be used as a way to justify and mitigate the negative impacts of the multinational on the local society. Furthermore, the company seems to impose a Brazilian way of development regardless of what the local society understands as such. Thus, this thesis contributes to the CSR debate by highlighting that the political perspective on CSR does not fully explain the role of the studied multinational in the global periphery, by unveiling the construction of subalternity in terms of race and culture and by proposing the idea of a hierarchy of subalternities in the global periphery. Finally, this study supports the need to break with the colonial logic in terms of local development.

**Keywords:** corporate social responsibility, post-colonialism, extractive industry, Brazilian multinational.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>12</b>
<b>Responsabilidade Social Corporativa</b>	<b>17</b>
Origens da RSC	17
Da Perspectiva Positivista à Política	24
RSC no Sul Global	28
<b>Pós-Colonialismo</b>	<b>33</b>
Origens do Pós-Colonialismo	37
Césaire, Memmi e o Movimento Negritude	41
Neocolonialismo e Orientalismo	46
Subalternidade e Modernidade/Colonialidade	50
<b>Diálogos entre RSC e Pós-Colonialismo</b>	<b>57</b>
Administração como Prática Colonial	57
A Indústria Extrativa na Periferia Global	61
RSC à Luz do Pós-Colonialismo	64
<b>A Pesquisa de Campo</b>	<b>72</b>
Delineando a Pesquisa de Campo	72
Acesso aos Entrevistados	76
Análise Documental	82
As Identidades da Pesquisadora	84
Analisando os Dados	90
<b>O Passado Colonial de Kito</b>	<b>92</b>
História é Poder	92
A Administração Colonial Europeia	97
Movimentos de Resistência e a Independência de Kito	100
Ajuda Externa em Kito	102
<b>A Lógica Colonial de Atuação da Mucunha</b>	<b>110</b>
As Relações Diplomáticas Brasil-Kito	110
A Concessão e os Benefícios Fiscais	118
Relacionamento com o Governo Kitense	125
A Construção dos Kitenses como Subalternos	131
<b>O Reassentamento</b>	<b>136</b>
O Valor da Terra para os Kitenses	136

Consultas Públicas e a Ausência de Vozes Locais	141
As Condições do Reassentamento	146
Violações dos Direitos da Comunidade	152
A Postura dos Governos Frente às Violações	158
<b>A RSC na Periferia</b>	<b>166</b>
RSC Contratual ou Voluntária?	166
As Fragilidades Institucionais de Kito como Vantagem	173
Fazedoras do Bem aos Olhos do Mundo	180
Desenvolvimento à Brasileira	185
Contribuições da Pesquisa	191
<b>Considerações Finais</b>	<b>198</b>
<b>Referências</b>	<b>204</b>

## Introdução

O poder político e econômico crescente das grandes empresas têm provocado um aumento no interesse pela responsabilidade social corporativa (RSC) (Faria & Sauerbronn, 2008). Pressões crescentes da sociedade civil sobre atividades empresariais (Scherer & Palazzo, 2011) e escândalos como o da Enron deixaram evidente a magnitude do impacto que grandes corporações podem exercer sobre a sociedade (Faria & Sauerbronn, 2008).

Na academia, a relação empresa-sociedade vem sendo teorizada há décadas (Siltaoja & Onkila, 2013). Um dos marcos desta discussão foi o argumento de Milton Friedman de que a doutrina da RSC era subversiva, já que as empresas deveriam preocupar-se apenas em gerar o maior lucro possível para seus acionistas (Friedman, 1977).

Com base na premissa de Friedman, muitos estudos vêm sendo realizados a partir do chamado de *business case* de RSC (Carroll & Shabana, 2010). A partir desta perspectiva, a questão chave passou a ser: há retorno financeiro quando se trata de RSC (Carroll & Shabana, 2010)? A lógica do *business case* é que as empresas apenas deveriam engajar-se em RSC se os custos para tal fossem inferiores aos possíveis danos de reputação por não o fazer (Berkemeyer, 2009).

Entretanto, os pressupostos positivistas do *business case* vêm sendo criticados, já que oferecem uma visão meramente instrumental da área (Berkemeyer, 2009; Scherer & Palazzo, 2007) e não provêm um fundamento moral para a discussão (Scherer & Palazzo, 2007). Além disso, a divisão clara de trabalho entre empresas e governos não é mais factual (Drebes, 2014b; Scherer & Palazzo, 2011). A expansão das atividades corporativas ao redor do mundo - em especial, em sociedades periféricas - tem criado vácuos regulatórios (Drebes, 2014b) e os Estados têm falhado em regular atividades empresariais (Matten & Crane, 2005).

Neste sentido, Banerjee (2008a) questiona: como podemos fazer a RSC funcionar a favor da sociedade e não só das corporações? Alguns autores têm sugerido que uma abordagem mais crítica à teoria organizacional e à área de CSR é necessária (Banerjee, 2008a; Berkemeyer, 2009; Scherer & Palazzo, 2011). Assim sendo, Scherer e Palazzo (2011) propõem um novo paradigma para a RSC: o da

responsabilidade social corporativa política. A RSC política sugere um modelo estendido de governança em que empresas contribuem com a regulação global, ou seja, as multinacionais passam a contribuir voluntariamente para trazer desenvolvimento social para as regiões em que operam (Scherer & Palazzo, 2007).

As pressões para que as corporações se auto-regulem contribuíram para a chamada “esfera corporativa de influência” e intensificaram o debate sobre a RSC, especialmente fora do país de origem da companhia (Drebes, 2014b). A RSC política considera que a responsabilidade de uma empresa vai além de fazer lucros para incluir a proteção e melhoria do bem estar da sociedade (Jamali, Sidani, & El-Asmar, 2009).

Apesar da virada política ter significado um importante marco para a pesquisa em RSC, pesquisadores ocidentais têm demonstrado pouco interesse em assuntos sensíveis para países em desenvolvimento, como evasão fiscal, redução de pobreza, impactos da liberalização econômica e a “maldição de recursos” (Berkemeyer, 2009; Littlewood, 2015). Isso ocorre porque a agenda de RSC tem sido comandada por pesquisadores do Norte do globo e por isso reflete prioridades e preocupações de sociedades ocidentais, consideradas “universais” (Berkemeyer, 2009; Idemudia, 2011).

Porém, o ambiente regulatório relativamente estável e as pressões para que as empresas adotem práticas de RSC em países centrais não estão presentes em países periféricos (Hilson, 2012; Idemudia, 2011). Joutsenvirta e Vaara (2015) levantam a questão de como manter justiça social em ambientes poucos regulados como o Sul global, já que nestes locais a divisão de trabalho entre corporações, estados e sociedade civil é instável e ambígua.

Idemudia (2011) defende que é preciso desafiar os pressupostos da RSC *mainstream* e fortalecer a teoria e prática de RSC na periferia global. Nos últimos anos, pesquisadores originários de regiões periféricas têm conduzido pesquisas no centro (Alcadipani, Westwood, & Rosa, 2014) e também em outras periferias. Uma questão central para a agenda de pesquisa focada no Sul é a do poder (Banerjee, 2014; Berkemeyer, 2009; Drebes, 2014b). Para Idemudia (2011) é preciso compreender como a relação de poder desigual influencia as relações entre atores, quem é considerado *stakeholder* e o que constitui prioridade nos objetivos de RSC.

Com exceção de trabalhos como o de Banerjee (2008a) a questão do poder tem sido deixada de fora da discussão sobre RSC, segundo Drebes (2014b).

Com isso em vista, alguns autores vêm sugerindo que a abordagem pós-colonial pode contribuir para o debate de RSC, em especial na periferia global (Adanhounme, 2011; Banerjee, 2014; Drebes, 2014b; Mushi & Kurian, 2005). A lente pós-colonial ajuda a pensar em relações de poder, explorações, opressões e outras práticas associadas ao lado obscuro das organizações (Spohr & Alcadipani, 2013). Na área de RSC, a abordagem pós-colonial tem o potencial de lançar luz sobre as implicações das práticas corporativas no que tange a direitos humanos e meio ambiente (Mushi & Kurian, 2005).

A abordagem pós-colonial<sup>1</sup> tem por objetivo refletir sobre a herança do colonialismo nas sociedades periféricas (Rosa & Alcadipani, 2013). Dado que o colonialismo foi extremamente diverso e envolveu uma gama extraordinária de práticas em locais radicalmente diferentes ao longo de séculos, torna-se difícil a possibilidade de uma teoria geral pós-colonial (Ajayi, 1969). Por conta disso, o pós-colonialismo não é uma teoria em termos científicos - entendida como um grupo de princípios coerentemente elaborados que podem prever o resultado de um dado fenômeno (Jack, Srinivas, Westwood, & Sardar, 2010; McLeod, 2010; Young, 2003). Não existe apenas um pós-colonialismo, escola ou teoria (Jack *et al.*, 2010); ao invés disso, há uma série de perspectivas justapostas, não raro contraditoriamente (McLeod, 2010).

Segundo Prasad (2003) a grande questão que permeia o campo é se e de que forma as práticas e estruturas construídas durante o colonialismo e a consequente resistência anti-colonial influenciam na formação do mundo contemporâneo. A intenção da abordagem pós-colonial é fazer uma crítica radical ao colonialismo, imperialismo e neocolonialismo (Prasad, 2003; Young, 2001).

Com base no exposto, a pergunta que este estudo pretende responder é:

*De que modo uma multinacional da semi-periferia faz negócios na periferia global?*

---

<sup>1</sup> Utilizarei as expressões “abordagem pós-colonial” e “pós-colonialismo” como sinônimas.

Considero, tal qual sugerido por Rosa e Alcadipani (2013) que existem diferentes periferias. Ou seja, alguns países são menos privilegiados do que outros social, política e economicamente - mesmo que ambos estejam no chamado “terceiro mundo”. Neste estudo, considero o Brasil como “semi-periférico” e Kito, um país africano que até a década de 1970 permaneceu subjugado ao colonialismo europeu, como “periférico”.

De modo a responder à pergunta proposta, o objetivo deste estudo é analisar criticamente a atuação da multinacional brasileira Mucunha<sup>2</sup> em Kito. Para atingir o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Reconstituir os principais aspectos do passado colonial de Kito;
- Descrever a lógica subjacente à atuação da Mucunha em Kito;
- Apresentar os impactos das operações da Mucunha para a sociedade kitense;
- Discutir as ações de RSC da Mucunha em Kito.

Este estudo está dividido como segue. A primeira parte compreende três capítulos de natureza teórica que apresentam a literatura que será utilizada como base para a discussão do caso. No primeiro capítulo - Responsabilidade Social Corporativa - apresento a área da Administração com a qual pretendo dialogar. Ao final da seção, destaco que a literatura em questão não discute suficientemente questões de poder e, para preencher esta lacuna, sugiro o Pós-Colonialismo - sendo este o segundo capítulo. O terceiro e último capítulo desta parte - Diálogos entre RSC e Pós-Colonialismo - evidencia que a Administração esteve, desde o princípio, implicada com o colonialismo e que a abordagem pós-colonial parece bastante promissora no sentido de contribuir com a literatura de RSC.

Na segunda parte - A Pesquisa de Campo - apresento os detalhes da coleta de dados. Trato do delineamento da pesquisa, do acesso aos entrevistados, das tensões durante o campo, das minhas identidades como pesquisadora e, por fim, da análise de dados.

Na terceira parte deste trabalho apresento os dados empíricos. No capítulo O Passado Colonial de Kito reconstituo as bases históricas do ambiente de negócios que a Mucunha encontrou em Kito. Na sequência, em A Lógica Colonial de

---

2 Os termos Mucunha e Kito serão utilizados ao longo do trabalho para se referirem, respectivamente, à multinacional brasileira e ao país africano em estudo, de modo a preservar o anonimato do caso.

Atuação da Mucunha descortino a racionalidade subjacente à instalação e ao modelo de gestão da multinacional no país. No capítulo seguinte - O Reassentamento - descrevo como a realocação de mais de 5 mil pessoas que viviam no entorno da mina concedida pelo governo local à Mucunha teve como consequência a violação de seus direitos. O último capítulo desta parte - RSC na Periferia - apresenta a discussão sobre as práticas de RSC à luz da abordagem pós-colonial, bem como as contribuições deste estudo. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências.



## Responsabilidade Social Corporativa

O objetivo deste capítulo é evidenciar que a discussão sobre a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) praticada por corporações multinacionais na periferia global não engloba suficientemente as assimetrias de poder entre os atores envolvidos. Por conta desta questão em aberto, defendo que a literatura em RSC pode beneficiar-se a partir de *insights* da abordagem pós-colonial, assunto do capítulo seguinte.

Na primeira parte deste capítulo, trato das origens do campo de RSC, passando pelas perspectivas positivista e, mais recentemente, política. A seguir, discuto as especificidades da RSC em contextos periféricos e mostro que as empresas da indústria extrativa - tal qual a multinacional investigada neste estudo - não somente estão entre as maiores divulgadoras de informações sociais e ambientais como também foram as pioneiras em fazê-lo em tais locais.

### Origens da RSC

O uso do termo “responsabilidade social corporativa” é relativamente recente, porém a preocupação com a ética dos negócios e a dimensão social da atividade empresarial é bastante antiga (Blowfield & Frynas, 2005). Os autores lembram que práticas de negócios baseadas em princípios morais foram estimuladas por pensadores pré-cristãos como Cícero já no século I a.C. Portanto, do ponto de vista histórico, Blowfield e Frynas (2005) defendem que a RSC é simplesmente a última manifestação dos debates sobre o papel das empresas na sociedade.

Mas se as práticas de RSC são bastante antigas, a escrita formal do tema é um produto do século XX, situado principalmente nos EUA (Carroll, 1999). E, ao longo dos anos, o conceito de RSC tem sido alvo de muitas pesquisas e desenvolvimentos teóricos (Blowfield & Frynas, 2005; Carroll & Shabana, 2010; Drebes, 2014b; Scherer & Palazzo, 2007).

Veremos ao longo desta seção que apesar de inicialmente ter havido uma preocupação ética com a atividade empresarial na sociedade, o debate acadêmico envolveu uma racionalidade quase que exclusivamente instrumental, sendo a questão subjacente: compensa ser socialmente responsável? Neste sentido, para Comte-Sponville (2011) a moda da “ética empresarial” é mais um discurso do que um comportamento. O importante, para as empresas, é que a ética melhora sua imagem, aumenta as vendas, é eficiente, ou seja, compensa (Comte-Sponville, 2011).

No início do século, o advento das ciências administrativas e o desenvolvimento de atividades empresariais nos EUA fomentaram discussões sobre o aspecto social das empresas (Faria & Sauerbronn, 2008). O debate se intensificou por conta do *crash* da Bolsa de Nova Iorque e da desilusão quanto ao liberalismo econômico (Faria & Sauerbronn, 2008). À época,

os elevados lucros de grupos empresariais que atuavam em monopólios despertavam forte descontentamento na população, que discutia a distribuição justa de riquezas e o papel do Estado (Faria & Sauerbronn, 2008, p. 14).

A partir dos anos 1950 um amplo corpo de literatura sobre RSC vem se acumulando nos EUA (Carroll, 1999). Para o autor, o período moderno da literatura teve início com a publicação de Howard Bowen do livro *Social responsibilities of the businessman*, em 1953. Para Bowen, as responsabilidades dos gestores consistiam em perseguir as políticas, tomar as decisões ou seguir as linhas de ação desejáveis em termos dos objetivos e valores da sociedade (Bowen, 1953 como citado em Carroll, 1999). Para Carroll e Shabana (2010) o livro de Bowen estava a frente de seu tempo e afetou significativamente o futuro da área.

Outro marco nesta discussão foi a publicação de Theodore Levitt, em 1958, do artigo *The dangers of social responsibility* na *Harvard Business Review* (Blowfield & Frynas, 2005). Levitt alertou o mundo dos negócios para os perigos da RSC: ele acreditava que preocupações sociais e o bem comum não eram responsabilidades das empresas, mas sim do governo e que o trabalho destas era cuidar dos aspectos materiais do bem comum (Carroll & Shabana, 2010). Levitt temia que a atenção a responsabilidades sociais poderia distrair as empresas de

fazer lucros, que era o motivo essencial de sua existência (Carroll & Shabana, 2010).

Para McWilliams, Siegel e Wright (2006) Levitt foi quem iniciou o debate sobre RSC ao defender que “*the government’s job is not business, and business’s job is not government*”. Nos anos 1960, a área cresceu em popularidade e tomou forma em parte devido aos movimentos sociais da época (Faria & Sauerbronn, 2008), especialmente nos EUA (Carroll & Shabana, 2010). Para Faria e Sauerbronn (2008, p. 14) os

movimentos sociais passa[ra]m a exercer pressão sobre as empresas, discutindo a responsabilidade das mesmas sobre diversas questões - tais como poluição, consumo, emprego, discriminação racial e de gênero.

A literatura no campo passou a focar no significado da RSC e sua importância para a sociedade (Carroll & Shabana, 2010). O debate sobre o conceito de RSC se intensificou em 1962 quando Milton Friedman declarou que a doutrina em responsabilidade social era fundamentalmente subversiva (Friedman, 1977). Para ele, havia

poucas coisas capazes de minar tão profundamente as bases da nossa sociedade livre do que a aceitação por parte dos dirigentes das empresas de uma responsabilidade social que não condiz com fazer tanto dinheiro quanto possível para seus acionistas (Friedman, 1977, p. 69).

Para o autor, as discussões sobre a responsabilidade social das empresas careciam de rigor e capacidade analítica: “o que significa uma empresa ter responsabilidades? Apenas pessoas têm responsabilidades” (Friedman, 1970, p. 1). Comte-Sponville (2011) concorda que não há sentido em falar em uma ética ou moral empresarial. Uma empresa tem contabilidade e clientes, interesses e obrigações. Entretanto, “precisamente por não existir uma moral da empresa é que deve haver moral na empresa – pela mediação dos únicos que podem ser morais, pela mediação dos indivíduos que trabalham nela, em especial [...] os que a dirigem” (Comte-Sponville, 2011, p. 116).

A visão de Friedman influenciou profundamente o campo e muitos pesquisadores até hoje trabalham implicitamente sob uma perspectiva econômica, o

que acabou por promover uma concepção instrumental da área, de acordo com Scherer e Palazzo (2011).

A partir dos anos 1970, o debate sobre RSC acompanhou uma prática de negócios crescente (Carroll & Shabana, 2010). Para Faria e Sauerbronn (2008) foi somente nesta década que a noção de responsabilidade corporativa se popularizou: a empresa passou a ser reconhecida como uma entidade moral e o caráter organizacional - e não individual - passou a determinar suas decisões.

Na final da década, foi publicado o modelo de Carroll (1979), amplamente citado na área (Matten & Crane, 2005). Segundo o autor, para que uma definição de responsabilidade social endereçasse a ampla gama de obrigações que as empresas tinham com a sociedade, esta deveria incorporar as categorias econômica, legal, ética e discricionária (Carroll, 1979), a saber:

- Responsabilidades econômicas: a responsabilidade primária da empresa é de natureza econômica. Antes de qualquer outra coisa, a instituição corporativa é a unidade econômica básica da nossa sociedade e, como tal, tem responsabilidade de produzir bens e serviços que a sociedade quer e vendê-los com lucro. Todos os outros papéis derivam deste pressuposto fundamental.
- Responsabilidades legais: como parte do “contrato social” as empresas devem operar sob leis e regulamentos. A sociedade espera que elas cumpram sua missão econômica dentro de uma estrutura de requerimentos legais.
- Responsabilidades éticas: embora as duas primeiras categorias incorporem normas éticas, há comportamentos adicionais que a sociedade espera das empresas. Responsabilidades éticas são difíceis de definir, e, por conta disso, estão entre as mais difíceis de se lidar. O debate continua sobre o que é e o que não é ético.
- Responsabilidades discricionárias: são aquelas sobre as quais a sociedade não possui uma mensagem clara para as empresas. Talvez seja incorreto chamá-las de responsabilidades porque estes papéis são puramente voluntários e a decisão de assumi-los é guiada apenas pelo desejo da empresa de se engajar socialmente. Exemplos incluem contribuições filantrópicas, programas para dependentes químicos, construção de creches para mães trabalhadoras, etc. A essência é que se as firmas não participarem de tais atividades, não seriam considerados antiéticas.

Em suma, Carroll (1979) acreditava que seu modelo poderia auxiliar gestores no entendimento de que a responsabilidade social não estava separada da performance econômica, mas era apenas uma parte das responsabilidades das companhias. Nos anos 1980 surgiram poucas novas definições de RSC, porém muitas pesquisas foram realizadas e temas alternativos se popularizaram, como ética nos negócios e gestão de *stakeholders* (Carroll & Shabana, 2010).

A teoria do *stakeholder* de Edward Freeman defende que os gestores devem satisfazer uma série de grupos que podem influenciar os resultados da empresa - estes incluem trabalhadores, consumidores, fornecedores, comunidade local, entre outros (McWilliams, Siegel, & Wright, 2006). De acordo com esta visão, não é suficiente que os gestores foquem apenas nas necessidades dos acionistas ou proprietários da empresa. Pode ser benéfico para a empresa engajar-se em certas atividades que *stakeholders* não financeiros percebem como importantes, já que, sem isso, estes podem retirar seu apoio em relação à firma (McWilliams, Siegel & Wright, 2006). Percebemos aqui, novamente, uma racionalidade instrumental da RSC.

Em 1983, Carroll reelaborou sua definição de RSC de 1979 (que incluía responsabilidades econômicas, legais, éticas e discricionárias), ampliando o componente discricionário para envolver voluntarismo e filantropia (Carroll, 1999). Na mesma época cresceu o interesse na relação de RSC com a performance financeira, assim como o debate sobre o *business case* de RSC (Carroll & Shabana, 2010).

O *business case* refere-se à justificativa de negócios para a RSC, ou seja, os benefícios econômicos e financeiros específicos que ocorrem por conta da adoção de iniciativas de RSC (Carroll & Shabana, 2010). Empresas somente deveriam adotar a RSC se esta fosse menos custosa do que o possível dano de reputação que ocorreria, por exemplo, por um boicote de consumidores (Berkemeyer, 2009). Em outras palavras, a pergunta a ser feita é: há retorno do investimento quando se trata de RSC (Carroll & Shabana, 2010)?

A racionalidade subjacente ao *business case* para a RSC envolve a questão de que ao engajarem-se nestas atividades, as empresas fortaleceriam o ambiente onde operam e que tais esforços retornariam em seu próprio interesse no longo prazo (Carroll & Shabana, 2010). Se pudesse ser demonstrado que as

empresas se beneficiam financeiramente em fazer RSC, então o argumento de Friedman - de que as empresas deveriam preocupar-se unicamente em produzir o maior lucro possível para seus acionistas - seria neutralizado (Carroll & Shabana, 2010).

Um segundo argumento referente ao *business case* para a RSC é que sua adoção desviaria a empresa da regulação governamental (Carroll & Shabana, 2010). Esta é uma razão bastante prática e baseia-se na ideia de que a intervenção governamental futura pode depender da medida em que as empresas seguem políticas próprias e padrões auto-impostos que atendam às expectativas da sociedade (Carroll & Shabana, 2010).

Ao longo dos anos, o *business case* tornou-se um importante pilar para assegurar o comprometimento das empresas com a RSC (Idemudia, 2009). Segundo o autor, a aceitação de suas responsabilidades sociais resulta invariavelmente em uma situação ganha-ganha tanto para elas quanto para seus *stakeholders*. Como consequência, o *business case* mais uma vez afastou a RSC do domínio do altruísmo ou da moralidade para o domínio da tomada de decisão econômica (Idemudia, 2009).

Ainda na década de 1980, muitas empresas transformaram-se em redes transnacionais complexas e a produção se descentralizou (Faria & Sauerbronn, 2008). Passaram a haver reclamações de que estas vinham tirando vantagem das condições sociais e ambientais de países periféricos (Blowfield & Frynas, 2005). Exemplo disso é que atividades indesejáveis nos EUA foram deslocadas para países em desenvolvimento, com grandes incentivos por parte dos governos locais (Blowfield & Frynas, 2005). Por conta destas mudanças, organizações não governamentais e ativistas passaram a monitorar as corporações mais de perto (Faria & Sauerbronn, 2008).

Não surpreende, portanto, a emergência de uma concepção de negócios baseada na responsabilidade social corporativa na era da globalização. Esse fenômeno está fortemente relacionado não somente a escândalos corporativos, mas também ao crescente poder das grandes corporações, inclusive nos âmbitos das políticas públicas e dos sistemas de regulação (Faria & Sauerbronn, 2008, p. 17).

Poucas novas contribuições à definição de RSC foram feitas nos anos 1990 e esta serviu como ponto de partida para outros conceitos (Faria &

Sauerbronn, 2008). Ao longo do tempo, a RSC já foi considerada sinônimo de ética, filantropia ou cidadania corporativa, política ambiental, performance social, gestão de *stakeholders* e sustentabilidade (Carroll & Shabana, 2010; McWilliams, Siegel, & Wright, 2006). Por conta disso, há uma preocupação de que o conceito se tornou tão amplo que permite interpretações e usos diversos (Blowfield & Frynas, 2005), o que dificultaria o avanço teórico na área (McWilliams, Siegel, & Wright, 2006).

Ao invés de procurar uma definição inclusiva, alguns autores sugerem que pode ser mais proveitoso pensar em RSC como um termo guarda-chuva (Blowfield & Frynas, 2005; Scherer & Palazzo, 2007) para uma variedade de teorias e práticas que reconhecem que: a) empresas têm responsabilidade por seu impacto na sociedade e no ambiente natural, às vezes indo além da conformidade legal; b) empresas têm responsabilidade pelo comportamento das partes com quem fazem negócios (por exemplo, seus fornecedores); e c) empresas precisam gerenciar seu relacionamento com a sociedade, seja por razões de viabilidade comercial ou adicionar valor à mesma (Blowfield & Frynas, 2005).

Se aceitarmos, conforme sugestão dos autores, que as empresas de fato têm responsabilidades por seus impactos e pelo comportamento de seus fornecedores, mas que isso deveria ocorrer somente para adicionar valor aos acionistas - mais uma vez estaríamos aplicando uma racionalidade instrumental à RSC. Seria possível uma outra lógica para o campo?

Debates recentes sobre RSC têm sugerido que esta compreende as responsabilidades das companhias em relação à sociedade e ao meio-ambiente que vão *além* dos requerimentos econômicos, técnicos ou legais (Carroll & Shabana, 2010; Idemudia, 2011; Joutsenvirta & Vaara, 2015; Littlewood, 2015; Siltaoja & Onkila, 2013). Uma segunda definição de RSC engloba também as consequências ou impactos das atividades das empresas em termos sociais, econômicos e ambientais (Jenkins & Yakovleva, 2006; Littlewood, 2015; Siltaoja & Onkila, 2013).

Já Newell e Frynas (2007) veem a RSC como uma ferramenta de relações públicas que emergiu entre empresas líderes como uma forma de desviar críticas e capitalizar oportunidades associadas com a imagem de “fazedoras do bem”. Neste sentido, atividades de RSC passaram a incluir características de produtos ou processos produtivos (a exemplo de produtos com aerosol sem fluocarbonetos), adoção de práticas de recursos humanos progressivas (como

promover o empoderamento de empregados) e alcance de níveis mais altos de performance ambiental (reciclando, poluindo menos e reduzindo emissões de gás carbônico)(McWilliams, Siegel, & Wright, 2006).

Assim sendo, nos últimos anos, muitas empresas tem se descrito como boas cidadãs corporativas (Scherer & Palazzo, 2007). Nenhuma grande empresa deixaria de publicar um relatório de sustentabilidade em seu site (Fleming, Roberts, & Garsten, 2013; Scherer & Palazzo, 2007). Em outras palavras, as empresas têm proclamado as virtudes de sua ética em uma escala nunca vista antes, de acordo com Fleming, Roberts e Garsten (2013). Os autores questionam se estamos assistindo a um novo nível de diálogo acerca da racionalidade econômica no contexto da RSC ou se este movimento é apenas hipocrisia, já que muitas atividades de RSC são empreendidas meramente por razões estratégicas, como preservar a imagem pública, reduzir pressões de ONGs ou evitar regulações (Scherer & Palazzo, 2007).

O debate sobre a racionalidade econômica subjacente à RSC continua na próxima seção, que apresenta uma proposta alternativa: a perspectiva política de RSC.

### **Da Perspectiva Positivista à Política**

Duas lógicas conflitantes estão subjacentes à pesquisa em RSC: a primeira foca na relação entre a RSC e os benefícios financeiros de sua prática e a segunda visa o bem estar da sociedade como um todo (Drebes, 2014b). Neste estudo elas serão chamadas, respectivamente, de perspectiva positivista e perspectiva política, conforme Scherer e Palazzo (2007). A adoção desta nomenclatura deve-se ao fato de os autores terem sido pioneiros em fazer esta distinção. Outros autores utilizaram termos diferentes: Schneider (2014) optou por racionalidades instrumental e pró-social, enquanto que Jamali, Sidani e El-Asmar (2009) as chamaram de paradigmas clássico e moderno e Drebes (2014b) preferiu perspectivas de negócios e normativo-crítica.



A relação entre empresas e sociedade é comumente analisada tendo como paradigma dominante a economia neoclássica (Schneider, 2014). De acordo com esta visão, o Estado provê bens públicos e resolve questões de externalidades e as empresas possuem a tarefa restrita de criar valor (Schneider, 2014). Uma externalidade é qualquer impacto de um agente econômico no bem estar de outros, sendo a poluição um exemplo clássico de uma externalidade negativa (McWilliams, Siegel, & Wright, 2006). Apesar de esta visão ter sido mais prevalente na década de 1960 com as ideias de Friedman de que a empresa deveria somente preocupar-se com a geração de lucros, suas nuances continuam a permear o discurso e a prática de empresas modernas (Jamali, Sidani, & El-Asmar, 2009).

Pesquisas realizadas a partir da perspectiva positivista têm focado apenas nas implicações estratégicas da RSC para as empresas e pouca atenção tem sido dada às esferas política, econômica e social da RSC (Brei & Böhm, 2011; Jamali, Sidani, & El-Asmar, 2009). Para Fleming, Roberts e Garsten (2013) a área de RSC foi “capturada” pela de estratégia, em especial nos EUA, e a pesquisa ficou reduzida a como a ética se conecta com o lucro. Estudos de caso que têm esta perspectiva como base tentam explicar as diferenças de lucratividade pelas variações no comportamento socialmente responsável das empresas (Scherer & Palazzo, 2007). Trabalhos que focam na relação entre RSC e performance empresarial ficam reduzidos à questão: *do firms do well by doing good* (McWilliams, Siegel, & Wright, 2006)?

Grande parte destas pesquisas têm por objetivo descortinar correlações e relações causais no mundo social por meio do método empírico proveniente das ciências naturais (Scherer & Palazzo, 2007). Uma vez que a relação causal é identificada, este conhecimento pode ser aplicado na prática gerencial para atingir certos resultados (Scherer & Palazzo, 2007). Entretanto, o *business case* da RSC têm sido criticado por diversos pesquisadores, já que é uma visão meramente instrumental da área (Berkemeyer, 2009; Scherer & Palazzo, 2007) e não provê um fundamento moral para a discussão destas questões (Scherer & Palazzo, 2007). Relacionado à visão instrumental de RSC está a crítica ao conceito de *stakeholder*, já que os principais beneficiários das ações de RSC muitas vezes não são adequadamente envolvidos ou estão ausentes da agenda de RSC (Berkemeyer, 2009).

Considerando que os pressupostos positivistas associados à RSC constituem uma base problemática para questionarmos a ética dos negócios, alguns autores defendem que é necessária uma mudança de paradigma (Banerjee, 2008b; Drebes, 2014b; Jamali, Sidani, & El-Asmar, 2009; Scherer & Palazzo, 2007; Scherer & Palazzo, 2011). Ao invés de buscar respostas para como a responsabilidade social corporativa aumenta a lucratividade, precisamos fazer outras perguntas (Banerjee, 2010): por que comunidades em diferentes partes do mundo estão protestando contra corporações e governos? Por que estão dispostas a entregar suas vidas por sua luta? Qual é o papel do Estado e da sociedade civil nestas lutas?

Outro aspecto chave do debate em RSC é a erosão da divisão de trabalho entre empresas e governos (Drebes, 2014b; Scherer & Palazzo, 2011). A expansão das atividades corporativas ao redor do mundo tem criado vácuos regulatórios ou *gaps* de governança e em muitas ocasiões o Estado tem falhado em controlar suas ações (Drebes, 2014b). O declínio na capacidade de regulação dos Estados tem sido parcialmente compensado pela emergência de novas formas de governança global (Braithwaite & Drahos, 2000 como citado em Scherer & Palazzo, 2011).

Um exemplo disso é que organizações internacionais e grupos da sociedade civil passaram a contribuir com expertise e recursos para fechar os *gaps* na regulação global (Scherer & Palazzo, 2007; Schneider, 2014). Além disso, as empresas têm enfrentado crescentes pressões para endereçar estes vácuos auto-regulando suas ações, o que levou à expansão da chamada “esfera corporativa de influência” e intensificou o debate sobre a RSC, especialmente fora do país de origem da companhia (Drebes, 2014b).

Muitas empresas passaram a contribuir voluntariamente para trazer desenvolvimento social e legal (Scherer & Palazzo, 2007), assumindo papéis que antes cabiam a governos, como proteção e implementação de direitos civis (Matten & Crane, 2005). A ideia de mecanismos voluntários para regular o comportamento das empresas vem ganhando suporte de formuladores de políticas tanto em governos nacionais quanto em organizações internacionais, tendo como base o pressuposto de que as firmas são capazes de se policiar na ausência de leis nacionais ou internacionais para regular seu comportamento (Blowfield & Frynas, 2005).

O conteúdo do *special issue* do periódico *Business Ethics Quarterly* de 2009 questionou a teoria convencional sobre RSC e defendeu, em seu lugar, uma concepção política da corporação (Banerjee, 2010). Já que empresas têm se responsabilizado por atividades antes ao alcance do Estado, então é preciso analisar os processos resultantes do envolvimento corporativo nos domínios político e social (Banerjee, 2010). E é precisamente por causa desta premissa - de que a divisão clássica de trabalho entre empresas e Estado não se aplica mais - que acadêmicos, gestores e acionistas têm abandonado o modelo positivista para evoluir para o paradigma político (Jamali, Sidani, & El-Asmar, 2009).

Nesse sentido, Scherer e Palazzo (2011) propõem uma perspectiva a qual chamam de "*political corporate social responsibility*" e a que chamaremos de responsabilidade social corporativa política. A RSC política sugere um modelo estendido de governança em que empresas contribuem com a regulação global (Scherer & Palazzo, 2011). Esta noção vai além da visão instrumental de modo a desenvolver um novo entendimento da política global em que atores privados como corporações e organizações da sociedade civil possuem um papel ativo na regulação democrática e controlam transações de mercado (Scherer & Palazzo, 2011).

Este paradigma considera que a responsabilidade de uma empresa vai além de fazer lucros para incluir proteger e melhorar o bem estar da sociedade (Jamali, Sidani, & El-Asmar, 2009). A responsabilidade corporativa não deve ser medida com um preço e é mais uma perspectiva de moralidade em relação a um bem estar coletivo do que à lucratividade (Drebes, 2014b).

Amplamente falando, a literatura em RSC política está preocupada em prescrever, descrever e explicar os deveres e atividades de corporações - multinacionais em particular (Whelan, 2012). A RSC política pode ser entendida como um movimento da corporação para dentro da esfera política de modo a responder a desafios sociais e ambientais como direitos humanos, aquecimento global e desmatamento (Scherer & Palazzo, 2011).

A perspectiva política em RSC apenas começou a dialogar com a ética nos negócios e as ciências sociais e é, portanto, uma grande oportunidade para o campo, já que tem o potencial de influenciar as estruturas de governança global e das multinacionais (Whelan, 2012). A próxima seção discute a RSC quando esta é

aplicada por multinacionais na periferia do globo e como a questão do poder permanece pouco estudada mesmo a partir desta perspectiva.

## **RSC no Sul Global**

Apesar da virada política no campo de RSC, ainda há questões que permanecem em aberto, especialmente quando se trata da aplicação de RSC em contextos periféricos. É preciso considerar que em países desenvolvidos, há um ambiente regulatório relativamente estável, com sindicatos estabelecidos e consumidores atentos aos movimentos das empresas (Hilson, 2012). Estes fatores geram pressões “invisíveis” para as empresas adotarem práticas de RSC, de acordo com o autor.

Entretanto, estas mesmas pressões não estão presentes em países em desenvolvimento ou periféricos (Hilson, 2012; Idemudia, 2011). Além disso, normas, padrões, estruturas regulatórias e demandas de *stakeholders* variam substancialmente dependendo do país, região e indústria (Joutsenvirta & Vaara, 2015; McWilliams, Siegel, & Wright, 2006; Sanders, 2012). Um exemplo disso é o Google, que agiu contra valores centrais da companhia ao aceitar a censura à internet na China (Sanders, 2012).

Dito isso, como manter justiça social e democracia em um ambiente pouco regulado (Joutsenvirta & Vaara, 2015) como o Sul global? Nestes locais, as esferas política e econômica se sobrepõem e a divisão de trabalho entre corporações, estados e sociedade civil é instável e ambígua (Joutsenvirta & Vaara, 2015).

Muitos estudos na área de RSC tratam apenas de realidades do Norte global, acreditando que estas são universais (Idemudia, 2011). A diferença entre as prioridades locais e as expectativas globais deve-se ao fato de que a agenda de RSC têm sido liderada por atores do Norte e portanto reflete prioridades e preocupações de sociedades ocidentais (Berkemeyer, 2009; Idemudia, 2011). É preciso ir além de apenas desafiar os pressupostos da RSC *mainstream*, oferecendo

alternativas que fortaleçam a teoria e prática de RSC na periferia global (Idemudia, 2011).

Nos últimos anos, esforços para acomodar as diferenças de prioridade das sociedades do Sul e do Norte culminaram em chamadas para uma agenda mais focada no Sul (Blowfield & Frynas, 2005). Assim, uma literatura emergente passou a explorar as dinâmicas de RSC na periferia do globo (Khan & Lund-Thomsen, 2011), questionando se esta é operacionalizada de forma a efetivamente melhorar as condições econômicas, sociais e ambientais de seus beneficiários - empresas locais, trabalhadores e comunidades (Berkemeyer, 2009; Blowfield & Frynas, 2005; Idemudia, 2011).

Outra questão que merece ser mais profundamente explorada diz respeito à função desempenhada pela RSC em países em desenvolvimento (Hilson, 2012), já que muitas vezes esta é motivada apenas pela padronização imposta por multinacionais em um esforço para atingir consistência global em suas subsidiárias ao redor do mundo (Visser, 2008). Há também a necessidade de oferecer uma crítica mais fundamental acerca da natureza supostamente benigna da RSC quando se trata de América Latina, África e Ásia (Khan & Lund-Thomsen, 2011), pois ainda há dúvidas sobre o verdadeiro impacto da RSC para o desenvolvimento (Berkemeyer, 2009).

Um exemplo da adequação da pesquisa às demandas dos países em desenvolvimento é o trabalho de Visser (2008) que adaptou o famoso modelo de Carroll (1979) às condições encontradas nestas regiões. Visser (2008) argumenta que o modelo de Carroll (1979) - que compreende responsabilidades econômicas, legais, éticas e filantrópicas das corporações - foi formulado quase que inteiramente com base em pesquisas realizadas nos EUA. Por conta disso, o autor sugere que a ordem das demandas de RSC na periferia difere do modelo tradicional.

Em países em desenvolvimento, as responsabilidades econômicas também têm bastante peso, porém a filantropia vem em segundo lugar, seguida de responsabilidades legais e, por último, éticas (Visser, 2008). Neste contexto, trazer uma contribuição econômica é muitas vezes visto como a forma mais importante e efetiva de causar um impacto social - ou seja, por meio investimentos, criação de empregos, pagamento de taxas e transferência de tecnologia (Visser, 2008).

A importância da filantropia é resultado de fortes tradições indígenas, da dependência que muitos países têm de doadores internacionais e das necessidades sócio-econômicas de tais regiões que fazem com se espere que as empresas que lá operam a pratiquem (Visser, 2008). Muitas delas se deram conta de que não podem ter sucesso em sociedades enfraquecidas e a atividade filantrópica é vista como um modo direto de melhorar o panorama local por meio de investimentos em educação, saúde, esportes e meio ambiente (Visser, 2008).

Já as responsabilidades legais têm menos importância em países em desenvolvimento quando comparados com países desenvolvidos (Visser, 2008). Isso não significa, segundo o autor, que as empresas descumpram as leis, mas que há menos pressões para tal. Uma das causas é que nestes locais as estruturas legais são menos desenvolvidas e muitas vezes há poucos recursos, eficiência administrativa e independência para assegurar o cumprimento das leis (Visser, 2008). Por fim, o autor defende que as responsabilidades éticas parecem ter menor importância na agenda de RSC quando comparadas a países desenvolvidos.

Em suma, apesar da virada política na literatura de RSC, Blowfield e Frynas (2005) apontam duas principais críticas ao campo. A primeira está relacionada com a famosa declaração de Friedman de que a única responsabilidade social dos negócios é engajar seus recursos em atividades que gerem lucros. A visão econômica da RSC pode funcionar em um mundo em que instituições governamentais estão aptas a prever problemas e conflitos na sociedade, formular regulações antecipadas e fazer valer leis e contratos por meio de um sistema legal e administrativo (Scherer & Palazzo, 2011). Entretanto, não é isso que ocorre em diversos países do mundo, em especial aqueles localizados na periferia (Blowfield & Frynas, 2005).

A segunda crítica é que apesar de se considerar que as empresas deveriam assumir responsabilidades pelos amplos impactos de suas atividades - como defendido pela perspectiva política - as práticas de RSC correntes são inadequadas para esse propósito (Blowfield & Frynas, 2005). Para os autores, tanto o planejamento quanto a implementação de programas sociais pelas corporações são deficientes. A provisão de justiça social é um domínio do Estado e este tem a obrigação de monitorar programas sociais corporativos (Blowfield & Frynas, 2005).

Apesar da diminuição relativa do papel dos Estados, é preciso considerar que estes continuam sendo atores de importância considerável no que concerne à manutenção das atividades e iniciativas de responsabilidade social (Idemudia, 2011; Whelan, 2012). A falência do Estado em prover o bem comum e a emergência do setor privado para exercer esta função levantam a questão de se o aumento das práticas de RSC por atores corporativos pode fortalecer ou enfraquecer atores locais e até que ponto a capacidade de governança local aumenta ou diminui (Berkemeyer, 2009).

Em países emergentes a RSC é comumente vista como uma forma de endereçar as falhas de governança deixadas por governos fracos, corruptos ou com poucos recursos que falham em prover adequadamente serviços sociais - tais como habitação, estradas, eletricidade, saúde, educação (Visser, 2008). Um exemplo são os esforços da indústria extrativa em prover infra-estrutura básica em lugares remotos em que operam, o que causa o enfraquecimento de autoridades locais (Berkemeyer, 2009). Para Wheeler (2015) as multinacionais às vezes oferecem uma forma de estabilidade que governos não conseguem.

Há um papel que os Estados precisam desempenhar de modo que as agendas de RSC sejam mais adequadas às necessidades do Sul (Berkemeyer, 2009). Porém, esta abordagem levanta a questão das comunidades que ficam dependentes de serviços sociais prestados por multinacionais cuja principal preocupação é com seus acionistas. Corporações podem ter que cortar custos e investimentos em certas regiões caso a economia dite que haverá mais lucros em outro local (Visser, 2008).

Questões importantes têm sido deixadas fora do debate pelas duas perspectivas de RSC (Banerjee, 2014; Drebes, 2014b). Quem está assumindo responsabilidade por quem e por quê razão? O que isso diz sobre a estrutura da economia global? Quais os efeitos disso para as pessoas afetadas? Elas querem isso dessa forma? questiona Banerjee (2014). Para Idemudia (2011) uma questão central é a relação de poder desigual e como esta influencia as relações entre atores, quem é considerado *stakeholder* e o que constitui prioridade nos objetivos de RSC. Com exceção do trabalho de Banerjee (2008a) a questão do poder tem sido deixada de fora da discussão sobre RSC, segundo Drebes (2014b).

Apesar de a RSC política ampliar o foco das discussões na área, as atuais teorias e práticas de RSC não são fortes o suficiente para conter os efeitos destrutivos das atividades corporativas (Banerjee, 2014). As formulações teóricas atuais não prestam atenção em questões de poder, discurso e subjetividades e uma perspectiva crítica poderia aumentar o entendimento dos limites de RSC e dos arranjos institucionais e políticos necessários para superar estes limites (Banerjee, 2014).

Embora exista uma longa história acerca do engajamento corporativo na sociedade por meio de filantropia e desenvolvimento de comunidades, não podemos esquecer que a função primária de uma empresa permanece a geração de lucros, o que limita a extensão de seu envolvimento em assuntos sociais mais amplos (Banerjee, 2014). Em outras palavras, a corporação, em sua forma atual, é um agente inapropriado para defender os interesses da sociedade (Banerjee, 2014).

Portanto, são os limites da racionalidade corporativa que determinam os limites da responsabilidade social porque se uma empresa “faz o bem apenas para ajudar a si mesma, há um profundo limite em quanto bem ela pode fazer” (Bakan, 2004, p. 50 como citado em Banerjee, 2014). A RSC precisa ser discutida a partir de uma abordagem teórica diferente e que está fora do *mainstream* (Drebes, 2014b). O autor sugere, para tal, a perspectiva de poder associada a uma lógica pós-colonial.

Em suma, este capítulo tratou das origens do campo da RSC, de suas principais perspectivas teóricas e da aplicação da RSC na periferia do globo. O próximo capítulo discute as origens e alguns dos principais conceitos da abordagem pós-colonial. No capítulo seguinte, estabeleço possibilidades de diálogo entre o pós-colonialismo e a literatura de RSC - sendo esta uma forma de analisar criticamente as ações de RSC de multinacionais em países periféricos, objetivo deste trabalho.



## Pós-Colonialismo

Neste capítulo apresento algumas das origens históricas do que hoje conhecemos como pós-colonialismo. Em especial, trato das críticas empreendidas por Franz Fanon, Guerreiro Ramos, Aimé Césaire, Albert Memmi, Kwame Nkrumah e Edward Said. Não tenho a pretensão de esgotar o tema - afinal são diversas as correntes da abordagem pós-colonial. Minha leitura das origens do campo é apenas uma entre as muitas possíveis. Concluo a seção apresentando um dos desdobramentos recentes do campo que são os chamados Estudos Subalternos, tanto em sua origem na Índia quanto na sua vertente latino-americana.

A abordagem pós-colonial<sup>3</sup> é uma área de debate e inovação intelectual que surgiu durante e após as lutas por independência nas então colônias britânicas e francesas por volta de 1950 e 1960 (Hiddleston, 2009). Apesar de ter-se tornado popular inicialmente em universidades norte-americanas, especialmente em departamentos de literatura, o termo é hoje amplamente utilizado dentro e fora de instituições acadêmicas ocidentais.

A grande questão que permeia o pós-colonialismo é se e de que forma as práticas e estruturas construídas durante o colonialismo e a consequente resistência anti-colonial influenciam na formação do mundo contemporâneo (Prasad, 2003). A intenção da abordagem pós-colonial é fazer uma crítica radical ao colonialismo, imperialismo e neocolonialismo (Prasad, 2003; Young, 2001).

O colonialismo pode ser compreendido como a tomada de território, apropriação de recursos materiais, exploração do trabalho e interferência nas estruturas políticas e culturais de outro território ou nação (Loomba, 2010). Já o imperialismo é caracterizado pelo exercício de poder tanto por conquista direta quanto por influência política e econômica. Ou seja, enquanto colonialismo envolve, necessariamente, conquista física, ocupação e administração do território de um país por outro, imperialismo é um exercício de poder político, econômico e cultural que pode ou não envolver ocupação direta (Banerjee, 2008b; Loomba, 2010; Prasad, 2003). Os impérios britânico e francês eram majoritariamente coloniais, com ambos detendo a posse física de vastos territórios sobre o globo (Prasad, 2003).

---

<sup>3</sup> Utilizarei as expressões “abordagem pós-colonial” e “pós-colonialismo” como sinônimas.

Em contraste, o atual sistema de dominação americano pode ser entendido como imperialismo.

As nações europeias impuseram sobre as populações nativas, muitas vezes de modo coercitivo, a chamada “missão civilizatória”, determinada pela visão de que povos indígenas eram inferiores em termos mentais, morais e práticos em comparação com os brancos europeus (Butlin, 2009). A justificativa era que os seres humanos mais avançados deveriam intervir nas “regiões dormentes” do globo para introduzi-los à civilização e à religião e explorar a riqueza enviada por Deus para toda a humanidade (Mudimbe, 1988). A missão civilizatória consistia em trazer a margem para a esfera de influência do centro iluminado e tornou-se a principal justificativa da exploração política e econômica do colonialismo (Ashcroft, Griffiths, & Tiffin, 1989). Além disso, a ideologia da raça era parte crucial da construção de uma rígida hierarquia nas relações entre colonizador e colonizado (Ashcroft, Griffiths, & Tiffin, 2007).

Críticas ao colonialismo ocidental são tão velhas quanto ele próprio (Prasad, 2003). Durante o período colonial, povos colonizados contestaram sua dominação por meio de diferentes formas de resistência ativa e passiva (Young, 2003). Como resultado, teve início o processo de descolonização ou desmantelamento do poder colonialista, incluindo as esferas institucional e cultural (Ashcroft, Griffiths, & Tiffin, 2007). As lutas anti-coloniais envolviam o pressuposto de um novo nível de agência por parte dos povos colonizados em relação às condições em que viviam (Young, 2001). Independência era o objeto destas lutas e supunha-se que esta iria realizar completamente o ideal de auto-determinação.

No entanto, é possível argumentar que a independência das ex-colônias representa uma era pós-colonial? A questão de definir e discriminar os períodos colonial/pós-colonial é mais problemática do que frequentemente sugerido (Ashcroft, Griffiths, & Tiffin, 2007; Loomba, 2010) já que o prefixo “pós” implica um “depois”, tanto no sentido temporal quanto ideológico (Loomba, 2010). Um país pode ser pós-colonial (entendido como formalmente independente) mas ao mesmo tempo, ser neocolonial, no sentido de que permanece econômica e culturalmente dependente (Loomba, 2010). Isso acontece porque a independência muitas vezes significou a instalação de uma forma neocolonial de governo encabeçada pela elite local (Ashcroft, Griffiths, & Tiffin, 2007).

O termo “neocolonialismo” foi introduzido em 1961 por Kwame Nkrumah, que como primeiro presidente de Gana após o período colonial, percebeu que seu poder era apenas nominal, mas não sobre a economia (Nkrumah, 1965). A essência do neocolonialismo é que o Estado submetido a ele é, em tese, independente e tem todo o aspecto exterior de soberania internacional, mas, na realidade, sua política e sistema econômico são governados do exterior (Nkrumah, 1965).

Dado que o colonialismo foi extremamente diverso e envolveu uma gama extraordinária de práticas em culturas radicalmente diferentes ao longo de séculos, torna-se difícil a possibilidade de uma teoria geral pós-colonial (Ajayi, 1969). Por conta disso, o pós-colonialismo não é uma teoria em termos científicos - entendida como um grupo de princípios coerentemente elaborados que podem prever o resultado de um dado fenômeno (Jack *et al.*, 2010; McLeod, 2010; Young, 2003). Não existe apenas um pós-colonialismo, escola ou teoria (Jack *et al.*, 2010); ao invés disso, há uma série de perspectivas justapostas, não raro contraditoriamente (McLeod, 2010).

A abordagem pós-colonial emprega conceitos de campos como antropologia, feminismo, história, história da arte, teoria literária, filosofia, ciência política, sociologia, estudos afro-americanos, estudos culturais, entre outros (McLeod, 2010). O mesmo pode ser dito sobre suas múltiplas perspectivas, que incluem variantes do marxismo e neo-marxismo, psicanálise, pós-estruturalismo, desconstrucionismo, teoria *queer* e assim por diante. Esta diversidade é responsável por consideráveis debates internos, tensões e heterogeneidades no campo (McLeod, 2010).

De maneira ampla, a abordagem pós-colonial critica o eurocentrismo, ou seja, a ideia de que a Europa e seus pressupostos culturais são a norma, o natural e o universal (Aschcroft, Griffiths, & Tiffin, 1989). Presta atenção não só em assuntos econômicos e políticos, mas também em questões culturais, psicológicas, filosóficas e epistemológicas (Banerjee & Prasad, 2008). O argumento primário do pós-colonialismo é que as nações dos três continentes não ocidentais (África, Ásia e América Latina) estão em uma situação de subordinação e desigualdade econômica em relação à Europa e aos Estados Unidos (Young, 2003).

O pós-colonialismo, portanto, combina as inovações culturais e epistemológicas do momento pós-colonial (Jack *et al.*, 2010) e tem por objetivo

refletir sobre a herança do colonialismo nas sociedades periféricas (Rosa & Alcadipani, 2013). Neste sentido, o “pós” marca o momento histórico da introdução teórica de novas estratégias de análise e prática crítica (Young, 2001).

O pós-colonialismo é uma abordagem que trabalha persistentemente “contra a corrente” da sabedoria tradicional, de modo a exercer constante pressão e reorientar a lógica e a trajetória dos discursos administrativos ocidentais (Prasad, 2005). Uma das formas de contribuir para a pesquisa organizacional à luz do pós-colonialismo é defendendo que as práticas administrativas e instituições ocidentais estão, também, situadas em um contexto local, e não são universais, como freqüentemente é sugerido (Prasad, 2005). O universalismo baseia-se em uma visão hegemônica, segundo a qual experiências, valores e expectativas de uma cultura dominante são consideradas válidas para toda a humanidade (Aschcroft, Griffiths, & Tiffin, 1989).

Apesar de ocupar uma posição relativamente marginal na área de Administração e Estudos Organizacionais, o pós-colonialismo é visto por pesquisadores críticos como uma abordagem produtiva e valorosa para se fazer pesquisa no campo de forma diferente, adicionando novas camadas ao entendimento corrente da administração de organizações (Prasad, 2005).

A leitura pós-colonial “contra a corrente” também requer que o terceiro mundo não seja considerado um mero provedor de dados mas também um importante local de produção de teorias, que podem auxiliar inclusive no entendimento de organizações localizadas no Ocidente (Prasad, 2005).

Com base nas contribuições de autores como Cabral, Césaire, Fanon, Gandhi, Ho Chi Minh, Kaunda, Kenyatta, Lenin, Lumumba, Mariategui, Mannoni, Memmi, Nkrumah, Nyerere, Senghor, o pós-colonialismo reconhece que o neocolonialismo é altamente injusto e que justiça e liberdade humana são indivisíveis (Prasad, 2003). Para chegar lá, precisamos provocar uma descolonização global nas dimensões política, econômica e cultural (Prasad, 2003).

Após esta exposição inicial sobre o que entendo como pós-colonialismo, traço as origens históricas e teóricas do campo na seção seguinte.

## Origens do Pós-Colonialismo

A crítica pós-colonial é o produto da resistência ao colonialismo e ao imperialismo (Young, 2001). Nenhuma sociedade tornou-se independente do sistema colonial simplesmente pela libertação voluntária da metrópole - foi necessário um certo nível de disputas internas por auto-determinação ou, mais comumente, oposição violenta por parte dos povos colonizados (Ashcroft, Griffiths, & Tiffin, 2007). A Índia e diversas colônias africanas, por exemplo, engajaram-se em longos e frequentemente sangrentos processos de dissidência, protesto e rebelião para assegurar sua independência.

Um dos expoentes da independência da Argélia, que foi submetida ao colonialismo francês, é Franz Fanon, cujo trabalho é considerado por Young (2001) a base daquilo que hoje conhecemos como pós-colonialismo. Fanon nasceu em Martinica em 1925 e serviu no Exército francês durante a Segunda Guerra - e foi por conta disso que teve o primeiro contato com o Norte da África (Appiah, 2008). Médico, foi nomeado para trabalhar em um hospital na Argélia. Quando eclodiu a revolução argelina, juntou-se à Frente de Libertação Nacional (FLN), movimento que lutou pela independência do país e foi duramente reprimido pela França. Tornou-se um embaixador do movimento e um teórico seminal do anti-colonialismo.

Suas principais obras - *Os Condenados da Terra e Pele Negra*, *Máscaras Brancas* - assim como outros textos, tratam da natureza do racismo e do colonialismo e dos danos psicológicos que estes causaram tanto no colonizado quanto no colonizador (Appiah, 2008). Em seu primeiro livro, *Pele Negra, Máscaras Brancas*, publicado em 1952, Fanon procurou entender a relação entre negros e brancos com base em suas observações nas Antilhas Francesas. Descreveu algumas crenças dos antilhanos, como o fato de que, para eles, o único destino do negro era ser branco (Fanon, 2008). Os habitantes da região não se viam como negros - subjetiva e intelectualmente, comportavam-se como brancos. Em Martinica, jovens eram encorajados a evitar a língua crioula; algumas famílias inclusive os proibiam de o falar em casa. Quanto mais um negro falasse francês nas Antilhas, mais branco ficava (Fanon, 2008).

Esse tipo de comportamento, para Fanon (2008) era resultado de uma situação cultural em que livros, jornais, textos escolares, propagandas, rádio e filmes moldavam uma certa visão de mundo. O resultado não era um sentimento de inferioridade, mas sim de não existência (Fanon, 2008). “Nessa obra eu tentei tocar a miséria do homem negro - tátil e afetuosamente. Não quis ser objetivo. Na verdade, isto teria sido desonesto: creio que é impossível ser objetivo” (Fanon, 2008. p. 67, tradução nossa).

No Brasil, na década de 1950, Guerreiro Ramos problematizou a questão da assimilação cultural, considerando não somente os critérios provenientes dos países desenvolvidos como também as dinâmicas locais para entender a realidade brasileira (Rosa & Alcadipani, 2013). Neste sentido, propôs a redução sociológica, que consiste na apreensão crítica da dinâmica colonial, apropriando-se dela seletivamente. Guerreiro Ramos fez um esforço “em pensar a realidade local a partir de suas próprias bases e da sua própria história, rompendo com a lógica colonial de explicar o outro a partir de si mesmo” (Rosa & Alcadipani, 2013, p. 187), o que para os autores caracteriza o núcleo da abordagem pós-colonial.

Para Guerreiro Ramos a tomada de consciência crítica é o ponto de partida para pensar a realidade nacional (Rosa & Alcadipani, 2013). Para o autor, somente com a desalienação é que o indivíduo é capaz de refletir sobre sua condição. A alienação sofrida pelos povos colonizados é um ponto comum aos trabalhos de Guerreiro Ramos e Franz Fanon (Rosa & Alcadipani, 2013). Porém, enquanto o primeiro vê a alienação como uma questão nacional, o segundo a vê como uma questão racial (Rosa & Alcadipani, 2013).

Em momentos e lugares diferentes, Fanon e Guerreiro Ramos desenvolveram uma proposta de descolonização a partir da busca pela autenticidade com base numa tomada de consciência crítica, seja racial e/ou nacional (Rosa & Alcadipani, 2013). Essa problemática comum aproxima os dois autores e os coloca diante do desafio de pensar a possibilidade histórica de o colonizado assumir um lugar de enunciação privilegiado, formando uma identidade capaz de contrapor o discurso dominante (Rosa & Alcadipani, 2013). Esse esforço caracteriza a origem da teoria pós-colonial e foi o ponto de partida para que outros autores, também localizados na periferia, refletissem sobre sua condição de colonizado (Rosa & Alcadipani, 2013).

Na América Latina, o pensamento que pode ser considerado “pós-colonial” esteve, por muito tempo, associado à questão da dependência e não do colonialismo (Rosa & Alcadipani, 2013). A teoria da dependência compreende um corpo de trabalhos desenvolvidos por intelectuais de esquerda na década de 1960 para compreender a história da América Latina (Caronil, 2008 como citado em Rosa & Alcadipani, 2013).

Os estudos pós-coloniais latino-americanos desenvolveram-se como resposta a questões de desenvolvimento social, à complexidade das desigualdades sociais e ao descompasso com o “centro” (Rosa & Alcadipani, 2013). A reflexão sobre a América Latina articula a dominação britânica e francesa com a espanhola e a portuguesa, ampliando o escopo da abordagem pós-colonial e a compreensão global da história moderna (Coronil, 2008 como citado em Rosa & Alcadipani, 2013).

Em 1961, foi publicada a obra *Os Condenados da Terra*, na qual Fanon escreveu provocativamente sobre o papel da violência nas lutas anti-coloniais e suas ideias influenciaram profundamente diversos intelectuais ao redor do mundo (Appiah, 2008). Na visão de Fanon (1967) a descolonização, seja ela chamada de libertação nacional ou restauração da nação, é um episódio violento. A “coisa” colonizada torna-se homem no processo de libertação do colonialismo (Fanon, 1967). É importante, segundo o autor, porque é uma conquista desejada, demandada pelo povo colonizado. E porque coloca em questão a situação colonial e requer uma mudança na ordem do mundo, é um processo caótico. Porém, o único modo de fazer isso é pela violência (Fanon, 1967).

O colonialismo na Argélia “é violência em estado natural, e só será submetido quando confrontado com mais violência” (Fanon, 1967, p. 48, tradução nossa). Esta limpa o nativo de seu complexo de inferioridade e traz de volta seu auto-respeito (Fanon, 1967). O argumento a favor do uso da violência na luta anti-colonial é frequentemente considerado o aspecto mais controverso de *Os Condenados da Terra* (Young, 2003).

O principal efeito do Ocidente sobre a Ásia e a África foi o lançamento de milhões de pessoas em uma espécie de vazio espiritual, em uma vida sem sentido (Wright, 1995). Não foi o sofrimento físico ou a privação econômica que incitaram um bilhão e meio de negros em ações políticas violentas. Para o europeu médio, o colonialismo é racionalizado sob a rubrica: “bem, quando eles forem tão evoluídos

quanto nós, também serão livres” (Wright, 1995, p. 10, tradução nossa). Como resultado, o africano que vivia sob o governo francês execrava a palavra *evolué* quando esta era aplicada à transição gradual de “selvageria” para “civilização”. O uso desta palavra provocava um senso de hesitação psicológica, intimidação e dúvida. E quem poderia dizer quando um africano era suficientemente *evolué* para ser considerado civilizado (Wright, 1995)?

Para Fanon (1967) a Europa é literalmente a criação do “terceiro mundo”. A riqueza que a favorece é aquela que foi roubada dos povos subdesenvolvidos. Os portos da Holanda e as docas de Bordeaux e Liverpool são especializadas no comércio de escravos, e devem sua fama à deportação de milhares de negros.

Então quando ouvimos o chefe de algum estado europeu declarar, com a mão no coração, que deve ajudar os povos pobres e subdesenvolvidos, nós não estremecemos de gratidão. Pelo contrário, nós dizemos para nós mesmos: é apenas uma reparação que eles pagarão para nós (Fanon, 1967, p. 81, tradução nossa).

Sartre, no prefácio do livro de Fanon (1967), argumenta que “nós [europeus] também estamos sendo descolonizados; o colonizador que existe em cada um de nós está sendo selvagemmente destruído” (Sartre, 1967, p. 21, tradução nossa).

No último capítulo da obra, Fanon (1967) relata uma série de desordens mentais do povo argelino relacionadas à guerra colonial. Fanon defende que o colonialismo provocava uma constante negação da humanidade no povo dominado, que questionava-se sobre quem realmente era. Cientistas colonialistas atribuíam preguiça, impulsividade e incapacidade social e intelectual da África do Norte ao *layout* de suas estruturas cerebrais (Fanon, 1967). Ou seja, a falta de integração dos lobos frontais, segundo eles, era responsável por crimes, estupros, mentiras e roubos dos africanos. Hoje sabemos que a criminalidade, agressividade e violência dos argelinos é um resultado direto das circunstâncias coloniais (Fanon, 1967).

O trabalho de Fanon foi importante para os estudos pós- coloniais porque ofereceu um relato da construção da identidade sob o colonialismo e a relação entre nação, nacionalismo e consciência nacional num contexto anti-colonial (McLeod, 2010). Após sua publicação, em 1961, *Os Condenados da Terra* rapidamente se tornou uma bíblia da descolonização e inspirou diversos tipos de luta contra a



dominação e opressão ao redor do mundo (Young, 2003). Quando a obra foi reimpressa em 1968, seu subtítulo era: *The Handbook for the Black Revolution that is Changing the Shape of the World*<sup>4</sup>. Até hoje o pós-colonialismo permanece obcecado e inspirado pelo texto apaixonado de Fanon (Young, 2003).

Na seção seguinte discuto a influência dos autores Aimé Césaire e Albert Memmi - ambos contemporâneos de Fanon - e do Movimento Negritude para os estudos pós-coloniais.

### **Césaire, Memmi e o Movimento Negritude**

Outra importante obra que trata do colonialismo e seu impacto na cultura, na história, no colonizado e no colonizador, é *Discurso sobre o Colonialismo*, de Aimé Césaire (Kelley, 1972). Publicada em 1950, período da descolonização na África, Ásia e América Latina, é essencial na literatura anti-colonial no pós-guerra.

Césaire (1972) demonstrou como o colonialismo trabalhava para decivilizar o colonizador: tortura, violência, ódio de raça e imoralidade colocavam a classe dominante cada vez mais fundo no abismo da barbárie. A colonização não era um desejo de diminuir a ignorância, doença ou tirania, não era evangelização, filantropia ou projeto em nome de Deus (Césaire, 1972). “Entre colonização e civilização há uma infinita distância” (Césaire, 1972, p. 34, tradução nossa). O autor antecipou a declaração de Fanon de que a Europa é a criação do terceiro mundo ao dizer que o senso de superioridade do colonizador dependia da criação do outro como bárbaro (Kelley, 1972).

Para Césaire (1972) o colonialismo trabalhava para decivilizar o colonizador, brutalizá-lo, degradá-lo, para despertar seus instintos enterrados, sua cobiça, violência, ódio e relativismo moral:

Cada vez que uma cabeça é cortada ou um olho é extraído no Vietnã e na França se aceita o fato, cada vez que uma menina é estuprada e na França se aceita o fato, cada vez que um malgache é torturado e na França se aceita o fato, a civilização adquire um novo peso morto, uma regressão universal acontece, uma gangrena se estabelece, um centro de infecção

---

<sup>4</sup> Em tradução livre: manual para a revolução negra que está mudando a cara do mundo.

começa a se alastrar. E, no final, quando todos estes tratados foram violados, todas essas mentiras foram propagadas, todas as expedições punitivas foram toleradas, todos os prisioneiros foram 'interrogados', todos os patriotas foram torturados, um veneno destila nas veias da Europa e, vagarosa porém certamente, o continente procede para a selvageria (Césaire, 1972, pp. 35-36, tradução nossa).

Césaire (1972) entende o nazismo como um efeito bumerangue do colonialismo. Para ele, a burguesia europeia, antes de ser vítima, foi cúmplice, e tolerou o nazismo enquanto este era imposto sobre outros povos.

A razão pela qual a burguesia do século XX não consegue perdoar Hitler não é o crime em si mesmo, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem como tal; é o crime contra o homem branco, a humilhação do homem branco, e o fato de que ele aplicou à Europa os procedimentos colonialistas que antes eram reservados exclusivamente aos árabes argelinos, aos 'coolies' indianos, aos 'pretos' da África (Césaire, 1972, p. 36, tradução nossa, grifo do autor).

Outros autores também estabeleceram relações entre o colonialismo e o nazismo. Para Fanon (1967) o nazismo transformou a Europa numa autêntica colônia. Du Bois (1947) declarou saber que

Hitler e Mussolini estavam lutando contra o comunismo e usando o preconceito de raça para tornar os brancos ricos e os negros pobres. Mas foi somente mais tarde que eu me dei conta de que o colonialismo britânico e francês tinha exatamente os mesmos objetivos e fazia uso dos mesmos métodos que os fascistas e os nazistas estavam claramente tentando usar [...]. Não houve atrocidade nazista - campos de concentração, mutilação, assassinato, corrupção - que a civilização cristã ou a Europa não tenham anteriormente utilizado contra povos de cor em todas as partes do mundo em nome e em defesa de uma raça superior nascida para governar o mundo (Du Bois, 1947, p. 23, tradução nossa).

Nas visão de Césaire (1972), não havia colonização inocente. Uma nação que colonizava já estava pobre, doente moralmente. A colonização desumanizava até o homem civilizado (Césaire, 1972). O colonizador, que escolheu acreditar que o outro homem é um animal, aprendeu a viver tratando-o como um animal, mas acabou transformando a si mesmo em um animal. Este é o efeito bumerangue da colonização (Césaire, 1972).

Os trabalhos de Césaire, juntamente com os de Léopold Senghor, estão associados ao nascimento da Negritude<sup>5</sup>, - movimento inicialmente literário, mas com fortes conotações políticas - que se opunha à ideologia da superioridade branca (Mudimbe, 1988) e buscava promover a camaradagem entre povos colonizados (McLeod, 2010). O movimento influenciou principalmente África e Caribe e procurou unir povos de diferentes regiões a um senso de ancestralidade e origem comuns. Seus objetivos eram pan-nacionais e pan-continentais (McLeod, 2010).

Césaire, de Martinica e Senghor, do Senegal, se conheceram quando estudavam em Paris. Ambos eram identificados como *négres*, um insulto que se aproxima do *nigger* em inglês (McLeod, 2010). Ofendidos pela atitude colonialista adotada pelos franceses, Césaire e Senghor apresentaram em seus textos a condição de ser negro como profundamente valorosa (McLeod, 2010).

O movimento era uma tentativa de resgatar e reverter a “negritude” de seus termos constantemente negativos, para reconstruí-la como positiva (McLeod, 2010). A celebração da negritude ia além da cor da pele - enquanto que os discursos coloniais retratavam culturas africanas como retrógradas e primitivas, o movimento enfatizava sua sofisticação e qualidades (McLeod, 2010). Deixava claro que as culturas e literaturas africanas tinham padrões estéticos e críticos próprios e que deveriam ser julgadas à luz de preocupações específicas ao invés de serem consideradas meras “filhas” das culturas europeias (Ashcroft, Griffiths, & Tiffin, 2007).

Para Senghor, o movimento buscava a consciência, defesa e desenvolvimento de valores culturais africanos.

Negritude é um mito, eu concordo. E concordo que existem falsos mitos, que reproduzem divisão e ódio. Negritude é o oposto disto. É a consciência por um grupo social em particular de sua própria situação no mundo e sua expressão em uma imagem concreta (Senghor, 1965, p. 97, tradução nossa).

Já Césaire, em parte por ter crescido distante da África, tinha uma visão um pouco diferente da Negritude (McLeod, 2010). Para ele, o movimento deveria ser menos baseado nas diferenças essenciais entre brancos e negros e deveria ser medido com “um compasso de sofrimento” - já que os negros deveriam se unir pela

---

<sup>5</sup> O termo Negritude vem do francês *négritude* e foi cunhado por Césaire em 1935.

experiência de opressão que compartilhavam. Entretanto, para ambos, o objetivo final da Negritude era a emancipação de todos os povos do colonialismo.

Em 1948, Sartre ajudou a transformar a Negritude em um evento político ao publicar o texto *Orfeu Negro* como introdução da obra *Antologia da Nova Poesia Negra*, de Senghor (Mudimbe, 1988). Sartre impôs, filosoficamente, a dimensão política da negatividade na história colonial, deu sentido e credibilidade a todos os sinais de oposição ao colonialismo e apelou para um novo entendimento para a violência nas colônias (Mudimbe, 1988). Para Fanon (2008) *Orfeu Negro* simboliza a data da intelectualização da existência negra. Sartre como “filósofo negro” é um importante símbolo para a Negritude (Fanon, 2008).

Entretanto, uma das principais críticas ao movimento é de que este aceitou acriticamente muitos dos termos dos discursos coloniais e os inverteu, ao invés de desafiá-los (McLeod, 2010). Oposições binárias foram enfatizadas e a ideia de que o destino de um indivíduo estava misticamente associado a sua cor foi reforçada (McLeod, 2010). Ao defender que a alma negra é uma construção dos brancos, Fanon (1967) acabou por enfatizar que as qualidades essenciais do espírito negro celebradas por escritores da Negritude eram, na verdade, uma fantasia europeia (Appiah, 2008).

Fanon (1967) também acreditava que o pressuposto de solidariedade natural entre os povos negros defendido pelo movimento era um erro. Ao invés de retornar ao passado africano, os intelectuais deveriam adaptar-se à cultura europeia moderna de modo a transformar a vida dos negros comuns. Apesar destas críticas, o autor considerava que a Negritude poderia desempenhar um importante papel ao libertar o intelectual nativo de sua dependência em relação à cultura da metrópole.

O surgimento do movimento Negritude, a realização do Congresso Pan-Africano e a publicação da revista *Présence Africaine* foram alguns dos mais originais discursos que começaram a surgir a partir dos anos 1930, em parte devido à influência crescente do marxismo (Mudimbe, 1988). Em 1945, povos negros de várias partes do mundo reuniram-se em Manchester, na Inglaterra, para discutir a liberdade e o futuro da África (Kelley, 1972). A resolução do Quinto Congresso Pan-Africano - “demandamos para a África negra autonomia e independência” - foi o tema central de obras como *Towards Colonial Freedom* (1947) de Kwame Nkrumah,

Discurso sobre o Colonialismo (1950) de Aimé Césaire e *Pele Negra, Máscaras Brancas*, de Frantz Fanon (Mudimbe, 1988).

Em 1947, intelectuais franceses - entre eles Georges Balandier, Albert Camus, Emmanuel Mounier, Paul Rivet, Gide e Mando - juntaram-se a Alioune Diop para fundar o jornal *Présence Africaine* (Mudimbe, 1988). A revista incitou um novo interesse na língua francesa sobre África e Caribe e tornou-se um veículo para um grande número de declarações críticas por cerca de 20 anos. A partir de 1957, *Présence Africaine* passou a ser publicada em francês e em inglês, o que permitiu incluir considerações críticas de textos africanos escritos na língua inglesa (Mudimbe, 1988).

No mesmo ano foi publicada outra obra que viria a influenciar a luta pela independência política nas colônias: *Retrato do Colonizado Precedido do Retrato do Colonizador*, de Albert Memmi. Criado entre as culturas judaica (seus pais eram judeus), tunisiana (nasceu na Tunísia em 1920) e francesa (seu país era parte do império francês) Memmi baseou seu trabalho na dificuldade de encontrar um equilíbrio entre Ocidente e Oriente (Kabanda, 2009).

Para Sartre (1957) Memmi pertencia a um grupo nativo mais ou menos privilegiado em comparação às massas colonizadas, mas rejeitado pelo grupo colonizador. Surpreendido entre a usurpação racista dos colonizadores e a construção de um futuro pelos colonizados, sob a suspeita de que não teria lugar, Memmi fez um inventário das condições das pessoas colonizadas primordialmente de modo a entender a relação colonial à qual estava confinado (Sartre, 1957).

Mais a frente, seus leitores, nem todos da Tunísia, o convenceram de que esse retrato também era deles (Kabanda, 2009). O livro causou angústia, raiva e também entusiasmo. Foi visto como provocação insolente e como bandeira a ser seguida. Acabou se tornando um braço na guerra contra a colonização (Kabanda, 2009).

Ao retratar o colonizador, Memmi (1965) evidenciou que seu lucro só era grande porque era arrancado de outros; que seu padrão de vida era elevado porque o do colonizado era baixo; que tinha trabalho servil abundante porque os colonizados não eram protegidos por leis. O colonizador, em suma, era um privilegiado ilegítimo, ou seja, um usurpador (Memmi, 1965). Já o retrato do colonizado era bastante diferente: este importava pouco para o colonizador; nunca

era caracterizado individualmente, apenas em uma coletividade anônima (Memmi, 1965). O colonizador negava ao colonizado o mais precioso direito do homem: a liberdade. O que sobrava, então, ao colonizado, ao final deste esforço para desumanizá-lo? Ele nem chegava a um ser humano; tendia a um objeto (Memmi, 1965). Apesar disso, ainda perguntavam:

Mas o colonizado não se beneficiou do colonialismo? O colonizador não abriu estradas, construiu hospitais e escolas? Argumentam que, no final das contas, a colonização foi boa, já que, sem isso, não haveriam estradas, escolas ou hospitais. Como podemos saber? Por que supomos que o colonizado permaneceria congelado no estado em que o colonizador o encontrou? Podemos, da mesma forma, analisar a visão oposta. Se o colonialismo não tivesse existido, haveriam mais escolas e mais hospitais. O país poderia estar em franco desenvolvimento (Memmi, 1965, pp. 112-113, tradução nossa).

Depois de décadas de colonialismo, a quantidade de crianças nas ruas da Tunísia era maior do que a nas salas de aula; o número de leitos nos hospitais era menor do que o de doentes; as estradas até beneficiaram o colonizado - mas estavam absolutamente alinhadas com o colonizador (Memmi, 1965). Por ganhos tão pequenos, o autor conclui que o colonialismo não foi verdadeiramente indispensável.

A publicação de Retrato do Colonizado Precedido do Retrato do Colonizador ocorreu no mesmo ano em que Kwame Nkrumah contribuiu para o debate pós-colonial com o conceito de neocolonialismo, sendo este o assunto da próxima seção.

## **Neocolonialismo e Orientalismo**

A partir dos anos 1960, teóricos e ideólogos africanos ampliaram suas análises críticas de modo a estabelecerem-se como sujeitos de seu próprio destino, assumindo responsabilidade pela “invenção” de seu passado e das condições de modernização de suas sociedades (Mudimbe, 1988). Grande parte dos líderes políticos que chegaram ao poder na África independente era marxista ou socialista, a exemplo de Kwame Nkrumah, em Gana (Mudimbe, 1988).

Líder do movimento que culminou com a independência do país, em 1957, Nkrumah foi um dos líderes do Pan-africanismo, movimento que defendia a unificação política dos países africanos para um desenvolvimento mais efetivo da região (Boateng, 1995). A principal contribuição de Nkrumah para a abordagem pós-colonial é a noção de neocolonialismo. O Estado em condição neocolonial, em teoria, é independente e aparentemente soberano (Nkrumah, 1965, p. ix). Mas em realidade, seu sistemas econômico e político são dirigidos do exterior.

Com a tradução de sua autobiografia, a influência de Nkrumah, já imensa na África anglófona, chegou aos países de língua francesa nos anos 1960 (Mudimbe, 1988). Nkrumah incorporou fidelidade ao marxismo na causa da descolonização e na luta contra o imperialismo. Entretanto, apesar de um teórico marxista, uma vez eleito Primeiro Ministro em Gana, rapidamente se transformou em um ditador. No mínimo, falhou em colocar sua teoria em prática (Mudimbe, 1988). Apesar de ter sido um porta-voz importante na luta contra o colonialismo e ter liderado a independência do primeiro país africano no século XX, violou direitos humanos, perseguiu adversários políticos, proibiu a criação de outros partidos, nomeou-se presidente vitalício, foi acusado de corrupção e desperdício de dinheiro público (Mudimbe, 1988). Mesmo assim, seu legado teórico permanece, desafiando e estimulando uma nova geração de marxistas africanos.

Na década de 1970, Edward Said inaugurou o que depois viria a ser conhecido como abordagem pós-colonial. A partir de sua experiência de crescer como “oriental” em duas colônias britânicas, em 1978, publicou sua obra mais conhecida, *Orientalismo* (Young, 2001). Said descreveu como o colonialismo institucionalizou um corpo de conhecimentos que criou e reforçou práticas divisivas e relações entre o colonizador e o colonizado (McLeod, 2010).

O livro de Said mostra como França e Reino Unido representaram e governaram terras do Norte da África e do Oriente Médio a partir do século XVIII (McLeod, 2010). O orientalismo é uma teorização particular sobre como os discursos coloniais podem operar em um determinado contexto e, por conta disso, as noções de Said têm sido úteis para ajudar outros críticos a entender como operam discursos coloniais através de culturas (McLeod, 2010).

Para Said (2007) o orientalismo<sup>6</sup> é um modo de abordar o Oriente, local das mais antigas e ricas colônias europeias, com base em uma distinção ontológica e epistemológica entre Oriente e Ocidente. É “uma instituição autorizada a lidar com o Oriente – fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o” (Said, 2007, p. 29). O Oriente é uma invenção europeia e foi retratado como um local de seres exóticos, romances, paisagens e lembranças encantadas e experiências extraordinárias. Na construção de seu argumento, Said (2007) examinou obras eruditas, de literatura, tratados políticos, textos jornalísticos, livros de viagem, estudos religiosos e filológicos.

A grande questão que permeia o orientalismo é que o conhecimento das raças orientais torna sua administração fácil e lucrativa (Said, 2007). O Instituto do Egito, por exemplo, criado por Napoleão após a invasão do país, possuía equipes de químicos, historiadores, biólogos, arqueólogos, cirurgiões e antiquários e sua tarefa era traduzir o Egito para o francês moderno. A obra *Description de l’Egypte* foi publicada em 23 volumes entre 1809 e 1928 (Said, 2007). Ao apoderar-se do Egito, a França demonstraria sua força e justificaria sua história. Ironicamente, Said (2007, p. 129) argumenta que “o próprio destino do Egito era ser anexado, de preferência à Europa”.

O orientalismo adquiriu o Oriente de forma ampla e literal e domesticou o conhecimento para o Ocidente, por meio de códigos reguladores, classificações, revistas, dicionários, gramáticas, traduções, comentários, etc (Said, 2007). “Os orientais raras vezes eram vistos ou olhados; eram devassados, analisados não como cidadãos, nem como um povo, mas como problemas a serem resolvidos ou – já que as potências coloniais cobiçavam abertamente o seu território – conquistados” (Said, 2007, p. 281). A noção do “Ocidente” e seu conhecimento é mítica e ficcional: assim como o Oriente, o Ocidente é uma construção ideológica desenvolvida a partir de relações assimétricas de poder entre colonizador e colonizado (Westwood & Jack, 2007).

A grande conquista de Said foi introduzir a ideia de que o colonialismo operava não apenas como uma forma de regime militar, mas simultaneamente como um discurso de dominação (Young, 2001). Said contribuiu de forma significativa no que diz respeito à problemática da língua que, nos anos 1970, era o principal foco

---

<sup>6</sup> Frenkel & Shenhav (2006) sugerem que o orientalismo pode ser substituído por africanismo, primitivismo, islamismo ou tropicalismo.



dos intelectuais radicais de esquerda. Ao mostrar como os discursos coloniais podem operar, Said ajudou outros críticos a interpretar discursos coloniais em diferentes culturas e contextos (McLeod, 2010).

Foi a crítica de Orientalismo que, na visão de Young (2001) efetivamente fundou os estudos pós-coloniais como uma disciplina acadêmica. Mais do que qualquer outro, Said articulou os compromissos políticos e críticas ideológicas dos movimentos anti-coloniais com trabalhos teóricos, em particular estruturalistas e pós-estruturalistas. Foi com esta obra que o pós-colonialismo começou a ser reconhecido no círculo acadêmico ocidental como uma nova perspectiva para a crítica radical (Banerjee & Prasad, 2008).

Entretanto, seria reduutivo supor que Orientalismo seja a obra seminal do pós-colonialismo, como argumentam autores como Young (2001), Rosa e Alcadipani (2013) e outros, já que estaríamos ignorando importantes críticas ao colonialismo feitas antes de 1978 por autores como Fanon, Césaire, Memmi e Nkrumah, além de diversos outros, que ajudaram a construir as bases da abordagem pós-colonial.

Mesmo sendo considerado um dos livros mais influentes do século XX, diversas críticas foram endereçadas ao Orientalismo, como seus pressupostos totalizantes sobre uma vasta e variada gama de representações, a a-historicidade de suas declarações, a negligência quanto à resistência por parte de pessoas das nações ocidentais colonizadoras e dos povos colonizados e a ausência da significância de gênero (McLeod, 2010). Apesar disso, desde o início dos anos 1980 e a partir da obra de Said, o pós-colonialismo vem desenvolvendo um corpo de textos na tentativa de modificar a forma dominante com que as relações entre povos ocidentais e não ocidentais e seus mundos são vistos (Young, 2003).

A próxima seção trata de uma vertente do pós-colonialismo influenciada pela obra de Said: o grupo dos Estudos Subalternos.

## Subalternidade e Modernidade/Colonialidade

O orientalismo de Said pode ser considerado uma das bases da crítica ao nacionalismo indiano feita por um grupo de acadêmicos que ficou conhecida como *Subaltern Studies* ou Estudos Subalternos (Prakash, 1994). Os Estudos Subalternos são um projeto pós-colonial ou um campo de estudos que passou a debater a escrita da história da Índia moderna (Chakrabarty, 2000). Esta crítica ocorre a partir de uma combinação de marxismo, pós-estruturalismo, pesquisa histórica, crítica textual, Gramsci e Foucault (Prakash, 1994). O próprio termo “subalterno”, segundo o autor, foi emprestado de Antonio Gramsci e refere-se à subordinação em termos de classe, casta, gênero, raça, língua e cultura.

A origem do grupo data dos anos 1970, quando historiadores ingleses e indianos se reuniram na Inglaterra para discutir temas subalternos (Ludden, 2002), sendo o historiador indiano Ranajit Guha o principal expoente da iniciativa (Chakrabarty, 2000). Para Guha o grupo estava unido em uma crítica às abordagens neocolonialistas, nacionalistas e marxistas ao estudo do “povo”, já que tais historiografias eram incapazes de ver e ouvir os insurgentes subalternos como estes realmente eram (Mallon, 1994).

O objetivo dos Estudos Subalternos era produzir análises históricas nas quais grupos subalternos eram vistos como sujeitos da história (Chakrabarty, 2000; Prakash, 1994). Uma retomada das práticas, crenças e ações dos subalternos, entretanto, requereu novos métodos (Mallon, 1994). A inovação metodológica trazida por Guha envolveu a leitura de representações historiográficas e memórias coloniais do século XIX sobre insurreições camponesas na Índia colonial (Prakash, 1994).

Documentos oficiais do governo britânico na Índia comumente representavam o governo colonial como benéfico para o país e os indianos (Chakrabarty, 2000). Os britânicos eram aplaudidos por terem trazido ao subcontinente unidade política, instituições educacionais modernas, indústrias, nacionalismo, leis, entre outros (Chakrabarty, 2000). Entretanto, a partir dos anos 1960 historiadores indianos - muitos dos quais com diplomas britânicos - desafiaram esta visão, argumentando que o colonialismo havia causado efeitos deletérios na economia e cultura locais (Chakrabarty, 2000). Estava em curso uma luta entre

vieses imperialistas sobre a história indiana e um desejo nacionalista de historiadores locais em descolonizar o passado (Chakrabarty, 2000).

Ao encorajar a desconstrução de textos e descentralizar os sujeitos que emergiram dos documentos, tais análises indicaram que as práticas subalternas possuíam autonomia em relação à elite e que políticas subalternas possuíam unidade e solidariedade próprias (Mallon, 1994). Ao buscar uma abordagem anti-elitista para a escrita da história, o movimento tinha muito em comum com a abordagem *history from below* (Ludden, 2002).

O chamado de Guha para uma história em que o subalterno era o “criador de seu próprio destino” tocava na relação entre textos e poder (Chakrabarty, 2000). Ao acusar interpretações colonialistas, nacionalistas e marxistas de roubar as pessoas comuns de sua agência, os Estudos Subalternos anunciaram uma nova abordagem para restaurar a história dos subordinados (Prakash, 1994).

Assim, a partir de 1982, a Editora da Universidade de Oxford em Nova Délhi passou a publicar textos produzidos pelo grupo, que foram reunidos sob o título *Subaltern Studies: Writings on South Asian History and Society* (Ludden, 2002). Os artigos foram publicados anualmente e seu sucesso estimulou mais três volumes nos cinco anos seguintes, todos editados por Guha. Quando este deixou de editá-los em 1989, 47 textos haviam sido publicados em seis edições dos Estudos Subalternos (Ludden, 2002).

Embora o foco na subordinação tenha permanecido central aos Estudos Subalternos, a concepção de subalternidade sofreu mudanças ao longo do tempo (Prakash, 1994). Teóricos pós-coloniais de diversas áreas passaram a interessar-se pela série (Chakrabarty, 2000) e há hoje uma diversidade crescente no campo (Ludden, 2002). Porém, o que permaneceu constante foi o esforço de repensar a história a partir da perspectiva do subalterno (Prakash, 1994).

Uma importante contribuição ao debate dos Estudos Subalternos foi feita pela indiana Gayatri Spivak, para quem, no itinerário do projeto subalterno, a diferença sexual foi duplamente apagada (Spivak, 1994). Para a autora, a grande questão a ser debatida refere-se à construção ideológica de gênero que mantém o homem como dominante tanto na historiografia colonialista quanto nos relatos das insurgências subalternas (Spivak, 1994).

Em seu famoso texto Spivak (1994) questiona: *can the subaltern speak?* A problemática colocada pela autora é que se no contexto colonial, o subalterno não tem história e não pode falar, a mulher subalterna está ainda mais profundamente na sombra (Spivak, 1994). Aprender a falar com (ao invés de ouvir ou falar pela) mulher subalterna envolve questionar seu silenciamento mesmo dentro do projeto anti-imperialista dos Estudos Subalternos (Spivak, 1994). Ao questionar se a mulher subalterna pode falar, Spivak procura dar ao subalterno uma voz na história. Ignorá-lo hoje significa continuar o projeto imperialista na visão da autora.

Com o passar do tempo, os Estudos Subalternos excederam a agenda historiográfica original dos anos 1980 para incluir demandas de diversas partes do mundo (Chakrabarty, 2000), já que na medida em que os textos foram sendo traduzidos em outras regiões e disciplinas, diversas histórias de colonialismo, capitalismo e subalternidade passaram a ser reconhecidas (Prakash, 1994).

Nos anos 1990, os Estudos Subalternos se popularizaram na academia (Ludden, 2002) e o termo subalterno aparece hoje com frequência em estudos na África, América Latina e Europa, em áreas tão diversas quanto história, antropologia, literatura (Prakash, 1994), ciência política, sociologia, crítica literária e estudos culturais (Ludden, 2002). Para Prakash (1994) a influência dos Estudos Subalternos em diversas áreas é reflexo da força da abordagem pós-colonial. Em 1993, o grupo composto originalmente por “acadêmicos marginalizados”, conforme Guha, possuía tanto prestígio internacional que inspirou um grupo de Estudos Subalternos Latino-americano (Ludden, 2002).

Para Rosa, Alcadipani e Medeiros (2010, p. 6) o grupo surgiu em resposta a um quadro “marcado pela fragilidade das instituições políticas, [...] [em que] os povos latino-americanos se olham e se constituem a partir do colonizador, assumindo o lugar do subalterno”. A primeira invocação pública dos Estudos Subalternos entre latino-americanos ocorreu em 1990 na *Latin American Research Review* (Mallon, 1994). Gilbert Joseph sugeriu que o projeto e os métodos providos por Guha poderiam ajudar a colocar o campo de volta em direção à agência subalterna e passou a utilizar alguns destes *insights* (Mallon, 1994).

A declaração de fundação dos Estudos Subalternos Latino-Americanos apareceu na edição especial do *Boundary 2* devotado ao pós-modernismo na

América Latina (Mallon, 1994). Composto por 15 membros, entre historiadores, antropológicos e críticos literários - o grupo começou citando trechos de textos de Guha, que envolviam tanto questões metodológicas quanto políticas, assim como chamadas à ação (Mallon, 1994). O objetivo do grupo, segundo a autora, era ler a historiografia da América Latina “de trás pra frente”, de modo a retomar especificidades culturais e políticas de insurreições camponesas. Ou seja, a proposta de rever a exclusão histórica de vozes que remete à condição de subalternidade envolve uma crítica radical ao modo com que diversas disciplinas formam e deformam representações dos subalternos (Rosa, Alcadipani, & Medeiros, 2010).

Exemplo disso foi a investigação de Daniel James na Argentina sobre o Peronismo a partir do chão de fábrica, sendo que o autor encontrou fenômenos muito diferentes das histórias contadas em nível nacional sobre Juan Perón (Mallon, 1994). Neste e em outros casos, analistas mostraram novas formas de dar sentido à natureza multifacetada e contraditória das políticas, culturas e lutas subalternas (Mallon, 1994).

Em 1998 foi realizado um diálogo entre os grupos latino e sul asiático dos Estudos Subalternos, que deu origem a diversas publicações da revista *Neplanta* (Grosfoguel, 2008). Porém, outro resultado deste encontro foi um rompimento entre os grupos, por conta de os acadêmicos latino-americanos terem produzido estudos que reproduziam o esquema epistêmico dos Estados Unidos, local de moradia da maioria (Grosfoguel, 2008). Ou seja, apesar de uma tentativa de gerar conhecimento alternativo e radical, foram priorizados pensadores ocidentais e a epistemologia colonial foi preservada. Foram realizados estudos “sobre a perspectiva subalterna, em vez de os produzir com essa perspectiva e a partir dela. [...] A teoria permaneceu sediada no Norte, enquanto os sujeitos a estudar se encontram no Sul” (Grosfoguel, 2008, p. 42).

As principais bases utilizadas nos estudos do grupo latino-americano foram Guha, Foucault, Derrida e Gramsci, sendo os três últimos pensadores eurocêntricos (Grosfoguel, 2008). Somente Rinajit Guha pode ser considerado um acadêmico que pensa a partir do Sul, na visão do autor. Na área de Estudos Organizacionais, por exemplo, também são poucos os trabalhos que tratam de questões latino-americanas a partir de pensadores locais - ou seja, grande parte do

campo, embora vinculada à perspectiva pós-colonial, utiliza majoritariamente teorias desenvolvidas no Norte (Rosa, Alcadipani, & Medeiros, 2010).

Assim, ao utilizarem bases majoritariamente ocidentais como instrumento teórico, os Estudos Subalternos Latino-americanos acabaram por trair seu próprio objetivo de produzir estudos subalternos (Grosfoguel, 2008). Por conta disso, ficou premente a necessidade de descolonizar - ou seja, transcender epistemologicamente - o cânone ocidental (Grosfoguel, 2008). Como consequência, faz sentido resgatar a tradição latino-americana de modo a pensar as organizações locais a partir de seu próprio contexto social e histórico (Rosa, Alcadipani, & Medeiros, 2010).

Um dos autores comprometidos com esta proposta é Walter Mignolo, que discute em seus trabalhos o paradigma da modernidade/colonialidade - noções que serão úteis para analisar o caso em estudo. Para o autor, a modernidade é constituída em uma relação dialética com uma alteridade não europeia, ou seja, esta aparece quando a Europa afirma-se como o “centro” da história do mundo. E a periferia que circunda este centro é consequência direta desta auto-definição (Mignolo, 2007). A partir da Inglaterra, você vê apenas modernidade; já do Caribe, é possível ver a sombra da modernidade: escravidão, exploração e apropriação de terra.

A retórica torta que naturaliza a modernidade como um processo universal e como ponto de chegada esconde um lado obscuro, que é uma constante reprodução da colonialidade (Mignolo, 2007). A introdução do conceito incômodo de colonialidade como invisível e constitutivo da modernidade deriva do trabalho do sociólogo peruano Anibal Quijano, na esteira de um reconhecimento de que o conhecimento também estava colonizado e que, portanto, precisava ser descolonizado (Mignolo, 2007). A colonialidade refere-se a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo (Quijano, 2000 como citado em Misoczky, 2011).

A colonialidade é a lógica de dominação do mundo moderno/colonial e opera por meio de quatro domínios (Mignolo, 2005): 1) econômico: apropriação de terra, exploração de trabalho e controle financeiro; 2) político: controle de autoridade; 3) cívico: controle do gênero e da sexualidade; e 4) epistêmico e subjetivo/pessoal: controle do conhecimento e da subjetividade. Cada domínio está ligado aos outros e

a operação da matriz colonial de poder pode ser invisível para olhos distraídos. Quando aparece, esta muitas vezes é explicada por meio da retórica da modernidade, de modo que a situação pode ser “corrigida” com “desenvolvimento”, “democracia”, uma “economia forte”, etc. (Mignolo, 2005).

Assim sendo, Mignolo (2007) defende que a modernidade não apenas precisa da colonialidade: uma não existe uma sem a outra. Ou seja, diferentes perspectivas sobre a modernidade não são apenas uma questão de visão, mas também de localização geográfica e de diferenças de poder (Mignolo, 2007).

Outro exemplo destas “diferentes perspectivas” refere-se à “descoberta” ou “invenção” da América (Mignolo, 2005). Descoberta e invenção não são apenas duas interpretações do mesmo evento; elas pertencem a dois paradigmas diferentes (Mignolo, 2005). A linha que os distingue é a da geopolítica do conhecimento e envolve mudar os termos e não apenas o conteúdo da conversa (Mignolo, 2005). O primeiro paradigma pressupõe a perspectiva imperial e triunfante da Europa na história do mundo, uma conquista que foi descrita como “modernidade”, enquanto que a segunda reflete a perspectiva crítica daqueles que foram deixados para trás (Mignolo, 2005).

Se a colonialidade é constitutiva da modernidade, no sentido de que não pode haver modernidade sem colonialidade, então a retórica da modernidade e a lógica da colonialidade são dois lados da mesma moeda (Mignolo, 2007). A retórica da modernidade funciona pela imposição da “salvação”, seja ela por meio do cristianismo, civilização, modernização e desenvolvimento - após a II Guerra Mundial - ou democracia de mercado - após a queda da União Soviética (Mignolo, 2007).

A lógica da colonialidade torna-se mais opressiva e implacável na medida em que o poder se concentra em menos mãos e a pobreza aumenta ao redor do mundo, (Mignolo, 2005). Ainda hoje é possível ver alguns projetos de apropriação de áreas de “recursos naturais” a exemplo da Amazônia e do Iraque rico em petróleo (Mignolo, 2005). Assim, América Latina, assim como a África e partes da Ásia são os setores do globo onde os tentáculos da expansão imperial continuam a ser estendidos sob uma retórica de modernidade (Mignolo, 2005).

Em suma, o objetivo deste capítulo foi, para além de apresentar as origens do campo, evidenciar que o pós-colonialismo e os estudos que tratam da subalternidade podem ser úteis para pesquisas críticas sobre organizações porque

deixam claro que “os efeitos do colonialismo ainda estão presentes no modo de interpretar o mundo ao nosso redor e que este olhar colonizado gera disfunções significativas na forma como organizamos nosso conhecimento e práticas de gestão” (Rosa, Alcadipani, & Medeiros, 2010, p. 10). Na próxima seção defendo que alguns *insights* da abordagem pós-colonial podem contribuir para a crítica do uso de mecanismos de responsabilidade social corporativa, em especial na periferia global.



## **Diálogos entre RSC e Pós-Colonialismo**

O objetivo deste capítulo é promover o diálogo entre o campo da responsabilidade social corporativa e a abordagem pós-colonial. Para tal, inicialmente, resgato as origens coloniais tanto da prática quanto da teoria administrativa. Na sequência, defendo que autalmente as corporações multinacionais tem atuado de maneira imperialista na periferia global, em especial as da indústria extrativa. Por fim, evidencio que a racionalidade subjacente ao uso de ferramentas de RSC nestes contextos pode ser considerada colonial.

### **Administração como Prática Colonial**

Ainda são poucos os estudos que relacionam o pós-colonialismo com os Estudos Organizacionais (EOR) e a Administração de maneira geral, porém diversos autores defendem que a crítica pós-colonial tem muito a oferecer ao campo (Banerjee, 2008b; Westwood, 2006; Westwood & Jack, 2007).

Nos últimos anos a abordagem pós-colonial tem feito progressos significativos no sentido de desconstruir e criticar o cânone ocidental da Administração, analisando os efeitos do encontro colonial na disciplina (Cooke, 2003). Há evidências de que as primeiras práticas burocráticas e administrativas não estavam separadas, mas sim imersas no encontro colonial (Frenkel & Shenhav, 2006; Westwood & Jack, 2007). Para Westwood e Jack (2007) os sistemas de conhecimento ocidentais emergiram, em larga medida, com sangue em suas mãos, já que estão implicados em histórias de violência e opressão deste encontro.

Para Mintz (1985) o cultivo de açúcar por colonialistas espanhóis no século XVI pode ser considerado o começo da gestão industrial. As práticas foram ampliadas e nos séculos XVII e XVIII plantações britânicas chegavam a empregar 500 escravos (Mintz, 1985). Entre as características de tais empreendimentos, estavam a especialização do trabalho, a divisão de tarefas de acordo com idade e gênero e a ênfase na pontualidade e disciplina (Mintz, 1985). Frenkel e Shenhav

(2006) lembram que no século XX estes vieram a ser conhecidos como os “princípios da Administração Clássica”. Há, portanto, uma crescente literatura sugerindo o quão gerencialistas, no sentido moderno da palavra, eram as plantações de antigamente, fato comumente ignorado pela área (Cooke, 2003).

A partir de 1800, a ampliação do uso de relógios aumentou a disciplina temporal e levou a uma medição mais exata da produtividade dos escravos (Smith, 1997 como citado em Cooke, 2003). Nessa época, havia um grupo substancial e crescente de pessoas que eram conhecidas como gestores das antigas plantações (Cooke, 2003). O que tem ficado claro e desconfortável para a Administração é o racismo da supremacia branca que estava por trás da criação da identidade do gestor (Cooke, 2003).

Narrativas alternativas de que as plantações coloniais e a escravidão americana pré Guerra Civil são os locais de nascimento da Administração trazem ao campo diferentes associações, como opressão e exploração (Cooke, 2003). Para Westwood e Jack (2007) a história da Administração Clássica é uma história de subjugação, racismo e violência. Entretanto, a disciplina tendeu a excluir - na verdade, negar - a escravidão (Cooke, 2003).

Outras exclusões do cânone da Administração reforçam sua ligação com o colonialismo. Elton Mayo, considerado um dos fundadores da Escola das Relações Humanas, quando começou a desenvolver teorias como psicólogo industrial, baseou-se em sua experiência em uma mina de ouro na África para ilustrar similaridades entre a mente primitiva dos nativos, processos mentais da infância e irracionalidade (Trahair, 1984 como citado em Frenkel & Shenhav, 2006).

Mayo defendia que as capacidades mentais eram originalmente raciais, assim como o fato de que havia uma diferença clara entre as pessoas mais iluminadas e as selvagens/primitivas (Frenkel & Shenhav, 2006). Sua epistemologia, que retratava os nativos como infantis e irracionais, constituiu a base para seu trabalho sobre como gerenciar - curiosamente - as “relações humanas”. Tais pressupostos orientalistas, entretanto, nunca ficaram explícitos no cânone dos textos de Administração e EOR e Mayo é incluído sem referência sobre suas impressões do encontro colonial (Frenkel & Shenhav, 2006).

Além disso, considerando que este estudo trata da expansão internacional de uma multinacional brasileira, é interessante notar que a Companhia

das Índias Orientais é provavelmente a primeira multinacional do mundo (Banerjee, 2008b). Durante a expansão colonial europeia, esteve engajada em conquistar mercados, eliminar competição, assegurar fontes baratas de matéria-prima, construir alianças estratégicas - em resumo, tudo o que os livros de Administração nos mandam fazer 200 anos depois.

Mais recentemente, a literatura de Negócios Internacionais (NI) - que trata, portanto, da internacionalização dos negócios ao redor do mundo - tem se preocupado com o gestor ocidental quando este precisa gerenciar trabalhadores “locais” (Frenkel & Shenhav, 2006) - sendo estes localizados majoritariamente na periferia global. Literatura equivalente sobre gestores de países em desenvolvimento indo para países ocidentais para gerenciar é praticamente inexistente, ou seja, esta assimetria representa a pessoa ocidental como candidata natural para a gestão (Frenkel & Shenhav, 2006).

A situação em que gestores ocidentais supervisionam trabalhadores sul-americanos, africanos e asiáticos transformam a multinacional em um espaço híbrido por definição (Frenkel & Shenhav, 2006). O hibridismo implica que a construção da identidade racial nem sempre corresponde a uma distinção binária entre “Oriente” e “Ocidente”, mas acontece no meio, em um “terceiro espaço” (Bhabha, 1994). Neste sentido, o encontro entre o Ocidente e outras partes do mundo encontra-se no centro das teorias de NI (Frenkel & Shenhav, 2006). Apesar disso, os primeiros pesquisadores da área fizeram um grande esforço para purificar suas teorias, excluindo este encontro.

Westwood (2006) defende que a área de NI é um discurso que em muitos aspectos repete uma prática orientalista e que portanto pode ser alvo de uma leitura crítica pós-colonial. Para o autor, o campo se configura como um projeto neocolonial, pois se engaja em formas disciplinares de neocolonialismo por meio de práticas de apropriação e exclusão.

O discurso de NI pode ser lido como paralelo ao do colonialismo na medida em que se conecta com os discursos de desenvolvimento e industrialização das décadas de 1950 e 1960 (Westwood, 2006). Estes, por sua vez, foram elaborados em um centro metropolitano, particularmente os EUA, e têm como objetivo prover “conhecimento” sobre empresas de outras sociedades, sistemas de organização e administração (Westwood, 2006). A abordagem pós-colonial enxerga

o “desenvolvimento”, preocupação central para a emergência de NI, mais ou menos como uma continuação do colonialismo - defende o autor.

O discurso de NI é localizado histórica, cultural, política, ideológica e geograficamente mas representa a si mesmo como universal (Westwood, 2006). Ideias e explicações de fora desta localização privilegiada são refratadas pelas lentes conceituais ocidentais, diminuídas, reprimidas ou silenciadas. Os sistemas administrativos do outro são submetidos ao escrutínio da ciência ocidental, de modo a “entregar” conhecimentos para audiências ocidentais (Westwood, 2006). O objetivo é melhorar a forma de realizar transações econômicas com o outro, bem como gerenciá-lo e controlá-lo, aumentando o poder econômico, político e cultural do Ocidente (Westwood, 2006). Em outras palavras, o autor argumenta que o campo de NI pode ser visto como a serviço dos impulsos imperialistas do capitalismo contemporâneo do mesmo modo que o orientalismo esteve a serviço do colonialismo.

Em suma, o encontro colonial foi pivô para os esforços de acadêmicos de vários campos de conhecimento - antropologia, sociologia, psicologia, engenharia - em aplicar suas estruturas disciplinares ao estudo da administração e das organizações (Frenkel & Shenhav, 2006). Esta mentalidade continua subjacente a alguns estudos produzidos atualmente na área de NI e - como veremos mais a frente - na área de RSC. Entretanto, na tentativa de formar sua identidade como ocidental, a Administração e os EOR excluíram resíduos da experiência colonial (Frenkel & Shenhav, 2006).

Na era dos impérios de negócio, a Administração não pode mais editar o outro de seu cânone (Frenkel & Shenhav, 2006). O binarismo orientalista entre Ocidente e Oriente fica ainda mais claro na era do neocolonialismo, quando o controle sobre os colonizados foi transferido de comandantes militares e burocratas para as mãos de gestores de corporações multinacionais (Frenkel & Shenhav, 2006), tema da próxima sessão.

## **A Indústria Extrativa na Periferia Global**

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, emergiu uma segunda forma de imperialismo, que corresponde a um sistema geral de relações de dominação econômica e política, sem colônias ou dominação territorial (Young, 2001). Este imperialismo tem sido colocado em prática por corporações, em especial em países periféricos.

Tomando como base o imperialismo e o legado do colonialismo nas formas contemporâneas de capitalismo, Banerjee (2008b) cunhou o termo necrocapitalismo para descrever práticas corporativas que envolvem desapropriação, morte, tortura, suicídio, escravidão, destruição de vidas e gestão geral da violência em contextos pós-coloniais. Tais práticas de acumulação ocorrem em espaços que parecem ser imunes à intervenção legal, jurídica e política, o que resulta em uma suspensão da soberania (Banerjee, 2008b).

Nas práticas históricas do colonialismo, o estado de exceção nas colônias era a regra, o que resultou em soberanias múltiplas e interrompidas que eram utilizadas para governar os nativos (Banerjee, 2008b). A noção de soberania europeia que se tornou a base da lei internacional tem suas raízes no colonialismo e tende a reproduzir e reforçar modos coloniais de controle mesmo na era presente (Banerjee, 2008b).

Os estados de exceção e as múltiplas soberanias na era pós-colonial, para o autor, são possibilitadas e sustentadas por políticas neoliberais. Um exemplo destes estados de exceção é a existência de vácuos legais e a falência de alguns Estados-nação em regular atividades empresariais (Matten & Crane, 2005). Multinacionais são amplamente capazes de operar em vazios legais, já que leis nacionais somente podem ser colocadas em prática com muita dificuldade e leis internacionais não impõem obrigações legais diretas em corporações (Scherer & Palazzo, 2007). Além disso, estas são capazes de escolher entre vários sistemas legais, aplicando critérios econômicos a suas escolhas a respeito de que regulamentações de trabalho, meio ambiente e sociedade desejam se submeter (Scherer & Palazzo, 2007).

E é precisamente nestes locais que muitas multinacionais da indústria extrativa - tal qual a deste estudo - atuam. Tais empresas costumam ser poderosas e operam em países cujos governos não possuem capacidade para exercer um papel efetivo de regulador (Jenkins, 2004; Zandvliet & Anderson, 2009). Vale lembrar que a extração mineral está entre as atividades mais agressivas ambiental e socialmente (Hilson, 2012; Jenkins, 2004).

A mineração em larga escala na África, Américas e Ásia tem sido marcada por brigas entre empresas e governos que resultaram na devastação de grupos indígenas e do meio ambiente (Banerjee, 2003) - sendo este um exemplo de práticas necrocapitalistas. Outros exemplos incluem privatização de terras e expulsão de camponeses, conversão de propriedade pública em privada, restrições do uso público de recursos de propriedade comum, práticas neocoloniais de apropriação de ativos, controle de recursos naturais, entre outros (Harvey, 2005).

O crescimento de atividades da indústria extrativa em países em desenvolvimento, se gerenciado corretamente, pode promover enriquecimento, aumentar os níveis de vida de populações empobrecidas e fomentar outros setores produtivos (Hilson, 2012). Porém, em muitos casos na América Latina, Ásia e África, os efeitos têm sido contrários, o que é conhecido como “maldição dos recursos” (Berkemeyer, 2009), “sina dos recursos” (Hilson, 2012), “doença holandesa” (Resenfeld, 2012) ou “maldição da abundância” (Santos, 2012).

Outro problema comumente associado à indústria extrativa é que, como “portadoras de valores democráticos” - sendo este um exemplo da retórica da modernidade - as multinacionais muitas vezes assumem o papel de governos, como no caso da Shell (Banerjee, 2008b). A empresa é responsável por 35% do PIB da Nigéria e 75% da renda do governo nigeriano (Hertz, 2001). Porém, apesar dos milhões de dólares pagos em *royalties*, as comunidades locais mais afetadas pela operação da companhia permanecem na pobreza e foram privadas de suas fontes de subsistência (Banerjee, 2008b).

Além do petróleo, a Shell tem construído estradas, escolas e hospitais no país (Hertz, 2001). Diversos ativistas têm questionado as relações da empresa com o governo nigeriano, ao que a multinacional respondeu: “Aqui as coisas funcionam de trás pra frente. O governo está no negócio do petróleo e nós estamos no governo local” (Hertz, 2001, p. 173, tradução nossa).

O poder das corporações multinacionais no mundo contemporâneo não pode ser desprezado. Combinando dados da Revista *Fortune* acerca das 500 maiores corporações mundiais com informações do Banco Mundial sobre as 100 maiores economias do mundo<sup>7</sup> de 2011, White (2012) concluiu que 111 das 175 maiores entidades econômicas do mundo são empresas, o que equivale a 63,4% do total. Royal Dutch Shell, Exxon Mobil e Wal-Mart, por exemplo, são “maiores” do que 110 países do mundo. Somente a Shell possui uma renda duas vezes superior à de Portugal - que estão em 26o e 50o lugares, respectivamente, na lista de White (2012).

Por conta de seus impactos sociais, ambientais e econômicos tanto em nível local quanto nacional, grupos de pressão - como ONGs, acionistas, agências governamentais, financiadores - vêm questionando a legitimidade do setor mineral (Banerjee, 2008b; Jenkins & Yakovleva, 2006; Kemp, Owen, Gotzmann, & Bond, 2011). Como consequência, a indústria esteve na dianteira do engajamento empresarial com RSC (Littlewood, 2015; Hutchins, Walck, Sterk, & Campbell, 2007; Mzembe & Downs, 2014) e é atualmente uma das principais divulgadoras de dados sociais e ambientais (Hilson, 2012).

Porém, permanece em aberto a questão de se o discurso emergente em RSC pode levar a resoluções verdadeiramente mútuas em conflitos com *stakeholders* locais ou se esta é simplesmente uma nova forma de promover uma agenda corporativa (Hutchins *et al.*, 2007). Além disso, o papel e o impacto da RSC para a indústria extrativa em países em desenvolvimento precisam ser mais bem investigados (Blowfield, 2007; Hilson, 2012).

A grande questão que se coloca é que muitas vezes, práticas necrocapitalistas vêm sendo empreendidas por multinacionais da indústria extrativa na periferia global com o auxílio de ferramentas de RSC. A divulgação de informações sociais e ambientais acaba servindo para legitimar as ações destas empresas e desviar o foco para as violações cometidas. Por conta disso, faz sentido analisar a utilização da RSC em contextos periféricos à luz da abordagem pós-colonial - assunto da próxima seção.

---

<sup>7</sup> As comparações foram feitas com base nas vendas no caso das corporações e no Produto Interno Bruto (PIB) no caso dos países.

## RSC à Luz do Pós-Colonialismo

Diversos autores têm sugerido que a literatura de RSC pode se beneficiar da abordagem pós-colonial (Adanhounme, 2011; Banerjee, 2014; Drebes, 2014b; Mushi & Kurian, 2005). Khan e Lund-Thomsen (2011) defendem que a literatura em RSC pode usar o pós-colonialismo para teorizar sobre como a dinâmica de RSC no mundo em desenvolvimento é afetada pelo imperialismo ocidental. O próprio conceito de RSC foi revisado por Utting (2007 como citado em Drebes, 2014b), que a considera um modo de dominação que permite que grandes empresas e elites de negócios evitem críticas e ameaças regulatórias para reforçar seu poder e influência. Banerjee (2008a) vê a RSC como uma forma particular de ideologia desenhada para consolidar o poder das grandes corporações. Para o autor, se a revolução legal que lançou a moderna corporação serviu interesses particulares, o mesmo pode ser dito sobre a atual retórica sobre RSC.

Assim, é preciso questionar como práticas de negócios produzem e reproduzem regiões, locais e grupos de indivíduos como subalternos em relação a outros dominantes (Spohr & Alcadipani, 2013). Dentro desta lógica, a lente pós-colonial pode nos ajudar a pensar em relações de poder, explorações, opressões e tantas outras práticas associadas ao lado obscuro das organizações (Spohr & Alcadipani, 2013).

Uma das grandes questões da literatura de RSC que permanece em aberto refere-se ao poder (Banerjee, 2014; Berkemeyer, 2009). Para Drebes (2014b) o poder não pode ser localizado em um certo local ou atribuído a uma pessoa ou grupo - funciona mais como uma forma de desigualdade de interação normalizada entre membros da sociedade (Drebes, 2014b). Multinacionais não “têm” poder, mas ao agir de determinadas formas, exercem poder. O ponto central é que esta desigualdade é amplamente aceita pela maior parte dos membros da sociedade - caso contrário, o sistema não seria estável (Drebes, 2014b). Medidas de RSC como a implementação de códigos de conduta em fábricas são exemplos de relações de poder, neste caso sobre fábricas, fornecedores e trabalhadores.

O estudo de Jamali, Lund-Thomsen e Khara (2015) revela a dinâmica de poder na cadeia de valor de bolas de futebol em Jalandhar, na Índia. Algumas vozes



e perspectivas foram ouvidas, enquanto que outras foram ignoradas. A pesquisa evidenciou as manobras que possibilitaram a conformidade com regras internacionais, ao mesmo tempo em que trabalhadores eram continuamente explorados a nível local. Os gestores das fábricas fizeram pouco ou nenhum esforço para assegurar seus direitos básicos (Jamali, Lund-Thomsen, & Khara, 2015).

Por outro lado, apesar de reconhecer a assimetria de poder entre multinacionais e comunidades locais, Adanhounme (2011) questiona a crença de que as armas dos marginalizados não podem ser contrabalançadas com estratégias de gestão sofisticadas. Apesar de o comportamento colonial persistir na planta de mineração em Gana estudada pelo autor, a mudança também aconteceu, já que atores locais, com seus recursos e lógicas, influenciaram narrativas e práticas corporativas. O poder não está mais restrito à hegemonia corporativa frente ao resto, o centro contra a periferia - questões centrais à crítica pós-colonial à RSC (Adanhounme, 2011).

Para analisar teoricamente as redes de poder de RSC a partir de uma perspectiva pós-colonial, Drebes (2014b) com base em Foucault, sugere quatro aspectos a serem levados em consideração. O primeiro é a diferenciação entre os poderosos e os desprovidos de poder. De acordo com a abordagem pós-colonial, a maior parte destas diferenças tem origem nas práticas de dominação colonial e foram desenvolvidas ao longo de décadas e séculos. Tais práticas levaram à aceitação global de que o conhecimento ocidental é “verdadeiro” e que o conhecimento produzido no sul é “ingênuo”. O poder é exercido sobre as sociedades localizadas no Sul, o que não só é aceito no Norte como também no próprio Sul.

Um segundo aspecto diz respeito aos objetivos que levam ao exercício de poder ou por que é tão interessante para alguns exercerem poder sobre outros (Drebes, 2014b). Uma razão pode ser a manutenção de certos privilégios ou a acumulação de lucros, como no caso de multinacionais que operam no Sul global em busca de mão-de-obra barata. Deste modo, é interessante para elas que a relação de poder continue como está.

Um terceiro aspecto é a forma com que o poder é exercido, seja por meio da ameaça de violência, palavras ou disparidades econômicas (Drebes, 2014b). No caso de práticas de RSC, em geral trata-se do último caso - exercer poder tendo a possibilidade de imediatamente encerrar a relação comercial com um fornecedor do

Sul global. Um quarto aspecto diz respeito a como a relação de poder foi institucionalizada - se há estruturas legais e regulações.

Todos os quatro pontos podem ser alvo de novas pesquisas na área, segundo o autor, que também clama por uma discussão acadêmica que não reproduza relações de poder pós-coloniais entre o ocidente e o resto do mundo.

- RSC como Missão Civilizatória

Visto a partir de uma lente pós-colonial, o discurso de desenvolvimento sustentável é comumente promovido por coalizões dominantes e baseia-se em narrativas ecológicas de salvar o planeta (Mushi & Kurian, 2005). Entretanto, segundo os autores, estas mantêm as divisões entre colonizadores e colonizados, o que reforça a contínua exploração do terceiro mundo. A ideia de que corporações multinacionais poderiam salvar o planeta - ao invés de destruí-lo, que é o que a maioria faz - pode ser entendida como uma espécie de missão civilizatória (Mushi & Kurian, 2005).

Adanhounme (2011) defende que as ações de RSC no terceiro mundo reproduzem a missão civilizatória colonial. Durante o colonialismo, esta consistiu em humanizar os indígenas, libertando-os de seu atraso. Projetos como a construção de escolas e hospitais visavam melhorar suas precárias condições de vida e acabaram contribuindo com o mandato imperialista (Adanhounme, 2011). Mesmo com a independência política de muitas colônias, o autor defende que o mandato ocidental de civilizar o resto do mundo não mudou.

O legado colonial foi revisitado e a missão foi redefinida em termos de desenvolvimento sustentável, sendo que as multinacionais são vistas como portadoras do progresso econômico (Adanhounme, 2011). Além disso, a reprodução brutal do mandato ocidental de civilizar o resto do mundo tem sido colocada em prática em conluio com governos locais corruptos - segundo o autor. A missão civilizatória como retórica da modernidade também foi sugerida por Misoczky (2011) e Mignolo (2005).

Uma das formas de promover este “desenvolvimento sustentável” é por meio da divulgação de relatórios de RSC. Jenkins (2004) analisou diversos relatórios deste tipo e mostrou que estes são permeados pelos discursos de RSC e

desenvolvimento sustentável, com os temas de mutualidade e união emergindo fortemente.

Termos comumente utilizados para descrever a comunidade são “vizinha” e “hóspede” e seu bem estar é mostrado como importante e central para os interesses da companhia (Jenkins, 2004). Porém, ao invés de construir o conceito de comunidade com base em suas realidades complexas ou tentar delinear suas fronteiras geográficas e sociais, as empresas têm preferido identificá-la em relação a si mesmas, ou seja, com a companhia no coração da comunidade (Jenkins, 2004).

Siltaoja e Onkila (2013) sugerem que o discurso de RSC é poderoso porque ao mesmo tempo em que descreve como companhias desenvolvem o bem estar da sociedade, esconde tensões e é vago sobre com este bem estar pode ser atingido. O uso de termos como “cooperativo” e “equilíbrio”, para os autores, pode esconder assimetrias de poder. As estratégias de relacionamento com comunidades, para Jenkins (2004) são construídas sob uma racionalidade neoliberal que supõe que a presença da mineradora na área é essencial para o desenvolvimento contínuo da comunidade nas esferas social e econômica. Em outras palavras, a multinacional é vista como portadora do progresso, o que parece refletir a missão civilizatória colonial.

Outro exemplo desta lógica é área de relações públicas das multinacionais, que gerencia a imagem corporativa por meio de uma hierarquia assimétrica de públicos (Berkemeyer, 2009; Mushi & Kurian, 2005): 1) acionistas predominantemente ocidentais; 2) público consumidor de classe média ocidental; 3) público ativista ocidental; 4) vasto número de trabalhadores do terceiro mundo que produzem os bens de consumo para outros; 5) número ainda maior de cidadãos muito pobres para consumir (Mushi & Kurian, 2005).

Os primeiros são obsessivos em relação a lucros e ações; os segundos consomem cegamente; os terceiros promovem resistência do Ocidente; e os últimos dois grupos escapam do radar corporativo (Mushi & Kurian, 2005). Os esforços de relações públicas, por sua vez, focam em minimizar os protestos do terceiro público para satisfazer o segundo público e beneficiar diretamente o primeiro - em sua agenda não há espaço para os colonizados quarto e quinto públicos (Mushi & Kurian, 2005). A diferenciação de públicos entre centro e periferia é vista pelos autores como colonialista. Ou seja, difunde-se a ideia de que todos os *stakeholders*

da corporação são tratados da mesma maneira, o que não é factual, já que suas especificidades culturais não são levadas em conta (Berkemeyer, 2009).

#### - RSC como Universal

A literatura de RSC também pode beneficiar-se da utilização do conceito do pós-colonialismo de universalismo ocidental - que é uma visão hegemônica da existência a partir da qual as experiências, valores e expectativas de uma cultura dominante são consideradas verdadeiras para toda a humanidade (Aschroft, Griffiths, & Tiffin, 1989). Segundo os autores, esta noção falha em reconhecer o valor da diferença cultural e reforça o discurso imperial de “avanço” dos colonizados.

O estudo de Khan e Lund-Thomsen(2011) evidenciou que iniciativas de RSC foram consideradas uma forma de imperialismo cultural na percepção de fornecedores de bolas de futebol de Sialkot, no Paquistão. Tais práticas levaram à marginalização de valores e tradições locais e códigos de conduta ocidentais passaram a ditar os padrões sociais e culturais que as comunidades locais deveriam cumprir (Khan & Lund-Thomsem, 2011).

Um exemplo disso é que o código de conduta da multinacional em estudo estipulava que o banheiro deveria ser equipado com um assento, da mesma forma que é feito na América do Norte e Europa (Khan & Lund-Thomsen, 2011). Entretanto, os paquistaneses estão acostumados com banheiros no estilo indiano, que consistem em uma placa de cerâmica com um buraco no meio sobre o qual o usuário se agacha. Na fábrica em questão, muitos banheiros acabaram sendo danificados, já que os trabalhadores não queriam ou não sabiam utilizá-los. A questão por trás deste fato que os autores levantam é: o comprador internacional deveria ditar inclusive o modo com os trabalhadores da fábrica local defecam?

Neste caso, os beneficiários de RSC - trabalhadores e fornecedores locais - possuíam pouca ou nenhuma voz na formulação dos padrões que deveriam beneficiá-los (Khan & Lund-Thomsen, 2011). Pode-se dizer também que os formuladores das políticas de RSC consideram as normas que adotam ao utilizar os sanitários como únicas e válidas para todos - ou seja, uma forma de universalismo.

O conceito de universalismo ocidental também ajuda a explicar a relativa ausência de vozes do mundo em desenvolvimento na formulação de padrões de

RSC (Khan & Lund-Thomsen, 2011). A questão que se coloca é se estes estão realmente levando em conta as prioridades dos subalternos ou se estas são prioridades do público ocidental ou das corporações multinacionais (Blowfield & Frynas, 2005).

Outra prática comum de RSC são os códigos de conduta voluntários, que consistem em regras ou recomendações implementadas em fábricas com o objetivo de alterar o comportamento de gestores e melhorar as condições de trabalho dos empregados (Kolk *et al.*, 1999 como citado em Drebes, 2014a).

A eficácia de tais códigos vem sendo questionada, já que sua implementação pode ser entendida como uma estratégia de *greenwashing* (Drebes, 2014a). Mesmo que algumas mudanças tenham ocorrido nas fábricas do Sul global, estas frequentemente afetam apenas aspectos superficiais da produção, como a instalação de alarmes de incêndio ou a distribuição de máscaras de oxigênio. Já condições de trabalho e liberdade de associação não tem sido afetadas ou têm piorado.

Uma das principais críticas aos códigos de conduta, segundo Drebes (2014a) é que trabalhadores locais não têm a oportunidade de participar de seu desenvolvimento. Tanto seu conceito quanto implementação são eurocêntricos e estão baseados no pressuposto de que existem valores e normas universais sobre que responsabilidades uma empresa deveria ter e o que beneficiaria seus *stakeholders* (Drebes, 2014a).

Ser signatário de um código de direitos humanos pode facilmente tornar-se um substituto para acabar com violações sem questionar as dinâmicas de poder que criam espaços para elas (Banerjee, 2014). Além disso, há pouca ou nenhuma evidência de que as empresas se beneficiam por ter um bom histórico em relação a direitos humanos ou que as empresas com mau histórico tem desvantagens econômicas por conta disso. Há iniciativas tímidas como a ameaça de perda de confiança por parte dos acionistas (Moon, Crane, & Matten, 2011) ou o interesse de investidores em investigar as dimensões ética, social e ambiental de uma companhia antes de investir nela, processo conhecido como *social responsible investing* (Jenkins & Yakovleva, 2006).

Além disso, códigos de conduta nunca poderão tomar o lugar da regulação estatal, apenas complementá-la (Drebes, 2014a). É o governo que deve

assegurar o cumprimento de leis trabalhistas e criar legislações mais adequadas. Neste sentido, Banerjee (2014) e Blowfield e Frynas (2005) defendem que a falta de mecanismos de *accountability* e monitoramento são o problema fundamental das declarações de direitos humanos, códigos de conduta, compactos, políticas, declarações e relatórios de responsabilidade social.

Quando se trata de RSC, quem fala (Fleming, Roberts, & Garsten, 2013)? Ou melhor, a quem é permitido falar? Muito frequentemente são as corporações os atores que mais falam. Estas, assim como as agências internacionais, têm tido amplas oportunidades de se expressar e comunicar suas visões sobre o potencial da RSC a partir de suas perspectivas (Adanhounme, 2011; Blowfield & Frynas, 2005; Jamali & Sidani, 2011). Entretanto, as vozes de quem deveria se beneficiar da RSC são silenciadas quando deveriam estar no coração das intervenções realizadas pelas multinacionais.

O que parece estar faltando no discurso de RSC é a voz dos trabalhadores, dos subalternos, daqueles que os acadêmicos do pós-colonialismo chamam de “outro” (Munshi, 2005 como citado em Drebes, 2014b). A existência do outro é essencial para definir o que é “normal”: o sujeito colonial é caracterizado como o “outro” por meio de discursos que estabelecem uma separação binária entre colonizador e colonizado, assegurando a primazia do primeiro (Aschcroft, Griffiths, & Tiffin, 1989).

Além disso, enquanto a RSC é apresentada tanto como uma resposta quanto um produto da globalização, é raro vermos um reconhecimento de que a globalização é um conceito altamente contestado, fortemente influenciado por interpretações ideológicas, o que dificulta o entendimento de possibilidades, limitações ou vieses em abordagens contemporâneas (Blowfield & Frynas, 2005). Para os autores, esta capacidade é um pré-requisito para entender ou prever o impacto de RSC, especialmente quando aplicada em sociedades que não reconhecem as mesmas normas culturais e sociais, valores e prioridades subjacentes à RSC.

Sem isso, é provável que a área trate certas normas como universais e perspectivas particulares como globalmente aplicáveis (Blowfield & Frynas, 2005). E, ao fazer isso, há uma grande possibilidade que a RSC legitime e reproduza valores

e perspectivas que não representam os interesses de economias em desenvolvimento ou dos pobres e marginalizados (Blowfield & Frynas, 2005).

Em suma, este capítulo apresentou algumas das questões que são caras tanto à Administração de Empresas - mais especificamente, à área de RSC - quanto à abordagem pós-colonial. Além de evidenciar que as primeiras práticas administrativas estiveram imersas no encontro colonial, discuti as práticas empreendidas por multinacionais da indústria extrativa em contextos periféricos. Por fim, estabeleci paralelos entre a literatura de RSC e o pós-colonialismo. Estes conceitos servirão como base para a discussão desta tese - e assim encerro o referencial teórico. A segunda parte deste trabalho trata da coleta e análise dos dados empreendidas para este fim.

## **A Pesquisa de Campo**

O objetivo deste capítulo é demonstrar a trajetória da minha pesquisa de campo. Desde seu delineamento, emergiram questões sobre minha identidade como pesquisadora. Quem era eu no processo de pesquisa? A partir de que lente “olhava” para a realidade que observava? De modo a responder tais questões, o capítulo está estruturado da seguinte maneira. Primeiramente, conto como cheguei no objeto de estudo e no tipo de pesquisa escolhido. A seguir, trato das técnicas de coleta de dados - entrevistas e análise documental - e de como consegui acesso aos entrevistados. Na etapa seguinte, descrevo as dificuldades - e limitações - de coletar dados em Kito e reflito sobre os diversos momentos em que minha identidade de pesquisadora foi desafiada e transformada. Por fim, apresento as técnicas empregadas na análise dos dados.

### **Delineando a Pesquisa de Campo**

A escolha do objeto de estudo desta pesquisa teve duas origens principais. A primeira diz respeito às pesquisas prévias que realizei na área de Negócios Internacionais - sobre internacionalização de empresas e expatriação e repatriação de executivos. A segunda origem foi meu interesse em estudar as consequências do colonialismo na periferia global.

A junção destes dois interesses culminou na escolha de multinacionais brasileiras como objeto de estudo. Este pareceu um caminho promissor em minha trajetória acadêmica, pois articulou uma área em que já possuía certa expertise com a lente pós-colonial. Ao optar pelo estudo da abordagem pós-colonial, assumi que esta é uma forma valorosa de analisar o mundo atual levando em consideração as heranças do colonialismo, especialmente em sociedades periféricas. Teóricos críticos - e me incluo entre eles - se interessam pela formação histórica e o impacto dos mecanismos de poder e resistência e acreditam que existe um mundo real que não pode ser inteiramente apreendido porque é percebido de forma parcial (Cunliffe, 2011).



No decorrer do estudo, julguei necessário incluir o campo da responsabilidade social corporativa no debate, já que este preocupa-se com os impactos das atividades empresariais na sociedade e é uma área da Administração a partir da qual seria possível dialogar com o pós-colonialismo. A abordagem pós-colonial, por sua vez, defende que as práticas administrativas não são universais e estão situadas em contextos particulares (Prasad, 2005) que merecem uma análise aprofundada, em especial quando ocorrem em países do chamado terceiro mundo. Porém, que multinacional estudar? A partir de que contexto?

A resposta a estas questões começou a ser delineada em um seminário de pesquisa realizado na EAESP/FGV em 2013, quando conheci uma estudante de doutorado da escola, Roberta<sup>8</sup>, que estava realizando sua pesquisa em Kito. Roberta, que havia retornado recentemente de uma temporada no país, comentou que uma empresa brasileira - a Mucunha - vinha enfrentando muitos desafios em operar na região. Se, por um lado, estava envolvida em um complexo projeto de extração mineral, por outro, a sociedade civil vinha tecendo duras críticas aos impactos de suas atividades. Estas deviam-se principalmente ao fato de que a população que havia sido deslocada para dar lugar às atividades da multinacional vinha reclamando do tratamento dado à mesma. Circulavam notícias de que as casas construídas para a comunidade continham sérias rachaduras.

Imediatamente fiquei intrigada com o caso e passei a pesquisá-lo. Entretanto, foi difícil encontrar informações na imprensa de negócios brasileira, o que me surpreendeu, dada a aparente gravidade da situação. Westwood e Jack (2007) defendem que, em termos práticos, o pesquisador deve se perguntar: quais são minhas motivações, interesses e valores ao fazer esta pesquisa? O que eu e os pesquisados ganharemos com este estudo? O que me motivou a aprofundar o caso foi a possibilidade de uma grande empresa brasileira estar atuando de maneira anti-ética em um país africano. Se este fosse realmente o caso, esta história precisava ser contada e enfrentada no Brasil - sendo este um possível ganho para os pesquisados.

Foi nesse momento que decidi pesquisar os desafios enfrentados e os impactos gerados pela Mucunha em suas operações em Kito. Considerando que a metodologia é uma maneira de pensar e estudar a realidade social (Strauss &

---

8 Os nomes das pessoas que me auxiliaram no processo de pesquisa, bem como os dos entrevistados, foram trocados para garantir o sigilo e o anonimato do caso.

Corbin, 1998), concluí que a melhor forma de apreender o caso seria por meio de uma metodologia qualitativa. Esta corresponde a um conjunto de práticas materiais e interpretativas que inserem o pesquisador no mundo e objetivam compreender fenômenos em termos dos significados a eles conferidos pelas pessoas (Denzin & Lincoln, 2000).

Eu precisava me “inserir no mundo” da Mucunha em Kito e o que isso representava para o país, tanto a partir da perspectiva dos funcionários da multinacional quanto dos kitenses. Daí decorre a justificativa para a escolha dos entrevistados: por um lado, conversar com empregados da multinacional me ajudaria a entender os desafios que a mesma enfrentava em Kito, assim como as motivações e vantagens para tal. Por outro lado, ouvir membros da sociedade civil em geral e ativistas em particular pareceu essencial, dado que a atuação da Mucunha também implicava em impactos para Kito. Tais profissionais monitoravam estes assuntos e defendiam os interesses dos camponeses, população fortemente afetada pelo tipo de atividade realizada pela Mucunha. Entretanto, até o momento, era impossível dizer se a lente pós-colonial seria de alguma valia para entender o caso em estudo.

Outra preocupação durante a realização deste estudo foi não reproduzir a relação clássica entre pesquisador e pesquisados estabelecida durante o período colonial, já que autoridades coloniais pareciam obcecadas em documentar populações e catalogar seu “exotismo”. “Especialistas” mediam, fotografavam, coletavam urina, sangue e digitais de populações indígenas (Willis & Saunders, 2007). Os séculos XVIII e XIX, em especial, constituíram uma era de “coleta” altamente competitiva e incluíram fauna, flora, recursos minerais e culturas (Smith, 1999).

Vale lembrar que a pesquisa etnográfica, durante a era colonial, tinha como base pressupostos realistas e ortodoxos acerca do método científico, que incluíam a posição privilegiada do etnógrafo como um observador objetivo (Alcadipani, Westwood, & Rosa, 2014). Este olhava o outro - no caso, o colonizado - como objeto de sua pesquisa (Alcadipani, Westwood, & Rosa, 2014) e acreditava que, cientificamente, nada poderia ser aprendido com ele (Mudimbe, 1988). Afinal, seria ridículo supor que os objetos da pesquisa poderiam contribuir com alguma coisa (Smith, 1999). A esta lógica de produção do conhecimento Mudimbe (1988) chamou de eurocentrismo epistemológico.

Apesar de uma evidente assimetria de poder na produção de conhecimento nas colônias, etnógrafos acreditavam estar produzindo observações “neutras” e relatos de pesquisa acurados (Alcadipani, Westwood, & Rosa, 2014). Havia pouco espaço para reflexão crítica sobre a localização paradigmática do pesquisador, seu papel e as potenciais complexidades das relações entre o pesquisador, o pesquisado e a produção de conhecimento (Alcadipani, Westwood, & Rosa, 2014). Como resultado, muitos povos indígenas ao redor do mundo têm uma forte antipatia e desconfiança com relação à pesquisa (Willis & Saunders, 2007).

Ainda hoje, a pesquisa social é frequentemente considerada uma atividade instrumental que produz conhecimento inocente sem dimensões éticas ou políticas (Hurley, 2007). Ciências sociais *mainstream* costumam assumir que a forma com que sabemos e teorizamos o mundo é separada de nossa experiência e, por isso, separam ontologia e epistemologia (Cunliffe, 2003) - tal qual a pesquisa realizada durante a era colonial.

Por entenderem a realidade social a partir de fenômenos externos aos participantes, muitos pesquisadores acreditam que podem observar a realidade, desenvolver modelos exploratórios e criar teorias verdadeiras, objetivas e testáveis empiricamente (Cunliffe, 2003). Ou seja, bastaria operacionalizar o projeto: formular perguntas de pesquisa, decidir os melhores métodos para responder às questões, buscar aprovação do comitê de ética, coletar dados, apresentar e discutir os resultados (Hurley, 2007).

Porém, a abordagem pós-colonial vem questionando as ontologias realistas e epistemologias positivistas, promovendo um profundo questionamento político e ético da pesquisa (Spohr & Alcadipani, 2013; Westwood, 2006). O pós-colonialismo adota uma ontologia objetivista, que pressupõe uma realidade concreta, porém processual, crítica e contestada (Cunliffe, 2011).

A abordagem pós-colonial demanda que os pesquisadores considerem seu próprio local - geográfico, ideológico, cultural, histórico, material, teórico e ético - em relação ao objeto de pesquisa (Westwood, 2006). Assim, procura romper com o eurocentrismo epistemológico assumindo que o conhecimento pode ser produzido na periferia e a partir de pesquisadores do Sul global. A próxima seção trata de como consegui acesso aos entrevistados.

## Acesso aos Entrevistados

Considerando que o método é o procedimento utilizado para juntar dados (Strauss & Corbin, 1998) optei pela realização de entrevistas em profundidade como principal técnica de coleta de dados. A condução de entrevistas envolve métodos de gerar e manter conversas com pessoas sobre certos tópicos, bem como as interpretações que pesquisadores fazem a partir delas (May, 2001). A segunda técnica de coleta - análise de documentos - será detalhada mais a frente.

Para a condução das entrevistas e apreensão da realidade local, seria preciso ir até Kito, país localizado a milhares de quilômetros do Brasil, em outro continente e onde eu nunca havia pisado. Este foi um dos grandes desafios da pesquisa de campo. Como ir até lá? Quando? Estariam os envolvidos dispostos a conversar comigo? Diversas eram as questões que se colocavam para que a pesquisa acontecesse.

A pesquisa de campo, segundo Cunliffe e Karunanayake (2013) é uma atividade humana a partir da qual emergem relações que podem influenciá-la de modo significativo. Pesquisadores reagem às ações e comentários dos respondentes na medida em que negociam expectativas sobre esta relação, tentam ganhar acesso a pessoas, determinam que dados serão coletados e como, que vozes serão ouvidas e o que acontecerá após o estudo (Cunliffe & Karunanayake, 2013).

Criar teoria a partir dos dados, para Strauss e Corbin (1998) significa que não estaremos falando por nossos respondentes mas sim permitindo que estes falem com vozes que são claramente entendidas. Os autores acreditam que o que descobrimos ao fazer pesquisa é quão complexo o mundo é, já que quando respondemos a algumas perguntas, levantamos várias outras.

Com isso em mente, ainda durante as negociações de acesso aos entrevistados, iniciei um diário de campo em que relatei as questões que emergiram durante a pesquisa, os detalhes do processo, bem como meus sentimentos e angústias. O uso mais aberto de diários de campo na escrita acadêmica pode contribuir para desestigmatizar os desafios pessoais e emocionais da pesquisa (Punch, 2012) e pode ser uma ferramenta para fortalecer o processo de

reflexividade, posicionalidade e o lugar das emoções na pesquisa. Durante todos os dias que estive em Kito, relatei minha experiência neste diário, que somou 19 páginas. Para Wolfinger (2002) este tipo de ferramenta têm o papel de conectar o pesquisador e seus sujeitos durante o processo de escrita da pesquisa, já que reflete seu conhecimento e crenças preliminares.

Em meu diário de campo, registrei minhas preocupações sobre a viabilidade de conduzir a pesquisa de campo em Kito: “Estou ansiosa sobre tudo isso, procurando passagens, lugares pra ficar, possíveis entrevistados. Mas tudo ainda é bastante nebuloso.” (diário de campo, 18/07/2014). Segundo Latour (1987) a prática da ciência é muito mais mundana do que parece e tem poucas semelhanças com modelos formais e procedimentos estatísticos. Mais evidentes são seus elementos bagunçados, randômicos e criativos - tais como os citados - o que faz com que vejamos a ciência como “feita à mão” (Prasad, 2005).

Fazer ciência à mão envolve fazer uso da rede de relacionamentos de que dispomos. Para esta pesquisa, três frentes principais no sentido de conseguir entrevistas foram abertas: a partir de Roberta e Mariana, ambas alunas de doutorado da escola e do meu orientador, Rafael.

Em 28 de maio de 2014, retomei minha conversa com Roberta, que gentilmente me colocou em contato com Hugo, brasileiro que vivia em Kito e em seu trabalho tinha contato com várias empresas brasileiras que atuavam na região. A primeira entrevista da pesquisa de campo ocorreu com Hugo via Skype em 10 de junho de 2014 e me auxiliou a entender o ambiente de negócios em que a Mucunha operava em Kito e a me preparar para o restante da coleta de dados no país.

Antes de indicar alguém da Mucunha para que eu entrevistasse, Hugo questionou: “Qual ou quais departamentos seriam mais interessantes? A empresa é extremamente verticalizada e acredito que você precisaria conversar com alguma pessoa que tenha ocupado um cargo de liderança e que esteve à frente de mais de uma área no momento da internacionalização” (comunicação pessoal, 20/05/14). Apesar da boa vontade de Hugo em cooperar, esta não rendeu maiores frutos.

Roberta também me indicou Arthur, que contatei mais a frente, em setembro de 2014, para uma conversa. Arthur tentou me indicar outras pessoas para entrevistar, porém apenas uma ocorreu, o que aumentou minha ansiedade quanto à realização da pesquisa e foi registrado em meu diário: “Tentar acesso com as

peessoas é difícil, já mandei vários emails, algumas poucas respostas” (diário de campo, 18/07/2014).

A segunda frente de pesquisa aconteceu quase que por acaso, o que reforça a ideia de que a pesquisa é um processo muitas vezes randômico, como argumenta Latour (1987). Mariana, uma colega de doutorado, conheceu no Brasil dois kitenses membros de uma organização que monitorava impactos sociais e ambientais de empresas no país, a ONG A.

Em 6 de maio de 2014, Mariana me colocou em contato com uma destas pessoas, Alcione, que prontificou-se em ajudar-me e aconselhou que eu conversasse com José. Este, por sua vez, estava bastante envolvido com o caso da Mucunha. Nas palavras de Alcione: “o José trabalhava diretamente com as questões de responsabilidade social e ambiental da Mucunha e ainda trabalha para a ONG A, agora à distância. Ele pode te falar sobre muita coisa, e depois podemos te passar contatos de pessoal que esteja lá. A diretora, que é minha avó, é totalmente acessível e estudantes são sempre bem vindos” (comunicação pessoal, 06/05/2014).

Este contato me animou, pois parecia frutífero. No dia 10 de junho de 2014, José me concedeu uma entrevista via Skype. Esta conversa, além de tratar de detalhes do processo de reassentamento sofrido por comunidades locais kitenses, serviu para ampliar minha rede de relacionamentos com ativistas de outras ONGs de Kito. A partir de José, foi possível a realização de outras nove entrevistas presenciais.

O acesso ao campo também se deu a partir do meu orientador, Rafael, que me aconselhou a conversar com um antigo professor da escola, Mário, que conhecia funcionários da Mucunha. Em 17 de junho de 2014, por e-mail, solicitei seu apoio. Em 2 de julho, o mesmo respondeu: “Claro, será um prazer. Você poderia me dar mais detalhes do que precisa pra eu saber pra quem passar o contato? (comunicação pessoal, 02/07/2014). Após os esclarecimentos, em 14 de julho, Mário me colocou em contato com Norberto, funcionário da Mucunha.

Norberto, no mesmo dia, prontificou-se em me ajudar, destacando que “Sendo uma indicação sua [do Mário] não podemos deixar de atender” (comunicação pessoal, 14/07/2014). Norberto contactou Ivete, funcionária da Mucunha em Kito. Ainda em 14 de julho, Ivete declarou que “será um grande prazer

	<b>Entrevistado</b>	<b>Organização</b>	<b>Área</b>	<b>Nacionalidade</b>
<b>1</b>	Eduardo	Mucunha	desenvolvimento social	kitense
<b>2</b>	Renato	Mucunha	desenvolvimento social	kitense
<b>3</b>	Carla	Mucunha	contratos	brasileira
<b>4</b>	Marcelo	Mucunha	suprimentos	brasileira
<b>5</b>	Joana	Mucunha	contratos	brasileira
<b>6</b>	Augusto	Mucunha	suprimentos	brasileira
<b>7</b>	Rosane	Mucunha	governança	brasileira
<b>8</b>	Sávio	Mucunha	orçamento	brasileira
<b>9</b>	Abraão	Mucunha	recursos humanos	brasileira
<b>10</b>	Inácio	Mucunha	operações	kitense
<b>11</b>	Jonatan	Mucunha	desenvolvimento social	kitense
<b>12</b>	Ivete	Mucunha	recursos humanos	brasileira
<b>13</b>	Marta	Mucunha	administrativo	kitense
<b>14</b>	Felipe	Mucunha	engenharia	brasileira
<b>15</b>	José	ONG A	ambiental	kitense
<b>16</b>	César	ONG A	ambiental	kitense
<b>17</b>	Leonardo	ONG F	direitos das comunidades	kitense
<b>18</b>	Douglas	ONG H	direitos das comunidades	kitense
<b>19</b>	Zacarias	ONG H	direitos das comunidades	kitense
<b>20</b>	Carlos	ONG J	direitos humanos	kitense
<b>21</b>	Marcos	ONG J	direitos humanos	kitense
<b>22</b>	Jonas	ONG L	reassentamento	kitense
<b>23</b>	Omar	ONG L	reassentamento	kitense
<b>24</b>	Arthur	instituto de pesquisa	econômica e política	kitense
<b>25</b>	Larissa	instituto de pesquisa	econômica e política	brasileira
<b>26</b>	Martina	instituto de pesquisa	agrônoma	brasileira
<b>27</b>	Hugo	promoção de comércio		brasileira
<b>28</b>	Gabriel	Embaixada do Brasil		brasileira

Quadro 1 - Lista de entrevistados.

Fonte: Autoria própria.

em recebê-la e farei pessoalmente” (comunicação pessoal, 14/07/2014). A partir de então as portas da Mucunha se abriram para minha pesquisa. Partindo de Ivete, consegui outras 14 entrevistas com funcionários da Mucunha.

Em resumo, as negociações de acesso aos entrevistados tiveram início em maio de 2014 e duraram cerca de quatro meses. Não foram lineares, mas sim repletas de idas e vindas e muitas angústias sobre se de fato conseguiria acesso aos entrevistados. No total, foram realizadas 28 entrevistas em profundidade conforme o quadro abaixo, sendo 4 via Skype e o restante presenciais. Destas, 14 foram concedidas por membros da Mucunha. Nove entrevistados eram membros de ONGs, que atuavam nas áreas ambiental, de direitos humanos e defesa de direitos de comunidades locais. Três entrevistados pertenciam a renomados institutos de pesquisa locais e internacionais especializados em economia, política e agronomia de Kito. Um entrevistado era membro de uma instituição de promoção de comércio; e o último era funcionário da Embaixada Brasileira em Kito.

Entre as entrevistas presenciais, a maioria ocorreu na sede da Mucunha - com exceção de uma, que ocorreu em um restaurante. As entrevistas com os ativistas ocorreram nas sedes das respectivas ONGs em que trabalhavam. Duas entrevistas com membros de institutos de pesquisa ocorreram via Skype e uma na sede da instituição. Por fim, a entrevista com o membro da Embaixada do Brasil ocorreu em sua sede, em Kito.

Quando julguei oportuno, solicitei ao entrevistado/a se poderia gravar a conversa. Porém, em alguns casos, concluí que o gravador seria inoportuno e prejudicaria o andamento da entrevista, por isso nem sequer pedi para gravar. Em outros casos, tive a solicitação de gravar negada. No total, apenas dez entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Tanto nestas como nas restantes, tomei notas das falas dos entrevistados em um bloco e, assim que possível, redigi o maior número de páginas possível sobre as conversas.

Considerando que cabe ao pesquisador definir que vozes serão ouvidas durante o estudo (Cunliffe & Karunanayake, 2013), cabe aqui uma explicação. Uma importante limitação deste estudo diz respeito à ausência das vozes da comunidade local afetada pela Mucunha. Para esta pesquisa, aqueles que foram marginalizados - ou seja, literalmente colocados à margem - pela atuação da multinacional, não foram ouvidos.



Ao questionar em seu famoso texto *Can the subaltern speak?* Spivak (1994) levantou a questão do que acontece com a voz dos marginalizados em suas representações como subordinados. Para a autora, o termo subalterno refere-se a como pessoas são discursivamente silenciadas ou tornadas invisíveis por serem estruturalmente posicionadas fora do discurso hegemônico.

Mesmo tentando atuar de forma justa e ética na condução da pesquisa, não tive êxito. O mero fato de eu me considerar em posição de “estudar” o caso da Mucunha e, conseqüentemente, as vidas destas pessoas, reflete uma posição - ou pretensão - de poder. Smith e Pitts (2007) argumentam que a pesquisa é tradicionalmente uma expressão de poder, em que os pesquisadores são vistos como em uma posição de autoridade em relação aos participantes. Para Smith (1999) o próprio termo “pesquisa” tem a ver com poder e dominação e está inseparavelmente ligado ao imperialismo e colonialismo europeus. Neste sentido, Westwood (2006) questiona: que direito o pesquisador tem de se presumir capaz de representar o outro?

No caso desta pesquisa, as comunidades reassentadas foram representadas pelos ativistas entrevistados, que falaram por elas. Entretanto, Hurley (2007) defende que grupos marginalizados deveriam ser sujeitos e não objetos da pesquisa. As perguntas de pesquisa deveriam refletir necessidades e prioridades da comunidade em vez da simples curiosidade do pesquisador (Willis & Saunders, 2007).

Infelizmente, não foi o que aconteceu, já que, no momento do delineamento da pesquisa, não estava clara para mim a importância de ouvir os membros da comunidade. Somente no decorrer do processo da pesquisa, fui entendendo a necessidade de ouvi-los, afinal suas vidas haviam sido fortemente transformadas pela Mucunha.

Entretanto, entrevistar os membros da comunidade requereria um tempo considerável em Kito, já que dificilmente seria possível agendar entrevistas prévias por email ou telefone. Creio que seria necessário ganhar a confiança das pessoas pouco a pouco, de preferência a partir do intermédio de membros das ONGs locais

que trabalhavam diretamente com elas. Porém este lento processo de aproximação demandaria um tempo em Kito - ou seja, meses - de que eu não dispunha. Vale lembrar que coletei os dados para esta pesquisa durante meu estágio doutoral no exterior e apesar de ter solicitado, não fui contemplada com bolsa sanduíche. Assim sendo, fui obrigada a arcar com todos os custos da ida ao campo.

Outro aspecto que pesou nesta decisão foi que a partir de relatórios e matérias que li sobre o caso, percebi que os reassentados haviam sido abordados e entrevistados exaustivamente por outros pesquisadores e jornalistas. E, dado que suas condições de vida e subsistência pareciam não ter mudado significativamente mesmo com a repercussão internacional do caso, me perguntava se não seria doloroso para os mesmos contar - novamente - sua versão dos fatos. Assim, enterrei a possibilidade de ouvi-los e após a entrevista com Carlos, ativista da ONG J, relatei em meu diário que "novamente surgiu a questão de conversar com os reassentados. Ele confirmou minha preocupação de que cada vez que eles falam sobre sua história, é uma tortura. Não sei bem o que fazer em relação a isso" (diário de campo, 22/09/2014).

Outra limitação desta pesquisa diz respeito ao número de entrevistados, o que está diretamente relacionado ao tempo que permaneci em Kito. Estou certa de que se tivesse permanecido no país por mais semanas, teria conseguido acesso a outros entrevistados - algumas entrevistas, inclusive, estavam em negociação, entretanto não aconteceram. Por razões materiais e financeiras, só pude permanecer em Kito por 21 dias. A seção seguinte trata da segunda técnica de coleta de dados empregada, a análise de documentos.

## **Análise Documental**

Além dos dados primários coletados por meio de entrevistas, também utilizei diversas fontes secundárias de dados para maior compreensão do caso em estudo. Assim sendo, a segunda técnica de coleta empregada na pesquisa de campo foi a análise documental. Segundo May (2001) documentos informam e estruturam decisões que pessoas tomam cotidianamente e constituem leituras

particulares de eventos sociais que podem dizer muito sobre as formas com que eventos foram construídos e as razões empregadas. A vantagem da utilização de documentos na pesquisa é que estes nos informam sobre aspirações e intenções que ocorreram em momentos em não estávamos presentes (May, 2001).

A escolha da análise documental como segunda técnica de pesquisa para este estudo envolve o reconhecimento de que é necessário que o pesquisador colete dados significativos e suficientes, de modo a produzir descrições e explicações ricas e rigorosas (Tracy, 2010). Para Smith e Pitts (2007) o rigor na pesquisa é atingido não por aderência cega a um grupo particular de regras, mas sim pela aplicação de ferramentas apropriadas à pergunta de pesquisa. Como a Mucunha vinha atuando em Kito desde 2004 e diversas eram as nuances e os atores envolvidos no caso, foi necessário reconstruir a trajetória da empresa no país de modo a entender seus desafios e impactos. Isso somente foi possível por meio dos documentos analisados.

A pesquisa documental pode envolver uma série de fontes, tanto públicas quanto privadas (May, 2001). Para o caso em estudo, foram diversos os tipos de documentos analisados. Destaco, primeiramente, os relatórios gerados por ONGs sobre os efeitos das ações da Mucunha, em especial o reassentamento das comunidades vizinhas à empresa, o bairro para onde foram alocadas, as indenizações pagas, o número de famílias beneficiadas, as formas de comunicação entre a comunidade e a empresa, as falhas no processo, entre muitas outras informações. Estes documentos foram de suma importância para o entendimento do caso.

Também foram analisados diversos trechos da legislação kitense, referentes à atividade de exploração mineral no país, posse e uso da terra local, causas e condições para reassentar populações, taxas a serem pagas por multinacionais e outros assuntos. Notícias sobre o caso veiculadas na imprensa brasileira, kitense e internacional também contribuíram sobremaneira para a compreensão da atuação da Mucunha. Estes materiais foram úteis para o entendimento de aspectos como a sequência dos fatos ocorridos, declarações de executivos da Mucunha e de governantes kitenses e brasileiros sobre o ocorrido, dados sobre o comércio Brasil-Kito, situação econômica da Mucunha em Kito, valores dos investimentos no país, entre outros.

Os documentos da Mucunha aos quais tive acesso também auxiliaram a pesquisa. O próprio site da empresa forneceu informações sobre o histórico das operações da multinacional, suas áreas de expertise, missão, visão, número de funcionários por país, bem como projetos sociais desenvolvidos em Kito. Tive acesso a detalhes do processo de reassentamento conduzido pela empresa, datas, montante do investimento no país, número de famílias afetadas, fotos das obras dos novos bairros construídos, etc. Os relatórios de sustentabilidade da empresa, declaração de direitos humanos e código de conduta também foram alvo de escrutínio.

Por fim, artigos, livros e relatórios produzidos por pesquisadores locais foram de grande utilidade para a compreensão do contexto político e econômico local, assim como as origens da dependência de recursos externos em que o país se encontra. Em suma, os documentos analisados para este estudo, em seus diversos formatos e origens, somaram 2871 páginas. Com relação às fontes, estas também variaram muito e estarão citadas ao longo do texto como segue: ONG I (2013) - exemplo de relatório produzido por uma ONG e Nipassa (2009) - exemplo de um estudo sobre ajuda externa em Kito.

Além das entrevistas e análise documental, tive a oportunidade de visitar o principal bairro para onde os camponeses foram reassentados. Com meus próprios olhos, pude observar as tais casas com rachaduras, a escola, as hortas, os animais e as condições gerais de vida das famílias kitenses. Durante esta visita, que foi acompanhada por funcionários da Mucunha, conversei informalmente com alguns moradores reassentados. A próxima seção traz mais detalhes sobre os dias em que estive em Kito coletando dados.

## **As Identidades da Pesquisadora**

Em 12 de setembro de 2014, aterrisei em Kito para coletar os dados primários para este trabalho. Foram 21 dias no país com o intuito de conversar com o maior número de pessoas possível e apreender o contexto social, econômico e político local. Na medida em que conversava com funcionários da Mucunha e com

ativistas, fui percebendo a existência de “dois mundos”, de duas versões muitas vezes contraditórias sobre como a multinacional atuava no país. Neste processo, passei a questionar quem eu era no processo de pesquisa e de que lado estava. Durante as entrevistas, meu papel de pesquisadora foi muitas vezes desafiado e assumi múltiplas identidades.

As concepções convencionais sobre pesquisadores como observadores neutros e imparciais que produzem relatos de pesquisa verdadeiros e factuais vêm sendo contestados nos últimos 30 anos (Cunliffe & Karunanayake, 2013). A virada reflexiva nas ciências sociais enfatizou a relação pesquisador-pesquisado e as dinâmicas de identidade que ocorrem durante a pesquisa (Coffey, 1999 como citado em Cunliffe & Karunanayake, 2013).

A noção de reflexividade implica reconhecer que os pesquisadores constituem ativamente a realidade que estudam e que toda pesquisa é construída entre os participantes (Cunliffe, 2003). O pesquisador não é mais o “senhor” da pesquisa. Segundo Clifford (1998) a prática da representação intercultural está sendo questionada e “o dilema atual está associado à [...] à redistribuição do poder colonial nas décadas posteriores a 1950 [...]. Após a reversão do olhar europeu em decorrência do movimento “negritude”, [...] o Ocidente não pode mais se apresentar como único provedor de conhecimento antropológico sobre o outro” (Clifford, 1998, p. 18).

Sendo assim, a dinâmica da pesquisa vem sendo transformada e pesquisadores provenientes de regiões anteriormente colonizadas e atualmente periféricas têm conduzido pesquisas no centro (Alcadipani, Westwood, & Rosa, 2014) e também em outras periferias - como é o caso desta pesquisa. Alcadipani e Rosa (2013) defendem que existem diferentes periferias, ou seja, mesmo entre países de terceiro mundo, uns são mais privilegiados do que outros, como o Brasil em relação a Kito. Assim sendo, como ficam as políticas de identidade (Alcadipani, Westwood, & Rosa, 2014) quando um pesquisador proveniente de uma nação semi-periférica realiza sua pesquisa em uma nação periférica?

Para analisar criticamente estas questões, Cunliffe e Karunanayake (2013), com base no trabalho de Fine (1994b como citado em Cunliffe & Karunanayake, 2013) sobre “trabalhar o hífen” (tradução nossa), oferecem a noção de “espaços-hífen” (tradução nossa). Fine defende que pesquisadores trabalham no

hífen entre pesquisador-respondente e que esta é uma relação de poder comumente assimétrica e possivelmente exploradora - já que na medida em que o pesquisador observa, analisa e representa as vidas de outros, também coloniza, no sentido de que fala por e constrói a identidade do respondente.

Com base no exposto, Cunliffe e Karunanayake (2013) chamam de espaços-hífen os espaços relacionais fluidos em que as fronteiras entre pesquisador-pesquisado são turvas, a influência é mútua e múltiplos sentidos são articulados e trabalhados de maneiras diferentes por todos os participantes da pesquisa. Apesar de tratarem de um trabalho etnográfico, as autoras reconhecem que esta reflexão pode ser estendida para outros métodos de pesquisa.

Cunliffe e Karunanayake (2013) sugerem quatro espaços-hífen, dois dos quais serão úteis para refletir criticamente sobre meu papel de pesquisadora: o espaço-hífen igualdade-diferença e o espaço-hífen engajamento-distância. O modo com que trabalhamos nestes espaços não impacta apenas a metodologia e o relato da pesquisa, mas também as múltiplas identidades que o pesquisador experimenta durante a pesquisa de campo (Cunliffe & Karunanayake, 2013).

O primeiro momento em que senti o espaço-hífen de igualdade foi durante as negociações de acesso aos entrevistados. Mário, que conhecia funcionários da Mucunha, era também um ex-professor da instituição em que estudo e somente tive acesso a ele por conta de sua relação com meu orientador. Ou seja, nós três, eu, Rafael e Mário, dividíamos a “igualdade” de fazer parte de um seleto grupo de membros (ou ex-membros) de uma renomada instituição acadêmica brasileira e, por conta disso, dividíamos uma certa “solidariedade de pesquisa”, um esforço mútuo no sentido de possibilitar que pesquisas acadêmicas como esta acontecessem. Exemplo disso é que mesmo não havendo muito contato, à época, entre Rafael e Mário, este prontamente respondeu meu pedido de apoio.

Outro momento em que o espaço-hífen de igualdade se fez presente foi durante as entrevistas. Quando conversava com empregados da Mucunha, em sua maioria brasileiros, havia uma espécie de “entendimento mútuo” da realidade local por sermos ambos ou ambas da mesma nacionalidade. De certo modo, estávamos juntos “olhando” para Kito e os kitenses a partir de um ponto de vista privilegiado, de classe social elevada, escolarizado, branco, que estava lá para, no meu caso,

“entender” esta realidade e, no caso deles, ajudar a “desenvolver” um país que, na sua visão, precisava de um certo tipo de desenvolvimento.

Por outro lado, o espaço-hífen da diferença se fez presente nas vezes em que fui percebida como “superior” pelos entrevistados, especialmente os kitenses de classe mais baixa. Um exemplo disso ocorreu quando visitei o bairro construído pela Mucunha para reassentar a comunidade local e, na hora do almoço, fui “agraciada” com a melhor louça da mesa para fazer aquela refeição, conforme o relato: “Me ofereceram um prato de porcelana - acho que o melhor da mesa. Alguns estavam comendo em cima de tampas” (relato da visita ao reassentamento, 29/09/2014). Além disso, uma das agentes comunitárias, ao perceber que eu fazia menção de sentar em um degrau da escada, cedeu sua cadeira para que eu me sentasse.

Em outra situação, fui percebida não só como diferente, mas como uma ameaça. Logo nos primeiros dias do campo, pude sentir a desconfiança de um entrevistado, kitense e ativista de uma ONG local: “Zacarias começou a conversa com uma série de perguntas: de onde eu era, o que iria fazer com aquelas informações, quem estava pagando pela viagem até Kito, etc. Foi bem difícil. Me senti bombardeada. Acuada” (diário de campo, 15/09/2014). Aqui o espaço-hífen da diferença se fez muito claro, já que fui percebida como inimiga. Tentei explicar que eu estava pagando as despesas da viagem, que era uma pesquisadora independente, que não possuía nenhuma ligação com a Mucunha, que pretendia usar as informações para escrever minha tese de doutorado, etc. Mesmo com todas estas explicações, o clima da entrevista foi tenso até o final. Saí do local com a certeza de não ser bem vinda.

Em suma, tanto os espaços-hífen de igualdade quanto de diferença se fizeram presentes durante o processo de coleta de dados. A própria alternância de espaços gerou sentimentos ambíguos e, não raro, cansaço, conforme relato: “Parece que tem mil vozes contraditórias na minha cabeça, cada uma com uma opinião” (diário de campo, 17/09/2014). Estas vozes referiam-se aos entrevistados.

Já o espaço-hífen engajamento-distância tem a ver com o grau com que nos envolvemos epistemológica, física e emocionalmente com nossos respondentes (Cunliffe & Karunanayake, 2013). Emoções podem ser uma parte inevitável do

processo de pesquisa, especialmente quando se trata de assuntos sensíveis e torna-se difícil para o pesquisador se distanciar (Cunliffe & Karunanayake, 2013).

Na medida em que fui compreendendo a situação de pobreza e perda dos meios de subsistência de muitos dos camponeses reassentados pela Mucunha, foi impossível não me engajar e, de certa forma, “tomar partido”. Meu envolvimento emocional tornou o processo investigativo extremamente cansativo. Cheguei a questionar minha escolha de pesquisar o caso: “Às vezes me pergunto por que fui me meter nessa história, o que tenho a ver com isso?” (diário de campo, 23/09/2014). Em outro trecho: “Não vejo a hora de o campo acabar, de parar de fazer perguntas, [...] é um esforço grande fazer isso” (diário de campo, 17/09/2014).

Para Smith (1999) a pesquisa não é um exercício acadêmico distante e inocente, mas uma atividade que ocorre em meio a certas condições políticas e sociais. Em conversas com kitenses ativistas, o espaço-hífen do engajamento ficou evidente, já que em diversos momentos, compartilhei com eles a preocupação pelos impactos da Mucunha para a sociedade kitense, especialmente para as comunidades que habitavam o entorno da empresa. Estas preocupações me fizeram pensar, em alguns momentos, que eu estava assumindo um “lado” no processo da pesquisa ou que eu já previa os resultados que poderia encontrar no campo. Em meu diário, hesitante, eu tentava me tranquilizar: “não tem problema eu ter uma expectativa do que encontrar no campo ou mesmo ter um lado. O que eu preciso é ser justa, é ser honesta com os dados e não forçá-los” (diário de campo, 17/09/2014).

Tracy (2010) aponta a sinceridade do pesquisador como um dos indicadores de qualidade da pesquisa qualitativa. Sinceridade, para a autora, pode ser atingida por meio da auto-reflexividade, vulnerabilidade, honestidade e transparência. Em outras palavras, significa que a pesquisa é marcada pela transparência sobre os vieses e objetivos do pesquisador e sobre como estes influenciaram os métodos e erros durante a pesquisa (Tracy, 2010).

Já durante as entrevistas em que funcionários da Mucunha me explicavam a lógica de gestão da multinacional em Kito, experimentei o espaço-hífen da distância. Apesar de assentir com a cabeça para o que o entrevistado estava dizendo, em muitas ocasiões eu discordava fortemente de tais argumentos. Decidir como reagir em tais situações pode gerar sentimentos de empatia, como também de



hostilidade e confusão, o que pode levar a dilemas de identidade por parte do pesquisador (Cunliffe & Karunanayake, 2013). De certo modo, eu sentia que precisava fingir ser alguém que não era para garantir acesso aos entrevistados. Um exemplo foi a entrevista com Bruno, que afirmou acreditar veementemente que a Mucunha estava ajudando a “desenvolver” Kito. Eu me perguntava se oferecer condições inferiores de moradia e subsistência às diversas famílias reassentadas representava um tipo de desenvolvimento e para quem.

Outro momento em que experimentei o espaço-hífen da distância foi quando Zacarias, da ONG J, defendeu que a Mucunha estava agindo como colonizadora em Kito e que seu objetivo era pilhar as riquezas do país, tal qual os europeus fizeram. “Ao final [da entrevista] senti vergonha de ser brasileira. Senti vergonha do meu país” (diário de campo, 15/09/2014). Neste momento, minha identidade de pesquisadora brasileira e branca foi desafiada e me vi como “co-responsável” pelas ações da Mucunha e, portanto, como colonizadora.

Em suma, múltiplas identidades podem estar imbutidas nos espaços-hífen e tornar o processo de pesquisa estressante para o pesquisador (Cunliffe & Karunanayake, 2013). Trazer a noção de espaços-hífen para a discussão do fazer pesquisa é uma forma de reconhecer e lidar com as tensões envolvidas na atividade. Neste sentido, Alcadipani, Westwood e Rosa (2014) argumentam que as dinâmicas de construção da identidade do pesquisador durante o processo de pesquisa não existem de forma independente, mas estão imersas em uma ampla geopolítica do conhecimento, que por sua vez reflete as condições de colonialidade. Por conta disso

é mais do que nunca crucial para os diferentes povos formar imagens complexas e concretas uns dos outros, assim como das relações de poder e de conhecimento que os conectam [...]. Elas são elaboradas - a crítica dos modos de representação colonial pelo menos nos demonstrou bem isso - a partir de relações históricas específicas de dominação e diálogo (Alcadipani, Westwood, & Rosa, 2014, p. 19).

Em suma, “as diferenças coloniais preservam hierarquias sociais que acabam se manifestando na prática da pesquisa científica” (Alcadipani & Rosa, 2010, p. 372). A última etapa do processo de pesquisa corresponde à análise dos dados coletados e será discutida na próxima seção.

## Analizando os Dados

Após um exaustivo período de coleta de dados em Kito, de volta ao Brasil, iniciei a análise dos mesmos. Para Strauss e Corbin (1998) a análise qualitativa de dados envolve um processo de interpretação não matemático, empreendido com o propósito de descobrir conceitos e relações em dados “crus” e posteriormente organizá-los em um esquema explanatório teórico.

Antes de iniciar a análise propriamente dita, foi necessário preparar e organizar o material coletado. Nem todos os documentos que coletei foram utilizados no relato da pesquisa, devido à sua relevância. Por conta disso, selecionei aqueles que de fato poderiam contribuir com o caso em estudo. Por fim, efetuei as transcrições das entrevistas gravadas e organizei as notas das entrevistas que não consegui gravar. No total, estas somaram 192 páginas.

A primeira etapa do processo de análise qualitativa, para Strauss e Corbin (1998) é a microanálise, que corresponde a uma análise linha a linha, necessária no começo de um estudo para gerar categorias iniciais e sugerir relações entre elas. Para tal, contei com o suporte do *software* Atlas TI. Vergara (2008) sugere que grandes quantidades de dados podem ser tratadas com o auxílio de programas de computador, porém a interpretação cabe ao pesquisador. Em nenhum momento fiz uso de ferramentas estatísticas do *software* de contagem de palavras ou similares.

A codificação é o processo analítico por meio do qual os dados são primeiramente desmembrados, conceitualizados e posteriormente integrados sob a forma de teoria (Strauss & Corbin, 1998). De acordo com os autores, a codificação pode ser quebrada em uma série de atividades, sendo a primeira delas a conceitualização, que é o processo de agrupar itens similares de acordo com propriedades definidas e dar a eles um nome que representa esta ligação. Um exemplo desta prática ocorreu quando atribuí ao trecho da entrevista com Talita “pra cada concessão que o governo dá para uma empresa ele pede, em contrapartida, uma participação acionária” o conceito “relacionamento empresa-governo”.

Quando o número de conceitos aumenta, estes são agrupados em categorias, com base em sua habilidade de explicar o que está acontecendo (Strauss & Corbin, 1998). Fazer isso é importante, segundo os autores, porque

permite ao analista reduzir o número de unidades com as quais se está trabalhando. Além disso, categorias têm poder analítico porque têm o potencial de explicar e prever.

Os conceitos “relacionamento com o governo” e “Mucunha desenvolvendo Kito”, por exemplo, foram agrupados sob a categoria “lógica de gestão da Mucunha”. A definição das categorias de análise ocorreu na medida em que foram surgindo ao pesquisador (Vergara, 2008). No decorrer da análise, as categorias foram inúmeras vezes rearranjadas, excluídas e combinadas até que se estabeleceram as categorias finais.

Para Franco (2005) a categorização é a fase crucial da análise e consiste em um processo longo, difícil e desafiante para o pesquisador. Durante esta etapa, foi necessário, seguindo Vergara (2008) resgatar o problema de pesquisa e confrontar os resultados encontrados com o referencial teórico proposto. Strauss e Corbin (1998) defendem que conceitualizar, definir categorias e desenvolvê-las de acordo com suas propriedades e dimensões são as bases para construir teoria. Somente quando as principais categorias são integradas para formar um amplo esquema teórico é que os achados da pesquisa tomar a forma de teoria (Strauss & Corbin, 1998).

Em resumo, este capítulo apresentou o delineamento desta pesquisa, o acesso aos entrevistados, o modo como os dados foram coletados e analisados, bem como as diferentes identidades que assumi ao longo do trabalho. As diversas idas e vindas do processo de pesquisa culminaram na seguinte pergunta: *de que modo uma multinacional da semi-periferia faz negócios na periferia global?*

Os capítulos seguintes pretendem responder a esta questão. No primeiro deles - O Passado Colonial de Kito - descrevo os elementos históricos essenciais para a compreensão do ambiente encontrado pela Mucunha quando começou suas operações no país.

## **O Passado Colonial de Kito**

O objetivo deste capítulo é reconstituir as bases históricas do ambiente de negócios de Kito que a Mucunha encontrou ao iniciar suas operações no país. Para tal, descrevo como o colonialismo europeu teve como consequência a atual dependência econômica de doadores externos e um ambiente institucional pouco capacitado para regular a atuação de multinacionais estrangeiras. Em outras palavras, descrevo o cenário político, econômico e social kitense que foi palco das violações cometidas pela Mucunha.

### **História é Poder**

Primeiramente, é preciso considerar que a forma de contar uma história diz muito sobre as disputas de poder que estão em jogo. A construção da história está relacionada aos propósitos a que ela serve e sua escrita é tanto sobre o presente em que é produzida quanto sobre o passado (Cooke, 2003). História não é um conceito neutro; é um discurso de conhecimento e poder (Mudimbe, 1988). História é tanto uma memória quanto uma invenção e uma reflexão sobre o presente.

Debates sobre a escrita da história indiana moderna estiveram na origem dos Estudos Subalternos, projeto intelectual que tinha como objetivo colocar o subalterno como sujeito da história (Chakrabarty, 2000). O líder do grupo foi o indiano Ranajit Guha, que oferece um relato fascinante da consciência insurgente, rumores, visões míticas, religiosidade e laços de comunidade dos camponeses indianos (Prakash, 1994).

Guha (1998) defende que, para muitos - em especial os britânicos - a batalha de Plassey marca a conquista britânica da Índia em junho de 1757. Porém, o país inteiro não foi conquistado em uma batalha de nove horas em um único dia. A própria aquisição de Bengal - que preparou o terreno para a expansão britânica - ocorreu apenas sete anos depois (Guha, 1998). O autor vai além ao reforçar que

para a conquista britânica ser consumada foram necessários cerca de cem anos de guerra, intriga e anexação de região por região (Guha, 1998).

Assim sendo, Guha defende que não há conquista que possa ser contada a partir de apenas uma história. São necessárias pelo menos duas: uma narrada pelos conquistadores e outra pelos conquistados (Guha, 1998). A conquista é necessariamente implicada na derrota, então para qualquer narrativa de triunfo e esperança contada a partir da voz do conquistador, há uma contranarrativa de derrota e desespero contada pelo conquistado (Guha, 1998).

Neste sentido, Spivak (1994) considera que constituir o sujeito colonial como outro é uma violência epistêmica. Trazer uma narrativa alternativa da história não significa contar “como as coisas realmente aconteceram” mas sim oferecer uma descrição de como uma explicação da realidade foi estabelecida como a norma (Spivak, 1994). Segundo a autora, quando procura aprender a falar com (ao invés de ouvir ou falar pelo) sujeito historicamente silenciado, o intelectual pós-colonial tenta dar ao subalterno uma voz na história.

Quando alguém escapa ao silêncio da subalternidade, deixa de ser subalterno (Morris, 2010). Para Spivak, isto é desejado - não há autenticidade nem virtude na posição do oprimido. Portanto, “pensar a realidade local a partir de suas próprias bases e da sua própria história, rompendo com a lógica colonial de explicar o outro a partir de si mesmo” é uma das bases da abordagem pós-colonial (Rosa & Alcadipani, 2013, p. 187). Em outras palavras, contar a história do Ocidente pelos olhos do colonizado é uma forma poderosa de resistência (Smith, 1999). Neste sentido, Couto (2011, p. 29) questiona:

De onde vem a dificuldade em [nós africanos] pensarmos como sujeitos da História? Vem sobretudo de termos legado sempre aos outros o desenho da nossa própria identidade. Primeiro, os africanos foram negados. O seu território era a ausência, o seu tempo estava fora da História. Depois, os africanos foram estudados como um caso clínico. Agora, são ajudados a sobreviver no quintal da História.

Com isso em vista, é importante considerar que muitos relatos históricos de ex-colônias africanas que se tornaram independentes foram elaborados por europeus e não por pensadores locais. É possível refletir sobre diferentes versões

da história a partir dos relatos de um político africano - Mondlane - e de um professor de uma universidade britânica - Newitt - sobre a chegada dos europeus<sup>9</sup> a Kito.

Newitt (1995) reconhece que no século XV o comércio de Kito era diversificado - girava em torno de ouro, alimentos, tecidos, esteiras, cestos, artigos em ferro, marfim, pérolas e âmbar. Para além do comércio local, as trocas internacionais tinham grande importância para a região, onde também eram praticadas diversas atividades marítimas. Entretanto, o que chama a atenção no texto do autor é o protagonismo da chegada dos europeus ao território, já que para ele, “tudo mudaria em finais do século XV, quando os europeus abriram uma rota que lhes dava acesso direto, por mar, [...] e que colocou [Kito], [...] bem no seu percurso” (Newitt, 1995, p. 32). É possível estabelecer um paralelo entre o argumento de Newitt e a ideia de que a batalha de Plassey representa o início da colonização britânica na Índia, conforme Guha (1998).

Já para Mondlane (1995) existem diversos equívocos sobre “a história” da ocupação europeia do território kitense. Apesar de navegadores terem desembarcado na região em finais do século XV e na sequência terem sido construídos alguns postos comerciais, não é possível dizer que estes tenham encontrado uma costa selvagem e povos primitivos sobre os quais foi imposta, desde o princípio, sua “influência civilizadora” (Mondlane, 1995). Os povos do litoral já estavam há muito estabelecidos na região e introduziram agricultura, pecuária e metalurgia de ferro em Kito por volta do século III. No final do primeiro milênio, estes negociavam com outros povos oriundos tanto da África quanto do Oriente Médio e da Índia. No século IX, o comércio do marfim e do ouro prosperava e os povos locais tinham relações com comerciantes árabes, cuja religião e cultura vinham sendo difundidas na região (Mondlane, 1995). Segundo o autor, por volta do século XV, diversos estados do interior, organizados e materialmente avançados, mantinham relações com os europeus nos termos por si escolhidos.

Para Appiah (1997) foi o comércio com o Oriente, notadamente de ouro, escravos, especiarias, marfim, óleo de coco, madeira, cereais, tecidos, entre outros, que dominou as economias da África até a chegada dos europeus no século XV. A partir de então, o comércio com a Europa passou a ser cada vez mais importante,

---

<sup>9</sup> Uso o termo “europeu” e não o nome do país que colonizou Kito ao longo de todo o trabalho de modo a preservar o anonimato do caso.

mas até o século XIX, a atividade econômica principal era com os árabes (Appiah, 1997).

Apesar disso, os europeus costumam dizer que chegaram em Kito há 450 anos e defendem que durante todo esse tempo, controlaram politicamente o território (Mondlane, 1995). Entretanto, para o autor, quando estes chegaram, o país já era próspero. Somente a partir da corrida para a África - em 1885 - é que Mondlane (1995), Appiah (1997) e Mudimbe (1988) datam o início da colonização efetiva da África - e de Kito. Além disso, o sistema de administração europeu só foi implantado a partir do século XX (Mondlane, 1995).

Portanto, a influência cultural europeia na África, antes deste período, foi bastante limitada (Appiah, 1997). Houveram tentativas, por meio de atividades missionárias e criação de escolas ocidentais nos entrepostos comerciais litorâneos, porém, apenas pequenos enclaves de africanos europeizados foram conseguidos (Appiah, 1997). O grande impacto cultural da Europa na África ocorreu somente após a Primeira Guerra Mundial (Appiah, 1997).

O colonialismo, para os países europeus, tinha como principal motivação aumentar suas riquezas (Young, 2001), já que a expansão do comércio dentro da Europa e o déficit da balança comercial com o Oriente haviam gerado problemas de liquidez. Havia também razões secundárias, como a missão civilizatória no caso da Espanha, ou o excesso populacional no caso da Inglaterra (Young, 2001).

As descobertas promovidas pela expansão marítima representaram uma revolução comercial: permitiram o acesso a uma infinidade de bens de consumo para várias camadas da população da metrópole (Young, 2001). A Revolução Industrial, que ocorreu em meados do século XVIII na Inglaterra, marcou a transformação para o modo de produção capitalista. De maneira geral, é possível argumentar que o desenvolvimento do capitalismo europeu teve início com a revolução comercial do século XVI (Loomba, 2010; Young, 2001). Auxiliaram neste processo as primeiras companhias de comércio, empresas privadas para as quais era dado o monopólio do comércio pelo monarca a partir do século XV. Uma consequência da exploração das colônias foi o estabelecimento de uma rede global de comércio (Young, 2001).

Desde o princípio, o colonialismo europeu contou com o apoio da Igreja. Em 1455 o Papa decretou que as nações europeias tinham não apenas o direito,

mas o sagrado dever de converter ou escravizar os infiéis (Wright, 1995). “Apenas por acaso os infiéis estavam localizados na Ásia, África, ilhas do Atlântico, Pacífico e nas então desconhecidas Américas - e apenas por acaso essas pessoas eram de cor” ironiza Wright, (1995, p. 55).

Os missionários, precedendo ou seguindo a bandeira europeia, não apenas ajudaram seus países a adquirir novas terras como também realizaram uma missão “divina” ordenada pelo Santo Padre (Mudimbe, 1988). Tiveram um papel essencial no processo de expropriação e, subsequentemente, exploração de todas as “novas terras encontradas” na Terra (Mudimbe, 1988). Tais terras até poderiam ser novas para os europeus que chegavam, mas certamente eram “antigas” para os que lá habitavam. Com igual entusiasmo, os missionários serviram tanto como agentes do império político quanto como enviados de Deus (Mudimbe, 1988). Para eles, não havia contradição entre estes papéis, já que todos implicavam o mesmo propósito: a conversão do espaço e das mentes (Mudimbe, 1988).

No século XVIII, os principais impulsionadores do comércio de escravos em Kito foram os produtores de açúcar europeus que operavam nas ilhas do Índico (Newitt, 1995). A política oficial era impedir que outros europeus comercializassem em Kito e proibir navios estrangeiros de entrar em seus portos. Porém, os lucros advindos da venda de escravos eram bastante elevados, o que deu início a um comércio ilícito em grande escala (Newitt, 1995). Os governadores optaram por não cobrar impostos sobre a atividade ou desviá-los para si e seus colaboradores.

A profusão de navios negreiros modificou a economia da região (Newitt, 1995). Em troca dos escravos, Kito importava alimentos e moedas. Em 1770 o preço de um escravo era de 120 cruzados e, dez anos depois, subiu para cerca de 200 cruzados. O tráfico de escravos transformou-se na atividade comercial mais lucrativa de Kito (Mondlane, 1995) e assim permaneceu por pelo menos um século. Entretanto, a disputa pela África trouxe importantes transformações para Kito e é o tema da próxima seção.



## A Administração Colonial Europeia

No final do século XIX foram estabelecidas as principais características da administração colonial europeia em Kito: gestão centralizada e autoritária, associação com a Igreja Católica, utilização de companhias estrangeiras para extrair recursos naturais e trabalho forçado (Mondlane, 1995).

Uma das primeiras medidas da administração europeia foi o estabelecimento de regulamentos trabalhistas e fiscais que distinguiam indígenas e não-indígenas (Newitt, 1995). A ideologia da raça era parte crucial da construção de uma rígida hierarquia nas relações entre colonizador e colonizado (Ashcroft, Griffiths, & Tiffin, 2007). Os não-indígenas também eram referidos como civilizados e incluíam estrangeiros de pele branca - assim como os miscigenados<sup>10</sup>, asiáticos, agricultores comerciais e aqueles que exerciam uma profissão (Newitt, 1995). Aos restantes, cabia o contrato de trabalho e o trabalho forçado sob ordens do governo.

A política formalizou-se ainda mais nas primeiras décadas do século XX (Newitt, 1995). Uma pessoa poderia requerer a isenção do contrato de trabalho e do trabalho forçado e seria emitido um “alvará de assimilação” que confirmava o seu estatuto de não-indígena. “Muito embora os [miscigenados] [...] continuavam a ser automaticamente incluídos na população não-indígena, surgiu, pela primeira vez, no censo de 1935, uma classe de africanos não-indígenas” (Newitt, 1995, p. 385). Para que um kitense adquirisse este estatuto, limitado a um pequeno número de pessoas, era preciso que demonstrasse um certo nível de educação e cultura europeias (Newitt, 1995).

Raciocínio similar foi relatado por Fanon (2008) em seu livro *Peles Negras, Máscaras Brancas*. Muitos negros, nas Antilhas Francesas, tentavam provar que eram tão inteligentes quanto os brancos; já que quanto mais “evoluído” um negro era, mais próximo de um branco estava.

Este tipo de classificação é um dos reflexos da complexidade que o encontro colonial<sup>11</sup> provocou. Outro exemplo disso é a palavra inglesa *colonizer*, que poderia ser aplicada tanto para quem se instalava na colônia (equivalente a colono)

---

<sup>10</sup> Geralmente eram filhos de pai europeu e mãe kitense.

<sup>11</sup> Encontro entre colonizador e colonizado.

quanto para quem a administrava (equivalente a colonizador) (Young, 2001). Já os *colons* (termo em francês para colonos) se encontravam em uma posição ambígua: nem aliados ao governo metropolitano, que tanto poderia protegê-los quanto oprimi-los, nem aos colonizados, que eram as populações indígenas muitas vezes exploradas, expulsas de suas terras ou trucidadas pelos próprios colonos - sendo que nestes termos, colonos e colonizadores estariam iguais (Young, 2001).

Com a administração colonial, o kitenense

viu-se desapossado não só do seu poder político e da sua terra, mas também dos direitos mais elementares para controlar sua própria vida. Era tratado praticamente como um escravo: forçado a abandonar a sua casa e família para trabalhar em qualquer [lugar], durante horas excessivamente longas e por um salário meramente nominal (Mondlane, 1995, p. 37).

Apesar das atrocidades, muitos regimes imperiais buscaram descrever seus sistemas em termos mais brandos e favoráveis para a opinião pública (Mondlane, 1995). A Grã-Bretanha, por exemplo, argumentava que como potência cristã, tinha interesses legítimos a salvaguardar no islã e nos territórios islâmicos (Said, 2007). Portugal, por sua vez, tentou defender que sua administração não teve nenhum vestígio de racismo (Mondlane, 1995). Entretanto, na década de 1890, o administrador colonial Antonio Enes declarou:

Sinto até uma simpatia profunda pelo negro, esta criança grande, instintivamente má como todas as crianças - que me perdoem todas as mães - embora dócil e sincera. Não o considero como algo a ser exterminado por causa da necessidade de expansão da raça branca, embora acredite na inferioridade natural (Mondlane, 1995, p. 40).

Nesta fala fica evidente o racismo da administração colonial em direção à população local que, ao que consta, poderia respirar aliviada porque a primeira não tinha por objetivo dizimá-la!

O Ato Colonial de 1930 transformou a colônia de Kito em uma entidade legal única com a metrópole (Newitt, 1995). Sendo assim, somente os não-indígenas eram cidadãos plenos e a eles era direcionada a responsabilidade de “civilizar” os indígenas e incorporá-los à cultura europeia. A política de imigração em voga na

época fez a população branca de Kito aumentar de 48 mil em 1950 para 200 mil em 1974 (Newitt, 1995).

A partir da década de 1930, a instalação de fábricas em Kito deveria passar pelo crivo do Ministro das Colônias e levar em conta os interesses da classe industrial europeia (Newitt, 1995). Uma das características do colonialismo europeu era que sociedades não europeias que possuíam formas de industrialização tiveram sua economia local transformada e empobrecida, frequentemente envolvendo a desindustrialização (Young, 2001). A transformação da colônia de modo a servir aos requerimentos de matérias-primas e mercados para o poder colonial era prioridade.

Um exemplo desta transformação é a indústria algodoeira kitense. No início da década de 1930, a indústria metropolitana necessitava 17 mil toneladas de algodão, porém a colônia produzia somente 800 (Mondlane, 1995). Na década de 1950, a partir de um sistema de cultivo forçado, a produção aumentou para 140 mil toneladas e o número de kitenses envolvidos passou a ser de meio milhão. Como consequência, outras atividades econômicas tiveram que ser descontinuadas e a diminuição da produção de alimentos ajudou a causar ondas de fome (Mondlane, 1995). Na época de colheita, os trabalhadores sofriam perseguição da polícia, que obrigava homens, mulheres e crianças a irem para os campos de algodão diariamente, para garantir que eles não se dedicariam a nenhuma outra atividade (Mondlane, 1995).

Por conta de uma complexa e desigual estrutura de industrialização, Loomba (2010) argumenta que as práticas coloniais provocaram uma dependência econômica sem precedentes nas colônias. Para McLeod (2010) o colonialismo pode ser entendido como um grande e lucrativo negócio. As colônias, primeiramente fontes de matérias-primas, se tornaram um mercado e a população colonial um consumidor pronto para comprar bens (Fanon, 1967). Independente da direção dos fluxos de seres e de materiais, os lucros sempre retornavam para as metrópoles (Fanon, 1967).

O ponto essencial é que o colonialismo europeu produziu o desequilíbrio econômico necessário para o crescimento da indústria europeia ou, em outras palavras, “o colonialismo foi a parteira que assistiu o nascimento do capitalismo europeu” (Loomba, 2010, p. 10). Para McLeod (2010) capitalismo e colonialismo têm entre si uma relação de suporte mútuo.

Entretanto, durante todo o período colonial, povos colonizados em diversas partes do mundo questionaram a dominação a qual estavam submetidos de diversas formas (Young, 2003). Este é o assunto que será discutido a seguir.

### **Movimentos de Resistência e a Independência de Kito**

O anti-colonialismo, termo cunhado por Hiddleston (2009) pode ser interpretado como uma complexa combinação de saberes locais e princípios políticos radicais (Young, 2001). A partir dos anos 1930, diversos discursos e movimentos contrários ao colonialismo se fortaleceram ao redor do mundo, a exemplo do movimento Negritude, da publicação da revista *Présence Africaine*, na França, e da realização do Congresso Pan-Africano, na Inglaterra (Young, 2001).

Os europeus acreditavam que os africanos não tinham qualquer cultura, moral ou educação no momento em que invadiram a África (Mondlane, 1995). Porém, de acordo com o autor, hoje se sabe que existiam várias culturas desenvolvidas, umas mais complexas do que outras. “A noção de que a cultura do colonizado não existe ou não tem valor é obviamente conveniente para um governo colonial - demasiado conveniente para permitir que a ciência venha a corrigi-la” (Mondlane, 1995, p. 56). A cultura tradicional africana era desprezada pelos europeus, cujo sistema educacional desenraizava o africano de seu passado para forçá-lo na sociedade colonial. Era preciso fazer o africano sentir desprezo pelo próprio passado (Mondlane, 1995).

A partir da década de 1950 a administração colonial passou a vigiar sistematicamente indivíduos sabidamente hostis ao regime (Newitt, 1995), o que praticamente pôs fim às atividades políticas em Kito (Mondlane, 1995). Apesar das dificuldades, membros da resistência dialogavam com os radicais de outras colônias, movimentos negros e com intelectuais como DuBois e Marcus Garvey (Newitt, 1995).

Com o fim da Segunda Guerra, as mudanças de poder ao redor do mundo contribuíram para o ressurgimento do nacionalismo na África (Mondlane, 1995). O conceito de autodeterminação foi sendo difundido e vários movimentos pregavam a democracia em diversas partes do mundo. A entrada da metrópole

européia que colonizava Kito na Organização das Nações Unidas (ONU) foi condicionada a medidas de modernização de suas colônias. Como consequência, em 1951, estas foram transformadas em “províncias ultramarinas” (Mondlane, 1995).

Como resultado das pressões sobre a metrópole, em 1961 o Estatuto do Indígena foi abolido e todos os cidadãos de Kito, assim como de outras colônias, foram declarados cidadãos com plenos direitos (Mondlane, 1995). Porém, a partir de então, passaram a ser emitidos dois tipos de cartão de identidade que claramente diferenciavam o “cidadão” indígena na classificação anterior e aquele não-indígena. Na prática, era fácil diferenciar as duas classes, ou seja, a própria lei estabelecia a desigualdade e colocava o kitense em situação de dependência econômica e política em relação ao europeu (Mondlane, 1995).

Em 1962, três movimentos de resistência distintos foram unificados em Kito e o grupo estava convencido de que a guerra seria necessária para a conquista da independência nacional (Mondlane, 1995). No ano seguinte, grupos kitenses receberam treinamento militar em outros países africanos. Em 1970, a metrópole que controlava Kito entrou para a Comunidade Econômica Europeia e, para tal, foi exigido o fim do monopólio do comércio com suas colônias (Newitt, 1995). Por conta disso, as trocas comerciais diminuíram drasticamente e as empresas europeias passaram a vender seus ativos em Kito.

Deste modo, foram criadas as bases para a retirada europeia do país, que mais tarde seria apoiada pela maior parte do empresariado (Newitt, 1995). Nos anos seguintes, foi assinado um acordo que permitiu a transferência de poder para o partido local, sem a realização de eleições (Newitt, 1995). Finalmente a independência política foi conquistada.

Porém, como consequência, a economia de Kito entrou em recessão (Newitt, 1995). Os colonos europeus, assim como os trabalhadores especializados, saíram em massa do país. Além disso, disputas com um país vizinho levaram à destruição dos caminhos de ferro e portos, sendo que os ataques incluíram a população rural, hospitais, escola e edifícios governamentais (Newitt, 1995).

Em meados da década de 1980 países africanos vizinhos a Kito enviaram tropas ao país para ajudar nos conflitos (Newitt, 1995). A morte do presidente de Kito nos anos seguintes acabou trazendo simpatia internacional ao país e ajudou a unir os kitenses (Newitt, 1995).

Em 1990, 100 mil pessoas haviam morrido em decorrência da guerra civil e 4 milhões de pessoas foram refugiadas ou expulsas para países vizinhos, sendo que o número de afetados pode ter sido ainda maior, de acordo com alguns relatórios (Newitt, 1995). A constituição de 1990 permitiu eleições multipartidárias, liberdade de imprensa e direito à greve, mas somente anos mais tarde é que foi assinado um cessar-fogo no país (Newitt, 1995). Apesar deste fato significar uma etapa de relativa paz para Kito, os problemas econômicos do país ficaram evidentes e serão explorados na próxima seção.

### **Ajuda Externa em Kito**

Logo nos primeiros anos após a independência política, Kito passou a receber ajuda da União Soviética, China, países nórdicos e de alguns movimentos progressistas americanos e europeus (De Renzio & Hanlon, 2007). Aqui cabe um paralelo com o neocolonialismo proposto por Nkrumah (1965), ou seja, apesar de politicamente independente, veremos que a economia de Kito passou a ser parcialmente controlada por doadores externos.

A guerra civil e o colapso da economia fizeram com que o país necessitasse ainda mais de ajuda (Nipassa, 2009). Só que esta veio condicionada: os Estados Unidos e outros doadores exigiram a passagem da economia planificada para a de mercado, a entrada de organizações não governamentais internacionais e a adoção de políticas de ajustamento estrutural (Nipassa, 2009).

Em 1983, pressões foram feitas pelos doadores para que o país se juntasse ao acordo de *Bretton Woods*<sup>12</sup> (Hanlon & Smart, 2008). Poucos anos depois os doadores consideraram que o país estava transformando-se muito lentamente e retiraram o auxílio à alimentação até o anúncio, por parte do governo kitense, do Plano de Ajustamento Estrutural. Com o passar do tempo, o governo foi oferecendo menos resistências às exigências e a ajuda externa foi aumentando até o ponto em que se encontra hoje (Hanlon & Smart, 2008).

---

12 O acordo de Bretton Woods, que esteve em vigor entre 1944 e 1971, foi um conjunto de regras e instituições que tinha como objetivo regular a política econômica mundial. Uma destas regras era indexar as diversas moedas ao dólar. A partir deste acordo é que foram criados, por exemplo, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

No fim dos anos 1990, o Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) defendiam que seria melhor para Kito se fossem zeradas as taxas de exportação da castanha bruta, o que possibilitaria a competição “igualitária” entre empresas nacionais e estrangeiras (Rossi, 2015). Imprensa, sindicatos e fábricas locais foram contra a exigência e alertaram que, se fosse seguida, destruiria a indústria nacional - segundo a autora. Porém, diante da ameaça de cortar a ajuda anual de US\$ 1 bilhão ou um terço do PIB de Kito, o país acabou por “aceitar”. Como consequência, mais de 10 mil empregos foram perdidos e fábricas foram fechadas (Rossi, 2015). Ainda segundo a autora, o caso tornou-se um símbolo do movimento antiglobalização e demonstrou os efeitos do neoliberalismo em países pobres.

Desde o fim da guerra civil, a economia de Kito cresceu significativamente: o PIB foi multiplicado por três e as exportações cresceram mais de 15 vezes (Resenfeld, 2012). O crescimento do PIB de 8% em média foi impactado por projetos de grande escala da indústria extrativa, que alteraram a produção nacional. As exportações de peixe, principal produto até o fim dos anos 1990, foram superadas pela venda de minérios (Resenfeld, 2012).

Pouco mais de uma década após o fim da guerra civil, Kito recebeu US\$ 1,2 bilhões em ajuda econômica externa, o que correspondeu a 59% do orçamento nacional segundo o Ministério do Meio Ambiente (2011). Em 2009, este percentual caiu para cerca de 50%.

Diversos pesquisadores vêm questionando a efetividade da ajuda externa para o desenvolvimento do país (Castel-Branco, 2010; Nipassa, 2009). Castel-Branco (2010) defende que esta vem sendo dada de maneira instrumental, servindo aos interesses dos doadores, que banalizam as intenções políticas, limitam a autonomia e comprometem a possibilidade de os próprios kitenses construírem seu desenvolvimento. Os doadores se envolvem em todas as áreas e níveis do debate político e tomada de decisões (Castel-Branco, 2010).

Se, por um lado, a cooperação entre países enseja a reciprocidade entre os envolvidos, a ajuda apresenta um sentido único, em que o doador, ao menos teoricamente, não espera nada em troca do receptor. Entretanto, Monteiro (1997) defende que a ajuda externa está sempre a serviço das nações doadoras, em especial nos aspectos comercial, político e militar.

Dentro da perspectiva hegemônica ocidental, os países pobres precisam ser desenvolvidos ao seu estilo e por isso justifica-se a doação de recursos para o efeito. A ajuda externa envolvendo recursos financeiros, materiais, humanos e prescrições são drenados para os países necessitados. Porém, o curioso desta ajuda é que as prioridades para o desenvolvimento kitenso são estabelecidas em Washington e nas capitais europeias por pessoas que nunca estiveram em Kito e que estão mais preocupadas com o que parece bem aos seus parlamentos e financiadores (Nipassa, 2009, p. 14-15).

Este desenvolvimento a estilo dos países hegemônicos ocidentais a que se refere Nipassa pode ser entendido como mais um exemplo da retórica da modernidade defendida por Mignolo (2005) e Misoczky (2011), ou seja, a doação para países “necessitados” é justificada pela ideia de que sua situação de subdesenvolvimento pode ser “corrigida” com as prescrições ocidentais sobre como desenvolver a economia.

Apesar de receber ajuda externa há 25 anos, não há evidências de que esta tem auxiliado Kito a se desenvolver (Nipassa, 2009). Em 1996/1997 69,4% da população estava na pobreza (Resenfeld, 2012). Em 2002/2003, este número foi reduzido para 54,1%, porém desde então estagnou, de acordo com o *National Poverty Assessment* produzido nestas datas e em 2008/2009. Apesar de tais medidas não darem uma noção completa da situação de pobreza no país, já que investimentos em serviços públicos podem ter modificado a qualidade de vida de muitas pessoas, elas podem indicar que projetos de larga escala intensivos em capital tendem a influenciar pouco a redução da pobreza (Resenfeld, 2012).

Entre 2006 e 2012, o número de pessoas pobres em Kito aumentou em 2 milhões e a severidade da pobreza aumentou ligeiramente (Castel-Branco, 2010). Ou seja, mesmo com o crescimento econômico, a pobreza não está diminuindo. A economia de Kito, em essência, exporta produtos primários não ou semi-processados e importa uma imensa gama de produtos (Castel-Branco, 2010). Além disso, tem perdido a capacidade de produzir máquinas e outros bens, assim como a de gerar tecnologia e inovações.

O Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre desenvolvimento humano evidenciou que Kito possui um dos cinco piores índices entre todos os países do globo (PNUD, 2013). Apesar disso, o país é considerado por organizações internacionais como BM e FMI como um caso de sucesso de crescimento rápido e redução da pobreza (Castel-Branco, 2010). Prova



disso foi a decisão do FMI de expandir o endividamento do país de US\$ 900 milhões para US\$ 1,5 bilhão, o que, segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2012) demonstra a confiança da entidade na capacidade de Kito gerir sua própria dívida.

Além disso, o pequeno impacto da crise internacional na economia do país é tido como evidência da pujança econômica e da prudência de suas políticas econômicas (Castel-Branco, 2010). Assim, para o autor, o “modelo kitense” acaba servindo para legitimar a agenda neoliberal defendida pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. Paradoxalmente, o país mantém uma enorme dependência de recursos externos de capital, tanto oficiais, como doações, quanto privados, como investimento direto estrangeiro e empréstimos bancários (Castel-Branco, 2010). Para Matsinhe (2011, pp. 83-84)

embora visassem promover o desenvolvimento no terceiro mundo, pelo seu caráter de interferência nas políticas públicas domésticas dos países, tratamento de questões específicas do desenvolvimento dos países sem que os mesmos expressem as suas vontades, as decisões [do Consenso] de Washington acabaram servindo aos interesses do centro. Transformaram os países da periferia, como Kito, em fontes de matéria-prima e mercados de produtos manufaturados nos países do centro produzindo um controle colonial indireto das áreas periféricas. O controle das zonas periféricas passou a ser reconstituído pelos mecanismos neo-coloniais tais como Investimento Estrangeiro Direto e o crédito financeiro que criaram um insuportável fardo de dívida externa dos países periféricos e uma dependência econômica internacional.

Tanto doações e crédito financeiro quanto investimento direto estrangeiro a países periféricos podem ser considerados formas de “corrigir” a situação de dependência em que se encontram - sendo esta lógica mais um exemplo da retórica da modernidade (Mignolo, 2005; Misoczky, 2011). Porém, como aponta Matsinhe (2011) os próprios mecanismos de correção acabam por gerar mais dependência econômica por conta da dívida externa crescente destes países.

Entre 2008 e 2012, o crescimento do PIB do país variou entre 6,3% e 7,5% ao ano, o que coloca Kito acima da média mundial de crescimento (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2012). Em 2013 o investimento direto estrangeiro bateu novo recorde, chegando a 7 bilhões de dólares ou 36% mais do que em 2012 e o equivalente a 46% do PIB nacional (Kito, 2014). Os capitais estrangeiros representaram 85% do total de investimento privado feito em Kito, sendo que a

maior parte deste valor foi aplicada em grandes e poucos megaprojetos de natureza extrativa - minerais, florestas, energia, produtos agrícolas não processados - ou em indústrias oligopolistas (Castel-Branco, 2010). Em suma, apenas um pequeno número de empresas é responsável por uma imensa parcela do PIB. “Como é que níveis de dependência externa e de concentração econômica são consistentes com a história de sucesso econômico de Kito?” questiona Castel-Branco (2010, p. 20).

Apesar do “sucesso” kicense em termos de altas taxas de crescimento do PIB a baixa inflação, as políticas econômicas não têm resultado no fornecimento de bens básicos, como alimentos a baixo custo e insumos de qualidade para os processos produtivos (Resenfeld, 2012). O foco tem sido em mercadorias para exportação (Castel-Branco, 2010). Entre 2003 e 2009, o PIB per capita cresceu 41% ao passo que a produção alimentar decresceu 9% (DNEAP, 2010). O governo de Kito tem demonstrado claramente que prioriza os setores associados ao investimento direto estrangeiro em detrimento da agricultura. As culturas de exportação como algodão, caju, madeiras e tabaco são as que têm recebido maiores incentivos de produção, enquanto que as culturas alimentares não possuem vantagens competitivas (Mosca & Selemene, 2012). Somente cinco dos 36 milhões de hectares de terra arável são explorados em Kito (O Globo, 2012). Cerca de 80% da população vive da agricultura de subsistência e, mesmo assim, não há produção de alimentos suficiente para suprir sua necessidade.

O Plano Estratégico de Agricultura, elaborado pelo governo para o período 2011-2020 enfatizou o investimento doméstico e o desenvolvimento de pequenas e médias fazendas, tornando-as mais produtivas e competitivas (Hanlon, 2012). A estratégia deu ao governo um papel mais intervencionista, revertendo explicitamente as políticas desastrosas do BM, FMI e doadores nos últimos 20 anos. O plano evidenciou a necessidade de expansão da pesquisa agrônoma e das áreas de plantio, ambas bloqueadas pelo BM no passado (Hanlon, 2012).

Muitos dos recursos naturais de Kito já eram conhecidos durante o período colonial (Mosca & Selemene, 2012). Entre as razões para a sua pequena exploração no período estão os problemas financeiros da metrópole europeia e o isolamento do regime, que dificultava o investimento estrangeiro, a pequena demanda internacional para tais recursos e os gastos com a guerra que culminou com a independência de Kito (Mosca & Selemene, 2012).

Apesar disso, na década de 1950 as atividades extrativas por empresas estrangeiras aumentaram no país (Mondlane, 1995). Grupos americanos e japoneses obtiveram concessões para explorar recursos naturais em Kito nas décadas de 1950 e 1960. O autor, ainda na era colonial, refletiu sobre os efeitos da indústria extrativa, que parecem ser similares aos atuais:

Todo este desenvolvimento da indústria de extração e transformação tem trazido para Kito grande quantidade de capital estrangeiro e irá certamente aumentar o rendimento total do território. O desenvolvimento econômico resultante destes investimentos é, porém, extremamente superficial. Não traz, e não é provável que traga no futuro, grandes efeitos sobre o nível de vida geral extremamente baixo da colônia. Essencialmente, a natureza destes projetos é ditada pelos interesses dos investidores e do governo [europeu], e não pelas necessidades de Kito (Mondlane, 1995, p. 81).

Nos últimos anos, a descoberta de diversos recursos naturais em solo kitense foram seguidos por novos projetos de mineração encabeçados por multinacionais estrangeiras (Resenfeld, 2012). Há grandes expectativas sobre o minério shida<sup>13</sup> - cujas estimativas são de que existam 23 bilhões de toneladas em solo kitense, o suficiente para garantir o suprimento dos cinco maiores importadores por 28 anos.

O estudioso da economia kitense Joseph Hanlon, em entrevista concedida a Moody (2014) acredita que há uma grande pressão sobre o governo do país por conta das novas reservas de shida e outros recursos naturais, mas poucos estão dispostos a treinar engenheiros e pessoal técnico para conduzir a exploração mineral. Para ele, seria mais produtivo para o desenvolvimento do país e melhor para o povo se o crescimento fosse conduzido no ritmo que as estruturas pudessem suportá-lo (Moody, 2014).

A mineração que ocorre em Kito pode não criar tantos novos empregos quanto o tamanho dos investimentos pode sugerir (Resenfeld, 2012). Se, por um lado, é possível estimar a criação de cerca de 25 mil postos de trabalho temporários à época da infra-estrutura para a extração, durante sua operação, este número cai para cerca de 7000 (Resenfeld, 2012).

Um risco comum para economias ricas em recursos naturais é a chamada “doença holandesa” (Resenfeld, 2012) “sina dos recursos” (Hilson, 2012) ou

---

<sup>13</sup> O nome do minério explorado pela Mucunha foi substituído pelo termo “shida” para preservar o anonimato do caso.

“maldição da abundância” (Santos, 2012), caracterizada pela apreciação da moeda nacional por conta do *boom* de recursos naturais, o que torna outros setores pouco competitivos e pode afetar o crescimento da economia como um todo (Resenfeld, 2012). De acordo com Santos (2012, p. 1)

a promessa de abundância decorrente do imenso valor comercial dos recursos e dos investimentos necessários para o concretizar é tão convincente que passa a condicionar o padrão de desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

Um dos riscos deste condicionamento, para Kito, é o crescimento do PIB desacompanhado do desenvolvimento social (Santos, 2012). Além disso, é possível que haja aumento e não redução da pobreza, destruição do meio ambiente, polarização entre uma minoria muito rica e o restante da população muito pobre e o estímulo a uma cultura de consumo que só pode ser praticada por poucos (Santos, 2012).

As sucessivas descobertas (algumas antigas) de [minerais] anunciam um El Dorado de rendas extrativistas que podem ter um impacto no país semelhante ao que teve a independência. Estarão os kitenses preparados para fugir à maldição da abundância? Duvido (Santos, 2012, p. 1).

No caso de Kito, as fraquezas da produtividade agrícola, assim como a grande parcela da população empregada pelo setor fazem com que ele seja crucial no que tange aos esforços para reduzir os níveis de pobreza por meio do aumento da produtividade. Neste sentido, Mosca e Selemane (2012, p. 241) consideram que “grande parte da população será provavelmente perdedora pelo efeito da inflação autárquica, dos reassentamentos, da imigração com expectativas não concretizadas, e, a longo prazo, devido aos efeitos ambientais negativos”.

Outro aspecto que pode fazer com que os recursos minerais se tornem uma maldição tem a ver com corrupção e desperdício (Resenfeld, 2012). A classe política, no intuito de defender seus interesses privados, acaba se tornando mais autoritária e corrupta de modo a permanecer no poder (Santos, 2012). Com a renda do governo aumentando, aumenta o poder dos políticos, enquanto que os poucos beneficiados diretamente pela renda dos recursos naturais podem ser induzidos a subornar oficiais para ganharem benefícios em ambientes com serviço público de

baixa qualidade (Resenfeld, 2012). Assim, Santos (2012) argumenta que os riscos da maldição da abundância são que, ao final do ciclo, o país esteja mais pobre nas esferas econômica, social, política e cultural do que no começo.

Para Matsinhe (2011), os mega-projetos em Kito não beneficiaram a população com criação de empregos e pagamento de impostos. Pelo contrário,

criaram ilhas de prosperidade em um mar de pobreza. O impacto real na economia e na geração de riqueza nacional não corresponde à proporção do seu investimento e ao discurso de que os mega-projetos irão contribuir para o combate da pobreza absoluta, transmitido pelas autoridades (Matsinhe, 2011, p. 83).

Outra questão que surge neste debate é como gastar a renda decorrente dos recursos naturais (Resenfeld, 2012). Dado que estes, apesar de em grande quantidade, serem temporários, há boas razões para tratá-los de maneira diferente do que outras formas de renda. Após uma década de contradições, o BM e o FMI admitiram oficialmente que os megaprojetos contribuem pouco ou nada para a redução da pobreza, assim como para a sustentabilidade do crescimento econômico (Castel-Branco, 2010).

Considerando que história é poder, apresentei diferentes versões sobre a centralidade da chegada dos europeus em Kito, descrevi os principais aspectos da administração colonial europeia na região e tratei dos movimentos de resistência que tiveram como consequência a independência de Kito. Em suma, este capítulo reconstituiu as bases históricas que culminaram na situação de dependência econômica de doadores externos em que se encontra Kito. O capítulo seguinte trata da lógica de atuação da Mucunha no país, desde o auxílio da diplomacia brasileira para ganhar a concessão até a forma com que os brasileiros percebiam os kitenses.

## **A Lógica Colonial de Atuação da Mucunha**

O objetivo deste capítulo é descortinar a lógica colonial subjacente à atuação da Mucunha em Kito. Primeiramente, evidencio que os instrumentos diplomáticos utilizados pelo Brasil a serviço da Mucunha acabam por revelar uma espécie de missão civilizatória. Na sequência, trato das negociações entre a multinacional e o governo de Kito que culminaram não somente na obtenção do direito de explorar shida como em condições fiscais bastante favoráveis para tal. Uma vez instalada, argumento que a Mucunha adotou localmente uma lógica colonial de gestão, marcada não somente por coerção e ameaças ao governo kitense, como também pela construção dos kitenses como subalternos aos brasileiros.

## **As Relações Diplomáticas Brasil-Kito**

A diplomacia brasileira em direção à África teve como objetivo tornar o Brasil uma espécie de “líder” entre países periféricos. Durante a Era Vargas a região não estava entre as prioridades da política externa brasileira, o que começou a mudar a partir da década de 1960 (Saraiva, 2010). As relações entre Brasil e África foram estreitadas durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart, quando o país passou a olhar para o continente com o objetivo de expandir sua industrialização e conquistar influência regional (Saraiva, 2010). Ao longo da década, o Brasil enviou missões diplomáticas para o continente e apoiou os diversos processos de independência que estavam em curso (Saraiva, 2010).

Desde o começo, a abordagem do Brasil em relação à África foi baseada em laços com países de língua portuguesa e na defesa de uma cultura e história comuns (Saraiva, 2010). Além de defender que o país tinha uma dívida com o continente por causa da escravidão, Jânio Quadros, responsável pela formulação da lógica das relações Brasil-África, acreditava que as duas regiões tinham problemas semelhantes e que portanto as respostas a eles também poderiam ser

compartilhadas (Rossi, 2015). Brasileiros e africanos eram como “irmãos” lutando contra o subdesenvolvimento (Rossi, 2015).

Somado a isso, durante a ditadura militar, os governos de Médici e Geisel passaram a criticar a distribuição de poder na arena internacional, especialmente os Estados Unidos (Saraiva, 2010). O cenário como estava, na visão dos presidentes, impedia a possibilidade de o Brasil emergir como novo pólo de poder. Por conta disso, a estratégia brasileira foi reposicionada para a busca de novos parceiros internacionais (Saraiva, 2010). A partir do exposto é possível inferir que o Brasil buscava “parceiros” sobre os quais pudesse exercer seu poder e influência.

Durante o governo de Médici (1969-1974), o Brasil passava pelo “milagre econômico” e buscava mercados para seus produtos (Saraiva, 2010). Além disso, a vulnerabilidade brasileira em termos de energia resultou em uma política de importação de petróleo da África (Saraiva, 2010; Visentini, 2010). Em meados da década de 1970, o governo brasileiro reconheceu a independência de Kito e a partir de então foram estabelecidas as relações diplomáticas entre os dois países (Brasil Export, 2015). A expansão do comércio brasileiro em direção ao Oriente Médio, África e América Latina foi uma das mais importantes transformações que ocorreram nas áreas de economia e política internacional nos anos 1970 e 1980 segundo Saraiva (2010).

Para além do comércio, a partir dos anos 1990, a cooperação horizontal entre os países do eixo Sul-Sul também cresceu, graças ao crescimento econômico de países de renda média, como Brasil, Índia, China e África do Sul (Lima, 2005). Apesar disso, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a estratégia era aumentar as relações com os EUA (Rossi, 2015). África não era prioridade e alguns postos diplomáticos no continente foram fechados. Porém, no final dos anos 1990, o presidente procurou reaproximar o Brasil de países africanos (Rossi, 2015). FHC “anunciou o primeiro perdão de dívida de um país africano pelo Brasil [...] (no valor de mais de US\$ 300 milhões, posteriormente efetivado por Lula) e ampliou a cooperação Sul-Sul” (Rossi, 2015, p. 91).

Mas foi durante o governo Lula (2003-2010) que ocorreu um importante estreitamento das relações com países africanos (Lima, 2005; Rossi, 2015). Como presidente e ex-presidente, Lula realizou 34 viagens ao continente, enquanto que todos os presidentes brasileiros juntos foram à África 15 vezes (Rossi, 2015).

Durante seus dois mandatos, foram abertos 20 dos 39 postos diplomáticos que o Brasil possui na África (Rossi, 2015).

Na primeira viagem, em 2003, Lula, acompanhado de uma delegação composta por empreendedores, intelectuais e ministros, visitou Kito, entre outros países (Saraiva, 2010). A viagem, segundo o autor, foi vista no Brasil como um gesto simbólico e o renascimento de um novo ciclo de relacionamento com países do Atlântico Sul. Sobre o perdão da dívida, Lula discursou durante a visita:

Bem sabemos que o endividamento externo pode representar um peso insuportável para o desenvolvimento de um país. Por essa razão, o Brasil decidiu perdoar grande parcela da dívida de Kito. Estamos certos de que, além de um gesto de solidariedade, trata-se de medida de senso econômico prático (Rossi, 2015, p. 142).

Em entrevista à Rossi, Lula defendeu o perdão da dívida: “Qual foi o grande favor que nós fizemos? Nós liberamos as pessoas para fazerem novas dívidas. É apenas isso. Eles não iam pagar porque não tinham dinheiro” (Rossi, 2015, p. 143). Os novos empréstimos do Brasil a Kito serviriam para financiar exportações de produtos e serviços brasileiros, ou seja, o dinheiro acabava voltando para o país (Rossi, 2015). Para o então embaixador do Brasil em Kito (Borges, 2011, p. 1)

eles [kitenses] nos enxergam como um irmão mais velho que venceu as dificuldades do colonialismo e deu certo na vida. Há até mesmo um ditado local que diz que, para cada problema africano, há uma solução brasileira.

Na última visita de Lula à África como presidente, Kito foi o país escolhido (Exame, 2010, p. 1). Na visão do secretário de imprensa da presidência “do ponto de vista simbólico, Kito é provavelmente o país africano mais propício para esta ocasião”, já que “nos últimos oito anos, as relações [...] intensificaram-se muito em função da renovada prioridade que a política externa brasileira concedeu ao continente africano”.

O governo Lula inovou em relação à proximidade com o continente africano (Saraiva, 2010) substituindo o antigo discurso culturalista sobre a “africanidade” brasileira por uma posição mais pragmática cujo foco era o débito histórico do Brasil em relação ao continente. Para além das questões econômicas e



políticas na região, o governo Lula defendia uma ajuda desinteressada de modo a reparar a dívida histórica por 300 anos de escravidão (Rossi, 2015). Para a autora, era a vez de o Brasil retribuir com saúde, educação e agricultura, sem pedir nada em troca.

A dívida moral, reconhecida não só pelo presidente como por grande parte da sociedade, demandou um novo modo de formular a política externa nacional (Saraiva, 2010). “O Brasil tem um compromisso moral e ético com o continente africano” declarou o presidente Lula (Visentini, 2010, tradução nossa). Por conta disso, o Brasil passou a trabalhar a favor de um ajustamento Sul-Sul de modo a tornar possível uma plataforma comum de interesses (Saraiva, 2010). Para Rossi (2015, p. 51)

a tônica da ida do governo Lula para a África foi a construção de uma nova geopolítica, em que o Sul (que engloba os emergentes e as nações em desenvolvimento) se unissem para se fortalecer em relação ao Norte (os países desenvolvidos). O aumento das relações econômicas entre o próprio Sul (Sul-Sul) era visto como o principal alicerce desse empreendimento geopolítico.

Um dos pilares da política externa brasileira na África era a cooperação técnica (Almeida & Kraychete, 2012). Sob um “discurso de solidariedade internacional e da necessidade de compensação da dívida histórica com os africanos pela valiosa contribuição para a formação da nação multiétnica brasileira”, havia uma declarada desvinculação de interesses econômicos, justamente em um momento de crise econômica mundial e ante a necessidade de inserção no mercado global (Almeida & Kraychete, 2012, p. 2).

Em Kito, as principais áreas de cooperação foram agricultura, saúde, educação e fortalecimento institucional (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2012). No total, os 25 projetos tornaram Kito o principal receptor da cooperação brasileira, com um investimento de US\$ 18 milhões (ABC, 2011 como citado em Fingermann, 2014). Neste sentido, Borges (2011, p. 1) afirma que “o Brasil [...] tem assumido um papel cada vez mais central no desenvolvimento kitense. O país já é o principal destino da cooperação externa brasileira”.

Porém, Almeida e Kraychete (2012) alertam para a necessidade de refletir sobre as assimetrias entre os cooperantes e a menor capacidade do recebedor da ajuda. Enquanto a cooperação Norte-Sul tem bases mais ou menos estabelecidas -

países doadores concederiam ajudas a outros países desde que estes promovessem a estabilidade econômica e reduzissem a intervenção do Estado na economia, à luz do Consenso de Washington - os termos na cooperação Sul-Sul ou horizontal não são tão claros (Lima, 2005).

A cooperação brasileira, por exemplo, pretende o compartilhamento de êxitos e boas práticas nas áreas escolhidas pelo receptor da ajuda - sem nenhum interesse econômico aparente (Lima, 2005). Ao contrário da cooperação Norte-Sul, a cooperação horizontal pressupõe condições semelhantes de desenvolvimento entre os cooperantes, o que resultaria na disposição em partilhar experiências (Lima, 2005).

Quando se trata de cooperação técnica, entretanto, há uma condição estrutural de desigualdade entre os países (Puentes, 2010 como citado em Lima, 2005). O doador, por um lado, possui recursos financeiros, conhecimento, tecnologia, etc., enquanto que o receptor necessita e se dispõe a aprender determinada técnica. Mesmo que o discurso de cooperação horizontal defenda a participação do receptor na definição das atividades a serem realizadas, antes disso o país doador verifica, em termos de instituições e orçamento, o que é possível ofertar (Lima, 2005). Ou seja, “da mesma forma como os interesses podem ser conflitivos na cooperação Norte-Sul, a cooperação horizontal também é orientada por esta mesma lógica que tende a produzir como resultado uma troca desigual” (Lima, 2005, p. 6).

A cooperação técnica proposta pelo Brasil tem como linha mestra a capacitação dos quadros técnicos e a não vinculação ao cumprimento de condicionalidades, o que tem sido bem visto pelos beneficiários (Lima, 2005). Isto não significa, entretanto, que não existam outros interesses envolvidos, como o pleito de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e a abertura de mercados para empresas brasileiras (Lima, 2005).

A promessa simbólica de desenvolvimento vinda do Brasil descortina o fato de que o conhecimento brasileiro é tido como hegemônico e universal e portanto merece ser “exportado” para Kito, o que para Misoczky (2011) reflete uma espécie de missão civilizatória. Esta visão está alinhada à ideia de colonialidade entendida como a lógica de dominação do mundo moderno/colonial (Mignolo, 2005) em que uma situação como o “atraso” de Kito pode ser “corrigida” com “desenvolvimento”.

Em outras palavras, a estratégia diplomática brasileira consistiu em apresentar o país como um parceiro generoso interessado em reduzir as assimetrias existentes e como um provedor de infraestrutura de modernização em benefício de todos (Misoczky & Imasato, 2011).

Para além desta cooperação “horizontal” as multinacionais brasileiras têm desempenhado um importante papel na diplomacia Brasil-Kito. Para Visentini (2010) as empresas brasileiras tiveram um importante papel no fortalecimento dos laços com países africanos durante o governo Lula, sendo que muitas missões empresariais foram realizadas com o apoio do presidente. A Petrobrás, por exemplo, expandiu seus investimentos para quatro novos países africanos neste período (Visentini, 2010).

Até mesmo a implementação de programas de treinamento de mão-de-obra local, a exemplo do SENAI, embora tidos como “cooperação”, tem auxiliado diversos empreendimentos de empresas brasileiras no continente (Iglesias & Costa, 2011). Uma década após o início da política externa petista em relação à África, Rossi (2015) acredita que o principal aspecto da presença brasileira em Kito é o econômico.

Para Gabriel, funcionário da Embaixada do Brasil em Kito entrevistado para este estudo, existe um novo interesse das multinacionais brasileiras na África e especialmente em Kito. Para ele, o foco da política externa brasileira não é a cooperação, mas sim a promoção da internacionalização das empresas brasileiras para Kito.

Em 2012, o Brasil se tornou o maior investidor estrangeiro de Kito, sendo que projetos de empresas brasileiras somaram mais de US\$ 770 milhões (O Globo, 2012). Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2012, p. 32)

a presença empresarial do Brasil em Kito é importante e tem ampla margem de crescimento. Grandes companhias brasileiras dos ramos da mineração e da construção civil participam de praticamente todos os chamados mega-projetos, que vêm modificando o cenário econômico kitense nos últimos anos e contribuindo para a conformação de ambiente propício para a entrada de investidores brasileiros de menor porte, em setores de menor expressão no conjunto da economia, porém de significativo interesse em termos de retorno potencial.

Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial Brasil-Kito cresceu 352,2%, atingindo US\$ 146,5 milhões (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2012). Entretanto, esta relação se mostrou bastante desigual, já que, deste montante, 90% foram exportações brasileiras, em especial produtos manufaturados, que corresponderam a 65,7% do total em 2012. Já as importações de produtos kiteses para o Brasil foram principalmente de produtos básicos (97,4%). A balança comercial bilateral, no período, foi amplamente favorável ao Brasil, cujo superávit em 2012 chegou a US\$ 98,2 milhões (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2012).

Quando questionado sobre o papel do presidente Lula na promoção da política externa brasileira na África, Gabriel respondeu que este foi fundamental para estreitar os laços com os africanos e que foi uma ação intensiva do presidente e sua equipe. Já o governo da Dilma, em sua visão, representa uma fase de consolidação destes esforços.

Para Fingermann (2014) o governo Dilma não demonstrou o mesmo entusiasmo em colocar em prática iniciativas Sul-Sul como o governo anterior. Mais do que isso: para a autora, a política externa do governo Dilma é ambígua. Ao mesmo tempo em que perdoou a dívida de diversos países africanos e criou uma nova agência de cooperação e comércio, o governo da presidente realizou um corte de 78% no orçamento para as ações já existentes (Fingermann, 2014). De acordo com Mello (2015) tanto a falta de recursos quanto de interesse causaram o enfraquecimento da ofensiva comercial e diplomática do Brasil em relação à África durante o governo Dilma.

Entre 2012 e 2014, as exportações brasileiras para a África diminuíram, apesar de o continente seguir aumentando suas importações no período (Amora, 2014). Para Alencastro (2014, p. 1)

a narrativa de um Brasil apresentado como país fundador de relações mais equilibradas e igualitárias com a África perdeu força depois do governo Lula. Com a falta de recursos do Itamaraty para atingir as metas definidas pelo próprio governo, o setor privado assumiu o comando das relações com países africanos. Desde então, a ponte de solidariedade erguida pelo Estado passou a ser atravessada em grande parte por multinacionais.

Neste sentido, o pesquisador kitense Marques Rafael reconhece que a vinda de empresas brasileiras impulsiona o crescimento do país, porém alerta que a relação Brasil-Kito pode se converter em um modelo de neocolonialismo (O Globo,

2012). Para Lima (2005) é preciso questionar o uso de instrumentos de cooperação baseados em interesses de multinacionais brasileiras. Além disso, o fato de a presença brasileira estar fortemente concentrada na indústria extrativa expõe o Brasil ao risco de ser considerado neocolonialista pelos países africanos (Alencastro, 2014).

Neste sentido, o conceito de sub-imperialismo definido por Mauro Martini em 1972 explica a forma que o capitalismo dependente assume ao alcançar monopólios e capital financeiro (Misoczky & Imasato, 2011). O argumento dos autores é que a estratégia brasileira de inserção regional pode ser explicada com o auxílio da teoria da dependência marxista (exemplificada pelo trabalho de Martini), já que esta permite a consideração das relações de poder no cenário nacional, foca em práticas concretas em espaços geopolíticos de disputa e permite a consideração da reprodução de desigualdades nacionais e regionais persistentes e seu impacto perverso no meio ambiente e em grupos sociais (Misoczky & Imasato, 2011).

O conceito de sub-imperialismo, segundo os autores, é essencial para entender esta dinâmica, que inclui política externa, produção de um discurso público para legitimar este processo e fundos públicos subsidiados para grupos privados selecionados. Exemplo disso é que a estratégia brasileira de favorecer a internacionalização de multinacionais locais tem sido criticada no que diz respeito a financiamentos do BNDES (Misoczky & Imasato, 2011). Para os autores, o banco têm estado sob pressão por ser conivente com más práticas sociais e ambientais de companhias que consolidaram seu poder durante a ditadura militar.

A simbiose entre estas empresas e as autoridades públicas se tornou tão intensa que a presidente Dilma chegou a desculpar-se por agir como porta-voz de uma empresa privada em um conflito envolvendo um país vizinho (Misoczky & Imasato, 2011). Estas são algumas das ambiguidades de uma estratégia de inserção regional que, sob o discurso de integração, reproduz e reforça assimetrias e desigualdades sociais entre países (Misoczky & Imasato, 2011).

Para Alencastro (2014) a diplomacia brasileira deveria centralizar, sistematizar e monitorar as diversas iniciativas ministeriais. Empréstimos do BNDES, por exemplo, deveriam ser submetidos a uma avaliação da Secretaria dos Direitos Humanos da presidência da república, na visão do autor. O discurso de

solidariedade brasileiro deveria também estar alinhado com as práticas de financiamento público, investimento privado e cooperação (Alencastro, 2014).

Em suma, a diplomacia brasileira em direção ao continente africano tem se mostrado muito mais comercial do que “solidária”. As relações diplomáticas com a África tiveram início a partir de uma racionalidade que consistia em exercer poder regional sobre seus “parceiros”. Esta lógica foi fortalecida durante a era Lula, ante um discurso de compensar a dívida histórica da escravidão por meio de uma ajuda “desinteressada”. Entretanto, a própria ideia de cooperação “horizontal” envolve uma assimetria, ou seja, o Brasil considera que seu conhecimento é “hegemônico” e merece ser exportado - o que reflete uma espécie de missão civilizatória.

Além disso, o foco da diplomacia brasileira em Kito tem sido, cada vez mais, a promoção do comércio e da internacionalização de multinacionais brasileiras, o que acaba por desmontar a retórica de ajuda desinteressada. A balança comercial Brasil-Kito tem sido amplamente favorável ao Brasil nos últimos anos. Assim, o Brasil fortalece a imagem de um parceiro que ajuda a “desenvolver” Kito, porém acaba por reforçar a lógica da colonialidade, já que utiliza instrumentos de diplomacia a favor de entidades privadas.

Na próxima seção trato das negociações entre a Mucunha e o governo de Kito, auxiliadas pelo governo brasileiro, que resultaram no direito de extrair shida do solo kitense.

## **A Concessão e os Benefícios Fiscais**

Foram muitas as negociações até a Mucunha obter o direito de extrair shida em Kito. Segundo Rossi (2015) as conversas tiveram início nos anos 1980, quando um chanceler brasileiro foi ao país juntamente com uma missão técnica com o objetivo de mapear oportunidades de mineração na região. Entretanto, em 1983, a guerra civil kitense passava por uma das fases mais críticas e a crise econômica se agravou (Rossi, 2015). Por conta disso, segundo a autora, o Brasil congelou as linhas de crédito utilizadas por Kito para comprar produtos brasileiros e abandonou as negociações.

Em 1985, Kito tentou retomar as conversas com o Brasil, às quais o governo brasileiro mostrou simpatia (Rossi, 2015). Como consequência, uma agência brasileira de pesquisa passou a prospectar minerais em uma ampla região de Kito - sendo que parte dela corresponde à mina da Mucunha hoje. Porém, no começo da década de 1990, era o Brasil que estava em crise (Rossi, 2015). O presidente Collor viajou à Kito para dizer que a Mucunha não poderia mais investir os US\$ 1,6 bilhões necessários para explorar shida (Rossi, 2015).

O interesse da Mucunha em operar em Kito, segundo Márcio, Talita e Ivete, devia-se, principalmente, à qualidade do shida. Para Carla, “o maior interesse da Mucunha em vir pra cá foi a questão da própria qualidade do shida”. De acordo com Bruno “o shida que a gente exporta aqui é padrão global, ele já é uma referência mundial em termos de qualidade [...]. É um dos melhores shidas do mundo”.

Já em 1998, o vice-ministro de Recursos Minerais de Kito foi ao Brasil para oferecer novamente a exploração de shida à Mucunha (Rossi, 2015). A empresa, entretanto, estava em fase de reformulação e recusou a oferta. Nos anos 2000, foi a Mucunha quem decidiu retomar as negociações, que foram acompanhadas pela embaixada brasileira (Rossi, 2015).

A importância estratégica do projeto era imensa. Carla explicou que, caso obtivessem a concessão, este seria o “maior projeto da Mucunha”. Um executivo da Mucunha afirmou que esta tinha “um potencial para se tornar a maior e mais competitiva mina de shida do mundo” (Club of Kito, 2014a, p. 1). Além disso, para Márcio, esta era a última reserva de shida em um país com estabilidade política. Para Carla a África era “a nova barreira de mineração; no Brasil tudo economicamente viável a gente já explorou”.

Se a importância estratégica da Mucunha era evidente para os entrevistados, o que justificava o interesse do governo brasileiro no shida e o envolvimento de quatro presidentes nas negociações? Ao ser questionado sobre as razões que levaram seu governo a apoiar a multinacional, o ex-presidente Lula defendeu que também foi

por interesse estratégico. Primeiro, porque a Mucunha é uma empresa brasileira. Era muito mais interessante que ela estivesse na mina de [nome da cidade] do que os chineses. [Esta é] a primeira coisa. A segunda é que o minério é uma coisa estratégica para qualquer país do mundo. E sobretudo

quando se trata de shida, que o Brasil não tem. Então, para nós, era extremamente importante a gente ter não só para exportar, mas para suprir a necessidade do mercado interno (Rossi, 2015, p. 345).

Havia, portanto, um alinhamento de interesses entre a Mucunha e o governo brasileiro. Tal “parceria” foi reforçada pela política externa brasileira na África, que, à época, baseava-se em um discurso de solidariedade e compensação da dívida histórica referente à escravidão. A “dívida moral” defendida por Lula e por parte da sociedade brasileira acabou redirecionando a diplomacia (Saraiva, 2010) e a aproximação brasileira se deu por meio de projetos de cooperação técnica em agricultura, educação e saúde (Almeida & Kraychete, 2012).

Além da cooperação, outros instrumentos diplomáticos foram utilizados pelo governo brasileiro a serviço da Mucunha. De acordo com Rossi (2015) o perdão da dívida de Kito, cuja formalização ocorreu em 2004, contribuiu para a escolha da Mucunha para explorar o minério. Outro fator positivo, de acordo com a autora, foi a visita do presidente do BNDES ao país. Este, na ocasião, teria declarado estar disposto a “financiar tudo”, referindo-se ao projeto da Mucunha (Rossi, 2015). A postura do BNDES em projetos como este vem sendo questionada, já que as multinacionais brasileiras beneficiadas com fundos públicos poderiam conseguir financiamento no mercado financeiro (Misoczky & Imasato, 2011).

Em suma, projetos de cooperação, perdão da dívida e disponibilidade em financiar parte do investimento necessário para a construção da mina foram as armas do governo brasileiro para ajudar a Mucunha a obter a concessão do shida. Esta “retórica de solidariedade”, porém, mascarava um interesse econômico. A ida da Mucunha a Kito contou com o suporte de outras 20 empresas brasileiras, o que fomentou as relações diplomáticas entre os dois países (Rossi, 2015; Visentini, 2010). A presença da Mucunha é importante tanto pelo tamanho do investimento envolvido quanto pelo poder de atração de outras grandes empresas (Rossi, 2015). Algumas das maiores construtoras do país foram para Kito para efetuarem obras de infra-estrutura para a mineradora. Em especial,

para as empresas extrativas e de construção, essa aproximação diplomática e a intensificação da cooperação técnica do governo brasileiro parecem ser centrais, porque as empresas de outros países que atuam no continente, notadamente da China, dispõem de maiores recursos financeiros próprios e



governamentais para ser utilizados em projetos de cooperação e de desenvolvimento econômico-social (Iglesias & Costa, 2011, p. 43).

O ganho da concessão, que ocorreu em 2004 após cerca de 20 anos de negociação (Rossi, 2015) representou para a Mucunha um passo importante na ampliação de suas atividades internacionais (Mucunha, 2004). Segundo Ivete, “a concessão é de 35 anos renováveis automaticamente por mais 35”. Vale lembrar que os mega-projetos da indústria extrativa são os maiores responsáveis pelo crescimento do PIB de Kito (Resenfeld, 2012). Entretanto, Castel-Branco (2010) defende que o país tornou-se dependente tanto da ajuda de doadores externos quanto do investimento direto estrangeiro, tal qual o realizado pela Mucunha.

Será que a instalação da Mucunha em Kito seria a solução brasileira para o problema kitense, conforme sugeriu um embaixador brasileiro no país (Borges, 2011)? Por conta do potencial desenvolvimento econômico-social que poderia trazer, a chegada da Mucunha causou comoção na população local. Fachin (2011, p. 1) destaca que “a instalação da Mucunha aqui foi vista como promissora e despertou muitas expectativas no povo kitense, esperançados por oportunidades de emprego e de desenvolvimento do país”. O ministro da Indústria e Comércio de Kito avaliou que

em 30 anos, passamos por três sistemas diferentes — o colonial, o socialista e, agora, o capitalista. Trinta anos de mudanças de sistema político tornaram inviável o surgimento de uma iniciativa privada forte em Kito. Os primeiros empresários locais começaram a surgir somente em meados da década de 90. A expectativa agora é que a chegada das multinacionais mude esse panorama (Exame, 2011, p. 1).

Apesar disso, as críticas começaram, de acordo com César, quando o contrato firmado entre a Mucunha e o governo de Kito não foi divulgado para a sociedade. Segundo Carlos “o contrato com a Mucunha [...] foi secreto. Só se tem acesso a algumas cláusulas”. Para César o fato de “os contratos não serem públicos [...] é uma outra grande guerra”. “Há pouca clareza de tudo que foi feito no processo de exploração das minas de shida da Mucunha. A empresa não é aberta, achamos que faltou um pouco de transparência” argumenta Leonardo.

Neste sentido, Mosca e Selemene (2012) destacam que a postura do governo era até certo ponto esperada. Porém, “para além da conhecida posição governamental de não querer publicar os contratos assinados com os mega-

projetos, é emblemática a recusa dos representantes dos mega-projetos em publicar tais contratos” (Mosca & Selemene, 2012, p. 233).

Outra crítica da sociedade dizia respeito aos incentivos fiscais que a Mucunha passou a desfrutar. Mesmo tendo vencido a concorrência, o direito de explorar shida estava condicionado à aprovação das autoridades locais, o que ocorreu três anos depois (Rossi, 2015). Segundo a autora, a empresa pressionou o governo local para que esta aprovação fosse rápida, já que uma nova legislação sobre incentivos fiscais estava para entrar em vigor. Em 26 de junho de 2007, o acordo para explorar shida foi aprovado e, em 27 de junho, entrou em vigor a Lei nº 11 de 2007, diminuindo os benefícios para as empresas que explorassem minérios em Kito (Rossi, 2015). Fachin (2011, p. 1) destaca que

no contrato mineiro foram concedidos benefícios fiscais ao abrigo do Código de Benefícios Fiscais [...] em vigor antes da nova legislação fiscal mineira [...]. Eles foram considerados prejudiciais para a economia e para o desenvolvimento do país por muitos setores da sociedade kicense.

Aqui fica evidente que a Mucunha passou a exercer pressão sobre o governo kicense para obter benefícios econômicos para sua operação.

Além disso, no ano em que a companhia começou a operar, os megaprojetos geraram US\$ 84 milhões em receitas fiscais (Rossi, 2015). Entretanto, de acordo com a autora, o governo concedeu em benefícios tributários o valor de US \$ 216 milhões. Pesquisadores locais questionaram o tamanho desta cifra, já que o país luta para diminuir a dependência de doadores externos para custear o orçamento nacional (Castel-Branco, 2011; Matsinhe, 2011; Nipassa, 2009). Em meados da década de 2000, a ajuda externa chegou a corresponder a 59% do orçamento de Kito, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2011).

Um ponto bastante polêmico da atuação da Mucunha refere-se aos *royalties* (Rossi, 2015). A multinacional negociou o pagamento de uma taxa de 3% sobre o shida comercializado, ao passo que nos contratos assinados após a publicação da Lei nº 11, a taxa passou a incidir sobre o minério retirado, vendido ou não. Este ponto faria grande diferença, já que em 2013, por exemplo, a empresa vendeu apenas metade do que extraiu (Rossi, 2015). Além disso, a autora ressalta que o shida estocado poderia vir a se deteriorar, nunca sendo vendido. Mais uma

vez a multinacional conseguiu termos bastante favoráveis à sua lucratividade em Kito.

A Mucunha também acordou com o governo local que só pagaria o imposto de renda empresarial quando os ganhos do projeto superassem os custos (Rossi, 2015). Até o primeiro trimestre de 2015, a empresa havia divulgado apenas prejuízos. Enquanto que no Brasil, só em 2012 a Mucunha pagou R\$ 4,8 bilhões em impostos, entre 2008 e 2012, foram pagos cerca de R\$ 220 milhões em taxas em Kito (Rossi, 2015). A autora questiona se a soma é uma contribuição equiparável ao tamanho do investimento da Mucunha no país - este de cerca de R\$ 6 bilhões.

Para César, ativista da ONG A, o pagamento de taxas seria justamente uma forma de contribuir com o desenvolvimento local, porém

muitas empresas como a Mucunha beneficiam de isenções fiscais, então praticamente em termos de contribuição, é quase nada, pra aquilo que eles ganham. Esta seria a forma de contribuir e depois o governo havia de redistribuir esta riqueza a nível nacional dentro daquilo que é seu projeto de governação. [...] Agora está-se a discutir que tem que se renegociar os contratos com as empresas pra ver se de fato há algum benefício porque se formos a falar dos benefícios desse projeto, quem beneficia destes projetos?

O governo tem resistido a pressões da comunidade internacional para renegociar contratos de mega-projetos que se beneficiam de incentivos fiscais e que pouco contribuem para a economia kitense (Hanlon, 2012). Uma estimativa do FMI aponta que mega-projetos e empresas de mineração pagam apenas 5% de seus lucros para o governo, quando deveriam pagar 30%, sendo que a própria entidade estimulou o governo a fazer a renegociação dos contratos (Hanlon, 2012).

Outra assimetria diz respeito à capacidade técnica da companhia em termos de mineração e gestão em comparação com o governo kitense. Após a descoberta das reservas de shida, as pressões sobre os governantes foram muitos fortes, porém seria provavelmente mais produtivo para o país, para Moody (2014) se o crescimento fosse conduzido no ritmo em que as estruturas técnicas pudessem suportar. Para Zandvliet e Anderson (2009) e Jenkins (2004) é comum que empresas da indústria extrativa operem em países cujos governos possuam pouca capacidade para fiscalizar suas operações.

Além disso, White (2012) destaca que muitas empresas são “maiores” do que alguns países. No ano em que a Mucunha obteve o direito de explorar o shida

kitense, esta possuía 17 vezes mais poder econômico do que o país - valor de mercado da primeira: US\$ 154 bilhões; PIB do país: US\$ 8,6 bilhões (Rossi, 2015).

Além disso, vale destacar que a primeira fase de construção da mina da Mucunha contou com um investimento de US\$ 1,8 bilhão (Mucunha, 2013). Já a expansão da mesma consumiria outros US\$ 2 bilhões. Até 2016, a Mucunha deve investir em Kito cerca de 60% do PIB do país (Rossi, 2015). Para a ONG B (2012, p. 5)

o imenso poder econômico e político da Mucunha a coloca, muitas vezes, como um gigante econômico e político diante de pequenas cidades, regiões e até mesmo países. Ela é capaz de exercer pressão e influência junto a governos locais, obtendo facilidades (isenções fiscais, financiamentos, cessão de terrenos) e favorecendo seus interesses com a flexibilização das legislações ambientais e trabalhistas.

Drebes (2014b) defende que multinacionais não “têm” poder, mas o exercem em ocasiões como a negociação de taxas a seu favor. Em outras palavras, o poder é uma forma de desigualdade nas relações e este fato costuma ser amplamente aceito pela sociedade (Drebes, 2014a). Estas diferenças de poder, segundo o autor, tem origem nas práticas de dominação colonial - que neste caso se traduzem em condições de fragilidade econômica e da necessidade do governo de Kito em encontrar meios de promover crescimento e redução da pobreza.

Neste sentido, Hilson (2012) reconhece que para um governo, negociar com uma multinacional da indústria extrativa pode ser desafiador. Por conta da assimetria de poder, Spohr e Alcadipani (2013) acreditam que as relações de multinacionais com governos em países periféricos precisam ser questionadas, já que estão longe de ser igualitárias.

Podemos concluir que o governo brasileiro foi um ator de suma importância para a obtenção, por parte da Mucunha, do direito de explorar shida em Kito. Diversas ferramentas diplomáticas foram utilizadas para influenciar o governo local, ou seja, além da cooperação técnica, o Brasil perdoou a dívida do país e ofereceu apoio financeiro para o megaprojeto por meio do BNDES.

Além disso, obtida a concessão, a Mucunha exerceu pressão sobre o governo kitense para não ser afetada por uma legislação que diminuía benefícios a multinacionais estrangeiras, negociou o pagamento de royalties somente sobre o

minério comercializado (em vez de retirado), bem como o pagamento de imposto de renda condicionado ao lucro da operação. As negociações entre multinacional e governo que culminaram em tais condições favoráveis refletem uma importante assimetria de poder entre as partes, em especial em termos econômicos. Cabe lembrar que a Mucunha, à época, possuía 17 vezes mais poder econômico que o governo de Kito.

A seção seguinte trata de outros aspectos da relação estabelecida entre a Mucunha e o governo kitense.

### **Relacionamento com o Governo Kitense**

Após contar com o apoio do governo brasileiro para se estabelecer em Kito em condições bastante favoráveis, a Mucunha passou a exercer uma lógica de gestão a que chamo de colonial. Um dos aspectos desta gestão diz respeito ao relacionamento com o governo kitense, já que uma íntima porém desigual relação de poder entre as partes foi descrita nas entrevistas. Para Márcio o governo é um grande parceiro da empresa no país. Nas palavras de Ivete “o governo é sócio da Mucunha”. Douglas acredita que quem decide o que o governo local faz é a Mucunha, que consegue tudo o que quer. Outro exemplo da proximidade deste relacionamento foi o fato de que em 2010, durante uma visita do presidente da Mucunha à mina, os voos para a região foram suspensos para o público em geral e a rota ficou exclusiva para os visitantes (Osava, 2012).

Talita explicou que “pra cada concessão que o governo dá para uma empresa, ele pede, em contrapartida, uma participação acionária, que vai crescendo ao longo de um prazo estabelecido por eles”. Pelos termos da concessão, o governo de Kito tem direito a 25% das ações do projeto da Mucunha (ONG I, 2013).

Porém, esta “sociedade” foi abalada pela crise internacional. Desde o início da operação, o preço do shida e de outros minérios caiu drasticamente no mercado mundial. No final de 2014, os valores dos contratos de shida caíram para um nível equivalente ao da crise de 2007 (Gloystein, 2014). Por conta do excesso de oferta e da queda na demanda da China, que é o maior consumidor mundial, a

trajetória de queda provavelmente continuará até 2016, de acordo com McFarlane e Eckert (2015).

Esta mudança impactou os negócios da empresa no país, tanto que para Márcio o principal desafio, no momento da entrevista, era equalizar o custo de operar, pois esta era a única variável que se conseguia mexer - ao contrário do preço do shida. Abraão também se mostrou preocupado com a situação e Carla foi enfática: “a gente precisa reverter o resultado da companhia”.

Se, em 2013, o lucro global da Mucunha foi de R\$ 115 milhões, no último trimestre de 2014, a empresa teve um prejuízo de R\$ 4,7 bilhões (Vettorazzo, 2015). As perdas só não foram maiores porque a multinacional bateu recordes de produção, reduziu despesas e passou a vender ativos considerados não estratégicos (Vettorazzo, 2015). No primeiro trimestre de 2015, a empresa divulgou um prejuízo global de R\$ 9,5 bilhões (Folha de São Paulo, 2015). Segundo Bruno,

desde que começou a operar aqui [...], são prejuízos milionários. [...] Quando a gente comprou as concessões aqui, o preço do shida era muito mais caro, então hoje em dia, tá muito mais baixo, tá menos da metade do que a gente esperava que ele estaria [...]. Estamos investindo 6,5 bilhões de dólares, e tu tá investindo num momento que tu tá dando prejuízo.

A queda drástica no preço do minério “acendeu o sinal vermelho” para a empresa, de acordo com Abraão e, em 2014, a Mucunha passou a pressionar o governo kitense para diminuir os impostos cobrados (Rossi, 2015). Executivos da empresa colocaram na pauta das conversas com o governo as tarifas sobre produtos usados em suas atividades, como óleo diesel, e sobre serviços, como o uso de uma das ferrovias do país. Para Rossi (2015, p. 121) a Mucunha “espremia Kito para tirar o máximo de sumo possível”.

Em consequência da crise financeira, algumas operações da multinacional foram fechadas ao redor do mundo. Em dezembro de 2014, a Mucunha vendeu para uma empresa estrangeira 15% da participação da mina em Kito e 50% do percentual que detém na operação de logística no país (O Globo, 2014). Para o presidente da Mucunha, este foi um “desinvestimento especial” que levaria à justiça social, já que atendeu a um pedido do governo local para abrir a ferrovia para o escoamento de outros produtos (Exame, 2013a).

Bruno explicou que “a gente parou várias operações lá também por causa do preço do minério, por causa do custo,[...] então não é só aqui”. O entrevistado também sinalizou que a cúpula da Mucunha estava avaliando se valeria à pena continuar operando em Kito no futuro.

São vários lugares que nós estamos avaliando. Eu acho que esse próximo ano [2015] é decisivo pra empresa, é um momento que a empresa vai conseguir realmente avaliar como vai ser e tudo mais aqui, mas pelo que a gente vê, existe uma crença muito grande que o projeto daqui seja, pela qualidade do shida, por tudo que a gente já fez, eu acredito que seja um investimento, e ela só vai largar em último caso, se não tiver opção.

A possibilidade de “largar” o investimento em Kito ficou mais concreta em maio de 2014, quando um dos executivos da Mucunha pediu publicamente ao governo de Kito que ajudasse a diminuir os custos de produção da empresa por meio da redução temporária de impostos, já que este “é um mecanismo usado em alguns países: reduzem as taxas por um determinado período, até que a situação de mercado melhore” (Exame, 2014, p. 1). Na ocasião, o funcionário anunciou um prejuízo de US\$ 44 milhões no primeiro trimestre de 2014 e explicou que exportar shida para a China a partir de outro país em que a companhia também operava era cinco vezes mais barato.

O executivo também declarou que os prejuízos da Mucunha no país poderiam gerar temor em outros investidores: “quando novos investidores olham para Kito e vêem a Mucunha, eles percebem que todos estão tendo prejuízos e que todos estão perdendo dinheiro. Claro que isso os desencoraja a fazer novos investimentos” (Exame, 2014, p. 1). O executivo completou que “isso é um aviso, não só para a Mucunha como para o país. [...] O mundo todo está de olho nos resultados da Mucunha em Kito. Se eles perceberem que a cada trimestre, há perdas, podem diminuir os investimentos no país” (Club of Kito, 2014b, p. 1). Além disso, declarou que a empresa não poderia “garantir 100% do [...] quadro em um momento em que estamos perdendo uma grande quantidade de dinheiro”. Se as perdas continuarem, “poderemos ser forçados a ser mais eficientes”.

Na visão de Bruno, esta foi uma forma de se “aproximar” do governo. Em suas palavras: “foi [...] tentar um pouco pôr ordem na casa [...], pra chegar com o governo e explicar nossa situação, tipo nós estamos passando dificuldade”. Isso foi necessário, para o entrevistado, porque

o governo daqui não tem muita experiência nisso [...] porque assim, é ter uma empresa muito grande, num ramo que ainda não é muito a experiência deles, passando por dificuldade. Países que tem mineração e petróleo entendem que no momento que o mercado tá ruim, tu tem que ajudar as empresas, porque são investimentos muito grandes e essas empresas têm perigo de quebrar se não tiver ajuda, e aqui ainda não rolou isso, ainda não teve essa percepção. Eu acho que o papel dessas pessoas da liderança é chegar e conversar, explicar: ‘cara, nós estamos passando por um momento muito difícil, a gente precisa de ajuda de vocês. Se vocês não nos ajudarem, a gente vai ter que sair do país, a gente não consegue manter um negócio negativo por mais de 10 anos, a gente tá iniciando a operar em 2010, nós estamos desde 2010 no negativo, nós estamos sangrando dinheiro’.

Em outras palavras, pressionar o governo citando prejuízos milionários, ameaçando cortar funcionários locais e desencorajando investimentos de outras empresas no país foi visto como uma forma de “colocar ordem na casa”. Este é um exemplo de como a Mucunha procura exercer poder sobre o governo de Kito. Drebes (2014b) entende que este consiste em uma interação desigual entre as partes amplamente aceita pela sociedade. Já que o governo não possui “experiência” (nas palavras de Bruno) em lidar com empresas do porte da Mucunha, subentende-se que este deveria deixar-se “guiar” pelos dirigentes da mesma. Aqui cabe mais um paralelo com a retórica da modernidade, com a Mucunha sendo portadora do progresso (Mignolo, 2005).

De fato a queda no preço do shida deteriorou a situação financeira da Mucunha, porém, apesar das sucessivas declarações dos prejuízos da empresa como sinalizador de que o governo precisava ajudá-la, Marcelo, funcionário da Mucunha, explicou que é comum que nos primeiros anos de extração de minérios se tenha prejuízo. Como o projeto é de longo prazo, espera-se lucro mais para frente. Hilson (2012) corrobora que é necessário um longo período para que as multinacionais da indústria extrativa venham a obter lucros com os mega-projetos. A mineração é um longo processo: segue anos de prospecção e uma vez que os minerais forem identificados e extraídos, precisam ser refinados. É apenas quando a operação atinge este estágio - o que pode levar mais de uma década - é que a gestão começa a ver retornos financeiros (Hilson, 2012). É difícil dizer quanto do prejuízo declarado pela Mucunha deve-se a este fato e quanto deve-se à queda do preço do shida no mercado mundial.



Independente disso, as pressões da Mucunha para que o governo kitense reduzisse as taxas referentes a sua operação - que conforme a sessão anterior já eram amplamente favoráveis à multinacional - são mais uma forma de exercer poder, o que, para Drebes (2014b) pode ocorrer por meio de palavras, violência ou ameaça de encerrar uma relação comercial. As declarações dos dirigentes da Mucunha de que a situação da empresa “desencorajava” investimentos de outras companhias, de que não poderia garantir o quadro de funcionários em um momento de crise e de que este era um “aviso” para o país podem representar tentativas de coerção sobre o governo local. Em outras palavras, a empresa exerce poder por meio de ameaças de diminuir as operações caso o governo não “coopere”, o que reforça a lógica de gestão colonial adotada.

Banerjee (2008b) reconhece que a coerção pode ocorrer nos chamados “estados de exceção” pós-coloniais. Durante o colonialismo, o estado de exceção era a regra, o que resultou em soberanias múltiplas e interrompidas que eram usadas para governar os nativos (Banerjee, 2008b). Se, à época, a coerção era mais visível, atualmente esta é mais sofisticada e portanto menos aparente - aqui se faz presente em declarações dos dirigentes da Mucunha à mídia.

É curiosa a fala de Bruno defendendo que a Mucunha precisa da “ajuda” do governo quando quase metade do orçamento kitense vem da ajuda de doadores externos. Quem precisa mais de ajuda, neste caso? Será que cabe ao “ajudado” oferecer ajuda? O entrevistado ainda defende que provavelmente o país não concedeu mais apoio à multinacional no momento de crise porque tem pouca experiência em comparação com outros países onde há exploração de petróleo ou minérios - estes, aparentemente prontos a “colaborar” rapidamente com multinacionais em dificuldades em detrimento de suas populações.

A partir desta lógica, é necessário que o governo “ajude” a empresa por meio da redução de impostos para que esta possa, em retorno, trazer o “desenvolvimento” para o país - sendo este mais um exemplo da retórica da modernidade (Mignolo, 2005). As multinacionais são, muitas vezes, vistas como portadoras do progresso econômico, o que para Adanhounme (2011) reflete uma espécie de missão civilizatória. No caso de Kito, fica difícil para o governo não ceder às pressões da companhia responsável por um investimento de cerca de U\$ 6

bilhões, considerando que seu PIB em 2012 foi de cerca de U\$ 8 bilhões (Rossi, 2015).

Por outro lado, o fato de o governo ser sócio da Mucunha faz com que a empresa dependa dele para gerenciar a operação. Este fato, na visão de alguns entrevistados, causa lentidão e atrasos. Porém, esta pode ser considerada uma forma de resistência. Segundo Talita,

o governo [...] tá muito participativo na gestão das empresas. Nada é decidido [...] sem que tenha o aval dele de alguma forma, ou uma empresa representante dele ou, a gente não consegue fazer nada sem... Nós não temos 100% de autonomia pras coisas, tudo tem que estar relacionado a uma aprovação, mesmo que tenhamos o contrato de concessão [...]. É um desafio incrível todos os dias, eu tenho que conversar, cada coisa que eu vou aprovar, cada documento, não aprovo na velocidade que eu aprovaria no Brasil com outro sócio. [...] Eles também têm uma participação muito grande dentro da empresa porque nós estamos extraindo o minério deles, a riqueza do país deles.

A participação do governo no dia a dia da empresa pode ser consequência, conforme menciona Talita, do fato de que a Mucunha está extraindo o minério que pertence a Kito. Para Carla a sociedade com o governo

acaba atrapalhando vários processos de aprovação dentro da companhia [...]. Tem um aspecto político muito forte, isso atrapalha muito o processo, gera uma lentidão [...], e a impressão que eu sempre tenho é que do ponto de vista negocial, eles sempre estão numa posição favorável porque a gente tá contra o tempo e eles não estão nem aí quanto tempo isso vai demorar.

A entrevistada refere-se ao fato de que a Mucunha tem um prazo limitado de concessão (de 35 anos) para extrair minérios do solo kitense. Neste sentido,

às vezes o ritmo do projeto, as metas e as datas, porque você sabe que cada contrato de concessão tem um prazo, então tudo é feito com cronograma pra gente atingir tudo que se precisa dentro daquele prazo da concessão que foi dado. E às vezes nosso sócio não consegue responder uma aprovação, uma solicitação dentro de um prazo. Às vezes a gente fica com alguma coisa parada meses que poderia ter sido resolvido em uma reunião (Talita).

A forma com que o governo atrelou sua participação nas principais decisões do dia a dia da Mucunha pode ser interpretada como um modo de

resistência à lógica de gestão colonial, já que, conforme Talita, a multinacional está extraíndo um minério kitense.

Outro aspecto que ajuda a construir a lógica colonial de gestão da Mucunha é a construção dos kitenses como subalternos aos brasileiros, assunto da próxima seção.

## **A Construção dos Kitenses como Subalternos**

A partir das entrevistas, foi possível concluir que os funcionários brasileiros da Mucunha acreditavam estar em uma posição de superioridade em relação aos kitenses. Em outras palavras, estes eram percebidos pelos brasileiros como subalternos, especialmente em termos de raça e cultura (Prakash, 1994). Na visão de Said (2007) o conhecimento e a consideração de outros grupos como o “outro” torna sua administração fácil e lucrativa.

A construção de subalternidade dos kitenses em termos de raça (Prakash, 1994) apareceu em algumas entrevistas, quando estes foram comparados com nortistas e nordestinos, povos comumente inferiorizados no Brasil em relação aos habitantes do Sul e Sudeste. Para Hugo,

as pessoas são um pouco devagar, o ritmo é bem diferente, então, não sei se tu já esteve por exemplo no Nordeste ou no Pará, etc., as pessoas andam arrastando o chinelo, então é difícil você colocar as coisas pra andar.

Bruno comparou estar em Kito com “ir pro Norte do Brasil. [...] Muitas pessoas tem interesse em se relacionar com os expatriados pra engravidar e depois ter um filho e tentar sair da pobreza, é um ambiente muito complicado”. De acordo com Joana, Kito é como o Brasil, só que 50 anos atrás. Em sua leitura, seus colegas kitenses são como os baianos, o que para ela significava que eram preguiçosos.

Já a visão de que os kitenses eram subalternos culturalmente em relação aos brasileiros manifestou-se a partir de entrevistados da Mucunha que acreditavam estar “treinando” o governo local. Ivete destacou que “a legislação está se

adequando ao que a Mucunha faz. É até chato dizer, mas o governo aprende conosco”. Neste sentido, para Talita

eles dizem pra nós a todo momento que estão aprendendo muito com a gente, isso também é muito novo pra eles. E uma coisa que eles sempre falam é assim ‘vocês são muitos e têm uma área pra cada coisa, nós somos poucos e poucas áreas pra fazer tudo. E nós não conseguimos trabalhar na velocidade que vocês trabalham e também não conseguimos entender na velocidade que vocês entendem e também não temos mão-de-obra qualificada pra operar nessa agilidade que vocês nos solicitam’.

Ainda na visão de Talita, a condução de reuniões entre as partes foi “melhorada” pelo relacionamento com a Mucunha:

eles também estão aprendendo muito com a gente porque as reuniões são muito morosas e pouco produtivas. Então com a nossa chegada, cada apresentação, a pauta, e a gente ir direto ao tema, e depois de tantos minutos de discussão chegar a uma solução, isso é novo, porque às vezes eles discutem um tema uma tarde inteira, vão embora e não resolvem.

Além disso, foi citada a necessidade de “adequação” dos trabalhadores kitenses ao ritmo e pressão impostos por uma multinacional do porte da Mucunha. Bruno afirmou que

as pessoas aqui, mesmo as que já trabalham, eles não estão acostumados com o nível de cobrança de uma multinacional. O povo aqui, tem muita gente muito boa, mas o povo tá muito acostumado a coisa mais de leve. E pra uma empresa multinacional do porte da Mucunha, cara, ela é simplesmente alucinada em nível de controle. O cara tem que trabalhar das 8h às 18h enlouquecidamente pra ele ir embora às 18h, então é um nível de cobrança muito superior até pra quem já trabalha.

Carla explicou que sua

forma de gestão acaba sendo um pouco alterada porque eles aqui não gostam ou não se adequam muito a trabalho sob alta pressão, então você acaba tendo que filtrar mais. Na hora que você faz uma crítica ou alguma coisa, você vê que a forma com que eles recebem isso não é uma forma como um brasileiro, por exemplo. Então você acaba tendo que filtrar e tendo mais cuidado na hora de fazer essas sugestões [...]. Isso impactou muito meu modo de gestão.

Para um dos diretores da Mucunha “a entrada de grandes empresas privadas provavelmente ajudará a criar uma cultura de trabalho pautada pela eficiência e competição” (Exame, 2011, p. 1). Ivete defende que

a cultura do trabalho, a gente fala de trabalho, chegar no horário, sair no horário, coisas muito básicas, aqui também está sendo desenvolvido, as pessoas estão desenvolvendo no dia a dia isso. [...] O que de fato falta é a experiência profissional, é a cultura do trabalho, essa cultura corporativa que é o tempo que vai fazer, a universidade não ensina isso.

A partir do exposto, ao “ensinar” o governo, aumentar os “níveis de exigência” dos funcionários kitenses e promover uma “cultura do trabalho” no país, é possível inferir que os empregados da Mucunha acreditavam estar promovendo uma espécie de missão civilizatória em Kito (Misoczky, 2011).

Além disso, diversos entrevistados consideraram que a Mucunha estava ajudando a desenvolver o país. A questão do “legado” da Mucunha para Kito foi um tema recorrente nas entrevistas. Para Ivete

estamos construindo ferrovia, porto, investindo, e não é pra Mucunha, é pro país. Vai ficar um legado muito grande pra eles [...]. E a Mucunha não tá construindo para a Mucunha, a Mucunha tá dizendo o seguinte, estamos fazendo essa ferrovia para o governo, para o país, não é nem pro governo, é para o país e ali nós vamos transportar shida, carga geral, [...] passageiros, então esse acho que é um grande legado que a Mucunha tá deixando nesse país.

A lógica por trás da fala de Ivete é a mesma utilizada durante o período colonial. Matsinhe (2011, p. 85) defende que, no caso de Kito

as infra-estruturas que os investidores estrangeiros criaram [são semelhantes às] que foram criadas pelo colonialismo, [já que] estão orientadas para a exportação de matérias primas do país. A disposição da rede ferro-portuária, em Kito, por exemplo, recorda os interesses coloniais [...]. Não existe ligação ferroviária entre o Norte e o Sul do país, todas as vias férreas estão dispostas de modo a servir o escoamento de matéria prima extraída no país e para a recepção e exportação de bens dos países vizinhos.

Outro aspecto do “legado” da Mucunha refere-se à criação de postos de trabalho. Para Arthur, é inegável que a empresa trouxe muitos empregos para a região. Segundo um dos diretores da Mucunha no país,

começamos com atividade de pesquisa mineral e hoje operamos a [mina], [a ferrovia], estamos com o projeto [de ampliação da mina] em andamento. Tudo isso tem gerado mais de 13 mil postos de trabalho. Essa realidade contribui com a transformação e o desenvolvimento das pessoas e país (Mucunha, 2014a, p. 1).

Em 2012, a Mucunha se tornou a maior investidora privada de Kito (Rossi, 2015). Segundo Carla

no final do dia, o que eu acho de mais legal do projeto é você estar conseguindo promover um certo nível de emprego, de desenvolvimento pra um país que tem altos índices de pobreza, um PIB minúsculo e tudo mais. Essa é a moeda que eu acho legal, que tem um viés da Mucunha também no desenvolvimento de países assim com recursos e empregos escassos e tudo mais. Acho que esse é o lado legal. [...] É você estar conseguindo efetivamente formar pessoas, ver o crescimento das pessoas, gerar emprego, gerar renda, as pessoas terem perspectiva, e eu não falo só das pessoas aqui, eu falo da área de influência que acaba, porque o projeto tem, começa lá da empregada que eu tenho hoje, o motorista, entendeu? Que você acaba dando uma perspectiva melhor de vida.

De acordo com Bruno “[a formação de locais] é o teu legado, o legado da empresa no país é deixar a empresa operando com pessoas do país e isso pra mim é muito claro pra empresa, eu vejo a Mucunha tentando investir muito em desenvolver a mão de obra”. Vale lembrar que a Mucunha é obrigada, por contrato, a empregar 85% da mão-de-obra local. Se esta é uma obrigação legal, será que pode ser considerada um legado? Talita explicou que

a maior vantagem é de você poder ensinar uma atividade nova pra eles, contribuir pro crescimento do país e até ser utilizado como exemplo, porque às vezes [...] muitas pessoas querem mudar, muitas empresas querem fazer diferente, mas não querem ser a pioneira. Então quando chega, ah, a Mucunha fez, então legal, vamos fazer também, vamos pegar, vamos usar o *benchmarking*, então eu acho isso muito bacana, sair daqui e deixar pessoas formadas com uma outra visão que a gente traz de fora.

Em suma, ficou evidente a partir das entrevistas com funcionários da Mucunha uma construção dos kitenses como subalternos em termos de raça, sendo que estes foram comparados com baianos, nortistas ou nordestinos - povos costumeiramente marginalizados no Brasil.

Ao defender que o governo kitense “aprende” com a Mucunha, que sua gestão está sendo “melhorada” e que é preciso “adequar-se” ao ritmo e nível de cobrança da multinacional, é necessário, antes disso, que as práticas brasileiras de

gestão sejam consideradas universais e portanto mereçam ser “exportadas”. Conforme Misoczky (2011) esta pode ser mais uma promessa simbólica de desenvolvimento que tem como pano de fundo a retórica da modernidade (Mignolo, 2005).

Além disso, ao defender que seu “legado” para o país compreende a criação de uma “cultura do trabalho”, melhorias em infra-estrutura e criação de empregos a Mucunha se coloca como “portadora do progresso” em Kito (Adamhounme, 2011). Estes são aspectos da gestão colonial da empresa que se assemelham com uma espécie de missão civilizatória. Durante o colonialismo a missão civilizatória consistiu em humanizar os indígenas oprimidos ao libertá-los de seu atraso (Adamhounme, 2011). Projetos como a construção de escolas e hospitais visavam melhorar suas precárias condições de vida e acabaram contribuindo com o mandato imperialista. Como consequência do liberalismo que se seguiu à independência política na África pós-colonial, o mandato ocidental de civilizar o resto do mundo não mudou; o que aconteceu foi que diferentes atores o revisitaram e redefiniram sua missão em termos de desenvolvimento (Adamhounme, 2011).

Em suma, este capítulo mostrou que uma lógica colonial perpassa não somente os antecedentes da instalação da Mucunha em Kito quanto seu modelo de gestão no país. A diplomacia brasileira, embora permeada por um discurso de solidariedade, pode ser considerada uma espécie de missão civilizatória na medida em que o conhecimento brasileiro é considerado superior ao kitense e portanto merece ser exportado por meio de projetos de cooperação técnica - sendo este o principal instrumento do governo brasileiro para apoiar a entrada da Mucunha no país.

A lógica de gestão colonial da Mucunha em Kito ficou evidente a partir das pressões para que o governo local oferecesse condições fiscais favoráveis para sua operação. Além disso, o relacionamento estabelecido com o governo kitense foi permeado por ameaças de desinvestimentos e corte de pessoal, o que reflete a assimetria de poder entre as partes. Por fim, a construção dos kitenses como subalternos em termos de raça e cultura parece refletir, novamente, uma missão civilizatória - sendo que os brasileiros se colocam como “portadores do progresso”.

A lógica colonial descrita neste capítulo estabelece as bases para um dos impactos sociais da instalação da Mucunha em Kito: o reassentamento de cerca de

5 mil famílias que viviam no entorno da mina que hoje pertence à multinacional. Este é o assunto do próximo capítulo.

## **O Reassentamento**

O objetivo deste capítulo é evidenciar que o reassentamento de mais de 5 mil kitenses promovido pela Mucunha para dar início à exploração de shida causou a violação de seus direitos. Primeiramente, destaco o valor da terra para a população local, a legislação vigente na época e o processo de consultas públicas ao qual a comunidade foi submetida. Na sequência, trato da mudança em si, das características do novo bairro e das dificuldades enfrentadas pelas famílias durante esta transição. Por fim, aponto quais direitos foram violados e que instituições os garantem, bem como as responsabilidades dos governos kitense e brasileiro.

### **O Valor da Terra para os Kitenses**

Alguns autores defendem que a RSC compreende os impactos ou consequências das atividades empresariais nas áreas social, econômica e ambiental (Jenkins & Yakovleva, 2006; Littlewood, 2015; Siltaoja & Onkila, 2013). Para termos a dimensão deste impacto para as comunidades vizinhas à região que passou a fazer parte da concessão da Mucunha, é preciso considerar que a conexão com a terra tem um imenso valor para a população de Kito por diversas razões. Primeiro, porque é o local onde se habita, geração após geração. Em segundo lugar, é dela que se extrai o alimento e é sobre ela que se criam os animais. Em terceiro lugar, é a partir da terra que se organiza a economia nacional. E, recentemente, é da terra que se extrai minérios - atividade que têm o potencial de diminuir a pobreza do país.

Em relação à moradia, César destaca que é preciso considerar o valor da

própria terra em si, porque muitos herdaram dos avós, dos bisavós, então claro, não têm documentos. Mas eu nasci aqui, o meu pai nasceu aqui, o



meu avô nasceu aqui, então a terra vai passando de geração em geração, isto tem outro significado.

Neste sentido, Rossi (2015, p. 240) explica que

em Kito, a terra se ocupa por tradição. Onde avós ou pais fizeram horta, netos e filhos também podem plantar por direito. O régulo (chefe local) mobiliza as famílias para saber que área é de quem e onde há terrenos disponíveis. Não se assinam papeis, apenas se ocupa. É um código legal oral. [...] Há ainda os locais sagrados, onde enterram os mortos e evocam os antepassados. Assim, a conexão com a região onde se vive é material e imaterial.

César destaca que antes do reassentamento, as famílias “viviam nas casas que eles próprios tinham construído. [...] numa família, nas famílias rurais, é normal que num quintal, num espaço que pertence à família, existam 5, 6 casas. Tem a casa principal dos pais, tem a casa dos filhos”. Muitas destas casas eram feitas de tijolos e barro, de acordo com Inácio. “Algumas [casas eram] de barro, algumas mesmo de caniço<sup>14</sup>, que são cortados nas árvores. Mas estas [eram as] casas que eles construíam e tinham espaço suficiente pra acomodar toda a família” relatou César.

Além disso, é da terra que se tira o alimento em Kito. Leonardo explica que as famílias “faziam as suas hortas, tinham hortas, tinham campos verdes e faziam seus negócios”. Além disso, “a terra que se planta não é a única que se usa. Também são aproveitados cajueiros, mangueiras, bananeiras, árvores que nascem e vivem em solo comum, sem dono” (Rossi, 2015, p. 240).

Outras formas de subsistência antes do reassentamento incluíam pesca, criação de gado, artesanato e produção de tijolos. Zacarias e Jonas destacaram que as famílias viviam próximas a um dos maiores rios africanos, de “onde aproveitavam o peixe”. Além da pesca, muitas famílias tinham sua subsistência baseada em artesanato e negócios informais (Carlos). “As pessoas tinham seu modo de vida, seu emprego, [...] faziam produção de tijolos, tinham o gado” argumenta César.

A economia nacional também depende da terra, já que a 60% da população kitense dedica-se à agricultura, principalmente de subsistência. Entre as principais culturas, estão cana de açúcar, algodão, mandioca e castanha de caju. Em suma, é muito forte a ligação do povo com a terra, de acordo com Jonatan. Esta

<sup>14</sup> Casas de caniço são feitas de madeira, barro e palha (Rossi, 2015).

relação manifesta-se na própria legislação do país. De acordo com a Lei de Terras nacional “a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida, [...] alienada, hipotecada ou penhorada” (Lei de Terras, 1997, p. 11).

José complementa que “em Kito, a terra pertence toda ao Estado e depois o Estado atribui o direito de uso e aproveitamento da terra aos cidadãos, ou seja, é uma ideia muito socialista baseada na história socialista de Kito”. Não há propriedade, mas é possível adquirir o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), que é o “direito que as pessoas singulares ou coletivas (nacionais e estrangeiras) e as comunidades locais adquirem sobre a terra, com as exigências e limitações da legislação sobre terras” (Lei de Terras, 1997, p. 78).

Diante do exposto, como ceder a terra para a extração mineral? Em meados de 2009, 1365 famílias kitenses foram informadas de que sob a terra que viviam havia cerca de dois bilhões de toneladas de shida (Mucunha, 2004). Como consequência de negociações entre a Mucunha e os governos brasileiro e kitense, suas casas e campos de cultivo passaram a fazer parte da chamada “área de concessão da Mucunha”.

De modo a ceder espaço para a construção das infra-estruturas necessárias para a extração do minério, as famílias deveriam “ceder” suas terras. Segundo a Constituição de Kito “a expropriação só pode ter lugar por causa de necessidade, utilidade ou interesse públicos, definidos nos termos da lei e dá lugar a justa indenização” (Constituição da República de Kito, 2004), artigo 82). De acordo com César

a Lei de Terra é clara e diz que [...] a terra pertence ao Estado, mas pra outros casos de interesses públicos, [...] pode-se tirar pessoas de um [lugar] pra outro exatamente porque, e onde há recursos minerais, sobretudo, as pessoas podem ser retiradas de certas áreas a qualquer momento.

Mas será que as famílias desejavam de fato ceder suas terras para a extração mineral? Segundo Rossi “retirar-se para dar lugar a um investimento estrangeiro significa deixar pra trás a história e cultura do grupo” (Rossi, 2015, p. 240). A própria multinacional reconhece que “por vezes, a implantação de nossos projetos e empreendimentos exige a remoção involuntária de famílias” (Mucunha, 2014d, p. 28).

A própria legislação facilita a extração de minerais do solo kitense. O artigo 43 da Lei de Minas de 2002 estabelece o princípio da priorização da terra para fins mineiros (Mosca & Selemene, 2012) e, por conta disso, a alocação de grandes áreas para atividades de mineração tem sido conduzida de forma extensiva pelo governo de Kito.

Entretanto, o número e o ritmo de concessões de licenças a investidores estrangeiros tem preocupado a sociedade civil (ONG I, 2013). Apesar de as companhias em tese terem que cumprir uma série de requerimentos para extrair minerais, há pouca gestão ou planejamento acerca do efeito cumulativo do impacto que numerosos projetos de mineração podem trazer para o país, tanto em termos sociais quanto ambientais e econômicos (ONG I, 2013).

A corrida por minérios, em especial no centro e no norte de Kito, fez com que grande parte das terras fosse loteada. Cerca de 34% do território da província onde se localiza a mina da Mucunha ou 3,4 milhões de hectares foram destinados a 245 licenças de concessão e exploração mineira em 2012 (ONG I, 2013). Especialmente na região central de Kito, há muitos projetos em potencial que ainda não estão confirmados e que dependerão do sucesso na exploração das primeiras minas (Resenfeld, 2012). Se as licenças que ainda precisam de aprovação forem liberadas, 60% do território da província terá sido destinado à mineração (ONG, I, 2013).

José destaca que “dá pra ver perfeitamente a quantidade. A parcela do território que já está entregue à mineração nessa província é assustador. É assustador mesmo”. Mosca e Selemene (2012, p. 235) corroboram com o entrevistado ao defender que “a província está quase completamente esquartejada com licenças minerais”.

Se, por um lado, a extração mineral pode render impostos para Kito, por outro, a priorização da terra para a mineração tem relegado a segundo plano questões de habitação, agricultura, pastagens e infra-estrutura (Mosca & Selemene, 2012). Em algumas províncias, há suspeitas de que haja recursos naturais sob grande parte do território, o que torna este aspecto ainda mais problemático (Mosca & Selemene, 2012). O grande número de concessões contribui para problemas que envolvem o acesso à água, o uso da terra e o reassentamento de comunidades (ONG I, 2013).

Vale lembrar que este foi o primeiro reassentamento motivado por razões econômicas da história de Kito. Segundo Leonardo, foi “uma experiência nova que nunca tinha acontecido em Kito [...]”. Os únicos reassentamentos que eu tenho na consciência é que aconteciam apenas no âmbito das calamidades naturais”. Por conta disso, não havia legislação condizente e, até o Regulamento do Reassentamento ser aprovado, em 2012, o governo baseou-se em uma lei que tratava de realocações por desastres naturais (Renato).

A ausência de leis específicas costuma ser uma das características do ambiente de negócios de países periféricos, de acordo com Hilson (2012) e Idemudia (2011). Este é um dos principais problemas da agenda de pesquisa da área de RSC, que permanece focada no Norte. Sendo assim, pesquisadores assumem que o ambiente regulatório relativamente estável presente nas sociedades ocidentais é universal (Idemudia, 2011).

O problema é que, de acordo com Renato, o governo de Kito era inexperiente e não tinha capacidade de gerenciar uma mudança daquele tamanho. Marcos concorda que “o governo não estava preparado [para o reassentamento]”. Ninguém tinha conhecimento sobre como fazer este tipo de coisa, portanto muitas falhas foram cometidas (Osmar; Renato). Idemudia (2011) defende que é necessário fortalecer as instituições governamentais de países em desenvolvimento, assim como criar estratégias colaborativas da sociedade civil para fortalecer as capacidades do Estado.

Além disso, era preciso fazer rápido. Havia fortes expectativas da população a ser realocada (Eduardo). Até mesmo para a Mucunha, foi um processo delicado, “porque [...] foi o maior reassentamento que a Mucunha já fez na história dela, foram [...] 5 mil pessoas” - relatou Bruno. A multinacional reconhece que as atividades de remoção devem ocorrer

alinhadas ao Padrão de Desempenho 5, estabelecido pela Corporação Financeira Internacional (IFC) - ramo do Banco Mundial voltado para o investimento sustentável do setor privado dos países em desenvolvimento. De acordo com a IFC, os principais objetivos são: evitar ou, pelo menos, minimizar o reassentamento involuntário, sempre que viável, explorando concepções de projeto alternativas; mitigar os impactos econômicos e sociais negativos decorrentes da aquisição de terras ou de restrições ao uso da terra pelas pessoas afetadas por meio de compensação pela perda de bens ao custo da substituição; e garantia de que as atividades de reassentamento sejam implementadas com a divulgação apropriada de informações, consultas e a participação informada das pessoas afetadas; melhorar ou, pelo menos, restaurar os meios de sobrevivência e os padrões

de vida das pessoas reassentadas; melhorar as condições de vida entre as pessoas desalojadas por meio do fornecimento de alojamento adequado com garantia de posse nos locais de reassentamento (Mucunha, 2014d, p. 28).

Entretanto, conforme será exposto nas próximas seções, muitos desses princípios não foram observados e os modos de vida de diversas famílias foram severamente afetados pelo reassentamento. Para que este acontecesse, o primeiro passo consistiu na aprovação da população local por meio de consultas públicas, sendo este o tema da próxima seção.

### **Consultas Públicas e a Ausência de Vozes Locais**

De acordo com o Regulamento Ambiental para a Atividade Mineira, em vigor desde 2004, as comunidades locais precisam ser consultadas publicamente para tratar do aproveitamento da terra para mineração. “A Mucunha assinou um consórcio com o governo, mas a terra é do estado. Por lei, a empresa é obrigada a consultar as pessoas para utilizar aquele pedaço da terra e tirá-las de lá” informou José. No Regulamento consta:

#### **Artigo 27 - Consulta Pública:**

1. As comunidades locais devem ser consultadas no que respeita à atribuição de direitos de uso e aproveitamento da terra para fins mineiros, nos termos estabelecidos na legislação sobre terra e na legislação mineira.
2. O proponente de um projeto mineiro deve facilitar a participação das comunidades locais da área da localização do projeto na tomada de decisões que possam afetá-las diretamente os seus direitos.
3. O público deverá ter acesso aos resumos dos projetos, relatórios ambientais e qualquer outra documentação relativa à gestão ambiental e social do projeto.
4. O público será avisado [antecipadamente] de quaisquer apresentações ou audições públicas referentes ao projeto, devendo o proponente facilitar a presença daqueles nessas reuniões.
5. As apresentações e audições públicas no local do projeto serão feitas em [língua oficial de Kito] e na língua local da região (Regulamento Ambiental para a Atividade Mineira, 2004, p. 75).

Inácio, funcionário da Mucunha, explicou que um grupo de trabalho composto por membros do governo e da empresa foi formado para conduzir as consultas públicas. Uma empresa terceirizada, também brasileira, foi contratada pela

Mucunha para gerenciar as atividades. De acordo com Inácio, este grupo conversava com os líderes e as famílias da comunidade, explicava o processo, mostrava maquetes de como seria o bairro novo e as casas, escutava as diferentes opiniões e trabalhava em cima delas.

A Mucunha declarou que, como parte das consultas públicas, foram realizados “diálogos com a comunidade, sorteio de lotes e residências [...], apresentação do projeto das áreas anfitriãs para as comunidades, visita monitorada à área, reunião de apresentação do reassentamento nas comunidades e para a liderança[...]” (Mucunha, 2014b, p. 10). Entretanto, para alguns membros da sociedade civil, foi a partir das consultas públicas que os problemas começaram.

Segundo Carlos, promessas foram feitas pela empresa terceirizada em nome da Mucunha, mas muitas não foram registradas. “Por mais que a população seja analfabeta, ela sabe o que foi prometido e grava” defende Jonas. Neste sentido, Marcos declarou que

pra começar é que essas promessas não foram escritas, quer dizer, mesmo a própria Mucunha, em algum momento pra própria segurança, com a experiência que tem, como negociantes, deveria produzir a escrita. Não escreveram. [...] As comunidades que foram lá consultadas, não havia clareza, inocentemente as comunidades, opa, emprego! E foram registrando na mente, vamos ter emprego, vamos ter casas melhores, vamos ter uma zona com água e luz, vamos ter hospitais, vamos ter ambulância, essas coisas todas. Por mais que não estivesse escrito, eles registraram isso na mente.

Quanto à transparência das promessas feitas às comunidades, Leonardo complementa que

nós fomos atrás dos dossiês [...] se havia algum documento escrito sobre as promessas que foram feitas na comunidade, então hoje não existe nenhum documento oficial escrito e ninguém lhe dá. Se existe, está escondido. Nós pedimos as atas das consultas comunitárias, dos acordos que foram feitos. [...] Está nos segredos dos deuses, não é possível obter este documento. Já estávamos há quatro, cinco anos atrás destes documentos e nós não conseguimos este documento. Qual é o medo, a gente não sabe.

Além disso, as conversas com a comunidade foram majoritariamente conduzidas no idioma oficial de Kito, que é a língua materna de apenas 12% da população, sendo que existem mais de 25 línguas no país (Couto, 2011). Eduardo

acredita que, por conta da questão da língua e da tradução, muitas mensagens foram deturpadas ao longo do processo de consultas públicas. Alguns dos mitos que se espalharam envolveram a promessa de que haveria emprego para todos da comunidade e que os trens que sairiam carregados de shida voltariam cheios de comida. Para o entrevistado, as conversas deveriam ter sido conduzidas nas línguas locais.

Outro problema das consultas públicas mencionado pelos entrevistados foi a ausência do governo de Kito como mediador das conversas entre a multinacional e a comunidade. Para Jonas, o trabalho foi feito isoladamente, sem muita comunicação nem com o governo nem com a Mucunha. César entende que

este é um processo que logo de princípio, foi mal conduzido [...] porque as consultas públicas é onde exatamente há esta negociação entre o investidor e as comunidades em que as comunidades possam participar e dizer aquilo que realmente gostariam que acontecesse [...]. O papel do governo geralmente é criar esse equilíbrio entre o interesse público, neste caso das comunidades diretamente afetadas, assim como do povo kitense em geral e deve aparecer a empresa também a dizer o que pretende fazer e os dois chegarem a um entendimento. Durante este processo de consultas públicas, consultas comunitárias, foi onde as comunidades até hoje sentem que foram enganadas.

Outro problema das consultas públicas foi a intimidação sofrida pelas famílias. De acordo com César, teve a questão da

presença da polícia, então podemos imaginar que as comunidades sentem-se intimidadas e sem força pra questionarem certas coisas, simplesmente se sentem obrigadas. E existe também em Kito o hábito de o governo, quando vê-se sem opções e porque há muitas questões em volta de certos projetos, acabam impondo e dizendo que nós estamos a informar que vocês dia x vão ter que sair daqui pra outra zona. Se as pessoas concordam ou não concordam... [...] depois há uso da força.

Em suma, as críticas ao processo de consultas públicas incluem a terceirização do processo por parte da Mucunha, a falta de clareza quanto às promessas feitas às comunidades, o idioma em que as conversas foram conduzidas, a ausência de uma mediação do governo kitense e a intimidação por parte da polícia e do governo durante as negociações.

Hilson (2012) argumenta que a falha em comunicar-se com a população local parece ser um problema comum a empresas do setor extrativo que operam em

países em desenvolvimento. O estudo de Kemp *et al.* (2011) evidenciou que poucos esforços foram empreendidos pelas mineradoras para lidar com desequilíbrios de poder quando se tratava de mecanismos de comunicação com comunidades locais, o que reflete a lógica instrumental que determina as decisões na área da mineração.

Para este tipo de análise, segundo os autores, é preciso utilizar os conceitos de poder, diálogo e participação pois estes oferecem uma perspectiva crítica acerca do quanto as mineradoras podem avançar procedimentos de justiça em seus processos. Mecanismos de reclamação são considerados uma nova força regulatória para as empresas, já que baseiam-se na auto-determinação de comunidades, minorias étnicas e povos indígenas ao redor do mundo - sendo estes os mais comumente os afetados pela mineração ao redor do mundo (Kemp *et al.*, 2011).

Por conta disso, alguns entrevistados crêem que a condução de consultas públicas pela Mucunha foi muito mais aparente do que efetiva. Para César “as consultas públicas são feitas apenas como um procedimento pra fazer um *tick in the box*, pra dizer que fizemos consulta pública segundo a lei”. José acredita que o processo “é meramente burocrático porque a escolha das pessoas não tem peso algum. Mas por lei tem de ser consultado, [...] se elas aceitam ser realocadas, quais são as condições que elas querem, etc.”.

Para Banerjee (2008a) muitos casos que envolvem “consulta” de populações locais não focam na presença ou não da mineradora na região mas nas condições sob as quais a mineração deveria ser conduzida - mesmo se os tradicionais donos da terra forem contra sua instalação na região. Promessas de empregos e *royalties*, segundo o autor, são algumas das estratégias que se provaram úteis para algumas companhias.

Para José, apesar de ter “a concessão por via do governo, [o reassentamento] foi sem o consentimento destas comunidades, muitas delas não queriam sair e recusavam-se a sair [...] porque o governo é que autorizou o projeto a ser implantado naquela área”. Porém, “porque tinham sido prometidas melhores condições de vida, tinham sido prometidos empregos, [as pessoas da comunidade] acreditaram que de fato a empresa, a Mucunha está a trazer desenvolvimento, acabaram cedendo” defendeu César. O “ceder” que o entrevistado mencionou refere-se à concordância da comunidade em entregar suas terras para a mineração.



Para Eduardo, a Mucunha deveria ter se apropriado mais do processo, terceirizado menos e tido mais cuidado com a cultura local, com as formas de estar. É curioso que uma empresa do porte da Mucunha não tenha registrado os termos do acordo com as comunidades, já que apesar de ter sido o maior, este não foi o primeiro reassentamento conduzido pela multinacional. E, se foram feitos os registros, por que não foram divulgados à sociedade?

A utilização da língua oficial de Kito por parte da Mucunha nas consultas públicas parece refletir um desconhecimento por parte da multinacional acerca das questões geográficas e linguísticas das comunidades que viviam no entorno da mina, o que é uma falha grave para quem pretende reassentar 5 mil pessoas. Outra possibilidade é que a escolha deliberada de conduzir as consultas no idioma oficial teve como objetivo excluir parte das famílias do processo decisório, já que a língua oficial de Kito é o idioma dominado pela elite colonial e ainda representa um símbolo de status (Appiah, 1997). O fato é que agindo desta maneira, a Mucunha infringiu a lei kitense, já que a condução das consultas públicas tanto na língua oficial do país quanto na língua local é uma exigência do Regulamento Ambiental para a Atividade Mineira (2004, Artigo 27, §5.).

A ausência do governo e as intimidações feitas pela polícia local parecem indicar uma falta de vontade do próprio governo kitense em defender os interesses da população. Vale lembrar que há uma assimetria de poder - e portanto de quem fala mais alto na conversa - quando se trata de uma multinacional do porte da Mucunha e camponeses não raro analfabetos ou pouco instruídos sobre seus direitos. Idemudia (2011) argumenta que uma questão central na discussão de RSC na periferia global é a relação de poder desigual e como esta influencia as relações entre atores. Neste sentido, Berkemeyer (2009) defende que, muitas vezes, os principais beneficiários das ações de RSC - neste caso, as famílias reassentadas - muitas vezes não são adequadamente envolvidos ou estão ausentes da agenda de RSC.

Em situações como esta, Fleming, Roberts e Garsten (2013) questionam: a quem é permitido falar? Será que as famílias sentiram-se à vontade para dizer o que realmente desejavam do reassentamento e quais eram as condições impostas por elas para deixar a terra que vinham habitando por gerações? Para os autores, frequentemente são as corporações multinacionais os autores que mais “falam”,

quando as vozes dos que são silenciados deveriam estar no coração das intervenções realizadas pelas multinacionais (Adanhounme, 2011; Blowfield & Frynas, 2005; Jamali & Sidani, 2011).

Em suma, na visão de diversos ativistas, as consultas públicas ocorreram, conforme prevê a legislação kitense, porém foram muito mais burocráticas do que de fato levaram em conta os interesses e preocupações das famílias que seriam realocadas. A conformidade das ações da multinacional com as regras, por um lado, e a desconsideração das reais necessidades dos afetados, por outro, foi um dos achados do estudo de Jamali, Lund-Thomsen e Khara (2015). Para os autores, fatos como este descortinam as relações de poder envolvidas e quais vozes se fazem ouvir durante a implementação de práticas de RSC.

Na próxima seção discuto as características do reassentamento a que foram submetidas as famílias que viviam no entorno da mina da Mucunha.

### **As Condições do Reassentamento**

Em 2009, a população que vivia no entorno da mina foi comunicada pelo governo provincial que seria transferida para dar lugar à extração de shida (Nhanchote, 2012). Marcos conta que “as pessoas começaram a ser movimentadas e as pessoas de fato estavam felizes, havia promessas”.

De acordo com a Mucunha (2014b) o período de transferência das famílias teve início em setembro de 2009 e foi finalizado em dezembro de 2010. O processo de reassentamento custou US\$ 105 milhões e consistiu no deslocamento de 1365 famílias ou cerca de 5500 pessoas. A mudança envolveu “pessoas, bens materiais, rebanhos e animais, bens tradicionais, bens culturais, bens espirituais, patrimônio material, cultural, tradicional e espiritual da comunidade” (Mucunha, 2014b, p. 6).

Inácio contou que os bens viajaram em caminhões e as pessoas em ônibus. Apesar de ter sido combinada uma data, quando esta chegou, algumas pessoas não queriam mudar, não queriam sair, houve resistência. Eles diziam que

“não estavam prontos” (Inácio). Ainda segundo o entrevistado, alguns fecharam as portas e fugiram, não queriam nem conversar.

Para ele, foi muito difícil para as famílias aceitarem a mudança, já que viviam na localidade por muitos anos. Mas houve pressão do governo para eles mudarem. Portanto, apesar de ter “a concessão por via do governo, [o reassentamento] foi sem o consentimento destas comunidades, muitas delas não queriam sair e recusavam-se a sair [...] porque o governo é que autorizou o projeto a ser implantado naquela área” (José).

No processo de transferência para os novos bairros, os restos mortais que estavam enterrados nos quintais das casas da comunidade tiveram que ser removidos. Talita, da Mucunha, declarou que foi preciso

respeitar a cultura porque tem pessoas da família enterradas ali e você tem que remover a família, o corpo que foi enterrado, fazer cerimoniais [...]. Tem gente enterrada no meu quintal, ok, o que você precisa? Preciso chamar um régulo, que é um senhor responsável por aquele bairro, um senhor mais idoso [...] ele também cuida das questões espirituais[...]. E aí tem que chamar o régulo e mais não sei quem e mais não sei quem pra fazer a cerimônia. Aí faz a cerimônia, tira, você constrói lá um cemitério lá na casa da pessoa.

Apesar disso, alguns acreditam que a transferência dos restos mortais não respeitou a tradição kitense.

Estas pessoas, muitas tinham os seus cemitérios, com seus antepassados dentro dos seus quintais e hoje já não tem e da forma com que foram retirados os próprios restos mortais [...] não é de acordo com aquilo que são as tradições. Tu tem que fazer cerimônias a nível local e estes aspectos não foram respeitados, foram basicamente ignorados e é uma coisa que tornou-se uma preocupação pra estas famílias. [...] Eles foram entregues, porque aqueles redutos são chamados cemitérios familiares, mas porque eles exigiam os restos mortais dos seus, desenterraram, meteram em caixas, em caixões pequenos e entregaram. Acreditamos que com certeza nem todos estão com os seus de fato antepassados porque no meio daquele processo, há muita confusão e não sabemos até que ponto foram bem identificados os corpos e a quem pertence. Eles tiveram que levar aquilo e fazer novos cemitérios onde podiam colocar os restos mortais dessas famílias e isto a nível cultural e tradicional, tem o seu impacto e fere com a sensibilidade, mas devo dizer que, porque havia esperança pra muitos, era necessário fazer esse sacrifício (César).

Outro aspecto da mudança refere-se ao fato de que foi preciso dividir os moradores em dois bairros distintos. Previamente ao reassentamento, foi realizado um estudo para

identificar se as pessoas tinham características de subsistência rurais ou urbanas, ou seja, quais é que eram as pessoas cuja subsistência dependia da agricultura, da horta, da troca de alimentos entre eles e os vizinhos e quais eram as pessoas que na realidade, [...] já trabalhavam e dependiam mais de um salário e pretendiam ficar perto da cidade. [...] E eles fizeram esse estudo e chegaram à conclusão que determinado número de pessoas tinham características de subsistência rurais e outras, urbanas, uma menor fatia de características urbanas. Essa fatia que tinha características urbanas foi realocada pra um bairro que é 2, 3 quilômetros do sítio onde eles estavam originalmente, talvez mais, 4, 5 quilômetros, que é o Bairro II, que é um bairro que já existia, onde foram construídas as tais casas [...], iguais às que foram construídas em Bairro I, que é o outro bairro a [...] 40 quilômetros [da cidade](José).

O reassentamento rural (neste estudo chamado de Bairro I) recebeu 716 famílias e o reassentamento urbano (Bairro II) recebeu 289 famílias (Mucunha, 2014b). Outras 107 famílias receberam indenização assistida, ou seja, tiveram a compra de um imóvel realizada em outras regiões.

A classificação das famílias em “urbanas” e “rurais” foi, para alguns entrevistados, um equívoco, já que, como é típico em Kito, mesmo as famílias cuja atividade econômica principal consiste em trabalho assalariado, também possuem um pedaço de terra onde plantam e produzem a própria comida (ONG I, 2013). José esclareceu que

todos na realidade têm características rurais, só que uns de acordo com o formulário que, de acordo com o interrogatório que foi feito, decidiu-se que eles tinham características mais urbanas e portanto necessitavam ficar mais perto de [nome das cidades vizinhas].

Para Jonas, na época do reassentamento, as pessoas que foram classificadas como “urbanas” de fato tinham um emprego, mas este era temporário, na construção da mina. Por conta desta classificação, aqueles “que têm uma vida urbana, que não vivem de agricultura, vivem de seus serviços, seus empregos” (Marcos) não ganharam hortas como os habitantes do Bairro I (Jonas).

A partir do Memorando de Entendimento assinado entre a Mucunha e o governo de Kito, foi acordado que a companhia deveria compensar os moradores pela perda de suas casas e hortas. O valor da indenização, que primeiro era de cerca de R\$ 8000, terminou em cerca de R\$ 23000 em setembro de 2015, por conta das pressões da comunidade (Inácio). Apesar dos aumentos, os moradores de

ambos os bairros se mostraram insatisfeitos com as indenizações, que consideraram injustas e inadequadas (Nhanchote, 2012). Leonardo acredita que “as compensações não foram justas”.

Por outro lado, o reassentamento trouxe melhorias para a comunidade em vários sentidos. Uma das vantagens é o fato de que todos os moradores receberam por suas propriedades DUATs, que são títulos de uso da terra (ONG I, 2013). Poucos possuíam o documento antes da mudança.

As escolas foram um motivo de grande satisfação para os reassentados. A Mucunha expandiu e melhorou a infra-estrutura da escola primária e secundária usada pelos residentes do Bairro II e construiu uma nova escola primária e secundária no Bairro I (ONG I, 2013). Esta começou a funcionar em fevereiro de 2010 e passou a atrair estudantes das áreas vizinhas.

Entre os ganhos que as pessoas tiveram com o reassentamento, estão a escola, que é bem mais perto do que antes, que eles tinham que caminhar mais para chegar, [...] posto de saúde, polícia. Esses certamente foram melhorias para a população (Osmar).

Inácio explicou que foram instalados na comunidade um posto policial e um centro de saúde com atendimento geral e maternidade. Ivete destacou que foi construída uma casa de parto, para onde as gestantes poderiam se dirigir para darem à luz. Inácio mencionou também a rádio comunitária, que é muito popular entre as famílias. No dia em esta começou a operar as pessoas saíram correndo pra comprar pilhas para seus rádios.

O pacote de compensação pela mudança de bairro incluía uma nova casa de cimento, tijolos, teto de zinco e estruturas separadas para cozinha, banheiro e estoque de sementes (ONG I, 2013). Este fato causou entusiasmo na comunidade, já que foram prometidas “casas melhoradas, um grande desenvolvimento! E as casas são estas, mais ou menos este tamanho, veja só! As pessoas que saem do capim pra uma casa destas, então eu acredito que houve muita emoção” - relatou Marcos.

Este arranjo, em teoria, significava uma melhora, já que as casas anteriores eram majoritariamente feitas de madeira e teto de palha (ONG I, 2013). Entretanto, a má qualidade das construções tanto no Bairro I quanto no Bairro II levou a rachaduras nas paredes e vazamentos provenientes do teto e do piso em

épocas de chuva. As casas foram construídas com uma fundação do tipo Radier, que consiste em uma laje de concreto armado de cerca de 10 cm de espessura que é colocada sobre o solo (Pereira, 2014). Suas principais vantagens, segundo o autor, são o baixo custo (chega a ser 30% mais barata do que outros tipos de fundação), construção rápida e pouca mão-de-obra necessária .

Rossi (2015, p. 128) afirma que “a principal [reclamação dos moradores] é o alicerce. Eles falam disso a toda hora. Falta alicerce. Não tem alicerce. A casa vai cair por causa do alicerce. O problema do alicerce”. As casas da região costumam ter alicerces de 20 ou 30 cm, já que a terra passa por um processo de erosão constante sob o sol da província. Um alicerce menos profundo, segundo a autora, poderia acabar exposto e comprometer a estrutura.

Os moradores dos Bairros I e II disseram que avisaram a empresa contratada pela Mucunha para fazer as casas que uma fundação tão rasa como aquela não iria funcionar (Rossi, 2015). “Cada construção levava apenas um dia para ser erguida. Para fazer o alicerce, cavava-se pouco o chão. Depois, colocava-se plástico, cobria-se com uns 10 centímetros de cimento. Era preciso ir mais fundo, diziam os reassentados. Não lhes deram ouvidos” (Rossi, 2015, p. 129). Assim,

três anos depois da construção ser finalizada, o resultado estava visível: os alicerces finos demais para sustentar a casa ficaram expostos, arreganhados, provas de um desleixo. Em algumas casas a situação ficou tão grave que formou-se um buraco embaixo das extremidades do alicerce [...]. A base das paredes no chão também começou a rachar. Em alguns casos, dava para colocar o dedo dentro da rachadura (Rossi, 2015, p. 129).

Leonardo defende que “as casas são de péssima qualidade e hoje já estamos a ter problemas de fissuras, rachas”. “As casas não tinham fundação, tinham uma fundação de seis centímetros! Seis centímetros! Foi ridículo! Aquilo foi um projeto absolutamente ridículo” (José).

A construção das casas do reassentamento sem levar em consideração o conhecimento local sobre o assoreamento do solo e a necessidade de um alicerce mais profundo parece significar a imposição da RSC sobre os locais. Khan e Lund-Thomsen (2011) encontraram resultados similares em um estudo no Paquistão, onde valores e tradições locais foram marginalizadas e o padrão foi imposto pela multinacional. Assim sendo, novamente os beneficiários de RSC - ou seja, as

famílias locais - não tiveram voz na formulação dos padrões que, em tese, deveriam beneficiá-los (Berkemeyer, 2009).

Eduardo, da Mucunha, explicou que as casas foram feitas com fundação Radier, só que em solo irregular (o solo indicado para este tipo de fundação é o argiloso). As rachas, segundo o funcionário, ocorreram não por causa da falta de fundação e sim pela qualidade da mistura do cimento e provavelmente pela pressa na construção. Além disso, muitas casas estavam em área baixas, que alagavam e enchiam de água. César afirmou que

quase todas as casas lá apresentam rachas e quando chove, a maior parte das casas entra água porque a fundação que foi feita não suporta a casa. Então as casas, muitas estão cheias de rachas. [...] A construção [é] precária, apesar de serem casas de pedra e de cimento, mas são casas que as pessoas não se sentem seguras.

Bruno garantiu que a comunidade foi consultada sobre o modelo das casas:

como a gente teve problema com as casas no reassentamento, eu tive que procurar dentro dos documentos aonde existia a aprovação do governo, aprovação do líder da comunidade [...]. Não existe feito diferente, realmente essa questão de padrões mundiais de relacionamento, existe realmente. [...] as pessoas disseram que as casas foram mal construídas, foram construídas num modelo diferente do que tinha sido, mas os modelos que foram construídos tinham sido aprovados pelas pessoas que tinham sido nomeadas pela comunidade como representantes. Claro que teve um assoreamento, uns problemas que aconteceram...

Posteriormente, a Mucunha reconheceu que as casas tinham problemas, incluindo uma mudança na planta original apresentada às famílias, que fez com que estas fossem construídas sem fundações, porém declarou que a empresa de engenharia contratada por ela concluiu não ser um problema estrutural e sim resultado de um “assoreamento natural” da casa devido ao terreno instável sobre o qual foi construída (ONG, I, 2013).

Carlos explicou que uma casa-modelo foi mostrada para as famílias, que concordaram com o projeto, mas as casas construídas posteriormente eram diferentes desse modelo. Segundo a Mucunha, as mudanças na planta ocorreram devido a pressões de tempo para a conclusão do reassentamento (ONG, I, 2013). O funcionário da Mucunha deixou claro que a mudança foi apresentada ao governo,

que a aprovou. Porém, esta não foi comunicada corretamente às famílias, o que, segundo ele, foi um equívoco. Outro problema das casas eram a sensação térmica no seu interior.

[nome da província] é a província mais quente do país, chega a atingir 40 graus e as casas são super quentes porque são cobertas com zinco e aquecem. Em termos de condições, não existem tantas condições pra circulação do próprio ar, então isso é uma das coisas que o povo tem estado a se queixar (César).

Rossi (2015, p. 129) acredita que

Na construção das casas, a Mucunha errou. Não é uma opinião. É um fato. Não há argumento contra as casas que ficam quase flutuando no chão, equilibradas na estrutura precária, que erodiu em menos de cinco anos. Não há justificativa para as rachaduras.

Em suma, apesar de as casas de cimento terem sido planejadas como uma melhoria ante as casas de madeira e pau-a-pique, a qualidade das construções levou a rachaduras e vazamentos em muitas residências e a uma grande insatisfação por parte da população (ONG I, 2013). A vida das famílias reassentadas também foi afetada no que tange às fontes de subsistência e acesso à água, assuntos que serão explorados a seguir.

## **Violações dos Direitos da Comunidade**

Como parte do pacote de compensação, além da casa, foram prometidos dois hectares de terra para cada família reassentada no Bairro I. Estes dois hectares seriam destinados à prática da agricultura. Entretanto, apenas um hectare foi entregue e a terra foi considerada imprópria para a agricultura, segundo Zacarias.

A comunidade estava exigindo o segundo hectare, quer dizer, foi entregue um hectare, o primeiro hectare de terra que até um certo ponto, são terras pouco produtivas e tinham que ser dadas um segundo hectare (Leonardo).



A dificuldade em fornecer o segundo hectare para as famílias deveu-se, segundo uma funcionária da Mucunha entrevistada pela ONG I, à dificuldade enfrentada pelo governo de Kito em encontrar terras disponíveis na região que não estivessem destinadas à mineração (ONG I, 2013). Vale lembrar que 34% da província em que se encontra a mina da Mucunha estava destinada a concessões para mineração (ONG I, 2013). Neste sentido, Rossi (2015, p. 126) questiona:

um plano de reassentamento responsável não deveria prever as dificuldades que as comunidades enfrentariam ao serem enviadas pra tão longe? Munida desse plano, a mineradora, que usou seu poder de pressão para negociar os benefícios fiscais com o Estado, não deveria ter contestado a tal decisão governamental que definiu onde ficaria o Bairro I?

César assegurou que o “bairro I é uma zona árida, não há condições próprias pra prática de agricultura”. “Coloca[ra]m as pessoas numa zona árida, absolutamente árida, que não dá pras pessoas cultivarem porcaria nenhuma” (José). Marcos explicou que as áreas destinadas às hortas no Bairro I “são [...] áridas, em que há muita pedra, se calhar até tem shida lá naquele sítio. Daqui a pouco as mesmas pessoas vão ser reassentadas”, sugeriu Marcos. Outro problema é que

esse um hectare é longínquo, é muito longe do sítio onde eles estão realocados exatamente por conta das características onde eles estão não ser propícia à agricultura. Isso criou muitos conflitos porque a zona depois onde eles deram os hectares pra cultivo são zonas que tem hortas comunitárias já de outros povoados (José).

Como resultado, a produção de comida caiu drasticamente no Bairro I após o reassentamento (ONG I, 2013). Para Carlos e Jonas, a dificuldade em praticar agricultura deve-se ao fato de que não há acesso satisfatório à água na região. Especialistas em agricultura declararam à ONG I que os terrenos no Bairro I eram de qualidade variável e que não teriam seu potencial produtivo aumentado a menos que houvesse irrigação sistemática (ONG I, 2013).

Foram identificados problemas de abastecimento de água para beber, uso doméstico e agricultura. O reassentamento está localizado em uma zona árida com difícil acesso a fontes naturais de água (ONG I, 2013). Vale lembrar que antes da transferência, as famílias viviam próximas ao segundo maior rio da África. No Bairro

II foram instaladas bombas nas casas, mas no Bairro I foram disponibilizadas bombas para uso comunitário (ONG I, 2013).

Eu penso que um reassentamento justo devia ser diferente daquele, devia ter água canalizada, energia também a chegar nas casas e hoje as pessoas têm que fazer tudo isso sozinhos. Então teve esse problema lá no sistema de abastecimento de água (Marcos).

Leonardo lembra ainda que a “água é um problema sério para as mulheres. Elas têm que estar horas e horas numa fila à espera de água, a água não é canalizada para as casas”. Osmar declarou que havia torneiras no Bairro I, mas que estas não eram suficientes para atender a demanda da população. Além disso, nem sempre as bombas instaladas funcionavam (Douglas). Eduardo, da Mucunha, reconheceu que, com relação à água, no começo, o sistema não funcionava de maneira satisfatória. Se a energia caía, este parava de funcionar, ou seja, não era confiável. Os moradores solicitavam abastecimento de água 24h por dia, 7 dias por semana (Osmar).

Em suma, por conta do reassentamento, as populações foram deslocadas para áreas menos férteis, com piores pastagens, longe de serviços básicos e mercados, sem meios de transporte e sem oportunidades de desenvolver atividades econômicas, sejam formais ou informais (Mosca & Selemene, 2012). O Bairro I ficava a cerca de 40km da cidade mais próxima, onde anteriormente algumas famílias vendiam frutas, legumes e lenha no mercado e faziam pequenos negócios.

Para Jonas “as pessoas do reassentamento foram afetadas de formas diferentes. Para alguns a questão principal foi a perda das hortas, para outros foi a perda dos meios de subsistência, as terras não eram férteis, não havia terra para todos”.

Por conta do atraso do governo em alocar terras, as famílias reassentadas tiveram que viver durante três anos sem acesso adequado à terra para agricultura (ONG I, 2013). Como consequência, muitas tiveram uma deterioração em seus meios de vida e perderam autonomia, indo de agricultores que produziam alimentos na maior parte do ano para dependentes de programas de ajuda e doação de comida (ONG I, 2013). As pessoas, como não podem plantar, estão passando fome (Douglas; Carlos). Para José

eles estão em uma situação de miséria absoluta, estamos a falar de um povoado que tá metido no meio do nada sem condições para subsistência. Havia sinais claros de subnutrição das últimas vezes que lá fomos, crianças com barrigas subnutridas, pessoas absolutamente desesperadas.

Outro problema relacionado aos meios de subsistência tem a ver com as inconsistências nas promessas de emprego por parte da Mucunha. Inicialmente, houve muita expectativa. “E nós, [...] então o que nós queríamos? Emprego[...] eu vos garanto que vamos dar 5 mil empregos, veja só, eu como dirigente acho que fico emocionado, 5 mil empregos!” (Marcos). De acordo com César

uma das promessas feitas durante o período de consultas públicas era a garantia de emprego e que a prioridade seriam exatamente essas famílias a serem tiradas de [nome da cidade] pra Bairro I e Bairro II. Então teriam garantia de emprego, pelo menos estas pessoas. É com base nestas promessas que algumas pessoas aceitaram ceder as suas terras para o desenvolvimento, para a implantação do projeto naquela área, acreditando que de fato iriam ter emprego.

Muitos reassentados disseram que a Mucunha prometeu empregos e que esta foi uma das condições para que eles aceitassem a mudança (ONG I, 2013). A Mucunha, por sua vez, disse que não prometeu tais empregos. De acordo com o Plano de Reassentamento, a Mucunha não tinha obrigação de contratar indivíduos provenientes da comunidade reassentada (ONG I, 2013).

Com tantas versões, é difícil dizer o que de fato foi acordado, mas o que ficou claro foram as lacunas na comunicação entre a empresa e a comunidade (ONG I, 2013). Grande parte dos empregos ofertados estavam ligados à construção da mina (cerca de 10 mil) e eram, portanto, de curta duração. Inácio contou que a empresa que construiu as casas e toda a estrutura da Mucunha contratou carpinteiros, cozinheiros e eletricitas da comunidade, mas foram trabalhos temporários, que duraram de 2007 a 2009 (Inácio).

Na fase pré-operacional, [...] a Mucunha chegou a contratar técnicos elementares, técnicos médios, bacharéis, licenciados e doutores de variadas profissões e categorias entre guardas, pedreiros, eletricitas, operadores de máquinas, cozinheiros, engenheiros, médicos, geólogos, motoristas, mecânicos, etc. [...] Com o início da fase de exploração do shida, muitos funcionários de baixa qualificação e formação profissional foram despedidos (Fachin, 2011, p. 1).

Empregos de longo prazo (cerca de 2 mil), como a operação de máquinas pesadas, por exemplo, requeriam habilidades que os habitantes do reassentamento e das cidades vizinhas não podiam prover (ONG I, 2013). Portanto, a Mucunha teve que recrutar em outras partes do país ou em países vizinhos. Porém, para César o problema é que

não foi claro, a empresa não esclareceu como é que este emprego seria fornecido e qual é a precariedade desse emprego e todos sabemos que geralmente o pico é durante o período de construção. As pessoas não foram esclarecidas que depois de o período de construção, há de haver necessidade de se empregar pessoas qualificadas [...]. O que isto resultou é que as pessoas não têm terras férteis pra produzir e, por outro lado, não têm o emprego que foram prometidos (César).

Marcos lembra que

nas promessas verbais, dizia-se claramente que teriam um emprego garantido e agora, na prática, o que está a acontecer é que, tudo bem, emprego, mas vocês não tem capacidade, não tem nível, porque as empresas também apostam na qualidade de formação, etc., etc. A lei tem que se encontrar um meio termo, os líderes, tentar fazer advocacia no sentido de que não, os trabalhos mais, que não precisam de uma capacidade intelectual como varrer, como serralheria, como não sei o que, podiam dar oportunidade às pessoas que estão lá.

Muitas pessoas no Bairro I estavam ociosas, já que não possuíam qualificação (Jonas). A empresa precisava de mão de obra especializada e isso eles não tinham para oferecer. Ou seja, a perda da auto-suficiência em relação à sobrevivência foi uma fonte de frustração para muitos (ONG I, 2013). Em suma, as famílias reassentadas “perderam seus modos de vida” (Carlos).

A partir do exposto até aqui, é possível afirmar que os impactos sociais da operação da Mucunha para a comunidade que vivia no entorno da mina foram bastante significativos. Foram diversos os direitos violados, a saber:

- Direito à informação: as famílias foram privadas de informação adequada sobre o reassentamento e a natureza dos empregos gerados pela multinacional. Além disso, as consultas públicas não foram conduzidas em suas línguas maternas e sim no idioma oficial de Kito. O direito à informação está garantido na Constituição de Kito no Artigo 48: “Todos os cidadãos têm direito à

liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação” (Constituição da República de Kito, 2004).

- Direito à habitação: a baixa qualidade das casas construídas pela multinacional e o consequente assoreamento das mesmas, assim como as rachaduras após curto período feriu o direito das famílias à habitação adequada. A Constituição de Kito garante o direito à habitação no Artigo 91: “Todos os cidadãos têm direito à habitação condigna, sendo dever do Estado, de acordo com o desenvolvimento econômico nacional, criar as adequadas condições institucionais, normativas e infra-estruturais” (Constituição da República de Kito, 2004).

- Direito à água: a instalação de bombas de uso comunitário e não individual, seu funcionamento pouco confiável e a alocação dos reassentados em uma região árida e distante de qualquer fonte natural de água causou uma interrupção no acesso à água, tanto para beber quanto para higiene e agricultura. O direito à água é garantido pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, que consta no Comentário Geral No. 15, Direito à Água (*Committee on Economic, Social and Cultural Rights*, 2002), ao qual o governo de Kito é signatário.

- Direito a meios de subsistência e à alimentação: a alocação de terrenos pouco propícios à agricultura, o difícil acesso à água para irrigação agrícola, a distância do novo bairro do centro da cidade onde pequenos negócios poderiam ser realizados e a quantidade de empregos disponibilizada aos moradores da comunidade (ou a natureza temporária de muitos contratos) fizeram com que grande parte dos reassentados perdessem seus meios de vida e autonomia econômica. Por conta destas razões, passou a ser consideravelmente mais difícil extrair alimentos das hortas e muitas famílias passaram fome. A Declaração Universal de Direitos Humanos (Artigo XXV, § 10) garante os direitos a um padrão de vida que assegure a subsistência e a alimentação:

Todo ser humano tem direito a um *padrão de vida* capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive *alimentação*, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de *perda dos meios de subsistência* em circunstâncias fora de seu controle.

De acordo com a ONG I (2013) as famílias reassentadas experimentaram um severo rompimento no acesso a direitos sociais e econômicos, incluindo sua habilidade de obter comida e água, acesso a trabalho e cuidados de saúde. Carlos acredita que “direitos estão sendo violados”. Para Fachin (2011, p. 1) o

padrão vigente de implantação da Mucunha e consequentes processos de reassentamento, compensação e indenização das comunidades e investimentos sociais têm provocado, de maneira permanente, graves violações dos direitos humanos das comunidades. Há desrespeito dos mais elementares direitos humanos e liberdades básicas consagradas na Constituição da República de Kito e demais legislação em vigor. [...] Há violação dos direitos à informação, à habitação adequada, ao trabalho e ao digno padrão de vida, às práticas e modos de vida tradicionais comunitários, bem como o acesso e preservação de patrimônios culturais materiais e imateriais. Diante deste cenário, a Mucunha é uma empresa incapaz de respeitar os direitos das pessoas e de conviver com elas.

Banerjee (2008a) lembra que muitas comunidades indígenas ao redor do mundo estão lutando contra a marginalização econômica, social e cultural em diferentes níveis e suas lutas são contra seus governos, multinacionais e empresas domésticas, agências internacionais e organizações supranacionais. As vítimas primárias da violência estrutural de práticas como as descritas neste capítulo são os pobres do mundo - ou os condenados da terra, como diria Fanon (Banerjee, 2008a).

Apesar do exposto, Inácio, da Mucunha, disse que os bairros I e II ficaram tão bons que “hoje nós queremos morar lá”. O Bairro I, inclusive, é tido como um caso de “sucesso” de reassentamento pelo Banco Mundial segundo o entrevistado. Diante destas violações, qual é a postura dos governos kitense e brasileiro? Este é o tema da próxima seção.

## **A Postura dos Governos Frente às Violações**

Diversos entrevistados da sociedade civil defenderam que o governo de Kito tem uma grande responsabilidade sobre a forma com que o processo de reassentamento foi conduzido e as consquentes violações de direitos das comunidades. César destacou que “precisamos de um governo sério. [...] Uma Mucunha sair do Brasil e [...] faz o que quer, é porque alguém permitiu que fizesse”. Whelan (2012) e Idemudia (2011) defendem que apesar da diminuição relativa do

papel dos Estados, estes continuam sendo atores de suma importância no que concerne às iniciativas de responsabilidade social.

Em primeiro lugar, é preciso citar a questão da legislação local, já que a própria lei kitense prioriza terras para a mineração. Com base no artigo 43 da Lei de Minas (2002), o governo alocou grandes massas de terra para a extração mineral (Mosca & Selemene, 2012). Se todas as licenças em análise forem liberadas, o estado em que se localiza a mina da Mucunha poderá ter 60% de seus território destinado à mineração, de acordo com a ONG I (2013). Este fato é alarmante pois coloca em risco a habitação adequada da população local, bem como questões relativas à agricultura, terras para pastagens e infra-estrutura (Mosca & Selemene, 2012).

Outro aspecto da irresponsabilidade do governo kitense diz respeito ao fato de que, no momento em que cerca de 5500 pessoas foram realocadas para ceder suas terras à mineração, não havia uma legislação específica que as protegesse, sendo que o Regulamento do Reassentamento somente foi aprovado três anos depois, em 2012.

O governo de Kito também não possuía conhecimento sobre como reassentar pessoas por razões econômicas, já que as realocações prévias haviam ocorrido por desastres naturais. Talvez por esta razão, preferiu deixar o processo majoritariamente nas mãos da Mucunha. Esta, por sua vez, terceirizou as consultas públicas (estas já previstas na legislação - Lei de Terras, de 1997) para outra empresa brasileira. O governo, que deveria ter mediado as conversas entre multinacional e população local, foi omissos. Além disso, permitiu que a polícia local intimidasse moradores da comunidade durante os encontros.

Zacarias também crê que o governo tem um papel importante em fazer a Mucunha honrar as promessas que fez e fazer valer a política de reassentamento - aqui o entrevistado se refere aos acordos firmados entre a Mucunha e o governo e não a uma lei específica. Mas, na prática, o governo agiu como um escudo de proteção para a Mucunha (Douglas). No contexto kitense, o governo age em favor da empresa, quando seu papel deveria ser monitorar e proteger a população mais frágil (Zacarias).

Arthur comentou que o governo não tem estratégia para lidar com todas as transformações que o país está passando. Alguns entrevistados sugeriram que o

governo deveria ter se capacitado melhor tecnicamente antes de aceitar a vinda de multinacionais extrativistas como a Mucunha. Marcos destaca que

nem o próprio governo estava preparado e isto, em algum momento, eu penso que o governo não foi feliz a partir do momento em que, antes de fechar as negociações, 'opa, a gente não entende nada sobre isso, mas aguardem um pouco que vamos fazer um estudo, queremos consultar os outros países que têm experiência, eu acredito que isso não aconteceu.

Neste sentido, Hanlon defende que o crescimento de Kito deveria ser conduzido no ritmo em que as estruturas pudessem acompanhar (Moody, 2014). Na visão de César

o que nós estamos a alertar é que se o país não está preparado em desenvolver este setor extrativo, vamos primeiro criar uma capacidade pra podermos gerir este setor e nós não sentimos que Kito está preparado pra gerir. É por isso que temos os problemas que temos e há muita coisa que estão a tentar ajustar, depois dos projetos já estarem em andamento e depois dos problemas já terem iniciado. Então estamos sempre a viver neste tipo de atitude em que vamos ajustando isto, vimos que o projeto está com problema, ah vamos tentar emendar isto, emendar isto e não pode, acho que é um momento de parar e estudar bem, e analisar e desenvolvermos, em termos de capacidade técnica, capacidade logística e financeira. [...] Mesmo instituições como o [...] o ministério do ambiente, não tem esta capacidade técnica, em termos de logística e de capacidade financeira pra monitorar um projeto como o da Mucunha, não tem esta capacidade. Então é necessário desenvolver esta capacidade, é necessário que estas instituições públicas que devem fiscalizar e monitorar tornem-se de fato independentes.

Marcos destaca que a própria formação profissional da população local não era adequada para lidar com o setor extrativo no momento da vinda da Mucunha.

Essa descoberta [de recursos minerais] pra nós foi mesmo muito repentina, são situações que não estávamos habituados a lidar com isso, mesmo em termos de escolaridade. Nós sempre olhamos outras coisas, outras prioridades [...]. Sabes que a nossa base de sustentabilidade e desenvolvimento é a própria agricultura, então as pessoas estavam se formando mais em agronomia. Então quando se descobre a questão da mineração, então foi uma surpresa pra todos nós, vamos lá ver, recursos humanos, como lidar com isso? Como trabalhar com isso?

Alguns entrevistados externaram sua preocupação de que o governo, muitas vezes, agiu mais em prol da Mucunha do que da população kitense. Para César “o principal papel do governo devia ser garantir que estão salvaguardados os



interesses públicos para o caso de Kito”. Isso acontece porque o governo da província coloca-se como representante das comunidades junto às multinacionais (Mosca & Selemene, 2012). Quando há conflitos, em geral o governo se posiciona como porta-voz e defensor das empresas.

As pessoas [em Kito] estão a ser marginalizadas, está sendo posta em causa a própria soberania destas pessoas. Se a gente diz que está num Estado soberano, num Estado de direitos e temos um governo a agir dessa forma é porque o que nós compreendemos é que o que vale neste momento é mais um interesse das multinacionais do que da própria população. Quando se diz que existe interesse público, não é realístico, é apenas um, expressões como interesse público, desenvolvimento sustentável estão a ser usados pra manipular as pessoas, mas em termos práticos não é real, não é o que acontece (César).

Um exemplo de como o governo local parece estar mais preocupado com as multinacionais do que com a população é o fato de o governador da província onde se encontra a mina, ao visitar o reassentamento, ter apelado para que a população respeitasse os interesses econômicos e sociais promovidos pela Mucunha (Carlos, 2014). Segundo o governador, o objetivo da parceria com a empresa era livrar a população da miséria, da fome e do subdesenvolvimento e que tanto o governo quanto a companhia estavam empenhados em buscar soluções para os problemas que afetavam as famílias reassentadas (Carlos, 2014). Neste sentido, Jenkins (2004) defende que no contexto da mineração a linguagem do “custo-benefício” tem sido frequentemente usada para justificar os danos causados em certo local, já que este é superado por outros benefícios “globais”.

O governador completou que “um investimento como o da Mucunha não tem resultados imediatos. A Mucunha não tem lucros. Mas porque é uma empresa honesta, tem estado a fazer o seu máximo por esta população, em coordenação com o governo” (Carlos, 2014, p. 1). O governador também apelou às famílias para que não esperassem a Mucunha ou o governo para resolverem seus problemas e que estas precisavam se adaptar ao novo ambiente e buscar alternativas para sobreviver. Vale lembrar que boa parte dos “problemas” das famílias foram precisamente causados pelo modo com que o reassentamento foi conduzido pela Mucunha e pelo próprio governo.

Por fim, o governo kitense falhou em respeitar os direitos à informação e habitação, que constam na constituição nacional e outros direitos previstos na

Declaração Internacional de Direitos Humanos. Em suma, é possível afirmar que o governo kitense é co-responsável pelas violações dos direitos das comunidades já que a legislação local prioriza a terra para a extração mineral, não haviam leis específicas sobre a realocação de pessoas no momento do reassentamento, não possuía conhecimento técnico sobre o assunto, foi negligente durante as consultas públicas, agiu em prol da multinacional em detrimento da população local e não cumpriu a constituição no que tange aos direitos à informação e moradia.

Já no que tange ao governo brasileiro, há dois discursos quando se trata de violação de direitos humanos por multinacionais brasileiras no exterior. Por um lado, o discurso oficial é de que o Brasil é um país aberto, disposto a discutir seus pontos fracos. Por outro, quando se trata da especificidade de um caso em que há evidências de violações, o posicionamento brasileiro é de que o governo nada tem a ver com a forma com que as empresas se comportam. A auto-imagem do Brasil é de que

a política externa para direitos humanos apresenta um país aberto ao mundo, disposto a cooperar e a debater seus pontos fortes e fracos. A maneira transparente e construtiva com que enfrenta seus desafios e o modo não seletivo e não politizado com que aborda os direitos humanos fazem com que o Brasil seja visto internacionalmente como um interlocutor coerente e equilibrado (Brasil Export, 2015, p. 1).

O reconhecimento do papel do Brasil na promoção dos direitos humanos resultou no terceiro mandato do país, entre 2013 e 2015, no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), responsável pela promoção e proteção dos direitos humanos no mundo (Brasil Export, 2015).

Entretanto, quando questionei o funcionário da Embaixada Brasileira em Kito sobre o papel da mesma quando há indícios de violação de direitos humanos por parte de uma empresa brasileira, Gabriel respondeu que se há suspeita, essa precisa ser esclarecida. Segundo ele, como foi um acordo firmado entre a empresa e o Estado kitense, o que um “ente privado” faz em Kito não é responsabilidade do governo brasileiro. Na sua visão, cabe às autoridades kitenses investigar.

Apesar desta visão do representante do governo do Brasil em Kito, normas internacionais apontam para a obrigação dos governos em regular e monitorar as práticas de direitos humanos de empresas baseadas em seu território, mesmo quando estas operam através de suas fronteiras (ONG I, 2013). Os

Princípios de Maastricht, por exemplo, destacam que os governos devem tomar medidas para assegurar que suas multinacionais não impeçam o gozo de direitos econômicos, sociais e culturais, seja doméstica ou internacionalmente (ONG I, 2013). Neste sentido, César defende que

uma empresa como a Mucunha atua não só em Kito, apesar de a empresa estar no Brasil, é importante que o que está a acontecer em Kito a nível das violações dos direitos humanos, a nível da danificação do meio ambiente, violação dos direitos das comunidades, isto tudo é depois também publicado no Brasil. [...] Os problemas que acontecem no terreno também é importante que sejam discutidos a nível onde estas empresas estão sediadas[...] pra mostrar pro povo brasileiro, neste caso, que a Mucunha está a atuar deste jeito e faz-se pressão a nível do governo no Brasil.

A postura do Brasil em ignorar a forma com que a Mucunha vem fazendo negócios em Kito está alinhada com a diplomacia do Brasil em direção à região. Alguns entrevistados questionaram a política externa que vem sendo colocada em prática pelo Brasil. Para José

o estado brasileiro é um estado muito agressivo, muito agressivo na sua política externa. E Kito e eu temo que outros países africanos [...], onde eles têm muita presença, correm muito risco de ser vítima das políticas externas de países como o Brasil, [...] que estão a vir à África pura e simplesmente para levar os recursos da África a preço da banana. [...] Não te esqueça que o estado brasileiro está a fazer a maior grana com a política externa que vocês têm.

Para Douglas, fala-se muito em solidariedade entre Brasil e Kito, em cooperação Sul-Sul, mas onde está a solidariedade no caso da Mucunha? A relação entre Brasil e Kito passa muito pelas empresas. O entrevistado deu o exemplo de que antes, o governo brasileiro financiava bolsas de estudo para kitenses estudarem no Brasil. Agora, estas bolsas tem sido financiadas pela Mucunha. Para Alencastro (2014) o Brasil corre o risco de ser considerado neocolonialista pelos africanos ao concentrar sua presença no continente na indústria extrativa.

Douglas questiona: o que o governo brasileiro tem feito em relação ao empobrecimento dos camponeses kitenses? No final das contas, para o entrevistado, é a Mucunha que faz a política externa do Brasil. A Mucunha foi para Kito para pilhar seus recursos e ir embora do mesmo jeito que os europeus fizeram

(Douglas). Havia uma boa imagem do Brasil, mas atualmente brasileiro é *persona non grata* na [cidade da mina] segundo o entrevistado.

Quando questionado se os problemas no reassentamento e os protestos que ocorreram em Kito prejudicam a imagem do Brasil no país, Lula respondeu:

Prejudica! A Mucunha sabe disso. Eu quando era presidente conversei muito com a Mucunha. A Dilma tem que ficar atenta para isso. Porque o que nós queremos é que uma empresa como a Mucunha tenha - e qualquer outra empresa brasileira tenha - um comportamento diferenciado nos países africanos (Rossi, 2015, p. 345).

O governo pode fazer isso, segundo ele, conversando com a empresa.

Muitas empresas para ir para lá precisam de investimento do governo, financiamento do governo e, sobretudo, apoio político. E também é uma questão de civilidade. Você tem que colocar na direção da empresa negros daqueles países, gente de lá. Você não pode ficar só querendo que os diretores sejam [brasileiros] exportados. Você precisa fazer a política do benefício, a exploração tem que gerar benefício para a sociedade (Rossi, 2015, p. 345).

Lula declarou ainda ter feito apelos aos empresários brasileiros para que não agissem de maneira imperialista ao investir em países africanos (Rossi, 2015). Desde 2002, o político vinha espalhando a ideia de que com o Brasil não haveria imperialismo e sim companheirismo. Sobre isso, um escritor local, em entrevista à autora, afirmou que

com o Brasil, havia uma expectativa ingênua de que iríamos nos entender melhor. E depois se revelou algo que é igual à lógica dos outros, dessas empresas poderosas do mundo inteiro. Há um ressentimento. Se viesse uma empresa da França, da Inglaterra, não haveria expectativa de que fosse diferente. Então o resultado final é mais grave ainda, porque há uma desilusão (Rossi, 2015, p. 53).

Em suma, este capítulo apresentou as características do reassentamento ao qual 5500 camponeses kitenses foram submetidos para dar lugar à exploração de shida por parte da Mucunha. Tratei do valor da terra para a população local e do significado de cedê-la para a exploração mineral. Destaquei que suas vozes foram apenas “burocraticamente” ouvidas mas pouco levadas em consideração tanto pela Mucunha quanto pelo governo kitense. Apresentei detalhes dos novos bairros e

apontei quais direitos das famílias acabaram sendo violados, o que resultou em uma situação de miséria para muitos dos reassentados. Por fim, argumentei que tanto o governo kitense quanto o brasileiro tem responsabilidades, garantidas por tratados internacionais, pelo ocorrido. O próximo capítulo discute as ações de RSC da Mucunha.

## **A RSC na Periferia**

O objetivo deste capítulo é apresentar as ações de RSC empreendidas pela Mucunha em Kito. Primeiramente, discuto a natureza de tais ações, ou seja, se estas são contratuais ou voluntárias. Na sequência, mostro que a Mucunha tirou proveito das fragilidades institucionais e regulatórias de Kito e que a filiação a entidades que promovem transparência e ética nos negócios não impediu a multinacional de cometer abusos. Por fim, discuto as diferentes visões acerca do “desenvolvimento” que a Mucunha traz a Kito, bem como as contribuições teóricas desta tese.

### **RSC Contratual ou Voluntária?**

O apoio da diplomacia brasileira, as “negociações” que culminaram no direito de extrair shida em condições fiscais favoráveis, o relacionamento da Mucunha com o governo kitense, bem como a construção dos kitenses como subalternos são as características da lógica de gestão colonial adotada pela Mucunha. Todas essas características baseiam-se em assimetrias de poder, primeiramente entre governos e posteriormente entre a empresa e o governo local e entre a empresa e a população local.

Outro aspecto da lógica colonial de gestão da Mucunha é a forma com que a empresa coloca em prática sua estratégia de RSC. Para aprofundar este argumento, é preciso lembrar, primeiramente, que existe um debate na área de RSC acerca do que o termo significa. Por um lado, há autores que defendem que a RSC compreende os impactos das atividades das companhias em termos sociais, econômicos e ambientais (Jenkins & Yakovleva, 2006; Siltaoja & Onkila, 2013; Littlewood, 2015). Se aceitarmos esta definição, então temos que o reassentamento e a consequente violação de direitos das comunidades - explorados no capítulo anterior - podem ser considerados um “impacto” da atividade da Mucunha.

Por outro lado, alguns autores consideram que a RSC compreende as responsabilidades sociais e ambientais das empresas que vão além dos requerimentos econômicos, técnicos ou legais (Carroll & Shabana, 2010; Idemudia, 2011; Joutsenvirta & Vaara, 2015; Littlewood, 2015; Siltaoja & Onkila, 2013). Com base nisso, cumprir a lei de Kito ou o que foi acordado com o governo não pode ser considerado responsabilidade social. César, da ONG A, corrobora esta visão ao defender que

cumprir a lei não pode ser visto como uma coisa boa, é uma obrigação. Há empresas que dizem que não, nós cumprimos a lei kitense, cumprir a lei é uma obrigação, não é um favor que devem fazer nem deveria ser opção. É uma obrigação.

Ivete, da Mucunha, também reconhece uma distinção entre ações de RSC contratuais e voluntárias:

o que nós temos como responsabilidade social, nós temos uma responsabilidade de desenvolver a região aonde a gente atua. [...] Quando você fala por exemplo de trabalho social, a gente tem vários trabalhos sociais. Alguns estão vinculados à nossa licença pra operar, que quando você tem uma licença pra operar, você tem algumas obrigаторiedades. E a outra é diretamente relacionado ao social.

Tendo isso em conta, são diversas as ações de RSC da Mucunha relacionadas ao “social”, conforme Ivete - aqui chamadas de voluntárias, seguindo Scherer e Palazzo (2007). Em 2013, por exemplo, a multinacional aplicou em Kito U \$ 33,1 milhões, sendo 72% deste montante na área social (Mucunha, 2013). Boa parte deste investimento (52%) foi para a área de infra-estrutura.

Bruno contou que “a Mucunha [...] reformou um monte de coisa na cidade, ela criou praças, ela tá [...] dando incentivo pras escolas se desenvolverem pra poder trazer um ensino melhor pra população” (Bruno). A empresa fez doações para orfanatos, escolas, infantários e para atingidos por enchentes (Mucunha, 2013). Um centro esportivo foi construído na região, já que para Ivete

você vê uma comunidade extremamente pobre onde a gente construiu um campo de futebol, um centro esportivo[...]. O objetivo é fazer a interação do esporte pro desenvolvimento social dele, ele ser mais integrado, trabalhar em equipe, trabalhar com as próprias limitações.

Além disso, 700 bicicletas foram distribuídas para moradores do Bairro I e a multinacional passou a oferecer cursos de capacitação profissional nas áreas de costura e bordado, hotelaria e turismo, comércio agro-pecuário, cadeia de tijolos (Mucunha, 2014b), carpintaria, construção civil e serviços domésticos (Mucunha, 2013). Tais iniciativas, segundo Ivete, têm a ver com

empreendedorismo. A gente[...] chama de preparação para o mercado de trabalho, programa de preparação para o mercado de trabalho, [...] é uma formação que eu dou pra comunidade que não necessariamente seja do segmento da Mucunha. Porque uma coisa é eu formar aquele profissional que eu quero pra Mucunha, é técnico mecânico, eletricista, etc., operador de caminhão. A outra é o fato, a outra questão é você formar por exemplo costureira, cozinheira, arrumadeira de hotel, por que? Porque a Mucunha acredita o seguinte: as vagas na Mucunha são limitadas, elas são finitas, não tem posição pra todo mundo. [...] Eles têm a parte prática, eles são certificados e recebem um kit de empreendedorismo, então se ela é costureira, ela recebe um kit pra poder começar seu empreendedorismo.

Outras ações de RSC referem-se ao

desenvolvimento humano e econômico [e incluem] campanhas de engajamento da comunidade e de segurança, obras de prevenção de acidentes em vias rodoviárias e ferroviárias, indenização à população e programas de desporto social [...]. As atividades incluíram ainda [...] a doação de mudas de frutas a residências, escolas e comunidades vizinhas e a instalação de rádio comunitária (Mucunha, 2013).

Também está presente na fala dos entrevistados a ideia de que a Mucunha faz mais do que deveria em termos de responsabilidade social. Por exemplo, Ivete evidencia que “a legislação nem exige certos cuidados com o meio ambiente, mas a Mucunha mesmo assim os toma”.

Construção de praças e centros esportivos, doações para escolas e orfanatos, distribuição de bicicletas e capacitação de profissionais para o mercado, de acordo com a literatura, podem ser consideradas ações voluntárias de RSC (Scherer & Palazzo, 2007). Ou seja, a implementação de tais ações não é contratual nem implica em benefício direto para a Mucunha.

Porém, em um trecho citado acima, a Mucunha declara ter investido em “indenização à população e programas de desporto social” (Mucunha, 2013), na mesma frase. Qual é o problema disso?



Programas de desporto social não possuem nenhuma relação com o reassentamento promovido pela multinacional, ao contrário da indenização às famílias. Esta última é uma obrigação da Mucunha por conta da remoção da comunidade que vivia no entorno da mina e, por isso, não pode ser considerada responsabilidade social. Esta clareza não está presente no referido trecho e pode levar o leitor a considerar as indenizações como ações voluntárias, o que não é factual.

Outro problema de tais ações de RSC é que ao contribuir “voluntariamente” com o desenvolvimento social (Scherer & Palazzo, 2007), empresas podem acabar assumindo papéis que antes cabiam a governos (Matten & Crane, 2005). Neste sentido, para César

se formos olhar o que é responsabilidade social e corporativa [...] é um ato voluntário da empresa, a empresa que decide que nós vamos dar isto, vamos construir escolas, mas construir escola, construir hospital, este é um papel do governo e não da empresa. O governo tinha seu plano de [governabilidade] e isto tudo deve ser feito em função deste plano, se querem construir o que.

O conflito de papéis de uma multinacional agindo como governo também foi uma preocupação de Hugo, já que

descarregar esse peso [construir escola, hospital, etc.] nas costas da empresa privada, a empresa privada tá lá pra dar lucro, ela não tá lá pra sustentar ninguém não, isso é obrigação do Estado. Então às vezes tem essa confusão, é um jogo de interesse.

Bruno entende que

é muito difícil, [...] como muitas vezes os governos nessas áreas não tão preparados, eles não conseguem fazer o investimento de uma forma que seja sustentável, daí inflaciona o local, então tem gente que ganha muito, pesadamente, outras pessoas que ganham muito pouco e isso é assim. É uma coisa que a empresa não consegue tomar uma atitude em relação a isso porque uma empresa que chega num local desses, existe uma tendência muito grande que ela comece a ser vista como um governo. Por exemplo, eu to investindo aqui, então tá, cuida aqui desse asfalto que eu tenho que fazer aqui, daí tenta jogar toda a responsabilidade do governo, de gasto do governo, investimento local, social, em cima da empresa. Então vamos melhorar o acesso à água potável pra todo mundo, sabe, essas coisas assim. Então é um relacionamento muito delicado que a gente tem que ter em relação a esse tipo de coisa, tem que ser muito cuidadoso e as empresas que trabalham nesse ramo de mineração e óleo e gás, elas

sabem, a empresa nunca pode assumir o papel do governo, ela cria um monstinho que vira independente da empresa.

Para Berkemeyer (2009) a implementação de práticas de RSC por corporações pode diminuir a capacidade de governança local. Ao fornecer infraestrutura básica em locais periféricos, empresas da indústria extrativa podem enfraquecer as autoridades locais (Berkemeyer, 2009). Neste sentido, Banerjee (2008b) lembra o caso da Shell na Nigéria, onde a multinacional passou a ser responsável pela construção de estradas, escolas e hospitais, além de representar 35% do PIB do país (Hertz, 2001). Vale lembrar que os investimentos da Mucunha em Kito, até 2016, corresponderão a 60% do PIB do país (Rossi, 2015).

De volta às obrigações contratuais da Mucunha, temos que “melhorar ou, pelo menos, restaurar os meios de sobrevivência e os padrões de vida das pessoas reassentadas” (Mucunha, 2014d, p. 28) são os objetivos do Banco Mundial para o investimento sustentável e foram adotados pela multinacional.

Um exemplo de ação cujo objetivo era restaurar os meios de sobrevivência das famílias afetadas pelo reassentamento foi o Programa de Relacionamento com as Comunidades, que ocorre por meio da atuação de 20 agentes comunitários, moradores do reassentamento (Mucunha, 2014b). O objetivo do programa é “estabelecer a ligação entre a Mucunha e as comunidades, levando as preocupações das comunidades para a Mucunha e da Mucunha para as comunidades” (Mucunha, 2014b, p. 62). Durante a visita ao reassentamento, tive a oportunidade de conversar com alguns destes agentes, que foram eleitos pela comunidade.

Além disso, a Mucunha promove projetos para geração de renda, como suporte para avicultura, horticultura, culturas de rendimentos e finanças rurais, que beneficiaram mais de 900 pessoas (Mucunha, 2014b). Os programas de geração de renda incluem a criação de frango, gado e a plantação de hortículas. Cerca de 300 a 400 famílias estão envolvidas e a adesão é voluntária. Em alguns casos, a renda gerada chega a ser de U\$ 300 por mês (Renato). A Mucunha tenta garantir um mercado para a comunidade por meio da compra de produtos para o refeitório (Renato).

O mais importante programa de geração de renda é o Projeto Alfa<sup>15</sup>, que consiste em proporcionar assistência técnica às comunidades sobre como plantar no solo do Bairro I, que é diferente do solo que as pessoas estavam acostumadas a plantar antes de serem realocadas (Renato). Segundo o entrevistado, especialistas em agricultura fazem uma espécie de *coaching* com os moradores, mostram o modelo, fazem demonstrações, testes, etc.

Através do Projeto Alfa a Mucunha desenvolve estratégias nos pilares: desenvolvimento, investimento, apoio, transferência de técnicas e tecnologias agro-pecuárias através de treinamentos dentro [de uma] fazenda ou fora dela onde os projetos são desenvolvidos (Mucunha, 2014b, p. 32).

Inácio destaca que o Projeto Alfa visa formar as pessoas e fornecer o material necessário para o começo da criação de animais ou o plantio. Os técnicos constroem um aviário, por exemplo, na residência da família, e lá ela aprende a criar o frango (Inácio). A venda dos quatro primeiros lotes serve como pagamento pelo material inicial e o quinto lote é o começo do lucro (Inácio). No caso do gado, a família começa com três cabeças e tem um ano para efetuar o pagamento por elas. Para Renato, não é papel da Mucunha implementar projetos como este, mas ela ainda assim o faz. Ivete destaca que

o Projeto Alfa foi um trabalho social fantástico, é algo que emociona qualquer pessoa porque aqui a questão da fome é muito grande [...] e aí o Projeto Alfa foi criado pra poder formar pessoas de como cuidar de uma horta. [...] Você vê no lugar que tem limitação de água, tem limitação de tecnologia e você vê literalmente uma fazenda onde tem vários frutos, tomate, alface. Eles treinam, a Mucunha cede a semente e aí tem também frangos, a Mucunha dá os filhotes, os pintinhos [...]. Eles são qualificados, eles são treinados, a Mucunha dá a primeira, doa né, a primeira leva para que eles possam fazer a produção. E o melhor é que a Mucunha, agora tudo o que é produzido pelo Projeto Alfa e pelas hortas que estão surgindo, a Mucunha tá absorvendo pros nossos refeitórios porque a gente faz alimentação pro nosso trabalhador. Então ele produz e já tem a venda garantida.

Ao contrário do que acredita Ivete, a Mucunha não está “formando as pessoas sobre como cuidar de uma horta” porque isso elas fazem há gerações e não precisam ser ensinadas. A ideia de que a multinacional está “qualificando” os

---

<sup>15</sup> O nome do projeto foi alterado para garantir o sigilo do caso.

moradores locais a plantar parece refletir a missão civilizatória do período colonial (Mushi & Kurian, 2005). Vale lembrar que parte dessa fome e da limitação de água mencionadas pela entrevistada foram causadas pela própria ação da Mucunha.

Aqui percebemos que a empresa se coloca como contribuindo “voluntariamente” (“é um trabalho social fantástico”) para o bem estar da população local. Entretanto, cabe questionar se um programa de geração de renda como o Projeto Alfa não seria uma obrigação da Mucunha já que os moradores foram realocados para áreas menos férteis e com limitação de água, em que o plantio e a criação de animais tornaram-se atividades consideravelmente mais difíceis. Vale lembrar que a mudança ocorreu *por causa* da Mucunha, portanto acredito ser sim seu papel proporcionar condições para o auto-sustento das famílias, tal qual ocorria antes do reassentamento. A mesma lógica é defendida por César, para quem

devolver uma casa, quando eles dizem construção de casas de reassentamento, não é responsabilidade social e corporativa, aquilo é obrigação porque a empresa tirou as pessoas de um local pra outro. É obrigação da empresa devolver estas pessoas, pelo menos que estejam nas condições mínimas que tinham antes ou melhor. [...] Olhar para responsabilidade social corporativa como sendo a solução de trazer benefícios, a escola, as pessoas tinham, hospital, tinham, as casas, tinham, então o que a empresa está a fazer, está a devolver aquilo que eles tinham.

Apesar de ser, em teoria, um projeto produtivo, o Projeto Alfa foi alvo de diversas críticas. Desde o começo do reassentamento, segundo Jonas, o pessoal da Mucunha se ofereceu para colocar fertilizantes nas hortas das famílias para preparar a terra, o que seria feito por seis meses. Entretanto, uma vez que se começa a utilizá-los, é preciso usar continuamente e as famílias não teriam condições de manter a compra e aplicação (Jonas). Nas melhores terras do bairro se conseguia produzir, porém no restante, faltava irrigação adequada - lembra Jonas. Para Leonardo

temos também o dilema do Projeto Alfa. O Projeto Alfa é apenas um cartão de visitas da Mucunha pra dizer que nós estamos a fazer alguma coisa. Eu acho que o sistema que eles utilizam [...] não é adequado para aquele tipo de terreno, então é muito oneroso pras comunidades. Eles utilizam fertilizantes, utilizam irrigação e as comunidades não tem essas condições, então quer dizer, eles estão a enganar a opinião pública. Apresentam aquilo na fotografia, nas imagens, mas não beneficiam a comunidade. Eu penso que a Mucunha devia ser um pouco séria para desenhar programas e ideias coerentes à situação das comunidades.

O que está em jogo neste caso são os custos das técnicas de plantio trazidas por especialistas da multinacional, os quais as comunidades não têm condições de arcar no médio e longo prazos. Para Mushi e Kurian (2005) as multinacionais reforçam um discurso de desenvolvimento sustentável, que tem por objetivo salvar o planeta e não destruí-lo, que é o que comumente fazem. Porém, na prática, a exploração continua a ocorrer (Mushi & Kurian, 2005). Conforme sugerido por Leonardo, ações de RSC como o Projeto Alfa podem ser um modo encontrado pelas empresas para desviar críticas e associarem sua imagem a “fazedoras do bem” (Newell & Frynas, 2007).

Em suma, a forma com que a Mucunha implementa certas práticas de RSC em Kito parece reforçar sua lógica colonial de gestão. Por um lado, quando a empresa contribui “voluntariamente” para o desenvolvimento de Kito, corre o risco de ser confundida com o governo local, o que pode vir a enfraquecê-lo. Por outro lado, algumas ações que a multinacional divulga como sendo RSC, são na verdade obrigações contratuais. Neste sentido, a RSC pode ser vista como uma ferramenta de relações públicas que serve para desviar críticas à companhia, neste caso a violação de direitos das comunidades vizinhas à mina. Além disso, a partir do Projeto Alfa, a Mucunha acredita estar “treinando” os locais sobre como cuidar de uma horta, o que pode ser entendido como uma espécie de missão civilizatória, reforçando a lógica colonial de sua estratégia de RSC.

A seção seguinte trata de outro aspecto da lógica colonial de gestão da Mucunha que é a obtenção de benefícios a partir do ambiente regulatório pouco estruturado de Kito.

### **As Fragilidades Institucionais de Kito como Vantagem**

A ausência de normas que regulam a atuação de multinacionais em Kito e a dificuldade do governo em fazer valer as leis existentes foi citada por alguns funcionários da Mucunha como uma vantagem de operar no país. Carla, por exemplo, explicou que

foi mais uma questão de uma nova fronteira, talvez não ter tantas questões ambientais, restrições ambientais como países mais desenvolvidos, ainda de não ter uma área... É um país ainda não estruturado, seja questão ambiental, seja questão regulatória, não existe um regulatório hoje. [...] A gente segue os contratos que a gente negociou, então você acaba também conseguindo algumas condições melhores do que num país onde você tem um regulatório já estabelecido com algumas normas, com taxas, com várias outras coisas, acho que isso é um benefício.

Carla mencionou que a Mucunha segue as condições contratuais que “negociou” com o governo de Kito. Porém, vale lembrar que em 2004, o valor de mercado da Mucunha era de U\$ 154 bilhões enquanto que o PIB de Kito, no mesmo ano, era de U\$ 8,6 bilhões (Rossi, 2015). Aqui fica clara a assimetria de poder entre as partes, cabendo questionar se a “negociação” teve bases justas.

Outro ponto desta fala que merece destaque é a comparação de Kito com países mais desenvolvidos e estruturados em termos institucionais. Esta é uma questão central da discussão da RSC na periferia global. Países desenvolvidos geralmente contam com um ambiente regulatório relativamente estável, o que faz com que as empresas sejam pressionadas a adotar práticas de RSC (Hilson, 2012). Porém, este não é o caso de países periféricos, como Kito. Diversos autores lembram que normas, padrões e estruturas regulatórias variam consideravelmente de país para país (McWilliams, Siegel, & Wright, 2006; Joutsenvirta & Vaara, 2015; Sanders, 2012). Para César, os dirigentes da Mucunha “sabem que a lei kitense pode ser fraca num determinado assunto, mas preferem ignorar porque é mais lucrativo pra eles se não cumprirem um determinado padrão”.

Para Carlos as multinacionais se aproveitam das incapacidades internas do governo de Kito. Na província em que se encontra a mina, por exemplo, não há técnicos qualificados em número suficiente para monitorar e fiscalizar as empresas mineiras (Mosca & Selemene, 2012). César, que trabalha para a ONG A, falou que

um dos discursos que existia muito em Kito é que a questão das isenções fiscais era pra atrair o investimento estrangeiro para o país, mas há que perceber que uma das coisas também que atrai investimentos estrangeiros sobretudo pra empresas que não gostam de cumprir com os padrões nacionais ou internacionais que apenas concentram-se no lucro. Esta fragilidade dos governos e dos políticos, dos que tomam decisões nestes países. Um país como Kito está cheio de fragilidades, temos o problema da corrupção, isto atrai! Torna-se um investimento muito mais barato, então o recurso de um determinado país torna-se barato por vários fatores. Se há problemas de corrupção, há fragilidade, há falta de capacidade técnica pra monitorar, acaba sendo o próprio investidor a decidir como vai atuar dentro um país como Kito.

Scherer e Palazzo (2007) defendem que as multinacionais escolhem entre diversos sistemas legais qual é o mais vantajoso para suas operações, no que diz respeito a leis trabalhistas, ambientais e sociais, sendo que esta parece ser a racionalidade adotada pela Mucunha a partir das palavras de Carla.

Um exemplo da fragilidade das regulações kitenses é que somente em agosto de 2012, três anos após a realocação das 5500 pessoas para os Bairros I e II, é que foi aprovado o Regulamento do Reassentamento, clarificando os mecanismos de fiscalização do governo e as obrigações das empresas (ONG, I, 2013). Companhias cujas operações requerem o reassentamento de comunidades passaram a ter que elaborar um plano de realocação da população de acordo com as novas regras. A aprovação do documento foi considerada uma vitória por diversas organizações da sociedade civil kitense. O Regulamento do Reassentamento

estabelece regras e princípios básicos sobre o processo de reassentamento, resultante de atividades econômicas de iniciativa pública ou privada, efetuadas por pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, com vista a promoção da qualidade de vida dos cidadãos e a proteção do ambiente (Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Atividades Econômicas, 2012, p.2).

Marcos defende que o que está no regulamento

é o bem estar que a pessoa tem que estar, tem que impulsionar o desenvolvimento, as pessoas, se tinha comida e lá onde moram, devem encontrar também condições iguais ou mais [...]. [Isso foi] outra vitória significativa [...], antes não havia o Regulamento do Reassentamento, que já temos. O reassentamento já está regulado, então já temos uma base como discutir e certamente com os futuros reassentamentos, já não vão ser do mesmo jeito.

César esclareceu que

este regulamento foi aprovado [...] depois exatamente do surgimento de empresas como a Mucunha[...]. Viu-se essa necessidade que até foi resultado de um trabalho de pressão por parte da sociedade civil em que se exigia um regulamento claro porque o que acontecia antes era que cada empresa entrava e agia como quisesse, então havia, viu-se necessidade de haver um regulamento, um padrão.

Um ponto positivo, segundo Leonardo, é que “embora este regulamento não tenha sido sido abrangente, discutido com muita abrangência, [...] é uma base de discussão e podemos melhorar”.

Porém, apesar de representar um avanço, para a ONG I (2013) a elaboração e adoção do regulamento por parte do governo foi tão rápida que tomou a sociedade, empresas, doadores internacionais e conselheiros técnicos por surpresa. Entre as críticas, está o fato de que o documento não endereça questões acerca da terra e meios de subsistência, acesso à saúde, mecanismos de comunicação, consulta e participação das comunidades afetadas (ONG I, 2013). Além disso, não requer que as infra-estruturas sejam construídas antes da mudança para os novos locais de moradia.

Outra fragilidade de Kito que acabou beneficiando a Mucunha foi o fato de que a sociedade civil, à época da chegada da mesma, estava pouco afeita à “fiscalização” de grandes multinacionais ou de megaprojetos. Porém, na medida em que a divisão de tarefas de regulação entre empresas e governos tem ficado cada vez mais incerta (Scherer & Palazzo, 2011; Drebes, 2014b), organizações da sociedade civil passaram a atuar com o objetivo de fechar os *gaps* de governança (Banerjee, 2014; Scherer & Palazzo, 2007; Schneider, 2014). Assim sendo, a defesa de comunidades como a que foi afetada pelo reassentamento da Mucunha está na base da atuação de diversas organizações não governamentais em Kito.

Appiah (1997) defende que a proliferação deste tipo de organização vem ocorrendo em toda a África pós-colonial. Segundo os entrevistados, o papel das ONGs consiste em informar as comunidades sobre seus direitos, oferecer a elas os mecanismos legais para exercer tais direitos, além de denunciar violações e fazer pressão sobre o governo local e a comunidade internacional. Marcos explicou que

nós como ONG J, [...] temos as nossas áreas de atuação que é educação cívica e informação. O nosso papel é educar as pessoas e informar com relação aos direitos que eles têm e divulgar os instrumentos legais [...]. E depois a outra parte é apoio legal, é garantir a defesa. A nossa lei, a nossa constituição diz que todo cidadão tem direito à defesa, independentemente do tipo de crime que tenha cometido, então nós aparecemos como defensores oficiosos em algum momento para assistir as pessoas que não têm possibilidade de pagar um advogado e estamos lá pra dar toda a assessoria jurídica. E a nossa área é denunciar a violação dos direitos humanos, denunciar, por isso não temos medo de falar porque quando falamos, acreditamos que pode ajudar alguma coisa, através dos estudos. E isso pode influenciar alguma mudança, então esse é nosso papel, denunciar qualquer tipo de violação.



César acredita que

nós como sociedade civil, nós como ONG A, penso que nós devemos continuar a mobilizar as pessoas, mobilizar as comunidades, educar, isto é, treinar, dar uma pequena instrução ou fortalecer as suas capacidades de resistência pra poderem resistir a estas violações dos seus direitos. [...] Sabemos que uma boa parte dos kitenses ainda não tem capacidade de ler, ainda existe muito analfabetismo, mas é possível nós como sociedade civil e é um trabalho que nós fazemos nas comunidades, que é capacitá-los pra poderem discutir melhor.

Osmar esclareceu que o papel da ONG L é essencialmente informar as pessoas que elas têm direitos. Outra ação da organização é estimular que os camponeses adquiram o DUAT por suas terras para que possam protegê-las de futuras concessões à empresas. Já a ONG H atua na defesa dos interesses e direitos dos camponeses e estimula que as pessoas se encontrem e façam associações, de acordo com Douglas. Carlos defende que o papel da ONG J é comunicar-se com governo e empresa, conduzir processos na justiça e defender a comunidade. César da ONG A contou que

nós sempre usamos os mecanismos legais, enviamos cartas, os nossos boletins, os nossos artigos, as nossas publicações, nós partilhamos com o governo. Convidamos o governo para os seminários, *workshops* que nós organizamos [...]. Sempre tentamos envolver o governo, mas nós recorremos, por exemplo, à procuradoria da república, ao tribunal administrativo, [...] à assembléia da república. Temos uma carta que submetemos em dezembro de 2011 por causa destas violações, constantes violações da Mucunha, [...] mas que simplesmente não temos respostas. Só este ano já enviamos mais de 10 cartas [...] mas simplesmente não há resposta.

Para Leonardo da ONG F

nossa bandeira programática é o trabalho nas comunidades, olhando para aquilo que são os problemas que os megaprojetos trouxeram pra vida das comunidades, a transformação na vida das comunidades e a falta de cumprimento de algumas promessas, então é a razão do nosso ser. E nós fazemos este trabalho desde 2010, muito depois da Mucunha ter se instalado em Kito e nós fomos correndo atrás do prejuízo porque a situação já estava feia e os problemas estavam presentes. O que devíamos fazer era minimizar os efeitos do problema e tentar correr atrás dos direitos das comunidades que perderam.

Neste sentido, Faria e Sauerbronn (2008) argumentam que por conta de más práticas empresariais como o escândalo de corrupção ocorrido na Enron é que organizações não governamentais e ativistas passaram a monitorar as corporações mais de perto. Apesar disso, a atuação das organizações não governamentais também é alvo de críticas. Para Hugo

a Mucunha é muito pressionada, apanha muito aqui com isso, [...] tem muito interesse. Entram as políticas, você tem ONG norte-americana, ONG europeia que dá dinheiro pra ONG fazer barulho. E o que ela quer? Ela quer é criar problema.

Da mesma forma, Eduardo e Renato atribuem o “agito” a ONGs internacionais que dão dinheiro para os moradores “serem do contra”. Muitas ONGs foram tachadas pelo governo ou outros setores da sociedade como “anti-desenvolvimento”. Segundo Jonas a Mucunha declarou várias vezes: “vocês são contra o desenvolvimento”.

Além de serem considerados contra o desenvolvimento de seu próprio país, alguns ativistas relataram terem sido perseguidos ou intimidados ao denunciarem as violações cometidas pela Mucunha. Em junho de 2012, por exemplo, um assessor de imprensa da ONG A foi impedido por autoridades brasileiras de ingressar no Brasil e imediatamente repatriado para Kito (Martins, 2012). O ativista havia ido ao Brasil para participar da Cúpula dos Povos, evento que ocorria em paralelo à Rio+20 e a ONG em que trabalhava vinha denunciando continuamente as ações da Mucunha em Kito. De acordo com o assessor:

À minha chegada, ouvi uma senhora pronunciar que estava impedido. Passaram-se 30 minutos, um agente apareceu com dois outros seus companheiros e disse-me que eu seria recambiado para Kito de imediato. Não me apresentaram as razões daquela decisão. Eu próprio procurei saber quais eram as motivações daquela decisão e a única resposta que eu tive foi que a Polícia Federal tinha competência para tomar as decisões e a mim me restava apenas cumprir. E foi isso que aconteceu. Me escoltaram até a sala de embarque da companhia [...]. Insisti em apresentar a minha documentação, a minha legalidade que eu tinha autorização emitida pela Embaixada do Brasil em [capital de Kito], inclusive eu tinha provas documentais que confirmavam a reserva do hotel, a carta-convite da [nome da instituição que o convidou]. Ainda assim o polícia ignorou toda a minha preocupação. Embarquei [...] sem o passaporte, sem saber o que estava acontecendo efetivamente. Três horas depois, aproximadamente, do voo ter levantado, foi quando me foi entregue o meu passaporte, dentro de um envelope. Em uma das páginas do passaporte estava estampado um

carimbo dizendo 'impedido', consta no Sistema Nacional de Procurados e Impedidos (informação verbal)<sup>16</sup>.

Quando questionado se a deportação estaria relacionada com as denúncias feitas pela ONG A à Mucunha, o ativista respondeu:

Eu próprio e a ONG A temos estado, nos últimos tempos, envolvidos com muita dedicação na denúncia da situação do projeto da Mucunha, particularmente com as famílias reassentadas e com todos os problemas à sua volta. Isso é verdade, temos recebido de vários setores ameaças [...] e nesse momento acontece esse tipo de impedimento e uma das tarefas essenciais da minha agenda que eu ia fazer no Brasil era precisamente expor o caso da Mucunha Kito numa conferência [...]. Não temos evidências nem fatos que possam estabelecer alguma correlação entre as duas coisas, nós como ONG A não temos elementos suficientes que permitam fazer esta leitura (informação verbal)<sup>17</sup>.

Santos atribui atitudes como esta aos conflitos de interesse entre governos e empresas, que

podem resultar [em] graves violações dos direitos humanos como quando o ativista ambiental [nome do ativista], que levava consigo para a Conferência da ONU, Rio+20, denúncias dos atropelos da Mucunha, foi arbitrariamente impedido de entrar no Brasil e deportado (e só regressou depois de muita pressão internacional), ou quando, às organizações sociais é pedida uma autorização do governo para visitar as populações reassentadas como se estas vivessem sob a alçada de um agente soberano estrangeiro (Santos, 2012, pp.1-2).

Referindo-se a intimidações no que tange à realização de seu trabalho frente à ONG A, César declarou que estas

acontece[m] com muita frequência, sobretudo a nível local, quando vamos fazer o trabalho de campo porque devido ao projeto da Mucunha, [...] pra entrarmos e trabalharmos ou visitarmos Bairro I ou se vamos fazer um trabalho a nível das comunidades, o governo agora exige que tenhamos uma credencial que é como se fosse uma carta.[...] Existia, no tempo, logo após a independência, que aquilo chamava de guia de marcha, que se eu quero viajar dentro do país, preciso de uma carta que diz que sou autorizado a ir e visitar [nome da cidade], então nesse momento isso é exigido. Não se chama guia de marcha hoje, chama credencial, mas continua a ser o mesmo procedimento, em que eu, quando vou pra [nome da cidade], tenho que chegar ao governo local, me apresentar, [...] esta é minha credencial e se eles não assinarem aquele documento, isto é

<sup>16</sup> Depoimento em áudio do referido ativista à RFI em junho de 2012 (Martins, 2012).

<sup>17</sup> Depoimento em áudio do referido ativista à RFI em junho de 2012 (Martins, 2012).

basicamente dizer que eu não posso trabalhar naquela província e se eu vou visitar Bairro I, [...] simplesmente a polícia [...] vê a nossa paragem e diz que não, nós não podíamos trabalhar porque não trazemos credencial. [...] Já fizemos várias críticas a nível dos média, porque é importante, porque embora Kito não tenha a mídia tão independente, [...] nós fazemos quando isso acontece, em que somos intimidados, somos ameaçados, então é importante que os média joguem um papel importante neste todo processo, tornar o debate público e tornar um problema público também é um mecanismo de segurança.

Marcos também relatou que sofreu perseguição do governo, pois suspeitavam que ele tivesse vínculos partidários. Contou que alguém o seguiu durante alguns meses e quando perceberam que ele não tinha ligação com nenhum partido político, pararam de segui-lo.

Em suma, a ausência de um sistema regulatório estruturado em Kito foi considerada pela Mucunha como um atrativo, já que a multinacional segue apenas as condições que negociou com o governo - sendo esta relação desigual em termos de poder conforme argumentado anteriormente. Somente três anos após a realocação da comunidade é que ocorreu a aprovação do Regulamento do Reassentamento, em parte por pressão da sociedade civil. Porém, como foi aprovado após a realocação das 1365 famílias pela Mucunha, não pôde ser utilizado para cobrar ações da multinacional. Além disso, à época da instalação da Mucunha em Kito, haviam poucas organizações da sociedade civil capacitadas para fiscalizar as ações de uma multinacional deste porte. A proliferação deste tipo de organização parece ter sido um efeito da chegada da Mucunha no país.

A próxima seção trata da filiação da Mucunha a organizações internacionais que promovem transparência e sustentabilidade e seu impacto na atuação da empresa.

## **Fazedoras do Bem aos Olhos do Mundo**

Outro aspecto que merece destaque na discussão da RSC da Mucunha é que empresas da indústria extrativa estão entre as principais divulgadoras de informações relacionadas a suas práticas sociais (Hilson, 2012). Diversos autores (Banerjee, 2008b; Jenkins & Yakovleva, 2006; Kemp *et al.*, 2011) argumentam que

isso ocorre devido às críticas que o setor mineral vem recebendo por conta dos impactos de suas atividades, sendo a divulgação de informações crucial para amenizar sua imagem negativa entre os investidores.

É possível afirmar que esta é uma estratégia adotada pela Mucunha, já que a empresa publicou anualmente, entre 2006 e 2014, seu Relatório de Sustentabilidade. Na edição de 2013, por exemplo, a empresa declarou que “além da nossa contribuição para o desenvolvimento da indústria minerária de Kito, somos um dos principais investidores na infraestrutura logística local” (Mucunha, 2013, p. 1).

A Mucunha, tal qual o governo de Kito, endossa a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A multinacional declara que tem como princípios fundamentais “a proteção, promoção e conscientização dos direitos humanos em suas atividades e ao longo de sua cadeia produtiva, em conformidade com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos” (Mucunha, 2014c, p. 4). A Mucunha (2014d, p. 8) também declara estar ciente de que

cada vez mais se fala e se pensa em direitos humanos em todos os espaços sociais e, no mundo corporativo, isso não é diferente. Nós, como empresa, estamos conscientes do nosso papel em contribuir com o respeito e a promoção de direitos humanos.

A Mucunha “acredita [ser] um instrumento para o desenvolvimento sustentável de Kito. A empresa ainda busca respeitar os valores e costumes locais” (Mucunha, 2014b). Um dos pilares de sua estratégia é “cuidar das pessoas”. Em seu Guia de Direitos Humanos (Mucunha, 2014d, p. 6-7), a empresa defende que, em relação às comunidades locais, indígenas e tradicionais

procuramos conhecer detalhadamente os territórios onde atuamos ou pretendemos atuar. Buscamos estabelecer um processo contínuo de engajamento com as comunidades, de gestão de impactos socioculturais, econômicos e ambientais, e contribuir para o desenvolvimento local sustentável. Promovemos ações de conscientização dos direitos humanos, com especial atenção à erradicação do trabalho forçado e infantil e à promoção dos direitos das crianças e adolescentes. [...] Além disso, temos trabalhado sistematicamente a fim de evitar que violações de direitos humanos ocorram em nossas atividades, estabelecendo maneiras de prevenir, mitigar e remediar casos de impacto aos direitos humanos (Mucunha 2014d, p. 9).

Em seu Código de Ética e Conduta (Mucunha, 2014c, p. 4), consta como princípio fundamental “a proteção, promoção e conscientização dos direitos humanos em suas atividades e ao longo de sua cadeia produtiva, em conformidade com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos”.

Apesar disso, Drebes (2014a) considera que a implementação de códigos de conduta pode ser vista como uma estratégia de *greenwashing*, já que estes costumam afetar apenas aspectos superficiais da operação. Além disso, tais códigos muitas vezes são baseados no pressuposto de que existem valores e normas universais sobre que responsabilidades uma empresa deveria ter (Drebes, 2014a), o que reflete a ideia de que a RSC é “universal”, ou seja, válida para toda a humanidade (Aschroft, Griffiths, & Tiffin, 1989). Entretanto, as normas de RSC não são universais e perspectivas particulares não são globalmente aplicáveis (Blowfield & Frynas, 2005).

Além disso, a Mucunha é filiada a organizações internacionais que promovem transparência na indústria extrativa e princípios de responsabilidade social e sustentabilidade, como a EITI, GRI e Pacto Global.

A *Extractive Industries Transparency Initiative* (EITI), por exemplo, consiste em um padrão global para promover a gestão aberta e transparente de recursos naturais (EITI, 2015a). Seu objetivo é informar o debate público e estimular a confiança em governos e companhias. Um dos pressupostos da iniciativa é que recursos naturais como petróleo, metais e minerais pertencem aos cidadãos dos países em que se encontram e que, se geridos irresponsavelmente, podem levar a conflitos e corrupção (EITI, 2015a).

Por conta disso, mais abertura sobre como um país administra seus recursos naturais é necessária para assegurar que estes beneficiem todos os cidadãos (EITI, 2015a). Países signatários da EITI publicam informações sobre o pagamento de impostos, licenças, contratos, produção e outras informações chave sobre a extração de recursos, o que permite à população analisar estes dados e questioná-los se necessário. Sendo assim, a declaração da Mucunha sobre direitos humanos no site da entidade diz o seguinte:

Como empresa líder na indústria extrativa [...], nós cumprimos integralmente as regulações nos países em que operamos. Nós também acreditamos que é essencial demonstrar nossa contribuição aos governos e

economias locais como parte da boa cidadania corporativa” (EITI, 2015b, p. 1, tradução nossa).

Apesar disso, não há consenso acerca dos valores pagos pela Mucunha em impostos e os valores recebidos pelo governo de Kito. César defende que

Kito aderiu só no ano passado ao EITI [...], mas nas poucas informações que existem sobre as contribuições da Mucunha, e aquilo que de fato entrou nos cofres, o que a Mucunha divulga que deu em termos de contribuição, em termos de impostos, e o que o governo revela que recebeu, há discrepância, não são os mesmos valores.

Já a *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma entidade que auxilia empresas, governos e outras organizações a entender e comunicar o impacto dos negócios em áreas como mudança climática, direitos humanos, corrupção, entre outros (Global Reporting, 2015). Em especial, a GRI provê os padrões para a elaboração de relatórios de sustentabilidade amplamente utilizados ao redor do mundo. Segundo a ONG B (2012, p. 3) a Mucunha participa “do GRI e publica anualmente seu Relatório de Sustentabilidade com o objetivo de mostrar alinhamento com os princípios internacionais de responsabilidade social e ambiental, dos quais é signatária”.

A Mucunha também endossa o Pacto Global das Nações unidas, cujos princípios incluem: 1) empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos; e 2) empresas devem assegurar que não participam de abusos de direitos humanos (UN Global Compact, 2015). Apesar de tudo isso, conforme descrito anteriormente, a Mucunha acabou por violar os direitos das comunidades que reassentou, em especial o direito à informação, habitação, água, meios de subsistência e alimentação.

Para Banerjee (2014) e Blowfield e Frynas (2005) o grande problema dos códigos de conduta, declarações de direitos humanos e relatórios de sustentabilidade é a falta de mecanismos de *accountability* para assegurar sua aplicação. No caso da Mucunha, mesmo sendo filiada a EITI e GRI e Pacto Global das Nações Unidas, mesmo publicando relatórios de sustentabilidade regularmente, tendo um Guia de Direitos Humanos e um Código de Ética (os quais foram consultados para esta pesquisa), mesmo suportando a Declaração Universal de Direitos Humanos - todas essas iniciativas louváveis e com vistas a promover

práticas de negócios éticas, porém sem nenhuma validade legal (Banerjee, 2008b) - ainda assim não a impediram de cometer violações às comunidades reassentadas em Kito.

Além disso, há poucas evidências de que empresas socialmente responsáveis tenham algum benefício ou sejam punidas caso não cumpram com suas obrigações (Banerjee, 2014). Como resultado, é possível inferir que, de acordo com a lógica de gestão da Mucunha, “não vale à pena” ser socialmente responsável, o importante é estar em dia com os mecanismos internacionais de controle e publicar relatórios nas datas acordadas e de acordo com os padrões da GRI, por exemplo. Banerjee (2014) vai além ao afirmar que filiar-se a uma grande quantidade de iniciativas ligadas à responsabilidade social pode ser um substituto para por fim a violações sem questionar as dinâmicas de poder que possibilitam que estas aconteçam - sendo que este parece ser o caso da multinacional em estudo.

Hutchins *et al.* (2007) acreditam que muitas mineradoras utilizam o discurso de responsabilidade social e sustentabilidade para legitimar suas atividades. Isso ocorre porque empresas do setor mineral são alvo constante de grupos de pressão mundo afora (Jenkins & Yakovleva, 2006). Para Iglesias e Costa (2011, p. 22) a Mucunha

quer ser percebida como contribuindo ao desenvolvimento sustentável dos países em que atua e à integração social dos mesmos. Para isso, [...] investe em programas sociais e ambientais para mitigar eventuais impactos de seus investimentos.

Para Newell e Frynas (2007) a RSC nada mais é do que uma ferramenta de relações públicas que serve para desviar críticas e promover uma imagem de “fazedora do bem”. Neste sentido, César acredita que um “a responsabilidade social e corporativa [...] é um dos mecanismos usados [pelas empresas] pra convencer as pessoas que de fato estão a fazer, estão a contribuir”.

Em suma, a Mucunha tem divulgado informações sociais e ambientais sobre sua operação em Kito e filiou-se a instituições que promovem transparência e ética, como EITI, GRI e Pacto Global. Este é um comportamento comum a empresas da indústria extrativa, sendo que esta pode ser uma estratégia para desviar críticas acerca dos impactos muitas vezes nefastos de suas operações. Mesmo possuindo um Guia de Direitos Humanos, um Código de Ética e Conduta e publicando



regularmente Relatórios de Sustentabilidade de acordo com padrões internacionais, estes não impediram a violação de direitos das comunidades vizinhas à Mucunha. Além de muitos destes mecanismos não possuírem validade legal, há poucas punições caso sejam descumpridos. A RSC parece ser, portanto, apenas um discurso para legitimar as atividades e violações da Mucunha.

A próxima seção discute o “desenvolvimento” promovido pela Mucunha em Kito.

## **Desenvolvimento à Brasileira**

Algumas entrevistas revelaram o fato de que a Mucunha e os brasileiros acreditavam estar “desenvolvendo” Kito. Isso ocorreria, segundo eles, a partir de “ensinamentos” sobre como o governo deveria agir, da “exportação” de um padrão brasileiro de gestão e de uma “cultura do trabalho”, bem como por meio de melhorias em infra-estrutura e criação de empregos. É possível afirmar que subjacente a esta lógica de pensamento está a retórica da modernidade (Mignolo, 2005) segundo a qual a situação de atraso econômico de Kito poderia ser “corrigida” com “desenvolvimento” (Adamhounme, 2011; Misoczky, 2011).

Porém, a questão: ‘o que é desenvolvimento?’ também apareceu nas entrevistas. Deveria este desenvolvimento ser pensando a partir dos olhos do Brasil ou de Kito? Esta discussão muitas vezes embutia uma nova pergunta: ‘desenvolvimento pra quem?’.

Bruno, funcionário da Mucunha, quando questionado sobre qual era o legado que a Mucunha estava deixando para Kito, declarou que

é bem difícil responder essa pergunta. Na minha visão como um estrangeiro, é o que nós estrangeiros consideramos como desenvolvimento, mas essa é minha visão como estrangeiro. Pra mim é assim, é o que a gente trouxe de respeito, é o que a gente trouxe de investimento social, é o que a gente trouxe de oportunidade, é o que a gente trouxe de comprometimento. [...] Eu não vejo como o dinheiro, eu não vejo de maneira alguma como isso, mas eu vejo como uma consciência social. [...] Daí entra aquela coisa assim da mineração, é muito difícil tirar o minério do chão, mas infelizmente hoje em dia, a gente não consegue viver sem a maioria dos minérios, [...] a gente precisa de shida. Então qual é a melhor maneira da gente tirar minério da terra sem ferrar com um país ou ferrar

com a população ou ferrar com tudo? Nesse ponto eu acho que a gente, que a empresa faz um investimento bonito em relação a esse tipo de coisa, isso são coisas que eu acho legal, que eu realmente acredito.

Bruno reconhece que sua é uma - entre outras - visões sobre o que é desenvolvimento. Ivete também acredita que a Mucunha desenvolve um “bonito” trabalho em Kito: “a gente faz o que faz porque gosta de gente”. A entrevistada comentou que “cada vez que vou pra [área de reassentamento] eu revigoro meus valores Mucunha, antes não tinha nada lá”. Discurso similar aparece com frequência em relatórios de sustentabilidade publicados por multinacionais da indústria extrativa. Jenkins (2004) argumenta que preocupações das mineradoras com o bem estar das comunidades vizinhas são citadas de forma proeminente nestas publicações. A racionalidade por trás da existência de uma mina na comunidade é que esta estará melhor por causa da ação da empresa - tanto no curto quanto no longo prazo (Jenkins, 2004).

Aos olhos da sociedade civil kitense, em contrapartida, outras formas de desenvolvimento seriam desejáveis, já que, conforme aponta César

quando falava da questão social e cultural [...], a terra em si tem um significado muito muito importante. É por isso que se voltarmos àquela questão do desenvolvimento, será que o desenvolvimento pra uma pessoa que vive num determinado local, estava habituado de uma certa forma, o fato de tirar essa pessoa e dar uma casa de pedra, vamos chamar isso de desenvolvimento? É esse o modelo? É isso que a pessoa queria de fato? Porque a pessoa tem que ser consultada.

O entrevistado complementa que quanto a

projetos de mineração, por exemplo, eis a questão: que tipo de desenvolvimento é este? É uma questão que nós nos colocamos todos os dias. Será que é isto o desenvolvimento, é isto que nós vamos chamar de desenvolvimento? [...] O desenvolvimento em [capital de Kito] que é uma cidade, é um meio urbano, pode não ser o desenvolvimento a nível local. O desenvolvimento no Brasil pode não ser o que é desenvolvimento em Kito.

Neste sentido, Leonardo defende que “eles acharam que deveriam pensar pela comunidade e não a comunidade pensar por si”. Esta é uma questão central para os Estudos Subalternos, que, em sua origem, tinham como objetivo transformar os subalternos em sujeitos da história (Chakrabarty, 2000; Prakash, 1994). Creio que

aqui cabe uma analogia com a comunidade kitense reassentada pela Mucunha, já que esta não foi de fato questionada sobre que tipo de desenvolvimento desejava para si. O modo com que as consultas públicas foram conduzidas, detalhado anteriormente, evidencia este fato.

Outro exemplo do silenciamento da comunidade quanto ao desenvolvimento que em tese seria para ela refere-se à construção das casas no reassentamento. As casas que faziam parte do pacote de compensação às famílias, conforme descrito no capítulo do reassentamento, foram construídas sobre uma fundação pouco adequada ao solo da província. Apesar dos diversos apelos da comunidade acerca do “problema dos alicerces” (Rossi, 2015), poucos anos após a construção, as casas começaram a apresentar assoreamento e rachaduras. Este parece ser mais um exemplo de ação de RSC sendo imposta sobre seus supostos beneficiários (Khan & Lund- Thomsen, 2011; Berkemeyer, 2009).

Por conta das diversas reclamações referentes ao reassentamento, em janeiro de 2012 as comunidades e ONGs locais organizaram um protesto que bloqueou parcialmente a mina da Mucunha. Somente após este evento, que teve repercussão internacional, é que a Mucunha se comprometeu a reparar as casas com problemas.

De acordo com Inácio, 659 casas de um total de 716 precisaram de reabilitação, ou seja, a imensa maioria. Segundo o entrevistado, as obras começaram em abril de 2012 e foram concluídas em junho de 2014. A reforma durava de uma a duas semanas e durante esse tempo a família morava em uma tenda improvisada, segundo Eduardo. Por esse período, ganhava uma compensação equivalente a R\$ 321 (Inácio).

À época, o secretário da província minimizou os problemas com as casas: “é verdade que as casas não são tão boas e estão sendo reparadas, mas são melhores que as casas que eles tinham antes” (ONG I, 2013, p. 68). Ivete, da Mucunha, mostrou-me, com muito orgulho, fotos do “antes e depois” das casas construídas para a comunidade, conforme a Figura 1.

O aspecto exterior das casas construídas no novo bairro leva a crer que houve uma melhoria no padrão de moradia. Muito provavelmente este seria o caso para uma audiência brasileira, para quem a “modernidade” em termos de habitação incluiria uma casa de concreto e não uma de caniço. A partir desta lógica, as novas



Figura 1 - Casas antes e depois do reassentamento

Fonte: Mucunha (2014b).

casas certamente representariam um “desenvolvimento”. Porém, para quem foi construída esta casa? Para estas pessoas, houve de fato uma melhoria?

Rossi (2015, p. 128) argumenta que

é possível se deixar levar pela aparência e opinar que as casas do Bairro I são melhores que o padrão encontrado na região de [nome da cidade], feitas de caniço ou de tijolo de barro, interior de chão batido e teto de palha. É uma opinião fácil, pois telhado de metal, parede e chão cimentados e pintados são mais próximos do que estamos acostumados. Mas não compete a quem olha e sim a quem habita fazer o julgamento.

Este é mais um exemplo da lógica colonial de gestão da Mucunha em Kito, ou seja, a retórica da modernidade (Mignolo, 2005) se faz presente na medida em que a multinacional oferece aos kitenses - com orgulho, conforme a fala de Ivete - “casas modernas” e contribui para o “desenvolvimento local”. Mas não é o

“desenvolvimento à brasileira” que está em jogo. Neste sentido, Leonardo entende que

apesar deles terem [antes do reassentamento] uma casa de material precário, mas eles tinham outros valores, tinham as hortas, [...] tinham espaços para alimentar os seus animais, [...] tinham acesso ao mato para colher frutos silvestres e alimentar-se, então uma série de coisas que deviam ser contabilizadas.

Apesar das casas “piores” aos olhos da Mucunha, antes do reassentamento as comunidades possuíam meios de subsistência - ainda que a renda produzida fosse pequena - e viviam próximo a um dos maiores rios africanos. Em outras palavras, viviam a partir de sua própria tradição e cultura.

Outro aspecto que merece ser discutido é que até mesmo quando a Mucunha se propôs a “consertar” as casas com problemas de fundação, rachaduras e materiais inadequados, novamente utilizou a lógica colonial de pensar pelo outro e “impor” sua versão de como as coisas deveriam acontecer (Rosa & Alcadipani, 2013). Neste momento considero que a empresa perdeu uma chance de colocar em evidência a experiência dos subalternos (Mallon, 1994) no que tange à construção das casas. Assim sendo, a reabilitação, na visão de algumas famílias e de membros da sociedade civil, não resolveu o problema. Para César

as pessoas exigiam [...] que fossem reconstruídas novas casas, mas simplesmente o que foi feito foram reabilitações, ainda que forçadas, porque muita gente não queria que as casas fossem reabilitadas, mas sim que fossem construídas novas casas em que eles podiam dizer que tipo de casas fossem e que fossem casas de fato seguras de reconstruir. [...] Mesmo voltando lá depois desta dita reabilitação, o que se nota é que as casas foram pintadas de novo, mas continuam a apresentar as mesmas rachas nos mesmos locais. Só que depois de um período já são um pouco mais agravadas.

Leonardo complementa:

a reabilitação das casas, nós achamos que, porque os pilares das casas não são consistentes, a forma como as casas foram construídas, sem fundação, então não era possível fazer uma reabilitação superficial. Algumas pessoas aceitaram e algumas pessoas até hoje reivindicam que não querem aquele tipo de reabilitação, então querem novas casas.

Para Inácio, a falta da confiança no projeto das casas fez com que 91 delas não fossem reabilitadas porque as famílias se recusaram a aceitar a obra. Eduardo afirmou que muitas pessoas tinham reservas, não queriam que suas casas fossem reabilitadas, não tinham confiança. Para Inácio, que é funcionário da Mucunha, quem se recusou a receber as obras foi o “grupo dos protestantes”. César destacou que

a maior parte das pessoas estão a construir outras casas dentro desses terrenos com material que eles se sentem mais seguros que é como eles constróem as casas lá usando tijolos, porque eles já não confiam nessas casas.

Para Leonardo, as negociações para resolver o problema das casas do reassentamento foram conduzidas de forma equivocada, já que

não foram consultadas as comunidades, o que queriam. Que tipo de casa queriam? Então as casas que a comunidade quer são aquelas que eles construíram sozinhos, era assim como o problema deveria ser resolvido. Eles acharam que deveriam pensar pela comunidade e não a comunidade pensar por si. Foi esta, este problema que originou todas as coisas. Eu penso, eu acho que as comunidades mereciam outro tipo de tratamento, outro tipo de respeito e merecem ser recompensadas, ou melhor, indenizadas.

Este é um exemplo de uma tentativa da comunidade de construir a realidade local a partir de suas próprias bases, o que significaria romper com a lógica colonial (Rosa & Alcadipani, 2013) mas que foi tolhida pela Mucunha. A partir do exposto é possível concluir que neste caso o subalterno não pode falar (Spivak, 1994) ou que a Mucunha não lhe dá ouvidos.

Um membro da ONG F chegou a declarar: “Às vezes penso que de fato era melhor que nunca tivessem encontrado shida em [nome da cidade]” (Witthofft, 2011). Abraão não estava certo se fechar as portas para as multinacionais seria melhor ou pior para o desenvolvimento do país; talvez fosse melhor.

Não é a primeira vez que as vantagens dos megaprojetos de mineração são questionadas. Santos (2012, p. 1) adverte que um dos riscos da chamada “maldição da abundância” são “os sacrifícios incontáveis às populações onde se encontram os recursos em nome de um ‘progresso’ que estas nunca conhecerão”. Deste modo, “os camponeses [...] expulsos de suas terras para facilitar a

implantação das multinacionais da mineração, entre elas a brasileira Mucunha, são os grandes perdedores do desenvolvimento da exploração das minas em Kito” (Exame, 2013, p. 1).

Em suma, esta seção discutiu diferentes versões sobre o desenvolvimento de Kito. As falas dos funcionários da Mucunha mais uma vez desvendaram a lógica colonial da multinacional de pensar pelo outro e impor o que considera como o “melhor” para a comunidade, o que ficou evidente durante o processo de consultas públicas, bem como a construção e reabilitação das casas do reassentamento. A retórica da modernidade foi reforçada inclusive pelo governo local e o subalterno, apesar de tentar romper esta lógica colonial, não foi ouvido pela Mucunha.

A seção seguinte apresenta as principais contribuições trazidas por este estudo.

### **Contribuições da Pesquisa**

Tendo discutido nos capítulos anteriores os principais aspectos do passado colonial de Kito, a lógica de gestão colonial da Mucunha, as violações de direitos das comunidades por conta do reassentamento e a RSC na periferia global, o objetivo desta seção é apresentar as contribuições trazidas por este estudo. A questão que se coloca aqui é: o que esta tese tem a dizer sobre os debates em Administração, RSC e Pós-Colonialismo?

A primeira contribuição desta tese é destacar que a perspectiva política de RSC não dá conta de explicar a atuação de multinacionais na periferia global. Tal perspectiva advoga que a divisão clássica de trabalho entre empresas e Estado não se aplica mais (Drebes, 2014b; Jamali, Sidani, & El-Asmar, 2009; Scherer & Palazzo, 2011) e, por conta disso, corporações têm sido pressionadas a auto-regularem suas atividades (Blowfield & Frynas, 2005; Drebes, 2014b; Scherer & Palazzo, 2007; Schneider, 2014). Com isso em vista, a RSC política defende que a responsabilidade de uma empresa inclui, para além de suas responsabilidades econômicas, proteção e melhoria do bem estar da sociedade (Jamali, Sidani, & El-Asmar, 2009).

Porém, este caso levanta dúvidas a respeito dos efeitos de uma suposta “auto-regulação” por parte das corporações na ausência de governos capacitados para tal (Drebes, 2014b; Scherer & Palazzo, 2007), já que a atuação da Mucunha em Kito indica que a ausência de leis nacionais foi percebida não como um motivo para se auto-regular mas sim como uma oportunidade para tirar o maior proveito possível das fragilidades locais. Exemplo disso é que a empresa passou a pagar *royalties* apenas sobre o minério vendido (e não o retirado, sendo este em quantidade consideravelmente superior ao primeiro), articulou para não ser afetada por uma lei local que diminuía benefícios a multinacionais, bem como para pagar imposto de renda somente quando tivesse lucro, o que costuma demorar para acontecer neste tipo de projeto (até o momento das entrevistas, cerca de três anos após o início das operações, a empresa ainda reportava prejuízos). Ou seja, a ausência de regras precisas acerca da extração de minérios em Kito significou benefícios financeiros diretos para a Mucunha.

Em outras palavras, este caso indica que a Mucunha parece não ser capaz de se auto-regular ao operar na periferia do globo. Sendo a auto-regulação de corporações multinacionais ao redor do mundo um dos pilares da RSC política (Blowfield & Frynas, 2005; Drebes, 2014b; Scherer & Palazzo, 2007; Schneider, 2014;), é possível argumentar que esta perspectiva tem poder explicativo reduzido quando se trata da periferia global como Kito.

Além disso, este caso mostra que o ambiente regulatório relativamente estável dos países centrais de fato não é encontrado em países periféricos, conforme apontado pela literatura (Hilson, 2012; Joutsenvirta & Vaara, 2015; McWilliams, Siegel, & Wright, 2006; Sanders, 2012). Exemplo disso é que em Kito não havia legislação específica que regulasse a transferência de cidadãos por razões econômicas, portanto a Mucunha reassentou 5500 pessoas sem uma lei que protegesse a população.

A partir das entrevistas, ficou evidente que a ausência de uma estrutura regulatória em Kito foi vista pela Mucunha como um benefício, já que segundo Carla, da Mucunha, “a gente segue os contratos que [...] negociou, então você acaba também conseguindo algumas condições melhores do que num país onde você tem um regulatório já estabelecido com algumas normas, com taxas, com várias outras coisas, acho que isso é um benefício”. Vale lembrar que a empresa, à época de sua



chegada no país, possuía 17 vezes mais poder econômico que o governo local (Rossi, 2015) e o relacionamento com o governo foi pautado por pressão para corte de mais impostos e ameaças de diminuição de pessoal e desinvestimentos.

Além disso, proteção e melhoria do bem estar da sociedade - objetivo da RSC segundo a perspectiva política (Jamali, Sidani, & El-Asmar, 2009; Drebes, 2014b) - não parecem estar entre os impactos das atividades da Mucunha. Exemplo disso é que o reassentamento promovido pela empresa para iniciar a extração de shida provocou a violação de uma série de direitos da comunidade vizinha: direito à informação, habitação, água, meios de subsistência e alimentação. Assim sendo, apesar de a RSC política ampliar o foco das discussões no campo, esta tem se mostrado insuficiente para conter os efeitos nefastos das atividades corporativas (Banerjee, 2014; Blowfield & Frynas, 2005). Ou seja, este caso indica que o modelo estendido de governança sugerido pela RSC política, em que empresas contribuem voluntariamente com a regulação global, não parece ser factível em contextos periféricos.

Este achado é um reflexo do fato de que a agenda de pesquisa em RSC vem sendo liderada por atores do Norte, mesmo quando se trata da periferia global. Mesmo a perspectiva crítica ainda é muito influenciada pela RSC *mainstream*, que adota uma visão instrumental e vem produzindo conhecimento em e sobre países centrais (Idemudia, 2011). Assim, defendo que as especificidades trazidas por este caso reforçam a necessidade de uma agenda de pesquisa em RSC mais focada no Sul global, conforme defendido por alguns autores (Hilson, 2012; Idemudia, 2011; Blowfield & Frynas, 2005).

Uma segunda contribuição trazida por este estudo refere-se à discussão da subalternidade. Conforme argumentado no início deste estudo, defendo, tal qual Alcadipani e Rosa (2013) que existem diferentes periferias. Porém, estas não são apenas diferentes; estão também permeadas por relações hierárquicas de poder. Considero que o Brasil é subalterno em relação a países europeus, porém este acaba construindo países como Kito como subalternos em relação a si, o que acaba por criar uma espécie de “hierarquia da subalternidade”. O PIB kitense consideravelmente inferior ao brasileiro, a ajuda diplomática “desinteressada” oferecida pelo Brasil, as fraquezas institucionais e a influência do passado colonial

ainda bastante presentes em Kito parecem contribuir para esta construção de subalternidade entre os países.

E, se Kito é construído como subalterno ao Brasil, vale lembrar que as comunidades reassentadas pela Mucunha são duplamente subalternas (Spivak, 1994), ou seja, subalternas em relação aos brasileiros e também subalternas em relação aos kitenses escolarizados das classes mais altas - a exemplo dos governantes do país. Deste modo, são também duplamente silenciadas, sendo este mais um exemplo da “hierarquia da subalternidade”.

Além disso, contribuo para a discussão da subalternidade ao apontar os modos pelas quais esta foi revelada. Se, de acordo com Prakash (1994) o termo subalterno foi emprestado de Antonio Gramsci para referir-se à subordinação em termos de classe, casta, gênero, raça, língua e cultura, este caso apresenta nuances quanto à subalternidade de raça e cultura. A construção de subalternidade em termos culturais foi revelada pela forma com que os funcionários brasileiros da Mucunha se colocaram em uma posição de “ensinar” o governo local, aumentaram os “níveis de exigência” dos funcionários kitenses e promoveram uma “cultura do trabalho” no país. Além disso, os kitenses também foram considerados subalternos em termos de raça, sendo frequentemente comparados a baianos, nortistas ou nordestinos, povos que costumam ser inferiorizados no Brasil e considerados preguiçosos e menos capacitados intelectualmente.

Um terceiro aspecto que merece ser destacado é romper com a lógica colonial de pensar pelo outro em termos do que significa desenvolvimento, conforme a discussão da qualidade das casas construídas no reassentamento. O mero fato de dar ouvidos à visão das comunidades - e portanto, dos subalternos - sobre o tipo de material que deveria ser empregado na construção das casas, acaba por rechaçar o “desenvolvimento” trazido pela Mucunha quando este baseia-se em casas de concreto. O rompimento com a lógica colonial fica explícito na fala de César: “o fato de tirar essa pessoa e dar uma casa de pedra, vamos chamar isso de desenvolvimento? É esse o modelo? É isso que a pessoa queria de fato? Porque a pessoa tem que ser consultada”. Leonardo acredita que a base de muitos dos problemas enfrentados pela Mucunha em Kito referem-se ao fato de que “eles acharam que deveriam pensar pela comunidade e não a comunidade pensar por si”.

Apesar dos diversos apelos da comunidade sobre o problema dos alicerces das casas (Rossi, 2015), estes não foram considerados pela Mucunha. A exclusão das vozes dos subalternos (Berkemeyer, 2009; Blowfield & Frynas, 2005; Idemudia, 2011; Khan & Lund-Thomsen, 2011) ficou evidente. Mesmo quando os silenciados lutaram para serem ouvidos - por meio de protestos que chamaram atenção da mídia internacional - e tentaram determinar o modo como seriam construídas ou consertadas suas casas, a Mucunha, mais uma vez, não lhes deu ouvidos.

Outro aspecto que merece destaque é que a violação de direitos humanos parece ser um preço a ser pago pelo “desenvolvimento” que a Mucunha acredita ter levado a Kito. Em outras palavras, este caso mostra que se entendermos os impactos ou consequências das operações da multinacional como RSC (conforme Jenkins & Yakovleva, 2006; Littlewood, 2015; Siltaoja & Onkila, 2013), esta foi considerada como uma “justificativa” para as benesses trazidas pela empresa para o país.

Exemplo disso é que a fala de César indica que a comunidade concordou em ceder suas terras à Mucunha “porque tinham sido prometidas melhores condições de vida, tinham sido prometidos empregos, [...] a Mucunha está a trazer desenvolvimento”. Ou seja, a violação dos direitos das comunidades, a perda de seus meios de subsistência e a imposição de um determinado tipo de moradia são percebidos como o “preço” a ser pago pelo desenvolvimento trazido pela empresa em termos de empregos, infra-estrutura, “cultura do trabalho” e melhores práticas de gestão.

O próprio governo local reforçou esta ideia quando defendeu que as casas construídas pela Mucunha eram “melhores” do que as que a população tinha antes (ONG I, 2013). Esta ideia embute uma retórica da modernidade, que de acordo com Migonolo (2007) funciona pela imposição da “salvação” - neste caso por meio do desenvolvimento. Porém, aqui cabe a pergunta: para quem é este desenvolvimento? O que está em jogo não é o desenvolvimento à brasileira, ou seja, a partir da visão dos funcionários da multinacional e sim o desenvolvimento a partir dos kitenses e do que estes querem para si.

A racionalidade por trás de tais práticas é que, sem a multinacional, Kito nunca teria - ou levaria muito tempo para ter - acesso à “modernidade” (Jenkins,

2004). A RSC pode ser considerada, neste contexto, como um instrumento que reforça uma espécie de missão civilizatória (Misoczky, 2011; Mignolo 2005) da multinacional na periferia, já que fortalece a ideia de que Kito está “melhor” e mais “moderno” após a instalação da corporação em seu território.

Na era colonial, a justificativa para a missão civilizatória era que os povos mais avançados deveriam civilizar as “regiões dormentes” do globo (Mudimbe, 1988). Para Adanhounme (2011) as ações de RSC no terceiro mundo são um reflexo da missão civilizatória colonial. Porém esta missão foi redefinida para desenvolvimento sustentável, sendo que as multinacionais são vistas como portadoras do progresso econômico (Adanhounme, 2011). Para Mushi e Kurian (2005) o discurso de desenvolvimento sustentável de “salvar o planeta” promovido por multinacionais acaba mantendo as divisões entre colonizadores e colonizados e reforça a exploração da periferia. Em outras palavras, a RSC parece ser utilizada na periferia como instrumento para justificar os impactos do megaprojeto da Mucunha.

Além disso, ações voluntárias de RSC promovidas pela Mucunha parecem ter sido utilizadas para atenuar os impactos de suas operações - sendo este um aspecto já previsto pela literatura (Banerjee, 2014; Drebes, 2014a; Hutchins *et al.*, 2007). A divulgação sistemática de informações sociais e ambientais, bem como a filiação a instituições internacionais que promovem transparência e ética podem ser entendidas, de acordo com Drebes (2014a) e Banerjee (2014), como uma estratégia de *greenwashing*. Ou seja, Mucunha se coloca como “fazedora do bem” (Newell & Frynas, 2007) em uma aparente tentativa de desviar críticas e relativizar o impacto negativo que traz ao país - em especial a violação de direitos das comunidades. Ou seja, o discurso de responsabilidade social parece ser utilizado para legitimar as atividades da multinacional (Hutchins *et al.*, 2007).

Assim sendo, concluo que tanto a Administração (Adanhounme, 2011; Banerjee, 2008b; Westwood, 2006; Westwood & Jack, 2007) quanto a RSC (Banerjee, 2014; Drebes, 2014b; Khan & Lund-Thomsen, 2011; Mushi & Kurian, 2005) beneficiam-se ao incorporarem *insights* da abordagem pós-colonial. Os principais conceitos da abordagem que se mostraram frutíferos para o debate deste caso são subalternidade, retórica da modernidade e missão civilizatória - sendo que todos envolvem questões de poder e favorecem a análise do caso em estudo, conforme sugerido por Drebes (2014b) e Idemudia (2011).

Em suma, este capítulo discutiu as práticas de RSC utilizadas pela Mucunha em Kito. Em suas publicações, a multinacional têm tratado, indiscriminadamente, de ações sociais voluntárias e contratuais, talvez com vistas a convencer o leitor de que “faz mais do que deveria” em termos de RSC. Além disso, o fato de Kito ter menos restrições legais à atuação de multinacionais, bem como uma capacidade limitada de fiscalização, foram vistos como benéficos pela empresa. Ser signatária de instituições que promovem transparência e sustentabilidade nos negócios e publicar periodicamente suas ações sociais não impediram a Mucunha de cometer a violação de direitos das comunidades reassentadas. Por fim, ficou evidente a inabilidade da multinacional em considerar os saberes locais dos subalternos mesmo quando se trata de - na visão da empresa - promover seu “desenvolvimento”. O capítulo seguinte traz as considerações finais deste estudo.

## Considerações Finais

O tipo de reflexão que pretendi fazer neste trabalho pode ser sintetizado a partir da ideia de um escritor kitense de que falamos do tempo presente “como se [este] não fosse a continuidade de outros tempos [...]”. Pensamos que pirataria e escravidão são coisas de outros séculos. Mas elas estão aí, bem vivas, com novas vestes” (Oliveira, 2015, p. 2). Em outras palavras, apesar de vivermos em uma era dita pós-colonial, o caso em estudo permite estabelecer diversos paralelos com o colonialismo.

De modo a traçar estes paralelos, na primeira parte desta tese apresentei o referencial teórico que foi utilizado como base para a discussão do caso. O primeiro capítulo - *Responsabilidade Social Corporativa* - destacou as principais abordagens do campo, sendo que mesmo a perspectiva política em RSC - desenvolvimento mais crítico da área - pareceu não dar conta de questões sensíveis para países periféricos, tais como assimetrias de poder. No capítulo *Abordagem Pós-Colonial* resgatei as origens do campo e alguns dos conceitos com potencial para dialogar com a Administração, em especial com a área de RSC. No capítulo *Diálogos entre RSC e Pós-Colonialismo* estabeleci pontes entre as duas áreas, destacando sua utilidade para a análise das práticas de corporações multinacionais na periferia.

A segunda parte da tese - *A Pesquisa de Campo* - consistiu na descrição do processo de coleta de dados. Apresentei os detalhes do delineamento da pesquisa e de como obtive acesso aos entrevistados. Discuti também algumas das tensões enfrentadas durante o fazer pesquisa, bem como as diversas identidades que assumi como pesquisadora. Por fim, contei como procedi durante a análise dos dados coletados.

Considerando que o objetivo deste estudo foi analisar criticamente a atuação da multinacional brasileira Mucunha em Kito, estabeleci quatro objetivos específicos, que foram atingidos na terceira parte deste trabalho. O primeiro deles - reconstituir os principais aspectos do passado colonial de Kito - foi atingido no capítulo *O Passado Colonial de Kito*. Discuti a chegada de colonizadores europeus à região a partir das visões de pensadores europeus e kitenses, destacando que o modo com que a história é contada reflete questões de poder. Descrevi o modo com

que a administração europeia foi estabelecida em Kito, bem como as lutas anti-coloniais que culminaram na independência do país. Porém, esta liberdade parcial acabou gerando dependência econômica de doadores internacionais, já que a infraestrutura e as instituições do país foram seriamente afetadas pela guerra civil que se seguiu à independência política. Deste modo considero que atingi o primeiro objetivo específico deste trabalho.

Já o segundo objetivo específico - descrever a lógica subjacente à atuação da Mucunha em Kito - foi atingido no capítulo *A Lógica Colonial de Atuação da Mucunha*. Destaquei o modo com que a diplomacia brasileira influenciou na obtenção do direito de explorar shida em Kito, bem como as negociações entre a Mucunha e o governo local que beneficiaram a multinacional com isenções fiscais. O relacionamento da empresa com o governo local foi pautado por coerção e ameaças e os kitenses foram construídos como subalternos em termos de raça e cultura em relação ao brasileiros.

No capítulo seguinte - *O Reassentamento* - cumpri o objetivo específico de apresentar os impactos das operações da Mucunha para a sociedade kitense. Destaquei, primeiramente, o valor da terra para a população local e o significado de cedê-la para a extração de minérios por parte de uma corporação estrangeira. Defendi que o processo de consultas públicas não considerou suficientemente as vozes locais e que o modo com que o reassentamento foi empreendido acabou por violar diversos direitos das comunidades. Diante disso, os governos brasileiro e kitense pareceram endossar as violações, já que o primeiro não se responsabilizou pelo ocorrido e o segundo defendeu os interesses da Mucunha em detrimento dos de sua população.

Por fim, no capítulo *RSC na Periferia* atingi o último objetivo específico deste trabalho que foi discutir as ações de RSC da Mucunha em Kito. Tratei, primeiramente, da natureza das ações de RSC da Mucunha em Kito, mostrando que estas são ora contratuais, ora voluntárias. Apresentei evidências de que as fragilidades institucionais de Kito são consideradas vantajosas pela Mucunha. Além disso, o fato de a empresa publicar diversas informações acerca de suas ações de RSC e ser filiada a órgãos que promovem transparência parece ser uma estratégia para construir uma imagem global positiva e assim mascarar suas práticas obscuras. Defendi também que a Mucunha parece querer impor o tipo de desenvolvimento que

considera adequado, sem considerar o que os supostos beneficiários deste desenvolvimento desejam. Na última seção deste capítulo, listei as principais contribuições trazidas por este estudo para a área de Administração, Responsabilidade Social Corporativa e Pós-Colonialismo.

Deste modo, considero ter respondido a pergunta de pesquisa colocada no início deste trabalho: *De que modo uma multinacional da semi-periferia faz negócios na periferia global?*

As principais contribuições trazidas por esta tese para os debates de Administração, RSC e Pós-Colonialismo referem-se, primeiramente, ao reconhecimento de que perspectiva política de RSC não dá conta de explicar a atuação de multinacionais na periferia global, já que a multinacional em estudo não se mostrou capaz de se auto-regular. Pelo contrário, a Mucunha pareceu tirar proveito das fragilidades locais. A segunda contribuição refere-se à proposição do conceito de hierarquias de subalternidade para retratar a relação estabelecida entre Brasil e Kito, sendo este último subalterno ao primeiro, que por sua vez, é subalterno a países europeus. Já as comunidades afetadas pelas operações da Mucunha são duas vezes subalternas - não somente aos brasileiros, mas também aos kitenses de classes mais altas. Por fim, destaco a importância de romper com a lógica colonial de pensar pelo outro quando se trata de desenvolvimento local. A Mucunha tentou impor às comunidades um determinado tipo de desenvolvimento, a exemplo das casas do reassentamento, porém sem considerar o que estas consideravam como tal.

Outro aspecto que merece destaque é que, apesar de ser uma multinacional de um país semi-periférico, a Mucunha parece agir sob uma lógica muito parecida com a utilizada por corporações do centro (Westwood, 2006), o que sugere uma continuidade com a lógica colonial de exploração do terceiro mundo. A racionalidade por trás dos movimentos de internacionalização destas empresas costuma ser meramente instrumental e há pouca preocupação com as “externalidades” ou com os impactos sociais e ambientais causados por suas operações (McWilliams, Siegel, & Wright, 2006). Há poucos questionamentos acerca de relações desiguais de poder (Banerjee, 2014) tanto com governos quanto com sociedades periféricas.



Além disso, a atuação da Mucunha ocorre na esteira de um discurso de solidariedade e fraternidade construído pelo governo brasileiro, especialmente durante a era Lula. Para a sociedade kitense, havia uma expectativa de que a empresa não agiria de modo colonial, já que o Brasil, seu país de origem, também foi subjugado ao colonialismo no passado. Ou seja, apesar de ter sido submetido ao colonialismo europeu durante séculos, o Brasil parece perpetuar a lógica de exploração colonial à qual foi vítima no passado.

O depoimento de um escritor kitense à Rossi (2015, p. 53) parece resumir a expectativa - ingênua, em sua visão - de Kito a respeito do Brasil. Para ele, a lógica do Brasil e de suas multinacionais “é igual a [...] dos outros, dessas empresas poderosas do mundo inteiro. Há um ressentimento. Se viesse uma empresa da França, da Inglaterra, não haveria expectativa de que fosse diferente”. Portanto, o encontro da semi-periferia com a periferia no fazer negócios parece reproduzir o modelo colonial clássico de exploração, a partir de relações assimétricas de poder.

Entre as limitações deste estudo, detaco o número de entrevistas realizadas, o que deveu-se ao curto período que pude permanecer em Kito para coletar dados. Dito disso, creio que é importante ir além de discutir os objetivos deste trabalho, suas contribuições e limitações, para discutir o futuro. Quantas outras regiões do planeta serão alvo de megaprojetos da indústria extrativa tal qual o relatado neste estudo? Estarão os governos destes países preparados para enfrentar as transformações advindas da chegada de multinacionais poderosas? Terão condições de negociar em pé de igualdade ou serão subjugados ao poder econômico de tais corporações? Terão armas para lutar contra a “maldição da abundância”? Estarão as comunidades locais dispostas a abrir mão de suas terras e sua história para dar lugar a um desenvolvimento que não podem chamar de seu?

Durante a elaboração desta tese, me perguntei diversas vezes como é possível que uma população paupérrima, a ralé de um país cujo IDH está entre os piores do mundo, pode ser colocada em uma situação de ainda mais grave miséria. Como isso é possível? Qual é a racionalidade que permite que uma atrocidade destas aconteça? Estas famílias são, sem dúvida, condenadas da terra (Fanon, 2008).

Quais são as responsabilidades dos atores envolvidos? Como é possível evitar que violações como estas ocorram no futuro? Creio que estas questões

podem servir para nortear pesquisas futuras, bem como para influenciar as práticas de negócios de gestores de multinacionais em contextos periféricos.

Desde o primeiro contato que tive com o caso da Mucunha em Kito - quando suspeitei de sua atuação anti-ética na região - acreditei que, se este fosse o caso, esta história merecia ser contada e enfrentada no Brasil. Este foi um dos grandes motivadores desta pesquisa, já que tal qual Couto (2011, pp. 141-142) considero que existem várias

formas invisíveis de violência. Existe violência quando os camponeses são expulsos sumariamente das suas terras por gente poderosa e não possuem meios para defender os seus direitos. [...] E existe essa outra violência maior que é considerarmos a violência como um fato normal.

Esta violência, para mim, não é normal. Porém, na medida em que a pesquisa foi se desenrolando, fui entendendo a grande complexidade que envolvia o caso. Para Strauss e Corbin (1998) ao fazer pesquisa, descobrimos o quão complexo o mundo é. Muitos atores envolvidos, governos, empresas, ONGs, pesquisadores, jornalistas - e uma comunidade miserável. Desde o começo, fiz um grande esforço para não reproduzir a relação clássica entre pesquisador e pesquisado, em que o primeiro coloca-se como “senhor” da pesquisa ao crer que possui “os olhos do Deus” para desvendá-la. Tentei ser humilde e justa com os dados. Acima de tudo, seguindo Hurley (2007) é preciso reconhecer que existe uma dimensão ética na pesquisa.

Romper com a lógica colonial é preciso. Foi isso que tentei fazer ao longo desta pesquisa. Tentei me “descolonizar” dia após dia. Não foi um processo fácil, já que as estruturas de pensamento estão arraigadas em nossas mentes, desde a escola. Exemplo disso foi que, em Kito, priorizei a compra de um livro de um autor europeu a um autor kitense - sobre a história local. Nada mais colonizado do que isso!

Por fim, defendo que os problemas enfrentados pelos países africanos devem ser solucionados a partir de lógicas locais, rompendo com a visão colonial de que o que vem de países centrais é melhor ou mais desenvolvido. Creio que, conforme Oliveira (2015, p. 2) “as soluções para serem duradouras e verdadeiras precisam nascer dentro da África”. Kito não precisa apenas caminhar, precisa

descobrir seu caminho, já que, de acordo com Couto (2011) a bússola e o mapa dos outros não servem mais. O autor defende que

é preciso que saibamos aceitar esta condição sem complexos e sem vergonha: somos pobres. Ou melhor, fomos empobrecidos pela História. Mas nós fizemos parte dessa História, fomos também empobrecidos por nós próprios. A razão dos nossos atuais e futuros fracassos mora também dentro de nós. Mas a força para superarmos nossa condição histórica também reside dentro de nós. Saberemos, como já soubemos antes, reconquistar a certeza de que somos produtores do nosso destino (Couto, 2011, p. 47).

É com esta reflexão e com esta esperança que concluo esta tese.

## Referências

- Adanhounme, A. (2011). Corporate social responsibility in postcolonial Africa: another civilizing mission? *Journal of Change Management*, 11(1), 91-110.
- Ajayi, J. (1969). Colonialism: an episode in African history. In Gann, L. H. & Duignan, P. (eds). *Colonialism in Africa 1870-1960: the history and politics of colonialism* (pp. 497-509). Cambridge: Cambridge University Press.
- Alcadipani, R., Westwood, R., & Rosa, A. (2014). The politics of identity in organizational ethnographic research: ethnicity and tropicalist intrusions. *Human Relations*, 1-28.
- Alencastro, M. (2014, Agosto 29). Brasil arrisca sua imagem na África com práticas neocoloniais. *Folha de São Paulo*. Recuperado em 1 Setembro, 2014, de <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/08/1507830-analise-brasil-arrisca-sua-imagem-na-africa-com-praticas-neocoloniais.shtml>.
- Almeida, E., & Kraychete, E. (2012). O discurso brasileiro para a cooperação em Kito: existe ajuda desinteressada? In III Conferência Internacional do IESE, 3, 2012. *Anais*. [capital de Kito]: IESE.
- Amora, R. (2014, 19 outubro). Exportação cai e Brasil perde a onda do mercado africano. *Folha de São Paulo*. Recuperado em 26 março, 2015, de <http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://ww...-exportacao-cai-e-brasil-perde-a-onda-do-mercado-africano.shtml>.
- Appiah, K. (2008). Foreword. In Fanon, F. *Black skin, white masks* (pp. vii-x). New York: Grove Press.
- Appiah, K. (1997). *Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Ashcroft, B., Griffiths, G., & Tiffin, H. (2007). *Post-colonial studies: the key concepts*. Oxon: Routledge.
- Ashcroft, B., Griffiths, G., & Tiffin, H. (1989). *The empire writes back: theory and practice in post-colonial literatures*. London: Routledge.

- Banerjee, S. (2008a). Corporate social responsibility: the good, the bad and the ugly. *Critical Sociology*, 34(1), 51-79.
- Banerjee, S. (2008b). Necrocapitalism. *Organization Studies*, 29(12), 1541-1563.
- Banerjee, S. (2010). Governing the global corporation: a critical perspective. *Business Ethics Quarterly*, 20(2), 265-274.
- Banerjee, S. (2014). A critical perspective on corporate social responsibility: towards a global governance framework. *Critical Perspectives on International Business*, 10(1/2), 84-95.
- Banerjee, S., & Prasad, A. (2008). Introduction to the special issue on Critical reflection on management and organizations: a postcolonial perspective. *Critical Perspectives on International Business*, 4(2/3), 90-98.
- Banerjee, S. (2003). The Practice of Stakeholder Colonialism: National Interest and Colonial Discourses in the Management of Indigenous Stakeholders. In Prasad, A. (ed.). *Postcolonial Theory and Organizational Analysis: A Critical Engagement*. New York: Palgrave Macmillan.
- Berkemeyer, R. (2009). Beyond compliance – below expectations. CSR in the context of international development. *Business Ethics: A European Review*, 18(3), 273-289.
- Bhabha, H. (1994). *The location of culture*. London: Routledge.
- Blowfield, M. (2007). Reasons to be cheerful? What we know about CSR's impact. *Third World Quarterly*, 28(4), 683-695.
- Blowfield, M., & Frynas, G. (2005). Setting new agendas: critical perspectives on Corporate Social Responsibility in the developing world. *International Affairs*, 81(3), 499-513.
- Boateng, C. (1995). *Nkrumah's Consciencism: an ideology for decolonization and development*. Dubuque: Kendal/Hunt Publishing.

- Borges, J. (2011, Agosto 24). Kito muda de cara. *Revista Exame*. Recuperado em 26 março, 2015, de <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/998/noticias/movido-a-carvao>.
- Brasil Export. (2015). Guia de Comércio Exterior e Investimento. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos. Recuperado em 27 julho, 2015, de <http://www.brasilexport.gov.br/dpr>.
- Brei, V., & Böhm, S. (2011). Corporate social responsibility as cultural meaning management: a critique of the marketing of 'ethical' bottled water. *Business Ethics: A European Review*, 20(3), 233-252.
- Butlin, R. (2009). *Geographies of empire: European empires and colonies c. 1880-1960*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Carroll, A. (1979). A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of Management Review*, 4(4), 497-505.
- Carroll, A. (1999). Corporate Social Responsibility: evolution of a definitional construct. *Business & Society*, 38(3), 268-295.
- Carroll, A., & Shabana, K. (2010). The business case for Corporate Social Responsibility: a review of concepts, research and practice. *International Journal of Management Reviews*, 85-105.
- Carlos, B. (2010, outubro 16). [nome da cidade]: Mucunha aplica 13 milhões de dólares para projetos sociais em [nome da cidade]. *Mocaweb*. Recuperado em 22 agosto, 2014, de [www.mocaweb.com/\[nomedacidade\]](http://www.mocaweb.com/[nomedacidade]).
- Castel-Branco, C. (2010). Economia extractiva e desafios de industrialização em Kito. In Brito, L., Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (orgs.). *Economia extrativa e desafios de industrialização em Kito*. [capital de Kito]: IESE.
- Césaire, A. (1972). *Discourse on colonialism*. New York: Monthly Review Press.
- Chakrabarty, D. (2000). Subaltern Studies and postcolonial historiography. *Nepantla: Views from South*, 1(1), 9-32.

- Clifford, J. (1998). *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Club of Kito. (2014a). Mucunha Kito diz que [nome da mina] vai ser referência mundial no negócio de shida. Recuperado em 9 setembro, 2014, de <http://www.clubofkito.com/solutions1/news.php>.
- Club of Kito. (2014b, maio 27). Mucunha casts doubt on target of 100 million tonnes of coal. Recuperado em 9 setembro, 2014, de <http://www.clubofkito.com/solutions1/sectionnews.php?secao=mining&id=32599&tipo=one>.
- Committee on Economic, Social and Cultural Rights. (2002). General Comment No. 15: The right to water (arts. 11 and 12 of the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights).
- Comte-Sponville, A. (2011). *O capitalismo é moral?: sobre algumas coisas ridículas e as tiranias do nosso tempo*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Constituição da República de Kito de 2004. (2004). [capital de Kito]. Recuperado em 10 agosto 2015, de <http://www.kito.kt/pdf/constituicao.pdf>.
- Cooke, B. (2003). The denial of slavery in management studies. *Journal of Management Studies*, 40(8), pp. 1895-1918.
- Couto, M. (2011). *E se Obama fosse africano? e outras interinvenções: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Cunliffe, A. (2003). Reflexive inquiry in organizational research: questions and possibilities. *Human Relations*, 56(8), 983-1000.
- Cunliffe, A. (2011). Crafting qualitative research: Morgan and Smircich 30 years on. *Organizational Research Methods*, 14(4), 647-673.
- Cunliffe, A., & Karunanayake, G. (2013). Working within hyphen-spaces in ethnographic research: implications for research identities and practice. *Organizational Research Methods*, 16(3), 364-392.

- Denzin, N., & Lincoln, Y. (2000). Introduction: the discipline and practice of qualitative research. In Denzin, N., Lincoln, Y. (eds.). *Handbook of qualitative research*. 2ed. Thousand Oaks: Sage Publications.
- De Renzio, P., & Hanlon, J. (2007). *Contested sovereignty in Kito: the dilemmas of aid dependence*. University College, Oxford.
- DNEAP (Direção Nacional de Estudos e Análise de Política), (2010). 3a Avaliação da pobreza: análise e resultados principais. Apresentação em power point.
- Drebes, M. (2014a). Impediments to the implementation of voluntary codes of conduct in production factories of the global South: so much to do, so little done. *Third World Quarterly*, 35(7), 1256-1272.
- Drebes, M. (2014b). Including the “other”: power and postcolonialism as underrepresented perspectives in the discourse on Corporate Social Responsibility. *Critical Sociology*, 1-17.
- Du Bois, W. (1947). *The world and Africa: an inquiry into the part which Africa has played in world history*. New York: International Publishers.
- Extrative Industries Transparency Initiative (2015a). What is the EITI? *Extrative Industries Transparency Initiative*. Recuperado em 19 agosto, 2015, de <https://eiti.org/eiti>.
- Extrative Industries Transparency Initiative (2015b). Mucunha SA. *Extrative Industries Transparency Initiative*. Recuperado em 19 agosto, 2015, de <https://eiti.org/supporters/companies/mucunha-sa>.
- Exame (2010, novembro 7). Lula vai a Kito em sua última viagem à África como presidente. *Revista Exame*. Recuperado em 26 março, 2015, de <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/lula-vai-a-kito-em-sua-ultima-viagem-a-africa-como-presidente>.
- Exame (2011, agosto 24). Kito muda de cara. *Revista Exame*. Recuperado em 26 março, 2015, de <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/998/noticias/movido-a-shida>.



- Exame (2013a, dezembro 18). Mucunha reduzirá fatia em projeto de Kito. *Revista Exame*. Recuperado em 26 março, 2015, de <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/mucunha-reduzira-fatia-em-projeto-de-kito-2>.
- Exame (2013b, setembro 11). Camponeses são vítimas da mineração em Kito. *Revista Exame*. Recuperado em 26 março, 2015, de <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/camponeses-sao-vitimas-da-mineracao-em-larga-escala-em-kito>.
- Exame (2014, maio 23). Mucunha alerta para competitividade da indústria de shida. *Revista Exame*. Recuperado em 26 março, 2015, de <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/mucunha-alerta-para-competitividade-da-industria-do-shida-em-kito>.
- Fachin, P. (2011, outubro 6). Kito: “o menino bonito” da Mucunha. Entrevista especial com [nome do assessor da ONG A]. *Instituto Humanitas Unisinos*. Recuperado em 3 setembro, 2014, de [http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/500479-kito-o-menino-bonito-da-mucunha-entrevista-especial-com-\[nome do ativista\]](http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/500479-kito-o-menino-bonito-da-mucunha-entrevista-especial-com-[nome do ativista]).
- Fanon, F. (2008). *Black skin, white masks*. New York: Grove Press.
- Fanon, F. (1967). *The wretched of the Earth*. London: Penguin Books.
- Faria, A., & Sauerbronn, F. (2008). A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. *RAP*, 42(1), 7-33.
- Fingermann, N. (2014). *A cooperação trilateral brasileira em Kito - Um estudo de caso comparado: o ProALIMENTOS e o ProSAVANA*. Tese de doutorado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil.
- Fleming, P., Roberts, J., & Garsten, C. (2013). In search of corporate social responsibility: introduction to special issue. *Organization*, 20(3), 337-348.
- Folha de São Paulo (2015, abril 30). Mucunha tem prejuízo de R\$ 9,538 bilhões no primeiro trimestre de 2015. *Folha de São Paulo*. Recuperado em 9 setembro, 2015, de <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/04/1623036-mucunha-tem-prejuizo-de-r-9691-bilhoes-no-primeiro-trimestre-de-2015.shtml>.
- Franco, M. (2005). *Análise de Conteúdo*. Brasília: Liber Livro Editora.

Friedman, M. (1977). *Capitalismo e liberdade*. Rio de Janeiro: Artenova.

Friedman, M. (1970). The social responsibility of business is to increase its profits. *The New York Times Magazine*, New York.

Frenkel, M., & Shenhav, Y. (2006). From binary back to hybridity: a postcolonial reading of Management and Organization Studies. *Organization Studies*, 27(6), p. 855-876.

Global Reporting (2015, setembro 9). About GRI. Recuperado em 8 setembro, 2015, de <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/Pages/default.aspx>.

Gloystein, H. (2014, dezembro 15). Petróleo, shida e ferro voltam aos níveis da crise. Exame. Recuperado em 20 agosto, 2015, de <http://exame.abril.com.br/mercados/noticias/petroleo-shida-e-ferro-voltam-aos-niveis-da-crise>.

Grosfoguel, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 115-147.

Guha, R. (1998). A conquest foretold. *Social Text*, 54, 85-99.

Hanlon, J. (2012). Kito. In Mehler, A., Melber, H. & Walraven, K. van. (eds). *Africa yearbook: politics, economias and society South of the Sahara in 2011*. Leiden: Koninklijke Brill (p.491-500).

Hanlon, J., & Smart, T. (2008). Há mais bicicletas – mas há desenvolvimento? Missanga Ideias & Projetos Lda, [capital de Kito].

Harvey, D. (2005). *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press.

Hertz, N. (2001). *The silent takeover: global capitalism and the death of democracy*. London: Arrow.

- Hiddleston, J. (2009). *Understanding postcolonialism*. Stocksfield: Acumen Publishing.
- Hilson, G. (2012). Corporate Social Responsibility in the extractive industries: experiences from developing countries. *Resources Policy*, 37, 131-137.
- Hurley, M. (2007). Who's on whose margins? In Pitts, M., & Smith, A. (eds.). *Researching the margins: strategies for ethical and rigorous research with marginal communities* (pp. 96-113). Hampshire: Palgrave MacMillan.
- Hutchins, M., Walck, C., Sterk, D., & Campbell, G. (2007). Corporate Social Responsibility: a unifying discourse for the mining industry? *Greener Management International*, 52, 17-30.
- Idemudia, U. (2009). Oil extraction and poverty reduction in the Niger delta: a critical examination of partnership initiatives. *Journal of Business Ethics*, 90, 91-116.
- Idemudia, U. (2011). Corporate Social Responsibility and developing countries moving the critical CSR agenda in Africa forward. *Progress in Development Studies*, 11(1), p. 1-18.
- Iglesias, R., & Costa, K. (2011). O investimento direto brasileiro na África. *Textos Cindes No 27*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento.
- Jack, G., Srinivas, N., Westwood, B., & Sardar, Z. (2010). Call for papers - special issue on interrogating organization through the postcolonial. *Organization*, 15(5).
- Jamali, D., Lund-Thomsen, P., & Khara, N. (2015). CSR institutionalized myths in developing countries: an imminent threat of selective decoupling. *Business & Society*, 1-35.
- Jamali, D.; Sidani, Y. (2011). Is CSR counterproductive in developing countries: the unheard voices of change. *Journal of Change Management*, 11(1), 69-71.
- Jamali, D., Sidani, Y., & El-Asmar, K. (2009). A three country comparative analysis of managerial CSR perspectives: insights from Lebanon, Syria and Jordan. *Journal of Business Ethics*, 85, 173-192.

- Jenkins, H. (2004). Corporate Social Responsibility and the mining industry: conflicts and constructs. *Corporate Social Responsibility and Environment Management*, 11, 23-34.
- Jenkins, H., & Yakovleva, N. (2006). Corporate social responsibility in the mining industry: exploring trends in social and environment disclosure. *Journal of Cleaner Production*, 14, 271-284.
- Joutsenvirta, M., & Vaara, E. (2015). Legitimacy struggles and political Corporate Social Responsibility in international settings: a comparative discourse analysis of a contested investment in Latin America. *Organization Studies*, p. 1-37.
- Kabanda, T. (2009). La Permanence de l'exil dans le roman francophone. *Nouvelles études francophones*, 1(24).
- Kelley, R. (1972). Introduction: a poetics of anticolonialism. In Césaire, A. *Discourse on colonialism* (pp. 7-28). New York: Monthly Review Press.
- Kemp, D., Owen, J., Gotzmann, N., & Bond, C. (2011). Just relations and company-community conflict in mining. *Journal of Business Ethics*, 101, 93-109.
- Khan, F., & Lund-Thomsen, P. (2011). CSR as imperialism: towards a phenomenological approach to CSR in the developing world. *Journal of Change Management*, 11(1), 73-90.
- Latour, B. (1987). *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Lei de Minas n. 14/2002, de 26 de junho de 2002 (2002). Regula os termos do exercício dos direitos e deveres relativos ao uso e aproveitamento de recursos minerais com respeito pelo meio ambiente, com vista à sua utilização racional e em benefício da economia nacional. [capital de Kito]. 2000.
- Lei de Terras n. 19/1997, Princípio Geral, Artigo 3, Capítulo II. República de Kito. Recuperado em 27 agosto, 2015, de [http://www.consuladodekitoporto.pt/files/legislacoes/Legislacao\\_de\\_Terras.pdf](http://www.consuladodekitoporto.pt/files/legislacoes/Legislacao_de_Terras.pdf).

- Lima, M. (2005). A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48 (1): 24-59. Loomba, A. (1998). *Colonialism/postcolonialism*. London: Routledge.
- Littlewood, D. (2015). Corporate social responsibility, mining and sustainable development in Namibia: critical reflections through a relational lens. *Development Southern Africa*, 32(2), 240-257.
- Loomba, A. (2010). *Colonialism/Postcolonialism*. London: Routledge.
- Ludden, D. (2002). Introduction: a brief history of subalternity. In Ludden, D. (ed.) *Reading Subaltern Studies: critical history, contested meaning and the globalization of South Asia*. London: Anthem Press.
- Mallon, F. (1994). The Promise and dilemma of Subaltern Studies: perspectives from Latin American History. *The American Historical Review*, 99(5), 1491-1515.
- Martins, M. (2012, 15 junho). Brasil repatriou ativista kitense antes da Rio+20. *RFI Brasil*. Recuperado em 3 setembro, 2014, de <http://www.portugues.rfi.fr/africa/20120615-brasil-repatriou-ativista-kitense-antes-da-rio-20>.
- Matsinhe, L. (2011). *Kito: uma longa caminhada para um futuro incerto?* Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Matten, D., & Crane, A. (2005). Corporate citizenship: toward an extended theoretical conceptualization. *Academy of Management Review*, 30(1), 166-179.
- May, T. (2001). *Social research: issues, methods and process*. Berkshire: Open University Press.
- McFarlane, S., & Eckert, V. (2015, agosto 4). Preços do shida estão próximos de mínimas de uma década com queda na demanda da China. *Reuters Brasil*. Recuperado em 20 agosto, 2015, de <http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKCN0Q925820150804>.
- McLeod, J. (2010). *Beginning postcolonialism*. Manchester: Manchester University Press.

- McWilliams, A., Siegel, D., & Wright, P. (2006). Guest editors' introduction. Corporate social responsibility: strategic implications. *Journal of Management Studies*, 43(1), 1-18.
- Mello, P. (2015, março 22). Brasil recua e reduz projetos de cooperação e doações para a África. *Folha de São Paulo*. Recuperado em 22 março, 2015, de <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/03/1606466-brasil-recua-e-reduz-projetos-de-cooperacao-e-doacoes-para-a-africa.shtml>.
- Memmi, A. (1965). *The colonizer and the colonized*. Boston: Beacon Press.
- Mignolo, W. (2007). Delinking: the rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. *Cultural Studies*, 21(2-3), 449-514.
- Mignolo, W. (2005). *The idea of Latin America*. Malden: Blackwell Publishing.
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2012). *Guia de Negócios Kito*. Recuperado em 27 julho, 2015, de <http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/comoExportar/GNMocambique.pdf>.
- Ministério do Meio Ambiente (2011). Relatório Final. *Revisão da despesa pública do setor ambiental*. Kito 2005-2010. [capital de Kito]: MICOA.
- Mintz, S. (1985). *Sweetness and power: the place of sugar in modern history*. New York: Viking.
- Misoczky, M. (2011). World visions in contemporary Latin America: development x harmonic life. *Organization*, 18(3), 345-363.
- Misoczky, M., & Imasato, T. (2011). The Brazilian sub-imperialist strategy of regional insertion. *Critical Perspectives on International Business*, 10(4), 274-290.
- Mondlane, E. (1995). *Lutar por Kito*. [capital de Kito]: Coleção Nosso Chão.
- Monteiro, L. (1997). *A África na política de cooperação europeia*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

- Moody, A. (2014). Africa must find its own pace to grow. *China Daily Africa Weekly*. Recuperado em 24 junho, 2014, de [http://africa.chinadaily.com.cn/weekly/2014-05/23/content\\_17536311.htm](http://africa.chinadaily.com.cn/weekly/2014-05/23/content_17536311.htm).
- Moon, J., Crane, A., & Matten, D. (2011). Corporations and citizenship in new institutions of global governance: introduction. In Crouch, C.; Maclean, C. (Eds.) *The responsible corporation in a global economy*, Oxford (Oxford University Press) 2011, 203-224.
- Morris, R. (2010). Introduction. In Morris, R. C. (ed.)(2010). *Can the subaltern speak? Reflections on the history of an idea*. New York: Columbia University Press.
- Mosca, J., & Selemene, T. (2012). Mega-projetos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: o caso de Tete. In Brito, L. de; Castel-Branco, C. N; Chichava, S. & Francisco, A. (Org.)(2012). *Desafios para Kito 2012*. [capital de Kito]: IESE.
- Mucunha (2004). Mucunha vence concorrência para explorar shida em Kito. Recuperado em 19 fevereiro, 2014, de <http://www.mucunha.com/PT/investors/home-press-releases/Press-Releases/Paginas/mucunha-vence-concorrencia-para-explorar-shida-em-kito.aspx>.
- Mucunha (2013). Kito 2013: Sustentabilidade. Recuperado em 20 março, 2014, de [http://www.mucunha.com/kito/pt/documents/mucunha\\_sustentabilidade\\_kito\\_2013.pdf](http://www.mucunha.com/kito/pt/documents/mucunha_sustentabilidade_kito_2013.pdf).
- Mucunha (2014a). Mucunha destaca projetos em Kito em feira na África. Recuperado em 19 fevereiro, 2014, de <http://www.mucunha.com/PT/aboutmucunha/news/Paginas/mucunha-destaca-projetos-em-kito-em-feira-na-africa.aspx>.
- Mucunha (2014b, outubro). Mina Shida [nome da cidade]. Gerência da área de Desenvolvimento Social e Comunidades. Diretoria Shida [nome da cidade]. Documento interno.
- Mucunha (2014c). Código de Ética e Conduta. Documento interno.
- Mucunha (2014d). Guia de Direitos Humanos. Documento interno.

- Mudimbe, V. (1988). *The invention of Africa: gnosis, philosophy, and the order of knowledge*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.
- Mushi, D., & Kurian, P. (2005). Imperializing spin cycles: a postcolonial look at public relations, greenwashing and the separation of publics. *Public Relations Review*, 31, 513-520.
- Mzembe, A., & Downs, Y. (2014). Managerial and stakeholder perceptions of an Africa-based multinational mining company's Corporate Social Responsibility (CSR). *The Extractive Industries and Society*, 1, 225-236.
- Newell, P., & Frynas, J. (2007). Beyond CRS? Business, poverty and social justice: an introduction. *Third World Quarterly*, 28(4), 669-681.
- Newitt, M. (1995). *História de Kito*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Nhanchote, L. (2012, outubro 18). [nome da cidade]: Reassentados da Mucunha em erupção silenciosa. *@Verdade*. Recuperado em 22 agosto, 2014, de [http://www.verdade.co.mz/nacional/31365-\[nome da cidade\]-reassentados-da-mucunha-em-erupcao-silenciosa](http://www.verdade.co.mz/nacional/31365-[nome da cidade]-reassentados-da-mucunha-em-erupcao-silenciosa).
- Nipassa, O. (2009). *Ajuda externa e desenvolvimento em Kito: uma perspectiva crítica*. Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, [capital de Kito].
- Nkrumah, K. (1965). *Neo-colonialism: the last stage of imperialism*. London: Heinemann.
- O Globo (2012, dezembro 11). Brasil e Kito, uma relação cada dia mais forte. *O Globo*. Recuperado em 3 setembro, 2014, de <http://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/brasil-kito-uma-relacao-cada-dia-mais-forte-7006594>.
- O Globo (2014, dezembro 9). Mucunha fecha acordo de venda de ativos em Kito com [nome da empresa]. *O Globo*. Recuperado em 15 dezembro, 2014, de <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2014/12/mucunha-fecha-acordo-de-venda-de-ativos-em-kito-com-mitsui.html>.
- Oliveira, A. (2015, abril 25). Novas vestes. *Estadão*. Recuperado em 27 abril, 2015, de <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,novas-vestes,1675720>.



- ONG B (2012). Relatório de Insustentabilidade da Mucunha 2012. ONG B. Recuperado em 26 maio, 2014, de <https://ONGB.files.wordpress.com/2012/06/relatorio-insustentabilidade-mucunha-2012-final1.pdf>.
- ONG I (2013, 23 maio). What is a house without food? ONG I. Recuperado em 5 maio, 2014, de <https://www.hrw.org/report/2013/05/23/what-house-without-food/kito-shida-mining-boom-and-resettlements>.
- Osava, M. (2012, junho 17). Mucunha tem mais poder do que governo em Kito. Terraviva. Recuperado em 5 fevereiro, 2015, de <http://www.ips.org/TV/rio20/mucunha-tem-mais-poder-do-que-governo-em-kito/>.
- Pereira, C. (2014, abril 11). Como se faz uma fundação em Radier. Clube do Concreto. Recuperado em 29 agosto, 2015, de <http://www.clubedoconcreto.com.br/2014/04/o-que-e-radier.html>.
- Prakash, G. (1994). Subaltern Studies as postcolonial criticism. *The American Historical Review*, 99(5), p. 1475-1490.
- Prasad, A. (2003). The gaze of the other: postcolonial theory and organizational analysis. In Prasad, A. (Ed.). *Postcolonial theory and organizational analysis: a critical engagement* (cap. 1, pp. 3-43). New York: Palgrave Macmillan.
- Prasad, A. (2005). Working against the grain: beyond Eurocentrism in Organization Studies. In Prasad, P. (Ed.). *Against the grain: advances in postcolonial Organization Studies* (cap. 1, pp.13-31). Copenhagen: Copenhagen Business School Press.
- Prasad, P. (2005). *Crafting qualitative research: working in the postpositivist traditions*. New York: M.E.Sharpe.
- Punch, S. (2012). Hidden struggles of fieldwork: exploring the role and use of field diaries. *Motion, Space and Society*, 5, 86-93.
- Regulamento Ambiental para a Atividade Mineira, de 20 de agosto de 2004 (2004). Dispõe sobre os termos da atividade mineira em Kito. República de Kito. I série, número 33.

Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Atividades Econômicas (2012). República de Kito.

Resenfeld, D. (2012). *The coal mining sector in Kito: a simple model for predicting government revenue*. Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, [capital de Kito].

Rosa, A., & Alcadipani, R. (2013). A terceira margem dos estudos críticos sobre Administração e organizações no Brasil: re(pensando) a crítica a partir do pós-colonialismo. *RAM*, 14, edição especial, nov./dez. 2013.

Rosa, A., Alcadipani, R., & Medeiros, C. (2010). Por uma perspectiva pós-colonial nos Estudos Organizacionais. In: Encontro Nacional de Estudos Organizacionais, 6, 2010, Florianópolis. *Anais*. Florianópolis: ANPAD.

Rossi, A. (2015). *Kito: o Brasil é aqui - uma investigação sobre os negócios brasileiros na África*. Rio de Janeiro: Record.

Said, E. (2007). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sanders, P. (2012). Is CRS cognizant of the conflictuality of globalisation? A realist critique. *Critical Perspectives on International Business*, 8(2), 157-177.

Santos, B. (2012, julho 23). Kito: a maldição da abundância? *Carta Maior*. Recuperado em 18 março, 2015, de <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/kito-a-maldicao-da-abundancia-/26864>.

Saraiva, J. (2010). The new Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of Brazilian Atlantic policy. *Rev. Bras. Polít.Int.*, 53 (special edition), 169-182.

Sartre, J. (1957). Introduction. In Memmi, A. (1965). *The colonizer and the colonized* (pp. vii-xviii). Boston: Beacon Press.

Sartre, J. (1967). Preface. In Fanon, F. *The wretched of the Earth* (pp. 7-26). London: Penguin Books.

- Scherer, A., & Palazzo, G. (2007). Toward a political concept of corporate responsibility: business and society seen from a Habermasian perspective. *Academy of Management Review*, 32(4), 1096-1120.
- Scherer, A., & Palazzo, G. (2011). The new political role of business in a globalized world - a review of a new perspective on RSC and its implications for the firm, governance and democracy. *Journal of Management Studies*, 48(4), 899-931.
- Schneider, A. (2014). Embracing ambiguity - lessons from the study of corporate social responsibility throughout the rise and decline of the modern welfare state. *Business Ethics*, 23(3), 293-308.
- Senghor, L. (1965). *Prose and poetry*. Oxford University Press.
- Siltaoja, M., & Onkila, T. (2013). Business in society or business and society: the construction of business-society relations in responsibility reports from a critical discursive perspective. *Business Ethics: A European Review*, 22(4), 357-373.
- Smith, L. (1999). *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. London: Zed Books.
- Smith, A., & Pitts, M. (2007). Researching the margins: an introduction. In Pitts, M. & Smith, A. (Eds). *Researching the margins: strategies for ethical and rigorous research with marginal communities*. (cap. 1, pp. 3-41). Hampshire: Palgrave MacMillan.
- Spivak, G. (1994). Can the subaltern speak? In *Colonial Discourse and Postcolonial Theory: A Reader*, edited by Patrick Williams and Laura Chrisman. New York: Columbia University Press.
- Spohr, N., & Alcadipani, R. (2013). Estudos críticos em Negócios Internacionais: uma proposta de diálogo. *Internext*, 8(3), 1-18.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1998). *Basics of qualitative research: techniques and procedures for developing grounded theory*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Tracy, S. (2010). Qualitative quality: eight "big-tent" criteria for excellent qualitative research. *Qualitative Inquiry*, 16(10), 837-851.

- UN Global Compact. (2015). What is UN Global Compact? *United Nations Global Compact*. Recuperado em 19 agosto, 2015, de <https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc>.
- Vergara, S. (2008). *Métodos de pesquisa em Administração*. São Paulo: Editora Atlas.
- Vettorazzo, L. (2015, fevereiro 26). Lucro da Mucunha em 2014 sobe 729%, mas houve prejuízo no último trimestre. *Folha de São Paulo*. Recuperado em 9 setembro, 2015, de <http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://w...preco-baixo-do-minerio-lucro-da-mucunha-aumenta-729-em-2014.shtml>.
- Visentini, P. (2010). South-South cooperation, prestige diplomacy or “soft imperialism”? Lula’s government Brazil-Africa relations. *SÉCULO XXI*, Porto Alegre, 1(1), 65-84.
- Visser, W. (2008). Corporate Social Responsibility in developing countries, In Crane, A.; McWilliams, A.; Matten, D.; Moon, J. & Siegel, D. (eds.), *The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility*, Oxford: Oxford University Press, 473-479.
- Westwood, R. (2006). International business and management studies as an orientalist discourse: a postcolonial critique. *Critical Perspectives on International Business*, 2(2), 91-113.
- Westwood, R., & Jack, G. (2007). Manifesto for a post-colonial international business and management studies: a provocation. *Critical Perspectives on International Business*, 3(3), 246-265.
- Whelan, G. (2012). The political perspective of Corporate Social Responsibility: a critical research agenda. *Business Ethics Quarterly*, 22(4), 709-737.
- Wheeler, S. (2015). Global production, CRS and human rights: the courors of public opinion and the social licence to operate. *The International Journal of Human Rights*, 1-24.
- White, D. (2012). *The top 175 global economic entities, 2011*. Acesso 30 junho 2014 em <http://dstevenwhite.com/tag/worlds-largest-economic-entities/>.

- Willis, J., & Saunders, M. (2007). Research in a post-colonial world: the example of Australian Aborigines. In Pitts, M., & Smith, A. (Eds). *Researching the margins: strategies for ethical and rigorous research with marginal communities* (cap. 4, pp. 96-113). Hampshire: Palgrave MacMillan.
- Witthofft, A. (2011, dezembro 21). Era melhor que não houvesse shida em [nome da cidade]. *IBIS Kito*. Recuperado em 30 setembro, 2014, de [http://ibiskito.org/articles/era-melhor-que-nao-houvesse-carvao-em-\[nome da cidade\]/](http://ibiskito.org/articles/era-melhor-que-nao-houvesse-carvao-em-[nome da cidade]/).
- Wolfinger, N. (2002). On writing fieldnotes: collection strategies and background expectancies. *Qualitative Research*, 2(1), 85-95.
- Wright, R. (1995). *White man, Listen!* New York: Harper Perennial.
- Young, R. (2001). *Postcolonialism: an historical introduction*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Young, R. (2003). *Postcolonialism: a very short introduction*. New York: Oxford University Press.
- Zandvliet, L., & Anderson, M. (2009). *Getting it right: making corporate-community relations work*. Greenleaf Publishing: Sheffield, UK.